

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	4
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	18
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	19
1.5 Principais clientes	31
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	32
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	40
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	41
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	44
1.10 Informações de sociedade de economia mista	46
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	47
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	48
1.13 Acordos de acionistas	50
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	51
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	52
1.16 Outras informações relevantes	53
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	58
2.2 Resultados operacional e financeiro	73
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	76
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	77
2.5 Medições não contábeis	78
2.6 Eventos subsequentes as DFs	83
2.7 Destinação de resultados	84
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	88
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	89
2.10 Planos de negócios	90
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	92
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	93
3.2 Acompanhamento das projeções	94

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	95
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	144
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	145
4.4 Processos não sigilosos relevantes	147
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	148
4.6 Processos sigilosos relevantes	149
4.7 Outras contingências relevantes	150
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	156
5.2 Descrição dos controles internos	163
5.3 Programa de integridade	166
5.4 Alterações significativas	170
5.5 Outras informações relevantes	171
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	172
6.3 Distribuição de capital	175
6.4 Participação em sociedades	176
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	178
6.6 Outras informações relevantes	179
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	180
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	186
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	187
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	189
7.4 Composição dos comitês	195
7.5 Relações familiares	200
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	201
7.7 Acordos/seguros de administradores	203
7.8 Outras informações relevantes	204
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	206

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	211
8.3 Remuneração variável	215
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	217
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	225
8.6 Outorga de opções de compra de ações	226
8.7 Opções em aberto	230
8.8 Opções exercidas e ações entregues	233
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	234
8.10 Outorga de ações	235
8.11 Ações entregues	236
8.12 Precificação das ações/opções	237
8.13 Participações detidas por órgão	239
8.14 Planos de previdência	240
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	241
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	243
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	244
8.18 Remuneração - Outras funções	245
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	246
8.20 Outras informações relevantes	247
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	251
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	252
9.4 Outras informações relevantes	253
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	254
10.1 Descrição dos recursos humanos	255
10.2 Alterações relevantes	257
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	258
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	259
10.5 Outras informações relevantes	260
11. Transações com partes relacionadas	
11.1 Regras, políticas e práticas	261

Índice

11.2 Transações com partes relacionadas	263
11.3 Outras informações relevantes	264
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	265
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	266
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	267
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	273
12.5 Mercados de negociação no Brasil	274
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	275
12.7 Títulos emitidos no exterior	276
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	277
12.9 Outras informações relevantes	279
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	293
13.1 Declaração do diretor presidente	294
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores	295
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	

1.1 Histórico do emissor

1.1 – Breve histórico: descrever sumariamente o histórico do emissor

A Infracommerce CXaaS S.A. (“Companhia” ou “Infracommerce”) foi constituída em 15 de setembro de 2020, contudo, sua história inicia-se em 2012, quando um grupo de empreendedores, dos quais o Sr. Kai Philipp Schoppen, ainda à frente da empresa, iniciou a jornada da denominada “Infracommerce Negócios e Soluções em Internet Ltda.”. Com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, desde seus primeiros anos, a Companhia se propõe a oferecer aos seus clientes verticais digitais para e-commerce por meio de um conjunto de produtos e serviços fornecidos para que outras companhias possam revendê-los sob sua própria marca, semelhante a uma marca genérica, permitindo que as companhias economizem tempo e recursos no desenvolvimento de soluções próprias, aproveitando as já existentes e adaptando-as às suas necessidades (“White-Label Digital Ecosystem”).

A Companhia se dispõe a valorizar a experiência do consumidor em todos os canais de relacionamento de seus clientes, o que chamamos de *Customer Experience as a Service*¹. Para isso, conta com um ecossistema de verticais digitais integradas, atuando com o conceito modular que passou a se organizar em cinco verticais modulares que se complementam e se integram: infra.digital, infra.shop, infra.data, infra.pay e infra.log, conforme discorrido no item 1.4 deste Formulário de Referência.

Em 2012, a Infracommerce Negócios e Soluções em Internet Ltda. adquiriu a agência Underdogs, formando o embrião da plataforma. Outra aquisição que fundamentou a oferta de serviços da Companhia foi a compra, pela Infracommerce Negócios e Soluções em Internet Ltda., da Olook em 2014, como um laboratório de *marketplace* e (Business to Business – venda para outras companhias ou sociedades empresárias) (“B2B”). Em 2013, a Infracommerce Negócios e Soluções em Internet Ltda. foi responsável pelo início das operações do nosso primeiro centro de distribuição, localizado estrategicamente em Embu das Artes, Estado de São Paulo, que hoje vem a ser o nosso galpão principal. Em 2018, a Infracommerce Negócios e Soluções em Internet Ltda. abriu nosso atual galpão em Brasília, a fim de melhorar o posicionamento e atendimento na região centro-oeste do Brasil, bem como expandir os negócios logísticos no âmbito de nossos serviços de B2B.

Com o crescimento da demanda dos clientes, a Infracommerce Negócios e Soluções em Internet Ltda. expandiu suas operações e, em 2015, passou a operar no México e, em 2017, iniciou as operações na Argentina e Colômbia através de um investimento na empresa New Retail Limited (“New Retail”), na qual a Infracommerce Negócios e Soluções em Internet Ltda. passou a deter uma participação de 20,00% no seu capital social. Entendemos que essa presença na América Latina nos permite ter maior poder de negociações de contratos com empresas globais para gestão de seus negócios online nos países em que operamos.

Em 2019, a Infracommerce Negócios e Soluções em Internet Ltda. estruturou nossa atual vertical *fintech*, por meio do qual desenvolvemos tecnologia para oferecer soluções de gestão de pagamentos e concessão de prazo comercial para pagamento (“Crédito”), com gateways seguros para conectar o e-commerce de nossos clientes às operadoras de cartão de crédito, entre outros provedores de serviços financeiros.

Em 15 de setembro de 2020, a Companhia foi constituída, com o objetivo de ser a holding não-operacional consolidadora do resultado das seguintes companhias: Infracommerce LLC; Infracommerce Negócios e Soluções em Internet Ltda.; Inframedia Soluções em Informática Ltda – EPP; Infracommerce Varejo e Distribuição Digital Ltda; Infracommerce Negocios Y Soluciones en Internet MX; Infrashop Negócios e Soluções em Internet Ltda; Finago Administração de Pagamentos Ltda (denominada atualmente como Infrapay Administração de Pagamentos LTDA); e New Retail (em conjunto, “Grupo”). Anteriormente, a Infracommerce Ltd, companhia sediada nas Ilhas Cayman, operava como uma holding não-operacional para as demais companhias do Grupo. Na mesma data, a subsidiária direta da Infracommerce Ltd, denominada Infracommerce LLC, cedeu para a Companhia 100% dos investimentos nas sociedades do Grupo, mantendo o Grupo ora apresentado inalterado.

¹ “Experiência do cliente como um serviço”, em tradução livre.

1.1 Histórico do emissor

Em 23 de dezembro de 2020, adquirimos a integralidade do capital social da Pier8 (denominada atualmente Infralog Serviços Ltda.) e da Armazéns Gerais Furusho & Salzano Ltda. (denominada atualmente Infracommerce Armazéns Gerais Ltda.) (em conjunto, "Pier 8"), empresas que, desde 2012, oferecem uma gama de serviços de *fulfillment* e logística de e-commerce para clientes de médio porte nos segmentos de moda, alimentos e cuidados pessoais. A Infralog Serviços Ltda. amplia a capilaridade de nossos centros de distribuição, aumentando nosso poder de escala junto aos transportadores.

Em 29 de janeiro de 2021, a Companhia adquiriu uma participação adicional de 40% das ações da New Retail, passando de 21,44% de participação para 61,44% de participação. Com a aquisição adicional da participação, a Companhia passou a ter o controle das operações da New Retail, que opera sob a marca Brandlive. A aquisição proporciona maior escala na América Latina, além de trazer sinergias de custo e receita.

Em 30 de abril de 2021, concluímos a precificação da nossa oferta pública inicial de ações ("IPO"), com início da negociação das nossas ações no segmento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão em 04 de maio de 2021, representando um novo marco na nossa história.

Em 15 de julho de 2021, nossa subsidiária New Retail adquiriu a integralidade do capital social das sociedades Summa Solutions S.R.A L. & Sigurd S.A.P.I. de C.V. (em conjunto, "Summa"), localizadas na Argentina e no México, respectivamente. As companhias adquiridas atuam no ramo de tecnologia da informação com ênfase na prestação de serviço de suporte, customização e implantação de software relacionados ao ramo do e-commerce.

Em 10 de agosto de 2021, por meio de nossa subsidiária Infracommerce Negócios e Soluções em Internet Ltda., adquirimos a integralidade do capital social da Tatix Comércio e Participações Ltda. (atualmente denominada como Infracommerce Tatix Comércio E Participações Ltda.) ("Tatix"), uma companhia especializada em tecnologia e gestão de negócios digitais. A adquirida trouxe ao nosso ecossistema soluções tecnológicas que suportam projetos *omnichannel*² e possibilitam a descentralização no processo de escolha da revenda para atendimento (processo de "uberização"), e um centro de vendas para facilitar a interação dos revendedores participantes do canal através de um front-end simplificado, gestão de conteúdo de produtos e controle financeiro consolidado. Com essa aquisição, buscamos reforçar o nosso portfólio de serviços e nos consolidarmos como o maior player de *Customer Experience as a Service* em Business to Consumer – venda para o consumidor final ("B2C") no Brasil e na América Latina, além de aumentar nossa presença em projetos de B2B.

Em 26 de novembro de 2021, adquirimos a integralidade do capital social da Synapcom Comércio Eletrônico S.A., Synapcom Soluções de E-commerce Ltda. e Synapcom Consultoria Ltda. (em conjunto, "Synapcom"), um grupo especializado no desenvolvimento e operacionalização de projetos para e-commerce, com ampla gama de soluções tecnológicas e operacionais, que reúne as especialidades necessárias para a jornada de digitalização completa: do planejamento à gestão de canais de e-commerce; operação da plataforma à integração do ecossistema digital; incluindo melhores práticas logísticas e marketing digital.

Em 28 de janeiro de 2022, a subsidiária Infracommerce Negócios e Soluções Ltda. adquiriu a integralidade do capital social da Tevec Sistemas S.A. (atualmente denominada Infradata Sistemas S.A.) ("Tevec"). A adquirida traz ao ecossistema da Infracommerce soluções de Machine Learning e algoritmos analíticos de processamento de Big Data que, através do uso de Inteligência Artificial ("IA"), permitem a automação de análise para tomada de decisões de abastecimento, compras, campanhas e preços. Além de um time experiente de data scientists e data engineers, a Infradata complementa a oferta da Infracommerce, principalmente no âmbito de nossos serviços de B2B onde a tecnologia proprietária de plataforma é embarcada com funcionalidades de BI, e permite à Infracommerce avançar

² Concentração dos canais utilizados por uma empresa, de modo a integrar o mundo online com o offline.

1.1 Histórico do emissor

na otimização de inventory management dos seus clientes, reduzindo ruptura e impulsionando o *Gross Merchandise Value*³ ("GMV") das operações atuais.

Em 01 de abril de 2022, a Companhia adquiriu o controle, por meio de sua subsidiária New Retail, da Brandlive Colombia S.A., na qual a Companhia já tinha participação indireta de 40%, passando então a deter 100% de participação. A Brandlive Colombia S.A. é uma empresa especializada em *full commerce* e é a principal referência no negócio em seu país.

Em 5 de abril de 2023, a Companhia adquiriu a integralidade do capital social da Ecomsur Holding e da Nueva Ecomsur (em conjunto, "Ecomsur"). A transação faz parte da estratégia adotada pela Companhia de crescimento no setor de *Full Commerce* na América Latina e entendemos ser de alta complementariedade geográfica, uma vez que a Ecomsur atua fortemente no Chile e no México, países em que a Companhia ainda não era líder absoluta. Adicionalmente à incorporação mencionada acima, foi também aprovada, na mesma data, a incorporação da New Omnichannel, entidade que detém participação minoritária do capital social da New Retail, passando para a nossa participação na New Retail para 61,89%. Para mais informações, vide item 1.12 deste Formulário de Referência.

Na data deste Formulário de Referência, contávamos com mais de 3.000 funcionários nos países onde atuamos, atendendo mais de 750 clientes.

³ O GMV é o valor total bruto de mercadorias ou produtos vendidos por uma companhia em um determinado período, excluindo descontos e devoluções. É uma métrica-chave para avaliar o volume de vendas e o desempenho financeiro de um negócio, especialmente no comércio eletrônico e varejo.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1.2 – Sumário: descrever sumariamente as atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

Visão Geral

Fomos eleitos pela "E-Commerce Brasil", em 2023, a melhor empresa dentro da categoria de inovação em soluções e tecnologias ao recebermos o prêmio "E-commerce Brasil 2023". Também tivemos o reconhecimento que nossos parceiros, clientes, colaboradores e profissionais do mercado de e-commerce demonstraram por nós, resultando em mais uma premiação, o Prêmio ABComm, para três profissionais do nosso time em 2023. Nosso ecossistema de verticais digitais integradas compõe um *White-Label Digital Ecosystem* para marcas e indústrias terem controle sobre suas jornadas de digitalização do *go-to-market* por meio de uma experiência ao consumidor. Acreditamos conseguir isso por meio de uma cultura focada em tecnologia, inteligência de dados, alta produtividade, eficiência e rentabilidade. Fomos fundados no Brasil e atualmente temos operações no México, Argentina, Colômbia, Chile, Peru, Equador, Uruguai e Panamá. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, registramos uma receita líquida de R\$ 803.958 mil e originamos R\$ 11,5 bilhões em GMV para nossos clientes, representando um crescimento de 27,7% em receita líquida e 25,8% em GMV, em relação ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, registramos uma receita líquida de R\$891.301 mil e originamos R\$ 12,9 bilhões em GMV para nossos clientes, além de um crescimento anual composto ("CAGR")¹ em receita líquida de 94,4% e 66,8% em GMV, entre 2020 e 2022.

Acreditamos ser referência em digitalização para B2C (Business to Consumer – venda para o consumidor final pessoa física) e B2B (Business to Business – venda para outras empresas ou pessoas jurídicas). Nosso *White-Label Digital Ecosystem* visa aumentar a presença online e melhorar o posicionamento da marca dos nossos mais de 750 clientes. Somos responsáveis pela operação de e-commerce de empresas como Nike, Samsung, Motorola, Diageo, Unilever, Phillips, Grupo SEB, Nivea, Mondelez, Abad, Reckitt, Mastercard, Nespresso, M.Dias Branco, Vivo, Emporio Armani, SkinCeuticals, Cartier, Hypera, Sunglasshut, e Montblanc, entre outros.

Oferecemos aos nossos clientes um ecossistema integrado com verticais digitais, com o objetivo de criar uma experiência que os ajude a fortalecer sua marca e expandir seus negócios. Acreditamos que nossa tecnologia permite aos clientes terem uma visão ampla de seus negócios e consumidores ao longo de todos os seus canais de vendas, e permite que gerenciem produtos e estoques, processem pedidos e pagamentos, obtenham insights das análises e relatórios de vendas e potencializem suas demandas logísticas, para construir relacionamentos com seus consumidores.

¹ CAGR: *Compound Annual Growth Rate* (crescimento composto médio anual) é a taxa de crescimento anual composta calculada pelo saldo final dividido pelo saldo inicial, elevado a 1 dividido pelo período decorrido, e subtraindo 1 do resultado apurado.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas



Nosso ecossistema de verticais digitais integradas também nos permite atuar de forma modular, que é composto pelas seguintes verticais que se complementam e se integram: *infra.digital*, *infra.shop*, *infra.data*, *infra.pay* e *infra.log*. As verticais têm como foco, respectivamente, a otimização da experiência, tecnologia omnichannel completa, uso de inteligência artificial e de dados, soluções de pagamento e Crédito, e eficiência logística.

Em 2021, fomos incluídos no Índice de Ações por Governança Corporativa Diferenciada da B3 em função do alto standard de governança e gestão, além de termos recebido, em 2022, o selo Women on Board (WOB) cujo objetivo é reconhecer, valorizar e divulgar ambientes corporativos com a presença de pelo menos duas mulheres em conselhos de administração ou consultivo da Companhia à época. Em janeiro de 2023, nossas ações passaram a integrar a carteira do IGPTW (Índice *Great Place to Work*), da B3, que reúne as empresas com as melhores práticas com relação à gestão de pessoas que são listadas na B3, levando em consideração a certificação GPTW (*Great Place to Work*) e o ranking anual das melhores empresas para se trabalhar.

De julho de 2022 a 6 de dezembro de 2023, as ações de nossa emissão ganharam liquidez no mercado da B3, passando de um volume financeiro médio diário de negociação (ADTV) de R\$ 3,5 milhões para R\$ 13,5 milhões².

Aquisições

Nosso crescimento deu-se de forma orgânica e por meio de aquisições. A primeira aquisição aconteceu em 2012, quando a Infracommerce Negócios e Soluções em Internet Ltda. adquiriu a agência Underdogs, formando o embrião da plataforma para *full commerce*. Em seguida, outra aquisição realizada pela Infracommerce Negócios e Soluções em Internet Ltda. e que fundamentou a atual oferta de serviços da Companhia, foi a compra da Olook em 2014, como um laboratório de *marketplace* e B2B.

Em 2017, a Infracommerce Negócios e Soluções em Internet Ltda. iniciou nossas atuais operações na Argentina e Colômbia por meio do investimento na empresa New Retail, onde a Infracommerce Negócios e Soluções em Internet Ltda. passou a deter uma participação de 20,00% no capital social.

² A liquidez foi estimada através do volume de negócios na base ADTV de 30 dias, número de ações em circulação e o preço por ação em julho de 2022 e 6 de dezembro de 2023.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Em 23 de dezembro de 2020, adquirimos a integralidade do capital social da Pier8, empresas que, desde 2012, oferece uma gama de serviços de *fulfillment* e logística de e-commerce para clientes de médio porte nos segmentos de moda, alimentos e cuidados pessoais. A Infralog Serviços Ltda. amplia a capilaridade de nossos centros de distribuição, aumentando nosso poder de escala junto aos transportadores. Com a aquisição, expandimos nossa base de clientes de médio porte que já utilizam as soluções de *fulfillment* e para os quais podemos oferecer módulos complementares do nosso ecossistema de verticais digitais. Esta aquisição também contribuiu para a expansão de nossa malha logística, a fim de atender uma quantidade maior de consumidores no Brasil em, no máximo, dois dias a contar da compra.

Em 29 de janeiro de 2021, a Companhia adquiriu uma participação adicional de 40% nas ações da New Retail, passando para 61,44% de participação. Com a aquisição adicional, a Companhia passou a ter o controle das operações da New Retail, que opera sob a marca Brandlive. A aquisição proporcionou ao Grupo maior escala na América Latina, sinergias de custos e receitas, acesso a uma base de clientes e uma equipe qualificada, gerando crescimento interno e externo.

Em 15 de julho de 2021, nossa subsidiária New Retail adquiriu a integralidade do capital social da Suma, grupo localizado na Argentina e no México, respectivamente. As companhias adquiridas atuam no ramo de tecnologia da informação com ênfase na prestação de serviço de suporte, customização e implantação de software relacionados ao ramo do e-commerce. As empresas agregam ao negócio da New Retail, que não possuía um braço especializado nesse ramo, oferecido pela Summa. Com isso, houve sinergia entre os clientes da Summa, a fim de absorverem os negócios da New Retail, assim como a New Retail passar a fazer todo o desenvolvimento para os novos e antigos clientes com os serviços internos.

Em 10 de agosto de 2021, por meio de nossa subsidiária Infracommerce Negócios e Soluções em Internet Ltda., adquirimos a integralidade do capital social da Tatix (atualmente denominada Infracommerce Tatix Comércio E Participações Ltda), uma empresa especializada em tecnologia e gestão de negócios digitais. A adquirida trouxe ao nosso ecossistema soluções tecnológicas que suportam projetos *omnichannel* e possibilitam a descentralização no processo de escolha da revenda para atendimento, e um centro de vendas para facilitar a interação dos revendedores participantes do canal por meio de um front-end simplificado, gestão de conteúdo de produtos e controle financeiro consolidado. Com essa aquisição, reforçamos o nosso portfólio de serviços e buscamos nos consolidar como o maior player de Customer Experience as a Service em B2C no Brasil e na América Latina.

Em 26 de novembro de 2021, adquirimos a integralidade do capital social da Synapcom, um grupo especializado no desenvolvimento e operacionalização de projetos para e-commerce, com ampla gama de soluções tecnológicas e operacionais, que reúne as especialidades necessárias para a jornada de digitalização completa: do planejamento à gestão de canais de e-commerce; operação da plataforma à integração do ecossistema digital; incluindo melhores práticas logísticas e marketing digital.

A aquisição da Synapcom nos trouxe um time qualificado de executivos e profissionais do mercado, que se uniram ao time Infracommerce a fim de fortalecer a atuação no segmento de soluções para digitalização de marcas e indústrias. Para maiores informações acerca da aquisição da Synapcom, vide item 6.6 deste Formulário de Referência.

Em 28 de janeiro de 2022, a subsidiária Infracommerce Negócios e Soluções Ltda. adquiriu a integralidade do capital social da Tevec (atualmente denominada Infradata Sistemas S.A.), que traz ao ecossistema da Infracommerce soluções de *Machine Learning* e algoritmos analíticos de processamento de Big Data que, através do uso de Inteligência Artificial (IA), permitem a automação de análise para tomada de decisões de abastecimento, compras, campanhas e preços. Entre os pontos fortes da adquirida estão a arquitetura autônoma e eficiente de processamento de massa de dados, algoritmos de IA de reconstrução de dados e algoritmos de IA de previsão de consumo.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

No dia 01 de abril de 2022, a Companhia adquiriu o controle, por meio de sua subsidiária New Retail, 60% adicionais das ações da Brandlive Colombia S.A., na qual a Companhia já tinha participação indireta de 40%, passando então a deter 100% de participação. A Brandlive Colombia S.A. é uma empresa especializada em *full commerce* e é a principal referência nesse negócio no seu país, fazendo com que a Infracommerce reforce seu posicionamento em outros países da América Latina (ex Brasil).

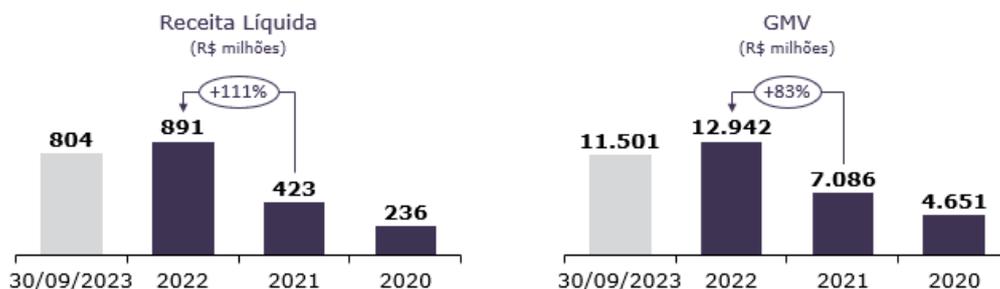
Em 5 de abril de 2023, a Companhia adquiriu a integralidade do capital social da Ecomsur com o objetivo de unir os negócios e operações da Ecomsur e da Companhia na América Latina. Em decorrência da aquisição da Ecomsur, a Companhia tornou-se detentora do controle das subsidiárias da Ecomsur situada no Chile, Peru, México, Colômbia e Panamá.

Ao implementar aquisições estratégicas, acreditamos que o ecossistema digital *White-Label Digital Ecosystem* da Infracommerce ganha mais escala, proporcionando aos clientes um alto nível de serviço e soluções de e-commerce para marcas e indústrias globais, no Brasil e na América Latina.

Nossa estratégia de aquisições tem sido focada em adquirir empresas que nos permitam (i) agregar novas tecnologias complementares ao nosso ecossistema de verticais digitais, (ii) expandir nossa capacidade logística, e (iii) consolidar nossa posição na América Latina.

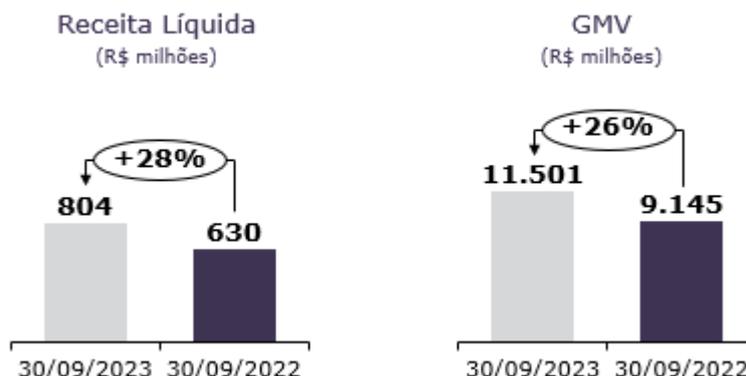
No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, nossa receita líquida atingiu R\$ 803.958 mil, representando um crescimento de 27,7% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, nossa receita líquida atingiu R\$891.301 mil, crescendo 110,9% contra o exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Apresentamos crescimento em receita líquida nos últimos anos, com uma taxa composta de CAGR³ de 94,4% do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Não somente estamos continuamente crescendo em receita líquida, mas acreditamos que estamos fazendo isso de forma sustentável.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, o GMV de nossos clientes em nosso ecossistema atingiu R\$11,5 bilhões, representando um crescimento de 25,8% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o GMV de nossos clientes em nosso ecossistema atingiu R\$12,9 bilhões, representando um crescimento de 82,7% quando comparado com o ano anterior. Nosso foco permanece em produtividade e eficiência, como tem mostrado o nosso histórico em capacidade de execução.



³ CAGR: *Compound Annual Growth Rate* (crescimento composto médio anual) é a taxa de crescimento anual composta calculada pelo saldo final dividido pelo saldo inicial, elevado a 1 dividido pelo período decorrido, e subtraindo 1 do resultado apurado.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas



* Percentuais acima referem-se a variação observada no exercício/período.

A tabela a seguir mostra a evolução de determinadas informações financeiras e operacionais para os períodos indicados:

(em R\$ milhares, exceto percentuais)	LTM: Período de doze meses findo em 30 de setembro de	Em e/ou no período de nove meses findo em 30 de setembro de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	A+B-C	A	C	B		
	2023	2023	2022	2022	2021	2020

Informações Financeiras

Receita Líquida	1.065.798	803.958	629.461	891.301	422.560	235.933
Prejuízo do período/ exercício	N/A	(184.704)	(193.463)	(264.939)	(39.068)	(6.534)
EBITDA	N/A	112.852	37.144	56.823	16.962	20.151
Margem EBITDA	N/A	14,0%	5,9%	6,4%	4,0%	8,5%
EBITDA Ajustado	187.038	143.923	59.952	103.067	25.727	20.696
Margem EBITDA Ajustado	17,5%	17,9%	9,5%	11,6%	6,1%	8,8%
Dívida Bruta	N/A	682.860	N/A	512.297	268.183	71.909
Dívida Líquida	N/A	473.229	N/A	219.178	58.141	4.659
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado	N/A	2,5 ⁽¹⁾	N/A	2,1	2,3	0,2
EBITDA Ajustado - CAPEX	71.225	59.200	(103.216)	(91.191)	(50.917)	(21.748)
Patrimônio líquido	N/A	1.366.395	N/A	1.443.344	1.286.049	59.032
Empréstimos e Financiamentos – Circulante	N/A	168.299	N/A	257.093	13.112	30.262
Debêntures - Circulante	N/A	82.640	N/A	23.394	2.276	-
Empréstimos e Financiamentos - Não Circulante	N/A	95.776	N/A	2.162	5.276	41.647
Debêntures – Não Circulante	N/A	336.145	N/A	229.648	247.519	-

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

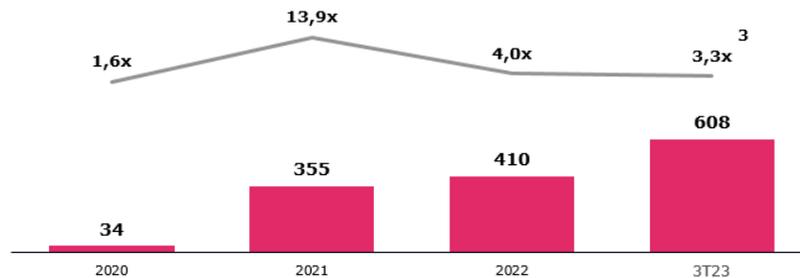
Informações Operacionais

GMV Originado	15.297.487	11.500.577	9.145.423	12.942.333	7.085.560	4.651.000
Take Rate ⁽²⁾	6,97%	6,99%	6,88%	6,89%	5,96%	5,07%
Volume total de pagamento ⁽³⁾	4.893.130	3.733.024	2.462.891	3.622.997	1.090.708	528.512

- (1) O cálculo da Dívida Líquida/EBITDA Ajustado considera a Dívida Líquida em 30 de setembro de 2023 de R\$ 473.229 mil, e EBITDA Ajustado LTM (últimos 12 meses) findos em 30 de setembro de 2023 de R\$ 187.038 mil, que resulta em 2,5;
- (2) São as taxas e comissões cobradas pelas plataformas de e-commerce nas transações realizadas. A taxa é calculada pela receita líquida da Companhia sobre GMV transacionado em nossas plataformas; e
- (3) TPV (Total Payment Volume) é o volume transacionado pelos meios de pagamento. O TPV é a apuração do volume transacionado (em reais) dentro das nossas plataformas.

A seguir apresentamos a Dívida Líquida e a Dívida Líquida/EBITDA Ajustado. Para mais informações, incluindo a sua reconciliação, vide item 2.5 deste Formulário de Referência.

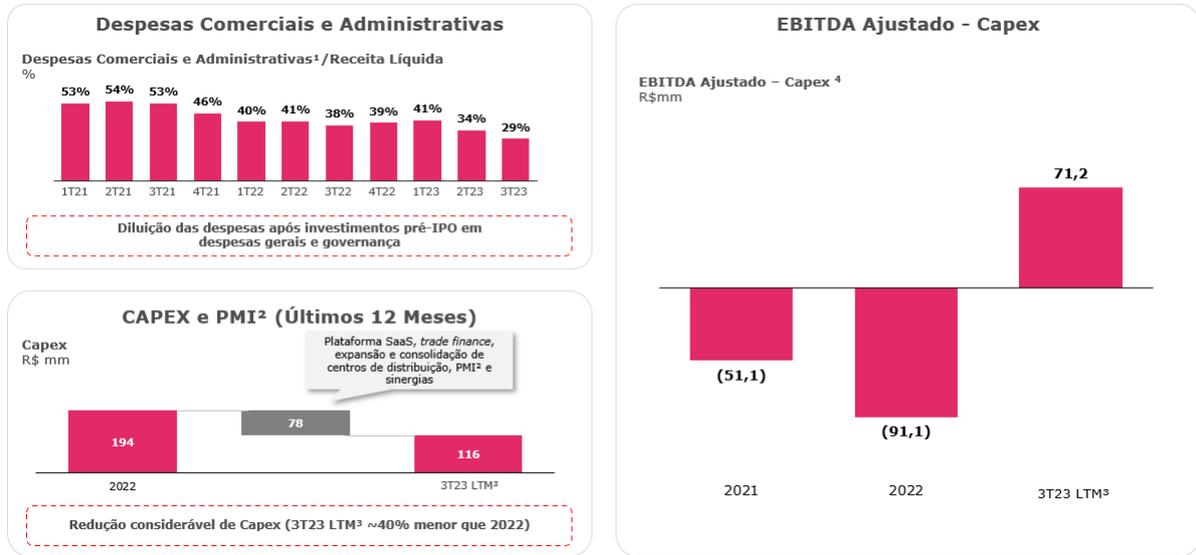
Dívida Líquida¹ + Contas a pagar pela combinação de negócios² e Dívida Líquida + Contas a pagar pela combinação de negócios/EBITDA Ajustado R\$mm, x



- (1) Não considera arrendamento como parte da dívida líquida. Esta não é a métrica utilizada para fins de apuração de *covenants* financeiros;
- (2) Considera contas a pagar pela combinação de negócios (circulante e não circulante) de R\$ 29.000 mil em 2020, R\$ 297.100 mil em 2021, R\$ 190.800 mil em 2022 e R\$ 135.100 mil em 30 de setembro de 2023; e
- (3) Considera a Dívida Líquida em 30 de setembro de 2023 de R\$ 473.229 mil, e EBITDA Ajustado LTM (últimos 12 meses) findos em 30 de setembro de 2023 de R\$ 187.038 mil.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

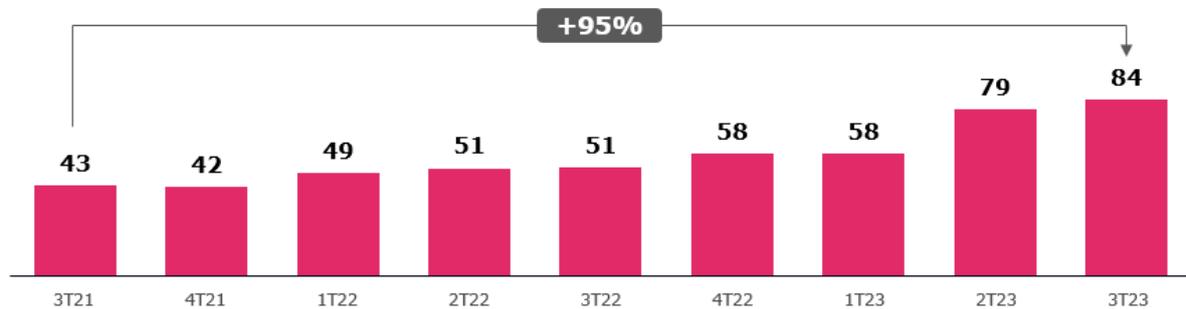
Conforme demonstrado abaixo, as Despesas Gerais e Administrativas continuaram a diminuir, pois também foi reduzido o número total de sistemas e pedágios. Além disso, as aquisições de imobilizado e intangível ("CAPEX") em novos negócios também diminuíram de R\$ 194 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, para R\$ 84,7 milhões, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, representando uma redução de mais de 40%.



- (1) Despesas comerciais e administrativas, excluindo despesas com fusões e aquisições, planos de incentivos de longo prazo, reestruturação da empresa antes da oferta pública inicial de ações (IPO), multas por rescisão antecipada de contratos e desmobilização de espaços e serviços;
- (2) *Post Merger Integration* (PMI, que, em tradução livre, significa "Integração Pós-Fusão"), que consiste na integração de todos os elementos de um projeto;
- (3) LTM (*Last Twelve Months*): últimos doze meses; e
- (4) É calculado como o EBITDA Ajustado do período/exercício subtraído do valor total de CAPEX do mesmo período/exercício. Considera CAPEX de R\$76.600 mil em 2021, R\$194.200 mil em 2022 e R\$115.800 mil nos últimos 12 meses findos em 30 de setembro de 2023.

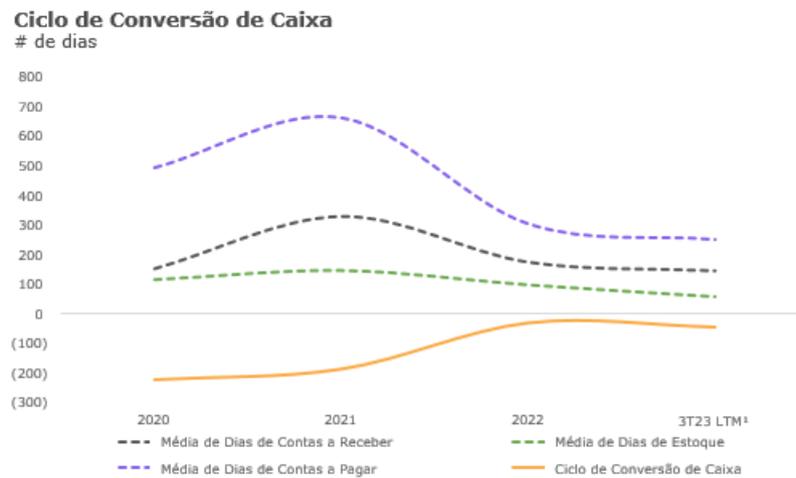
Receita Líquida por número de funcionários¹

R\$ '000



- (1) A receita por funcionário é uma métrica que mapeia a eficiência financeira de uma organização com base em quanto a Companhia ganha por funcionário. Assim, é dado pelo número total de funcionários no final do período/exercício, dividido pelo total da receita da Companhia no mesmo período/exercício. O número de funcionários considerado inclui funcionários adquiridos (incluindo executivos sêniores) advindos em combinações de negócios.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas



(1) LTM (*Last Twelve Months*): últimos doze meses.

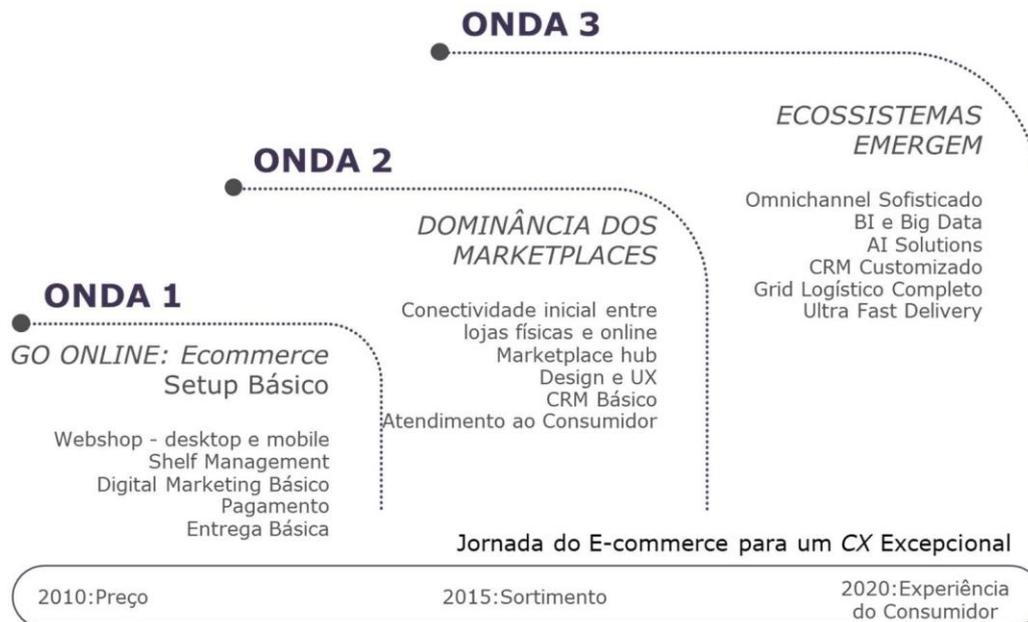
Nossos Pontos Fortes

Acreditamos que nossos principais pontos fortes são:

Modelo de negócio inovador, focado em levar clientes à Onda 3 de digitalização (Exceptional Customer Experience), com plataforma omnichannel de alta tecnologia.

Acreditamos que a dinâmica de desenvolvimento do e-commerce ocorre por meio de ondas progressivas. A primeira onda, denominada "go online", é focada nas empresas que querem ou precisam estar online e tipicamente contratam serviços básicos como e-commerce nas versões celular e desktop, gerenciamento de *storefront*, marketing digital básico, gestão de pagamento e logística de entrega básica. A segunda onda, denominada "omnichannel", um pouco mais recente no mercado brasileiro, ocorre quando as indústrias sentem a necessidade de integrar o mundo online com o offline por meio de uma conectividade inicial "brick-and-mortar", conexão com *marketplaces*, melhoria de design e *user experience*, implantação de um *customer relationship management* ("CRM") básico e suporte ao cliente. Nosso modelo de negócio e a modularidade do nosso ecossistema de verticais digitais permite servir os clientes ao longo de todas as três ondas. Nosso foco é oferecer aos nossos clientes serviços relacionados à terceira onda do e-commerce, denominada "ecossistemas emergem". Acreditamos que ao levarmos nossos clientes para o estágio da Onda 3, eles serão empresas de e-commerce bem-sucedidas no médio e longo prazo, pelo foco e investimento constante na melhoria da experiência do consumidor, como observado em mercados mais maduros, como os Estados Unidos. A onda 3 se caracteriza por uma sofisticada tecnologia omnichannel, gerenciamento de dados e soluções de inteligência artificial de vendas, CRM personalizado, rede logística completa e serviços de entrega ultrarrápida. Por meio da nossa escala, um time robusto e multidisciplinar de profissionais com vasta experiência e expertise em diversas competências de e-commerce, acreditamos oferecer aos nossos clientes diversas condições para realizarem a jornada da Onda 1 para a Onda 3.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas



Acreditamos que a internalização dos negócios digitais é uma tarefa desafiadora para as empresas, uma vez que exige a montagem de um time de profissionais internos e de parceiros externos, com uma combinação enorme e complexa de expertise nesse ramo. Tal atividade muitas vezes envolve a gestão de mais de 20 fornecedores e integração de aproximadamente 40 sistemas, tais como registro e hospedagem de domínio, design de sites, otimização de mecanismos de pesquisa, segurança cibernética, mecanismos de pagamento, análises de resultados de vendas, sincronização e análises de dados, resultando em um sistema que, por sua natureza, carece de integração total entre os aplicativos fornecidos pelos vários fornecedores e pode não ser competitivo no mercado. Esse contexto operacional cria desafios naturais para que as empresas consigam gerar análises a partir de uma grande quantidade de dados que precisam ser extraídos de diferentes sites. Também se torna cada vez mais desafiador para as equipes internas obterem os investimentos necessários para estabelecer um adequado canal de relacionamento com clientes e disponibilidade de recursos para construir uma infraestrutura logística abrangente para oferecer e operar com prazos de entrega inferiores a dois dias, o que faz com que as taxas de conversão das vendas do e-commerce atinjam patamares competitivos. Desta forma, a necessidade de investimento em diferentes sistemas e fornecedores, junto com a dificuldade na integração das expertises na gestão de dados e análises, podem criar barreiras para que as empresas obtenham escala significativa para redução dos custos operacionais, e tenham margem competitiva para competir com *marketplaces* e grandes players do e-commerce.

Em vistas deste cenário, oferecemos uma tecnologia avançada para a gestão de negócios, que é voltada para a omnicanalidade com capacidade para gerenciar grandes picos de tráfego que acompanham eventos como lançamentos de novos produtos, épocas de compras de fim de ano e vendas rápidas. Estamos constantemente inovando e aprimorando nossa tecnologia, garantindo que todos os nossos clientes estejam sempre usando a versão mais atual e eficiente. Além disso, nossa tecnologia é altamente extensível por meio da estrutura API, o que permite que soluções já existentes e utilizadas por nossos clientes sejam integradas a nossa plataforma. Por meio de nosso hub de e-commerce, é possível integrar lojas online aos principais players e aumentar a visibilidade e vendas por meio de plataformas já consolidadas no mercado, como, por exemplo, os *marketplaces*.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

No âmbito dos nossos serviços de B2C, oferecemos uma tecnologia robusta e escalável, totalmente customizada para nossos clientes, otimizada para SEO – Search Engine Optimization e opções ilimitadas de promoções. Nossa plataforma ainda possui solução “Easy Checkout” exclusiva para checkout com validação da compra em tempo real, Pre-Auth, layout totalmente responsivo e entrega agendada. Nossos serviços B2C foram premiados nas seguintes categorias: Melhor Serviço de E-commerce pela ABComm em 2020; Melhor Operação Logística pelo Prêmio E-commerce Brasil em 2017; e a Melhor Empresa de Full Service pelo eAwards, em 2015.

Desenvolvemos estratégias otimizadas e exclusivas para atender demandas de empresas e comércios no âmbito de nossos serviços de B2B. Por meio de nossa plataforma, criamos uma rede de integração dos nossos clientes – marcas e indústrias – e seus distribuidores. Com essa integração, é possível aumentar a eficiência e performance na relação entre os players da cadeia por meio da digitalização. Nossos clientes contam com um gestor de Customer Success especializado na área de atuação do negócio, com atendimento 24 horas, além de acesso à navegação, fechamento de pedidos e relatórios das vendas assistidas, bem como segmentação via oferta de descontos e lista de produtos diferenciados a fim de favorecer o mix de marketing. Além disso, através da nossa vertical Infra.pay e os nossos serviços de gestão de pagamentos, é possível avaliar limite de crédito via o número do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) e endereço fiscal para distribuidores regulamentado pela Receita Federal, repetir pedidos já realizados, realizar pagamento via boleto faturado, visualizar informações detalhadas de entrega ou de forma binária (disponibilidade em estoque) e limitar ou dividir compras diferentes com faturamento em partes.

Atualmente, somos responsáveis por prover a tecnologia para alguns dos maiores *marketplaces* B2B do mercado brasileiro, como é o caso do Compre Agora.

Centros de distribuição modernos e integrados com entregas ultrarrápidas.

Acreditamos que a nossa logística utiliza tecnologia de ponta e as últimas inovações no mercado para armazenar, entregar e distribuir os produtos de nossos clientes. Contamos com o nosso galpão principal, estrategicamente localizado em Embu das Artes/SP. Utilizamos um Warehouse Management System (“WMS”) moderno, sendo todos os produtos bipados e endereçados, além de contarmos com um sistema integrado à Secretaria da Fazenda para emissão automática de Nota Fiscal eletrônica. Nossas unidades contam, ainda, com câmaras refrigeradas com controle de temperatura e higienização, certificadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (“ANVISA”). Em 2017, recebemos os prêmios de “Melhor profissional na Categoria Logística” e “Melhor Empresa de Operações”, pela publicação “E-commerce Brasil”.

As transações realizadas em nossa plataforma são integradas aos nossos centros logísticos, que se conectam com nossas transportadoras parceiras garantindo uma experiência de entrega eficiente e rápida. Realizamos as entregas por meio das mais de 40 transportadoras homologadas, sendo que a carga é segurada durante todo o percurso e monitorada de modo online pela nossa equipe. Acreditamos que um de nossos grandes diferenciais está em nossas modalidades de entrega: aproximadamente 99,9% de todos os pedidos são despachados em até um dia após a data da compra. Além disso, também realizamos entregas agendadas, na qual o consumidor escolhe a melhor data para a entrega.

Capacidade de análise de dados e inteligência de mercado.

Usamos dados em todas as decisões do dia a dia e no planejamento de longo prazo. Acreditamos ter um robusto sistema de gestão de dados, por meio do qual são disponibilizados aos nossos clientes avaliações mensais com overview de todas as verticais, junto a um plano de negócios alinhado com os objetivos de nosso cliente. Os dados também são utilizados pela nossa equipe para transformar relatórios diários, semanais e de KPIs em informações e comparar com dados do mercado ou lojas concorrentes, direcionando efetivamente o desempenho do negócio.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Uma quantidade significativa de dados é disponibilizada em nossa plataforma para a gestão dos negócios de nossos clientes, permitindo a análise por nossos sistemas de inteligência artificial e de inteligência de mercado, para que possamos, por exemplo, proporcionar uma experiência de compra personalizada.

Portfólio de soluções integradas para gestão de pagamentos e Crédito.

Por meio da nossa vertical Infra.pay, contamos com tecnologia para oferecer soluções de meio de pagamento conectando o e-commerce de nossos clientes aos emissores gateways e emissores do mercado, incluindo: cartão de crédito com proteção antifraude, boleto à vista e a prazo, PIX, wallets, CDC online e boletos parcelados. Utilizamos gateways com certificação PCI⁴ para prover total segurança nas transações e vendas, com dados criptografados para evitar fraudes. Além da gestão das transações, realizamos também o processo completo de conciliação financeira e dashboards de gestão para 100% das transações e soluções de back-office, que incluem gestão de estornos, devoluções e *chargeback*.

Oferecemos a solução de Trade Finance aos clientes do âmbito de nossos serviços de B2B com o objetivo de possibilitar uma gestão de limite de compra e prazo de pagamento aos lojistas. Fazemos isso através de uma plataforma de inteligência artificial que possibilita análise de crédito de forma customizada e automatizada para cada cliente, garantindo que cada lojista possua condições de pagamento adequadas a seu perfil. Nossa capacidade de análise de dados transacionais possibilitam uma visão abrangente do comportamento de cada lojista, possibilitando análises de crédito mais assertivas e completas. Além disso, possuímos parceria com FIDCs que fazem a garantia de 100% das transações aprovadas pela Infracommerce, e possibilitam a antecipação das vendas para melhoria do fluxo de caixa.

Como complemento às soluções de meios de pagamento, Crédito e *backoffice*, possuímos uma plataforma de wallet (contas digitais) que permite a criação de programas de *cashback* e fidelidade segmentados para cada perfil de cliente B2B, possibilitando aumento da fidelização e recorrência de compras dos lojistas nos sites.

Administração e equipe experiente e com profundo conhecimento em customer experience.

Tanto a nossa Diretoria quanto nosso Conselho de Administração reúnem profissionais com mais de 15 anos de experiência e conhecimento de tendências em logística, tecnologia e varejo omnicanal. Alguns são profissionais que trabalham juntos há muitos anos na Companhia, sendo a maioria deles desde sua fundação. Todos os diretores e principais executivos são acionistas ou participam do programa de opções de compra de ações. Isso demonstra profunda consistência e forte comprometimento com o propósito da Companhia, além de serem alicerces para a manutenção de uma forte cultura corporativa e grande referências para nossos funcionários. Acreditamos que essa gestão próxima, eficiente e experiente e uma visão estratégica consistente contribuem para nosso crescimento, lucratividade e fortalecimento de nossa proposta de valor.

Ademais, desde a nossa fundação, temos trabalhado para nos institucionalizar, acelerar o desenvolvimento e retenção dos talentos, priorizar o engajamento da força de trabalho e implementar ações para aumentar nossa eficiência e produtividade. Na data deste Formulário de Referência, contávamos com mais de 3.000 profissionais (dentre os quais, 400 desenvolvedores), e em 2023 passamos a integrar o índice *Great Place to Work* (IGPTW) da B3, que reúne as empresas listadas na Bolsa com as melhores prática de gestão de pessoas e desenvolvimento de colaboradores, levando em consideração a certificação *Great Place to Work* e o ranking anual das melhores empresas para se trabalhar.

⁴ A certificação PCI (*Payment Card Industry Data Security Standard*) é um conjunto de normas de segurança de dados criado para proteger as informações de cartões de pagamento, como números de cartão de crédito e débito, durante as transações e o armazenamento.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Modelo de negócio com crescimento operacional e relevância de mercado.

Comparando o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 com o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, apresentamos um crescimento de 27,7% em receita líquida, para R\$ 803.958 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, comparado com R\$ 629.461 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022. Esse desempenho está relacionado ao crescimento no número de clientes da Companhia, que passou de 201 em 31 de dezembro de 2020 para 754, em 30 de setembro de 2023, e ao aumento na quantidade de transações em nosso ecossistema, o que resultou em um crescimento de 25,8% do GMV no período; ao passo de registrarmos um prejuízo líquido de R\$184.704 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, comparado com um prejuízo líquido de R\$193.463 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, sendo que tal redução do prejuízo líquido está relacionado, principalmente, ao foco que a Companhia está tendo na redução de gastos e aumento de eficiência, como (i) aceleração das sinergias de suas aquisições; (ii) priorização de investimentos; (iii) reorganização da estrutura organizacional para ganho de eficiência; e (iv) foco no *core business* e na rentabilização da base de clientes. Foi apurado um EBITDA Ajustado de R\$143,9 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, comparado com R\$60,0 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, com crescimento de 140,1%%. A Margem EBITDA Ajustado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 totalizou 17,9%, comparada com uma Margem EBITDA Ajustado de 9,5%, registrada no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022.

Comparando o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 com o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, apresentamos um crescimento de 110,9% em receita líquida, para R\$891.301 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparado com R\$422.560 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021. Esse desempenho está relacionado com o aumento na quantidade de transações em nosso ecossistema, o que resultou em um crescimento de 82,7% do GMV no período; ao passo de registrarmos um prejuízo líquido de R\$264.939 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, comparado com um prejuízo líquido de R\$39.068 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, sendo que tal crescimento do prejuízo líquido está relacionado ao aumento das despesas financeiras devido, principalmente, ao crescimentos dos juros no país, que alavancou a dívida financeira da Companhia. Foi apurado um EBITDA Ajustado de R\$103.067 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, comparado com R\$25.727 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, com crescimento de 300,6%, sendo que o crescimento do EBITDA Ajustado está relacionado principalmente, ao início das sinergias das aquisições de empresas realizadas em 2021, reduzindo as despesas e custos correlacionados das empresas adquiridas, além de aumentar significativamente o faturamento. A Margem EBITDA Ajustado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 totalizou 11,6%, comparada com uma Margem EBITDA Ajustado de 6,1% registrada no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Comparando o exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 com o exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, apresentamos um crescimento de 79,1% em receita líquida, para R\$422.560 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, comparado com R\$235.933 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Esse desempenho está quase em sua totalidade, relacionado, ao crescimento inorgânico resultante de aquisições de empresas. Por outro lado, apresentamos um prejuízo líquido de R\$39.068 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, comparado com um prejuízo líquido de R\$6.534 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, sendo que tal crescimento do prejuízo líquido está relacionado ao aumento das despesas com pessoal e despesas administrativas. Foi apurado um EBITDA Ajustado de R\$25.727 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, comparado com R\$20.696 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, com aumento de 24,2%, sendo que o crescimento do EBITDA Ajustado foi abaixo do crescimento da receita líquida devido ao aumento das despesas e custos conforme citado acima. A Margem EBITDA Ajustado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 totalizou 6,1%, comparada com uma Margem EBITDA Ajustado de 8,7% registrada no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

Acreditamos que nossos resultados financeiros são consequência de nossa proposta de valor aliada à capacidade de execução de nossa equipe.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Nossos Pontos Fracos, Obstáculos e Ameaças

Os pontos fracos, obstáculos e ameaças a nós, nossos negócios e condição financeira estão relacionados à concretização de um ou mais cenários adversos contemplados em nossos fatores de risco, ocorrendo de maneira combinada ou não. Para mais informações veja os itens "4.1 Fatores de Risco", "4.2 Cinco Principais Fatores de Risco" e "4.3 Riscos de Mercado" deste Formulário de Referência.

Nossas Estratégias

Acreditamos que a implementação das nossas principais estratégias comerciais e financeiras nos proporcionará melhorias no desenvolvimento das nossas atividades, de forma a maximizar a lucratividade dos nossos acionistas e propiciando vantagens sobre os nossos concorrentes. Nossa estratégia contempla os fatores descritos a seguir:

Expansão da base de clientes e das oportunidades de vendas cruzadas para crescimento orgânico.

Temos como prioridade a expansão da nossa base de clientes e das oportunidades de vendas cruzadas. Acreditamos ter uma oportunidade significativa de atrair novos clientes em qualquer estágio da jornada da digitalização, seja ele um cliente da Onda 1, 2 ou 3, havendo bastante espaço neste setor para nossa estratégia de crescimento orgânico. Pretendemos continuar a investir estrategicamente em programas de marketing para comunicar nossa solução e posicionamento para um número cada vez maior de potenciais clientes em diferentes estágios de seu ciclo de desenvolvimento digital.

Além disso, acreditamos haver grandes oportunidades de vendas cruzadas para maior desenvolvimento de nossa plataforma e fortalecer o crescimento das receitas na base de clientes, por meio da integração de nossa tecnologia omnichannel, de nossas soluções financeiras e de nossas demais soluções *full commerce*. Ademais, de acordo com a sazonalidade, nosso time de vendas é reforçado com profissionais com experiências complementares de variados setores.

Inovação e ampliação contínuas da nossa tecnologia de soluções omnichannel.

Pretendemos incrementar nossa tecnologia no conceito omnichannel, oferecendo aos clientes uma visão diferenciada de seus negócios, ao combinar e sincronizar todos os dados de consumidores, estoques, pedidos, produtos, pagamentos e demais dados originados nos diversos canais de vendas. Além disso, com a expansão dos nossos serviços de logística e entrega, acreditamos ter oportunidades ainda maiores de complementação de nossa plataforma.

Acreditamos possuir potencial para continuar a adicionar funcionalidades e recursos inovadores à nossa plataforma para atender às novas tecnologias e às necessidades dos clientes em rápida mudança, trazendo toda nossa solução do mundo online para a realidade offline "omnicanal". Esta nova plataforma nos permite fazer vendas cruzadas de soluções adicionais para nossa base de clientes, e nos permite executar a visão de ajudarmos nossos clientes na jornada completa da Onda 1 à Onda 3.

Entrega mais rápida e em mais localidades por meio da expansão da nossa rede logística.

Temos trabalhado intensamente para oferecer a entrega mais rápida, em todas as nossas modalidades. Atualmente contamos com centros de distribuição, localizados em regiões estratégicas do país. Um de nossos principais projetos é expandir os centros de distribuição, permitindo uma descentralização dos estoques e melhor experiência do consumidor através da entrega com uma rede de parceiros para entregas de longa distância e entregas locais nas grandes regiões metropolitanas.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Acreditamos que quanto mais melhorias fizermos em nossos sistemas, mais eficientes seremos e maior retorno alcançaremos. Já possuímos um sistema de controle informatizado que nos possibilita reduzir nossas despesas e monitorar diariamente todas as atividades de nossos centros de distribuição e a movimentação de seus estoques. Além disso, muitas das funções são automatizadas e apoiadas por sistemas avançados e sofisticados, permitindo o manuseio dos produtos de forma mais rápida e eficiente. Nossa estratégia é aprimorar estes controles e continuar investindo em novas soluções tecnológicas que proporcionam uma melhora na experiência de compra e, também, investindo na estrutura de tecnologia para melhorar a performance de nossos centros de distribuição e *backoffice*.

Aceleração do crescimento por meio de novas aquisições e integrações com outras empresas do mercado.

A estratégia de aquisições de empresas que temos perseguido está focada em três pilares do nosso plano estratégico: (i) reforço das infraestruturas de tecnologia e inteligência artificial; (ii) expansão da infraestrutura logística; e (iii) integração horizontal na América Latina. Existem ativos relacionados a tais pilares com alto potencial de sinergias de receita e/ou de custos com nossa operação atual da Companhia. Continuaremos a analisar oportunidades de mercado e acreditamos que existe potencial para realizarmos novas aquisições que agreguem valor de forma consistente à Companhia, tendo em vista a extensa experiência dos nossos executivos em fusões e aquisições, somada à nossa equipe especializada em M&A, com um processo sistemático de avaliação de ativos.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

1.3 – Segmentos operacionais: em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações

(a) Produtos e serviços comercializados

As atividades da Companhia são exercidas por meio de dois segmentos operacionais, conforme divulgados em suas demonstrações financeiras: (i) segmento Brasil, composto por suas operações situadas no Brasil; e (ii) segmento Latam, composto por suas operações situadas nos demais países da América Latina em que atua.

(b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

A tabela a seguir apresenta a receita líquida por segmento operacional da Companhia:

	30/09/2023		2022		2021		2020	
	R\$	% do total						
Receita líquida - Brasil	528.624	65,8%	710.965	80%	314.154	74%	231.744	98%
Receita líquida - Latam	275.334	34,2%	180.336	20%	108.406	26%	4.189	2%
Total	803.958	100%	891.301	100%	422.560	100%	235.933	100%

(c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

A tabela a seguir apresenta o lucro ou prejuízo por segmento operacional da Companhia:

	30/09/2023		2022		2021		2020	
	R\$	% do total	R\$	% do total	R\$	% do total	R\$	% do total
Prejuízo do exercício/período - Brasil	(201.024)	109%	(281.322)	106%	(40.109)	103%	(6.534)	100%
Lucro do exercício/período - Latam (excluindo Brasil)	16.320	(9%)	16.383	(6%)	1.041	(3%)	-	-
Total	(184.704)	100%	(264.939)	100%	(39.068)	100%	(6.534)	100%

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1.4 – Segmentos operacionais: em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 1.3, descrever:

(a) Características do processo de produção

Não se aplica, uma vez que a Companhia não possui um processo de produção.

(b) Características do processo de distribuição

Nossa estratégia de vendas é própria e exercida através de canais diretos, pois valorizamos o atendimento de longo prazo aos nossos clientes e garantimos a expertise de nossos profissionais. Nossos canais de vendas consistem em duas estruturas de profissionais altamente qualificados, sendo elas: (i) um time de marketing e vendas, e (ii) um time de Customer Success, ambos caracterizados e detalhados abaixo.

A Companhia oferece uma solução de *White-Label Digital Ecosystem* para que os nossos clientes possam aumentar sua presença online e melhorar o posicionamento de suas marcas no mundo digital. Nosso processo comercial é conduzido por nosso time de profissionais que identifica oportunidades de prospecção ativa e geração de oportunidades via ações de comunicação e estratégias do nosso time de marketing.

Uma vez realizado o contato, nosso time comercial identifica a necessidade do cliente em potencial (cliente prospect ou prospect) e apresenta o nosso portfólio completo de verticais digitais. Em função do escopo de necessidades do prospect, nosso profissional comercial envolve especialistas de diversas disciplinas de e-commerce para definir de forma colaborativa, as condições de parametrização da nossa plataforma tecnológica e o escopo das nossas responsabilidades estratégicas, táticas, operacionais e de gestão do ecossistema digital da marca do cliente.

A Companhia oferece também a flexibilidade para os clientes contratarem e utilizarem parte dos componentes do *White-Label Digital Ecosystem*, formados pelas seguintes verticais que se complementam e se integram: *infra.digital*, *infra.shop*, *infra.data*, *infra.pay* e *infra.log*. A plataforma tecnológica e o ecossistema foram concebidos para serem oferecidos de forma modular, visando facilitar a entrada do cliente e acelerar a captura dos benefícios de fazer parte do nosso ecossistema, independente da maturidade digital do cliente, isto é, se é um cliente de Onda 1, Onda 2 ou Onda 3. Nosso processo comercial se adequa às necessidades do cliente, e nos permite ajudá-los a navegar por esse processo evolutivo.

Para ajudar os clientes na jornada evolutiva da presença e do posicionamento de suas marcas no mundo digital, temos um time de relacionamento com as contas-chave, responsáveis pelo Customer Success, que acompanha e monitora o processo de entrada do cliente em nossa plataforma tecnológica e a integração com o nosso ecossistema, a fim de garantir que os objetivos estratégicos do contrato serão obtidos. Nosso time de Customer Success também é responsável por apresentar e introduzir aos clientes da base às novas features da plataforma e as constantes evoluções do nosso *White-Label Digital Ecosystem*.

Marketing e Vendas

Marketing: O time de marketing, em conjunto com o time comercial, é responsável pelo mapeamento de clientes-alvo, priorizados por segmento. As características dos segmentos-foco de prospecção de clientes são: (i) mercados nos quais a aceleração da penetração de digital está aumentando, (ii) a diferenciação de marca, fator importante para as empresas do segmento que precisam construir e controlar o posicionamento de suas marcas no mundo digital, e (iii) uma cadeia de distribuição

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

fragmentada e geograficamente dispersa, tanto do ponto de vista do consumidor final (B2C e D2C) ou até mesmo da perspectiva do ponto-de-venda e de seu abastecimento (B2B ou B2B2C).

Geração de Leads: O time de marketing também é responsável por desenvolver estratégias de comunicação e produzir conteúdos relevantes para os tomadores de decisão – em geral, o CEO e demais membros da alta-gestão, bem como para os demais níveis responsáveis pela gestão e operação de áreas que serão impactadas ou interagem com a área de *e-commerce*, quando esta já existir. Também fazemos esforços para engajar potenciais influenciadores dentro das organizações dos *prospects*. A abrangência dos pontos de contato nas organizações dos *prospects* é importante devido a heterogeneidade do processo decisório e de gestão das iniciativas digitais. O conteúdo das comunicações é adaptado de acordo com o segmento de negócio e a maturidade digital dos *prospects*.

Qualificação/Reunião Inicial: Nosso time realiza a prospecção ativa de clientes. Na interação com o prospect, apresentamos as soluções que compõem o nosso ecossistema digital e rapidamente identificamos em conjunto com o cliente, quais as *features* da plataforma e do nosso ecossistema de soluções são mais adequadas para o desafio específica da marca e do negócio. Nosso *White-Label Digital Ecosystem* vai desde uma oferta de plataforma tecnológica para clientes de Onda 1 até um ecossistema completo de soluções logísticas e de pagamentos para os clientes de Onda 3. A partir da entrada do cliente no ecossistema, monitoramos as métricas de sucesso do e-commerce, para determinar o melhor momento para oferecer novas soluções e *features* com potencial de levar o cliente para o próximo nível, e deixá-lo mais próximo da próxima onda.

Proposta/Negociação: Com base no conhecimento e experiência que possuem em tecnologia, varejo, logística, marketing digital e e-commerce, nossos profissionais comerciais, são capazes de identificar as necessidades e gaps dos prospects e desenvolver uma proposta que mais se adequa aos objetivos estratégicos da marca e do negócio do cliente.

Fechamento/Contrato: Após a negociação e aceite dos termos de uso da plataforma e condições de acesso ao ecossistema digital pelo cliente, iniciamos o processo de setup. Uma equipe completa é engajada para fazer o *on boarding* do cliente. A partir deste momento, inicia-se uma transição estruturada do time comercial para o time de contas-chave de *Customer Success*.

Gestão comercial: Todas as oportunidades mapeadas e interações são centralizadas no Salesforce CRM. Todas os *customer insights* levantados durante a fase de prospecção de novos clientes é registrado pelo nosso time de vendas. Posteriormente, nosso time de contas-chave de Customer Success se utiliza de tais informações coletadas sobre o perfil dos clientes para fomentar a venda cruzada e expandir o portfólio de produtos e serviços prestados com base na atualização de suas necessidades.

Customer Success: Time organizado em duas frentes: clientes B2C, liderada por Luiz Pavão, fundador da Companhia e ex-diretor de logística e e-commerce da Daslu; e clientes B2B, liderada por Guido Carelli, ex-diretor comercial da Unilever. O time é responsável pelo atendimento e prestação de suporte aos clientes existentes, visando fomentar seu crescimento dentro do ecossistema, com aumento de escala e vendas cruzadas. Com conhecimentos variados de *business intelligence*, design, omnicanalidade, *analytics* e inteligência artificial, o time de Customer Success se dedica à análise das estratégias e métricas de performance dos clientes, acompanhando as tendências de mercado a fim de oferecer sempre a melhor experiência aos consumidores das marcas dos clientes da Companhia.

Customer Success é parte vital do crescimento da venda-cruzada, pois ajuda o cliente a evoluir para níveis de performance superiores, à medida em que determinados gargalos são resolvidos.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Apresentaremos a seguir os principais drivers de venda-cruzada trabalhada pelo time:

Infra.Shop e Infra.Digital: Dentro do nosso *White-Label Digital Ecosystem*, a plataforma tecnológica é o primeiro passo requerido por uma empresa para introduzir sua marca no mundo digital. Nossa tecnologia omnichannel não só leva os clientes para o mundo digital por meio de integrações com outras plataformas e *marketplaces*, mas também permite que eles ajustem suas estratégias por meio das *features* de inteligência de vendas. Mas esses passos, apesar de importantes, são apenas passos iniciais de um "player Onda 1". O objetivo dos nossos clientes é converter o diferencial de marca e o relacionamento digital em vendas, mas a qualidade e a efetividade do relacionamento da marca com o seu consumidor digital dependem de dezenas de etapas que ocorrem depois da marca ser descoberta pelos clientes, mas antes do primeiro "click". A eficiência na construção das interfaces digitais e a qualidade do conteúdo e das informações garantem um bom fluxo de visitas, engajamento com o site e até a taxa de conversão do relacionamento digital em vendas. Mas esta camada garante que a conversão não seja negativamente afetada pela experiência de uso da interface pelo cliente da marca. Além da plataforma tecnológica, a qualidade do *fulfillment*¹ é a próxima camada de conversão.

Infra.Log: Por esta razão, nossas soluções de *fulfillment* são necessárias para que o cliente consiga potencializar a qualidade da sua plataforma. O prazo de entrega informado no momento da compra tem influência significativa na conversão de vendas. Nosso *fulfillment* inclui uma solução logística com múltiplos centros de distribuição operados por nós, para que as marcas possam oferecer tempos de entrega cada vez menores e aumentar a taxa de conversão. Oferecemos a escala, a cobertura geográfica dos nossos centros logísticos, e a eficiência de operação, para que nossos clientes possam alavancar seus negócios digitais e evoluir em direção à Onda 3.

Contamos também com um pool de cerca de 40 transportadoras homologadas, que nos fornecem suas tabelas de frete e por meio de leilão recebem os pedidos. Os leilões consideram o preço mais baixo para determinada faixa de CEP e peso, com uso de nosso sistema de inteligência de operação e gestão de frete. A operação tem abrangência nacional, chegando às mais diversas regiões do país, priorizando a excelência de entrega ao consumidor, menores prazos, qualidade de entrega e tracking de pedidos, com monitoramento de KPIs, focando a eficiência operacional e de custos.

Infra.Pay: Também oferecemos um conjunto de soluções de gestão de pagamentos e soluções de Créditos por meio da nossa *fintech*. Nossos clientes se beneficiam de um gateway de pagamentos robusto, com taxas reduzidas e um sistema de conciliação bancária e repasses financeiros. A solução inclui monitoramento de fraudes, gestão de *chargebacks* e ferramentas de análise de risco. Também temos soluções de Crédito para clientes B2B, para os quais fazemos gestão do processo de antecipação por pedidos parcelados, sendo tal antecipação realizada por meio do Infracommerce Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios ("FIDC").

Tecnologias Utilizadas

Toda tecnologia que utilizamos segue a premissa de compor o melhor desenvolvimento customizado pelo nosso time de TI, integrado a um conjunto de serviços referência de mercado a partir de parceiros estratégicos. Nossos sistemas utilizam códigos proprietários que também utilizam bibliotecas de código *open source*.

Dentre o desenvolvimento customizado, temos como sistemas principais, a plataforma proprietária e o hub de integrações. Ambos foram desenvolvidos internamente pela Companhia, que acredita agregar relevante vantagem competitiva, oferecendo uma solução de rápida implantação tanto para clientes

¹ Processo logístico e operacional que permite entregar produtos a clientes no e-commerce.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

B2C *single channel* e omnichannel, quanto para clientes B2B, abrangendo uma ampla seleção de funcionalidades, uma grande flexibilidade para conectar com outras APIs e serviços de mercado. Desta forma, a Companhia também se beneficia em não depender de terceiros para a criação de novas funcionalidades, com total liberdade para alterar ou evoluir o software da forma mais adequada para seu crescimento e direcionamento. Assim, a Companhia tem maior flexibilidade, inclusive, na solução de problemas de software internamente com maior velocidade e dentro de um cronograma próprio, sem depender de terceiros.

(c) Características dos mercados de atuação, em especial:

(i) Participação em cada um dos mercados

(ii) Condições de competição nos mercados

As empresas cada vez mais têm investido nas suas operações online para estarem preparadas para o aumento da relevância do e-commerce nas vendas do varejo no Brasil e no mundo. Fatores como (i) demografia favorável com a geração tecnológica dos millenials ganhando relevância na pirâmide etária, (ii) mudança de comportamento do consumidor que tem procurado mais comodidade nas suas compras, (iii) aumento do engajamento online com aumento da adesão de smartphones na população e (iv) aprimoramento de ferramentas tecnológicas, têm ajudado nessa tendência secular de transferência das vendas do varejo do lado físico para o mundo online.

Além dos fatores estruturais, a pandemia causada pela COVID-19 e consequente impacto nas medidas de distanciamento social e permanência das pessoas em casa fez com que o movimento de migração de hábitos de compra e consumo entre lojas físicas e digitais tenha sido acelerado, impulsionando ainda mais as vendas online nesse período. Dessa forma, empresas que não tinham sua plataforma de *e-commerce* prontamente elaborada viram a necessidade de se adaptar a essas mudanças e aprimorar a presença digital.

Entendemos que a intensificação da exploração do e-commerce se desenvolveu principalmente em três ondas até o momento atual, em que a experiência do consumidor ocupa um papel central na estratégia online das empresas

Go Online

O primeiro movimento realizado pelas companhias foi o "go online", estratégia que consiste no desenvolvimento da plataforma de e-commerce para oferecer produtos via internet de modo ainda incipiente e com pouca sofisticação em termos de publicidade, processamento de pagamentos e logística.

Trata-se de um primeiro passo rumo à exploração do ambiente virtual, e é marcado pelo uso de lojas na plataforma do desktop e mobile, manuseio da fachada da loja, marketing digital básico, pagamentos e logística básica. É um nicho explorado por empresas como Magento, Oracle, Salesforce, Magento, Salesforce, SAP Hybris, Oracle, Locaweb e Bigcommerce.

Dominância dos Marketplaces / Multicanalidade

Posteriormente, por meio da segunda onda caracterizada pela multicanalidade, observamos empresas iniciando um processo de conexão entre as lojas físicas e as virtuais, utilizando plataformas de *marketplaces*, investindo em melhorias com foco em design e experiência do usuário e no suporte ao cliente, além de uma preocupação com a Gestão de Relacionamento com o Cliente.

Dentre as empresas que atuam dessa forma, pode-se citar a Shopify, Nuvemshop, VTEX e Linx.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Ecossistemas Emergem

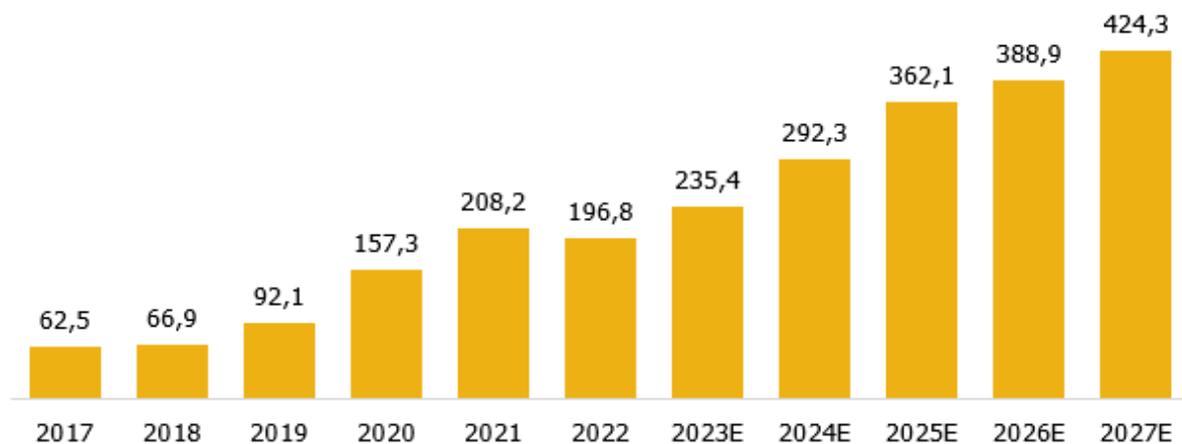
Por fim, a terceira onda consiste em uma estratégia multicanal integrada que englobe grande parte das frentes operacionais do comércio eletrônico com sofisticação, com utilização de recursos de Big Data/BI, soluções de inteligência artificial, estratégia de Gestão de Relacionamento com o Cliente personalizada, e uma rede logística completa e eficiente. Trata-se da centralização da experiência do cliente na estratégia de e-commerce em busca de uma experiência do consumidor superior.

A Infracommerce se destaca por atuar com excelência nesse movimento. Outras empresas como Amazon, Mercado Livre, Shopee, Magazine Luiza, B2W Digital e Via Varejo também fazem parte deste movimento.

Mercado de atuação

Ainda que atuemos em outros países da América Latina, o principal mercado de atuação da Companhia é o Brasil. Segundo nossa análise sobre dados do setor divulgados pela Statista, o faturamento do e-commerce no Brasil atingiu R\$196,8 bilhões em 2022.

Receita total (R\$ bi²) do e-commerce de varejo no Brasil 2017-2027



Fonte: Statista

O setor de e-commerce no Brasil tem demonstrado um dinamismo ao longo dos anos, refletido em dados que apontam para uma evolução e perspectivas promissoras. O gráfico acima revela um cenário de crescimento expressivo. Entre os anos de 2017 e 2022, a taxa média de crescimento anual composta (CAGR) atingiu 25,8%. Esse desempenho positivo é um indicativo da maturidade do mercado de comércio eletrônico no país.

Contudo, o crescimento é ainda maior para as projeções para o futuro. O CAGR projetado para o período de 2023 a 2027 é estimado em 15,9%. Essa tendência ascendente sugere não apenas a

² Considera o câmbio médio de cada ano para 2017 a 2022 e projeções do Bacen de 2023 a 2027 através do Sistemas de Expectativas de Mercado acessado em 25 de Setembro de 2023.

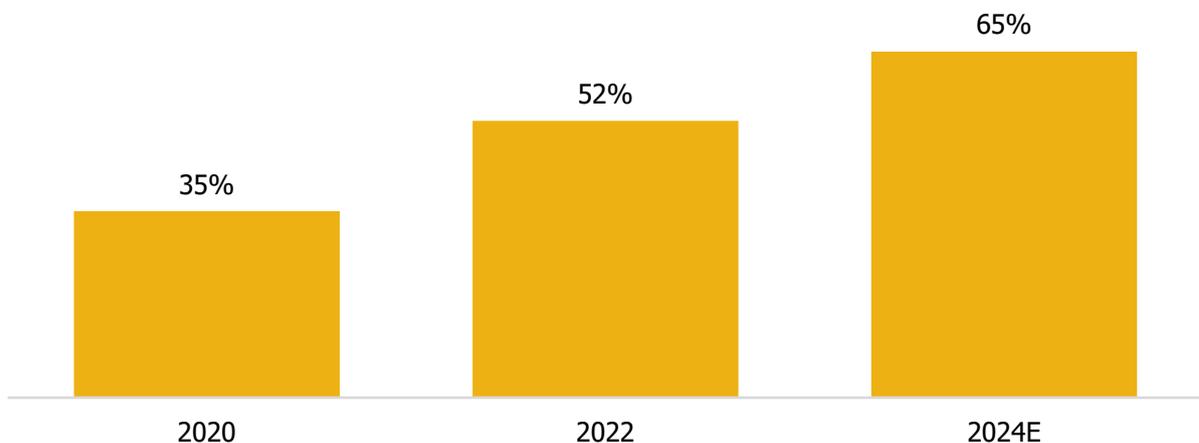
1.4 Produção/Comercialização/Mercados

continuação do crescimento, mas também um aumento de ritmo, indicando um setor que está se expandindo de maneira sustentável.

Cada vez mais é evidente que a transformação digital está desempenhando um papel crucial no contínuo crescimento do mercado de *e-commerce*, o que é refletido no âmbito dos serviços *Business-to-Business* (B2B) e *Business-to-Consumer* (B2C).

Em relação ao setor B2B, notamos que as empresas que atendem a outras empresas já estão colhendo os benefícios da digitalização. Em 2020, 35% de sua receita já era proveniente de canais digitais, indicando a aceitação das soluções online para transações e operações empresariais. O aumento para 52% em 2022 e a previsão de alcançar 65% em 2024 refletem uma transformação na forma como os negócios são conduzidos entre empresas. Isso é resultado da necessidade de adaptação em um ambiente em constante mudança, além da busca por eficiência nas operações B2B.

Participação da receita das organizações B2B com canais digitais no Brasil 2020-2024

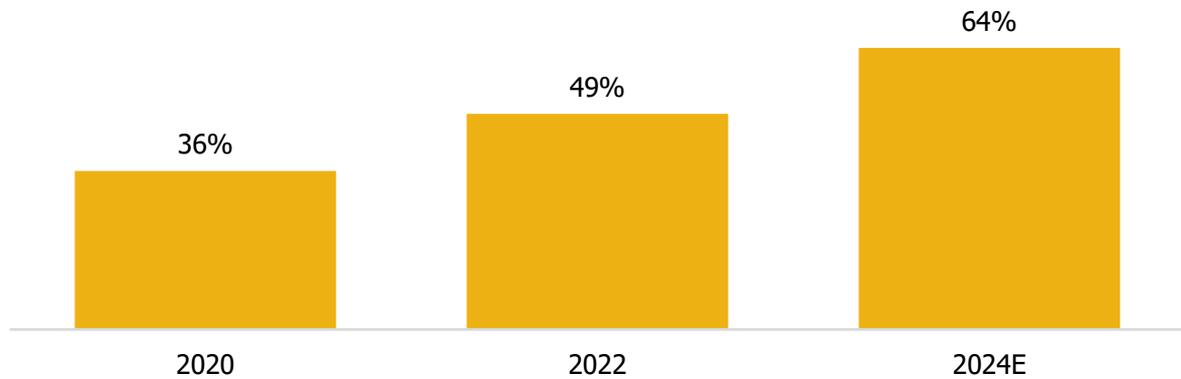


Fonte: Statista

Por outro lado, podemos observar tendência semelhante para os serviços B2C. Empresas que atendem diretamente aos consumidores também estão experimentando um crescimento notável na receita proveniente de canais digitais. Em 2020, 36% de sua receita era gerada online, o que indica claramente que os consumidores já estavam adotando o comércio eletrônico. Com um crescimento para 49% em 2022 e a expectativa de chegar a 64% em 2024, torna-se evidente que a digitalização do setor B2C é uma realidade que já está presente atualmente. Os consumidores estão buscando experiências de compra cada vez mais personalizadas e convenientes, impulsionando o crescimento constante das vendas online.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

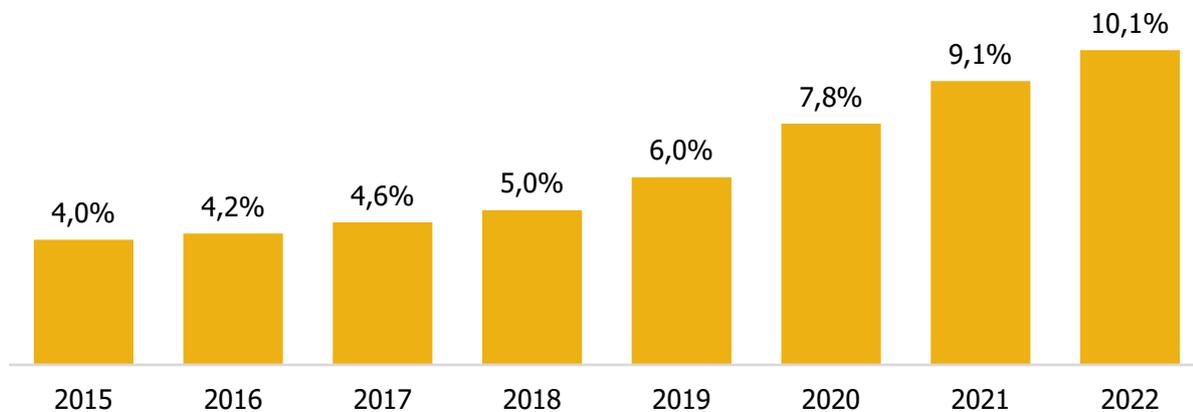
Participação da receita das organizações B2C com canais digitais no Brasil 2020-2024



Fonte: Statista

Essa convergência de crescimento nos setores B2B e B2C, ambos impulsionados pela transformação digital, é um testemunho da influência da tecnologia na maneira como os negócios são conduzidos e das expectativas dos consumidores, destacando a importância da adaptação e inovação para empresas que buscam prosperar em um cenário comercial em constante evolução.

Participação nas vendas no varejo online no Brasil 2015-2022

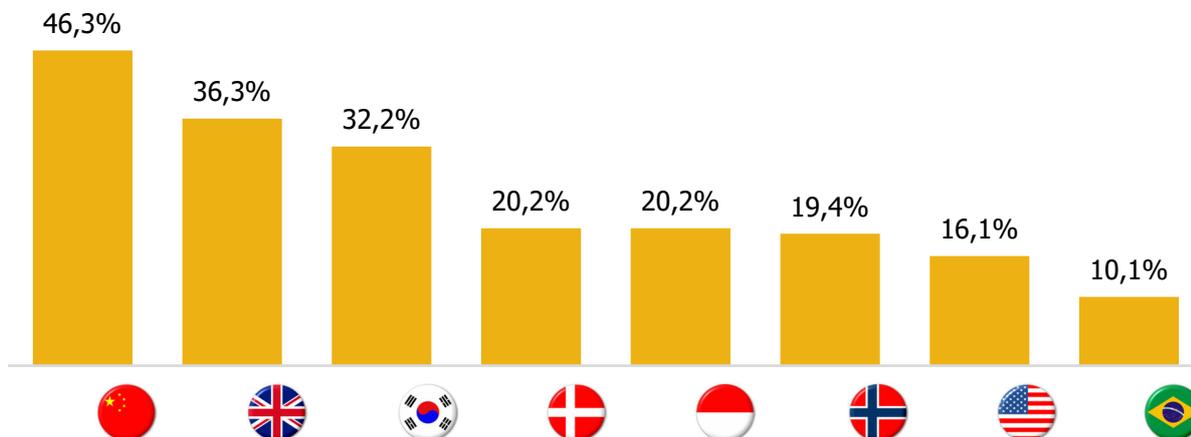


Fonte: Statista

Embora tenha mostrado um crescimento constante e expressivo no comércio eletrônico nos últimos anos, o Brasil apresenta uma penetração de 10,1% do *e-commerce* nas vendas do varejo.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Participação nas vendas no varejo online por país (2022)



Fonte: Statista

Ao comparar com outros países, fica evidente que ainda há um espaço significativo para expansão das vendas online no Brasil. Tanto em relação a países desenvolvidos como o Reino Unido e os Estados Unidos, ou mesmo em economias emergentes como a China e a Indonésia, o Brasil ainda está sub-penetrado no mercado de varejo online.

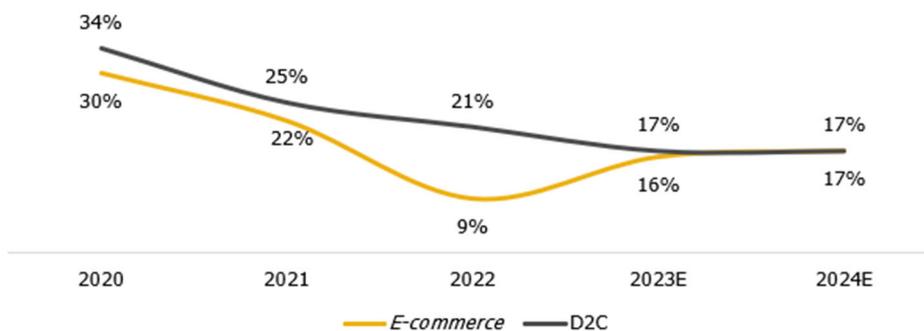
O mercado de varejo online é uma das forças motrizes do comércio global, com países de todo o mundo adotando cada vez mais esse método de compra. O gráfico acima apresenta uma visão clara das nações que lideram essa revolução digital e demonstra que o Brasil ainda tem espaço para crescimento considerável no cenário do *e-commerce*.

Em primeiro lugar, a China se destaca com 46,3% das vendas no varejo ocorrendo de forma digital. O país asiático é líder global no comércio eletrônico, impulsionado por seu grande mercado interno e infraestrutura digital avançada. Já os Estados Unidos registram uma penetração de 16,1%, indicando que até mesmo uma das maiores economias do mundo ainda tem potencial de expansão para o mercado de varejo online.

Esses dados revelam uma oportunidade substancial para o crescimento do *e-commerce* no Brasil. A digitalização da sociedade brasileira, o aumento da confiança do consumidor nas compras online e a busca por conveniência são fatores que podem impulsionar o crescimento das vendas online no país. A medida que mais empresas e consumidores brasileiros adotam o comércio eletrônico, o Brasil tem o potencial de se aproximar dos líderes globais nesse cenário.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

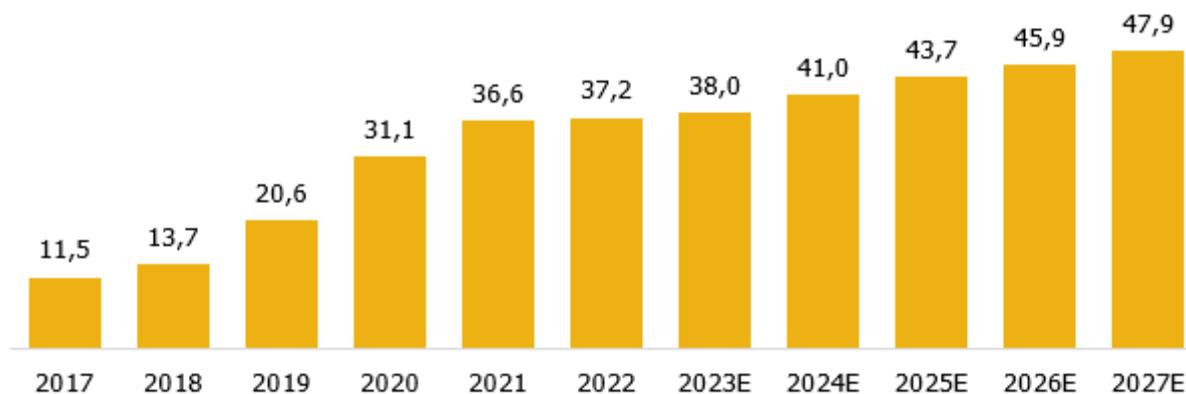
Crescimento anual de E-commerce vs D2C nos EUA 2020-2024



Fonte: Statista

O modelo D2C (*Direct-to-Consumer*) vem consistentemente superando o *e-commerce* em crescimento nos EUA devido à sua habilidade em oferecer produtos altamente personalizados e experiências de compra únicas. As marcas D2C estabelecem relações diretas com os consumidores, permitindo feedback imediato e adaptações ágeis às suas necessidades. Isso, combinado com sua agilidade e capacidade de inovação, impulsiona seu rápido crescimento em comparação com o *e-commerce* tradicional, que ainda mantém seu papel crucial no cenário de compras online.

Receita Global (R\$ bi³) Proveniente de Aplicações de Software em E-commerce 2017-2027



Fonte: Statista

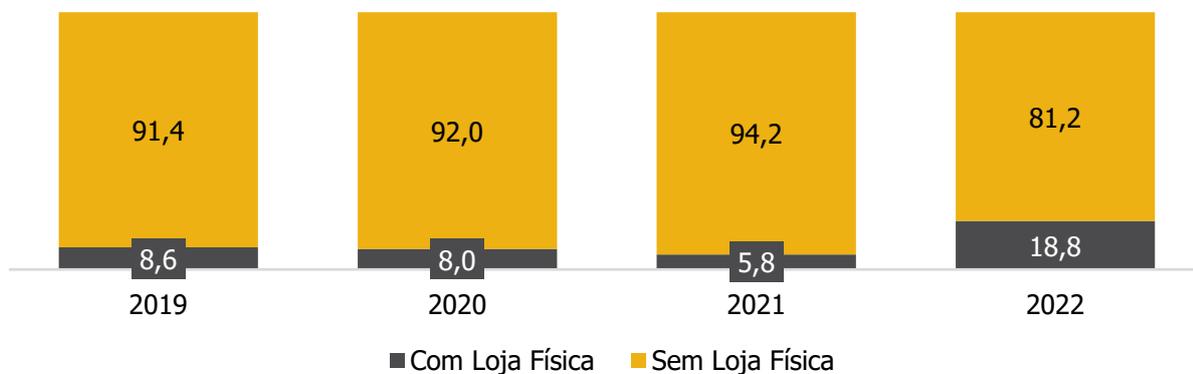
O mercado de *e-commerce* está em constante evolução, impulsionado em grande parte pela adoção de tecnologias avançadas e inovações que melhoram a experiência do usuário e a eficiência operacional. Um componente fundamental dessa transformação é o mercado de aplicações de software, que desempenha um papel crítico na capacitação das operações de comércio eletrônico.

³ Considera o câmbio médio de cada ano para 2017 a 2022 e projeções do Bacen de 2023 a 2027 através do Sistemas de Expectativas de Mercado acessado em 25 de Setembro de 2023.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Durante o período de 2017 a 2022, o mercado de e-commerce testemunhou um rápido aumento na demanda por soluções de software que abordam desafios como personalização de experiência, gerenciamento de estoques, logística e análise de dados. O CAGR projetado de 6,0% de 2023 a 2027 reflete uma fase de estabilização e maturidade no mercado de aplicações de software para *e-commerce*. À medida que as empresas já implementaram muitas das soluções essenciais, a taxa de crescimento tende a diminuir. No entanto, isso não indica uma desaceleração, mas sim uma otimização. As empresas continuarão a investir em software para aprimorar a eficiência, garantir a segurança dos dados, adotar tecnologias emergentes, como por exemplo a inteligência artificial, e melhorar a personalização da experiência do cliente.

Digitalização - Entrada do varejo tradicional no ambiente online 2019-2022



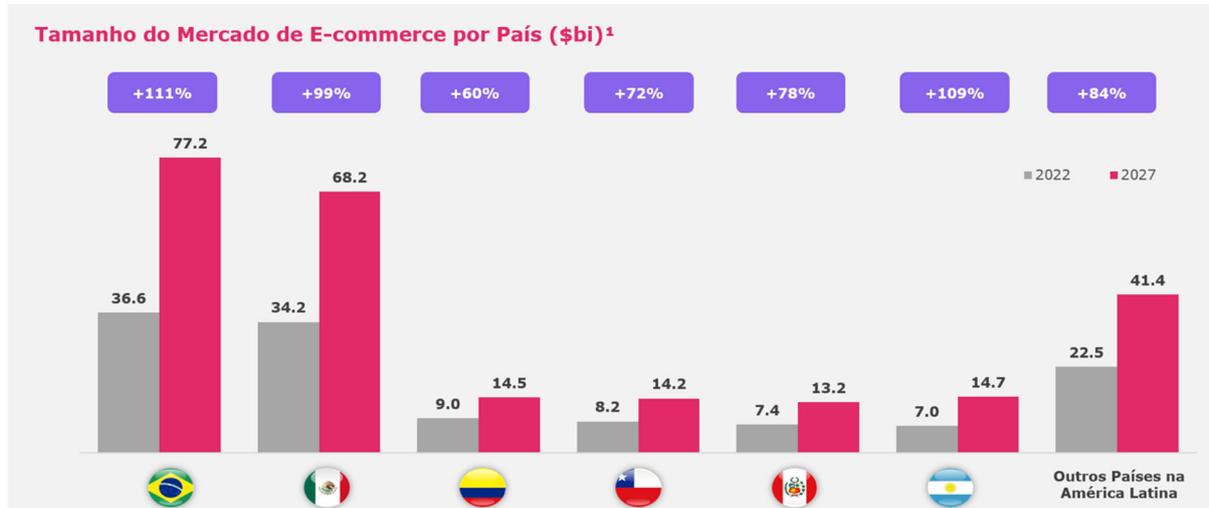
Fonte: BigData Corp

Pode-se observar uma tendência de que os principais players do *e-commerce* estão cada vez mais se adaptando ao varejo tradicional. Isso se traduz na solidificação de suas presenças também no ambiente físico. Podemos observar essa tendência de retomada após a pandemia, refletindo a busca por atender às demandas diversificadas dos consumidores modernos e garantir uma presença abrangente em um mercado em constante evolução.

Abaixo indicamos a expectativa de crescimento do E-commerce nos principais países da América Latina nos anos mencionados.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Expectativa de Crescimento do E-commerce nos Principais Países da América Latina



(1) Fonte: Statista Digital Market Insights

Outros fatores que influenciam o comportamento dos mercados de atuação da Companhia

Benefícios fiscais ou subsídios

Algumas controladas da Companhia possuem benefícios fiscais ou possuem processos administrativos em andamento solicitando "Regime Especial", relacionados especialmente à condição de substituto tributário e consequentes obrigações acessórias.

Situações de monopólio ou oligopólio

O mercado de atuação da Companhia não é caracterizado pela presença de monopólio ou oligopólio.

Custo de matéria prima e outras despesas

Não se aplica, pois, a Companhia é uma prestadora de serviço e não depende de matéria prima para exercício de suas atividades. Ademais, a Companhia não possui outras despesas não relacionadas com suas atividades operacionais.

Dependência de tecnologia

Nosso modelo de negócios é dependente de tecnologia. Nosso sucesso e habilidade de venda online e oferecimento de serviços de alta qualidade aos nossos clientes dependem da operação eficiente e ininterrupta de nossos sistemas de tecnologia da informação e computação.

Nossas operações e de nossas controladas dependem em grande parte do nosso sistema de informação, que é importante ferramenta de administração de nossos recursos e controle dos nossos ativos tangíveis e intangíveis relevantes.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

As nossas operações são realizadas por meio da plataforma digital, incluindo e-commerce, Marketplace, serviços de tecnologia, serviços de logística e financiamento ao consumo. O nosso crescimento está fortemente ligado à capacidade de expandir nossa plataforma digital e explorar novas oportunidades de negócios com sucesso.

Utilização de concessões e franquias

A Companhia não utiliza concessões e franquias.

(d) Eventual sazonalidade

Os clientes da Companhia tendem a ter maior volume de vendas nos períodos de pico do varejo, como por exemplo: Natal, Dia das Mães; Black Friday; etc., o que impacta diretamente os negócios da Companhia.

Apesar de a sazonalidade impactar a receita líquida da Companhia, esta entende que a indicação percentual sobre as contas de resultado não é uma informação completa ao investidor, uma vez que tais números foram impactados por alterações relevantes ocorridas na Companhia ao longo dos últimos anos, pois nos dois últimos exercícios sociais e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, a Companhia adquiriu diversas empresas.

(e) Principais insumos e matérias primas, informando:

(i) Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

(ii) Eventual dependência de poucos fornecedores

(iii) Eventual volatilidade em seus preços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui processo de produção e, portanto, não possui insumos e matérias primas.

1.5 Principais clientes

1.5 – Clientes relevantes: identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:

(a) Montante total de receitas provenientes do cliente

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 e no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, os dois maiores clientes da Companhia representavam, em conjunto, respectivamente, 37% e 37% de nossa receita líquida.

Todos os demais clientes, se analisados individualmente, eram responsáveis por volumes inferiores a 10% da receita líquida total da Companhia.

(b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

As receitas provenientes dos clientes acima identificados afetam os dois segmentos operacionais da Companhia (Brasil e Latam).

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

1.6 – Regulação estatal: descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

(a) Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Regulamentação Imobiliária

A operação normal das unidades da Companhia está sujeita, entre outros fatores, ao cumprimento das regras de zoneamento aplicáveis em cada município e região, bem como à obtenção de alvará de licença de uso e funcionamento, emitido pela municipalidade competente, e alvará do corpo de bombeiros competente, autorizando a operação regular do estabelecimento em questão.

Em relação a todos os locais ocupados pela Companhia para o exercício de suas atividades, devem ser obtidas e renovadas periodicamente as respectivas licenças e autorizações. Estabelecimentos que violem esses regulamentos, que não obtenham ou renovem suas licenças, ou que não cumpram com suas respectivas condições, podem estar sujeitos a sanções administrativas ou criminais, tais como a imposição de autos de infração, multas pelas autoridades competentes (cujo valor somente é determinado no caso específico), cancelamento de licenças, suspensão de atividades, interdição do respectivo estabelecimento (hipótese em que a Companhia ficará impedida de operar no respectivo imóvel até a devida regularização, podendo, inclusive, culminar no fechamento administrativo do imóvel), não pagamento do prêmio do seguro em eventual sinistro no imóvel e proibição de contratar com entidades governamentais, entre outras sanções, além da responsabilidade de reparar quaisquer danos causados.

Regulamentação Sanitária

A Companhia possui todas as licenças relevantes que entende como necessárias para operar.

As atividades desenvolvidas pela Companhia estão sujeitas a obtenção de licenças. A Companhia emenda os melhores esforços para a obtenção das licenças e da renovação das já existentes em prazos adequados, bem como para cumprir o disposto na regulamentação sanitária. Entretanto, a Companhia não pode assegurar que a obtenção de todas as suas licenças e das suas renovações ocorrerão dentro do cronograma previsto ou que terá todas as licenças exigidas. A falta dessa renovação das licenças ou o indeferimento da sua obtenção poderá ter efeito adverso nos resultados operacionais da Companhia e, conseqüentemente, no valor de mercado de suas ações de emissão.

Em âmbito federal, a ANVISA é responsável pela promoção da proteção da saúde da população, bem como pelo controle sanitário da cadeia de produção e da comercialização de produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária, incluindo os ambientes, processos, insumos e tecnologias a eles relacionados.

Dentre os produtos sujeitos à vigilância sanitária destacam-se os cosméticos, produto de higiene pessoal, perfumes, produtos para saúde e saneantes, que são comercializados pela Companhia. Empresas que pretendem praticar atividades com tais produtos devem se ater às regras e exigência da ANVISA, aplicáveis para cada tipo de produto, como à necessidade de obtenção de autorizações para funcionamento das empresas.

A Autorização de Funcionamento (“AFE”) autoriza o funcionamento de estabelecimentos para a prática de determinada atividade, após analisado se atendidos os requisitos técnicos e administrativos constantes na Resolução da Diretoria Colegiada nº 16, de 1º de abril de 2014 (“RDC nº 16/2014”). Assim, a AFE é obrigatória para os estabelecimentos que realizam atividades de interesse à saúde pública, tais como armazenamento, distribuição, transporte, de medicamentos, insumos farmacêuticos, cosméticos, produtos para saúde, saneantes, alimentos, entre outros.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

No âmbito estadual, distrital ou municipal, os departamentos de vigilância sanitária locais ("VISA") são os responsáveis pela fiscalização das ações sanitárias, atuando em conjunto ao controle sanitário federal, de forma descentralizada.

Assim, empresas que pretendam praticar atividades com produtos sujeitos ao controle sanitário devem também se ater às regras e exigências da VISA situada na respectiva unidade federativa em que o estabelecimento se encontra, como a necessidade de obtenção de licenciamento sanitário consistente na emissão de alvará sanitário que autoriza seu funcionamento ou operação, de acordo com a atividade desenvolvida.

Para a emissão do alvará sanitário, são realizadas inspeções no local para análise das condições de acondicionamento, armazenamento, comercialização, manuseio, transporte etc. de produtos, máquinas e/ou equipamentos que apresentem riscos à saúde. Esse alvará sanitário deverá ser renovado anualmente mediante pagamento de taxa.

A atuação regular dos centros de distribuição e depósitos da Companhia está sujeita, entre outros fatores, ao atendimento das normas de zoneamento aplicáveis a cada município e região, bem como à obtenção, para cada estabelecimento, de licença municipal de funcionamento, que autorizem a operação da loja ou centro de distribuição. Em alguns municípios e estados, a Companhia é obrigada a obter e renovar periodicamente as licenças e autorizações para desenvolver seus negócios. Caso os centros de distribuição ou depósitos violem ou deixem de cumprir referidas normas, ou não obtenham ou renovem as suas licenças ou autorizações, ou ainda deixem de cumprir as respectivas condicionantes de validade, poderão incorrer em penalidades, tais como advertências, poderão sofrer sanções administrativas ou criminais, tais como imposição de multas, apreensão do produto, inutilização de produto, interdição de produto, suspensão de vendas e/ou fabricação de produto, cancelamento de registro de produto; interdição parcial ou total do estabelecimento, bem como outras penalidades específicas previstas em legislações estaduais e municipais: cancelamento de licenças, suspensão das atividades e proibição de contratar com o Poder Público, dentre outras, além da responsabilidade de reparar os danos eventualmente causados (responsabilidade civil).

Caso haja infrações às normas sanitárias e/ou operação sem as devidas licenças, a Companhia está sujeita às penalidades previstas na Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977 ("Lei nº 6.437/77"), tais como: advertência, multa até o valor de 1.500.000,00 (podendo incidir em dobro em caso de reincidência); apreensão do produto; interdição do produto; suspensão de venda ou fabricação do produto; cancelamento de registro; interdição parcial ou total do estabelecimento; cancelamento de autorização de funcionamento, entre outros.

Também, a Companhia está sujeita às leis e regulamentos locais, estaduais e federais, a permissões e exigências para a obtenção e renovação de licenças de estabelecimentos, inclusive junto a Conselhos Profissionais como o Conselho Regional de Farmácia ("CRF"). Assim, caso o profissional técnico responsável da empresa não esteja devidamente registado nos Conselhos Profissionais competentes, de acordo com a gravidade da falta e após o devido processo legal, podem ser impostas as seguintes sanções, sem prejuízo de eventuais sanções civis e penais: (i) advertência, (ii) multa, (iii) suspensão temporária do exercício da profissão (apenas para indivíduos), e (iv) cancelamento do registro.

(b) Principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

Regulação Ambiental

Licenciamento Ambiental

A Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei Federal nº 6.938/1981, determina que a instalação, operação, modificação ou ampliação de empreendimentos e atividades considerados efetiva ou potencialmente poluidores, que se utilizem de recursos naturais ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente estão condicionados ao prévio licenciamento ambiental.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

A depender das características das atividades desenvolvidas ou a serem desenvolvidas por uma empresa, pode ser necessária a obtenção de autorizações ambientais, em atendimento a normas federais, municipais e estaduais, mesmo que a atividade principal não esteja sujeita, por exemplo, ao licenciamento ambiental.

O processo de licenciamento, engloba, em regra, três diferentes etapas: (i) a Licença Prévia ("LP"), concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade, aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação; (ii) a Licença de Instalação ("LI"), que autoriza a instalação do empreendimento ou atividade, depois de cumpridas as condicionantes da Licença Prévia e de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes; e, por fim, (iii) a Licença de Operação ("LO"), que autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento das condicionantes das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e determinadas condicionantes para o funcionamento do empreendimento. Referidas licenças possuem validade limitada, de modo que deverão ser periodicamente renovadas perante os respectivos órgãos ambientais licenciadores, sob pena de perda de sua validade. De acordo com a Lei Complementar nº 140/2011, a renovação da licença ambiental deve ser solicitada com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, para que esse fique automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental. Vale ressaltar, contudo, que os Estados e Municípios têm autonomia para determinar prazos diferentes do previsto pela legislação federal para a renovação de licenças e autorizações ambientais de sua competência.

As licenças ambientais possuem condicionantes técnicas de validade para o desenvolvimento de atividades, e o descumprimento dessas condicionantes pode impactar negativamente as operações da Companhia, sujeitando a Companhia a responsabilização ambiental.

As atividades desenvolvidas pela Companhia estão sujeitas a abrangente legislação ambiental. Nesse sentido, o cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, em âmbito municipal, estadual e federal, conforme o caso. As violações à legislação ambiental podem, ainda, caracterizar crime ambiental, atingindo inclusive os administradores da Companhia. Para mais informações, vide item 4.1(k) deste Formulário de Referência.

Além da responsabilidade penal e da obrigação de reparar possíveis danos ambientais e/ou de indenizar por tais danos, a não obtenção e/ou renovação das licenças ambientais necessárias ou o não cumprimento das condicionantes das licenças, das leis e das regulamentações ambientais aplicáveis, poderá sujeitar os infratores a penalidades administrativas, de acordo com as legislações federal, estaduais e municipais, que podem incluir advertências, multas de R\$ 500,00 a R\$ 10 milhões, interdição temporária ou permanente das atividades, embargo, demolição, suspensão de subsídios de agências públicas e fechamento temporário ou permanente do empreendimento. Na esfera criminal, tal conduta sujeita os infratores à pena de detenção, de um a seis meses e multa.

Resíduos Sólidos

No que diz respeito à regulamentação de resíduos sólidos, os empreendimentos da Companhia estão sujeitos à elaboração de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos ("PGRS"), conforme delineado pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei Federal nº 12.305/2010 ("PNRS"), devido à natureza, composição ou volume dos resíduos gerados.

Além disso, de acordo com a PNRS, os resíduos sólidos gerados devem ser manuseados, transportados e descartados de forma ambientalmente adequada para prevenir danos ao meio ambiente e a terceiros e, a depender do tipo do resíduo (perigosos, de saúde e etc.), devem ser observadas diversas outras normas ambientais e de saúde pública.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

A não elaboração do PGRS ou o gerenciamento (manuseio, transporte e descarte) dos resíduos em descumprimento das leis aplicáveis, por exemplo, poderá sujeitar o empreendedor às penalidades administrativas (com multas de até R\$ 50 milhões) e à responsabilidade penal. Se quaisquer danos ao meio ambiente forem causados em virtude de qualquer disposição dos resíduos, a Companhia poderá ser considerada responsabilizada na esfera civil para remediação dos danos e/ou pagamento de indenização, mesmo se essa disposição tiver sido realizada regularmente por uma empresa terceirizada devidamente licenciada pelas autoridades ambientais.

Note-se que, de acordo com a Lei Federal nº 12.305/2010, a contratação de serviços de coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento ou destinação final de resíduos sólidos, ou de disposição final de rejeitos, não isenta as pessoas físicas ou jurídicas geradoras, por exemplo de resíduos industriais e resíduos perigosos, da responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos respectivos resíduos ou rejeitos.

O PGRS estabelecerá os procedimentos necessários para o manejo e destinação ambientalmente correta dos resíduos gerados. O PGRS deve dispor sobre os métodos adotados nas fases de coleta, segregação, acondicionamento, transporte e destinação dos resíduos.

Cumprir destacar que a legislação prevê diversos instrumentos com a finalidade de promover a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos (artigo 30 da PNRS), por meio de ações individualizadas e encadeadas, abrangendo os fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, os consumidores e titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos. Um desses instrumentos é a Logística Reversa, que se trata do direcionamento das embalagens pós-consumo e de materiais, tais como pilhas, pneus, lâmpadas, eletrônicos, embalagens em geral, entre outros, para a reciclagem ou para outros fins ambientalmente adequados.

As atividades de tratamento e destinação final de resíduos sólidos são sujeitas ao licenciamento ambiental, de modo que seus terceiros contratados para execução de tais serviços devem dispor de licenças válidas, sem prejuízo de outras autorizações ambientais destinadas ao transporte e movimentação de resíduos.

Recursos hídricos

De acordo com a legislação brasileira, em específico a Política Nacional de Recursos Hídricos ("PNRH" – Lei Federal nº 9.433/1997), recentemente alterada pela Lei Federal nº 14.066/2020, diferentes usos de recursos hídricos, inclusive para captação de água e despejo de efluentes, dependem de autorização prévia emitida pela autoridade competente, conhecida como a outorga de direitos de uso de recursos hídricos. O uso de recursos hídricos sem a devida outorga submete os infratores à imposição de sanções administrativas, tais como advertência, embargo temporário ou definitivo (suspensão da captação de água via poço artesianos, por exemplo), e multa, simples ou diária, que pode variar de R\$100,00 até R\$50.000.000,00, como também à responsabilização criminal.

Determinadas atividades e empreendimentos da Companhia dependem da obtenção de outorga de direitos de uso de recursos hídricos, as quais são válidas por período determinado e são passíveis de renovação.

Esferas de Responsabilidade Ambiental

A responsabilidade ambiental pode ocorrer em três esferas diversas e independentes: (i) administrativa; (ii) cível; e (iii) criminal.

Diz-se que as três esferas de responsabilidade mencionadas acima são "diversas e independentes" porque, por um lado, uma única ação do agente econômico pode gerar responsabilização ambiental nas três esferas, com consequências diversas. Por outro lado, a ausência de responsabilidade em uma de tais esferas não isenta necessariamente o agente da responsabilidade nas demais.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

(i) Responsabilidade Administrativa Ambiental

No que se refere à responsabilidade administrativa ambiental, a Lei Federal nº 9.605/1998 ("Lei de Crimes Ambientais"), regulamentada pelo Decreto nº 6.514/2008, dispõe (artigo 70) que toda ação ou omissão que importe na violação das regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente é considerada infração administrativa ambiental, independentemente da verificação de culpa ou da efetiva ocorrência de dano ambiental.

De acordo com a legislação brasileira, as infrações administrativas podem ser punidas com advertência; multa simples no valor de até R\$50 milhões; multa diária; apreensão dos produtos e subprodutos objeto da infração, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração; destruição ou inutilização do produto; suspensão de venda e fabricação do produto; embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas; demolição de obra; suspensão parcial ou total das atividades; suspensão de benefícios fiscais e cancelamento ou interrupção de participação em linhas de crédito concedidas por bancos estatais, além de proibição de ser contratado por entes públicos.

(ii) Responsabilidade Civil Ambiental

A responsabilidade civil encontra-se delineada pela Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei nº 6.938/1981 (artigo 14, §1º), que instaura a responsabilidade objetiva na matéria, ou seja, aquela que independe da existência de culpa, bastando à comprovação do dano e do nexo de causalidade entre esse e a atividade para que seja configurada a obrigação de reparação ambiental.

O empreendedor, independentemente da existência de culpa deverá indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a quem for responsável. Dessa maneira, a responsabilidade civil ambiental é atribuída, a quem for responsável, direta ou indiretamente, pela atividade causadora de degradação ambiental.

Ademais, a responsabilidade civil ambiental é solidária entre os agentes causadores do dano ambiental, sendo atribuída aos responsáveis, direta ou indiretamente, pela atividade causadora de degradação ambiental (artigo 3º, inciso IV, da Política Nacional do Meio Ambiente). De acordo com a teoria da responsabilidade solidária, um dos agentes poderá responder pelo dano ambiental total, cabendo-lhe ação de regresso contra os demais causadores do dano ambiental, com base nos princípios que regem o direito ambiental brasileiro.

Dessa forma, a contratação de terceiros para proceder qualquer serviço nos estabelecimentos da Companhia, incluindo, por exemplo, a destinação final de resíduos sólidos, não a isenta de responsabilidade por eventuais danos ambientais causados pelos terceiros contratados, caso estes não desempenhem suas atividades em conformidade com as normas ambientais. A gestão da cadeia de fornecedores da Companhia está detalhada no item 1.16 do presente Formulário.

Vale ressaltar, também, que a obrigação de reparar danos ambientais na esfera civil possui natureza "propter rem", a qual acompanha o imóvel. Ou seja, caso a Companhia seja proprietária ou possuidora de um imóvel no qual há identificação de um passivo ambiental (e.g., contaminação de solo e água subterrânea ou desmatamento irregular), poderá ser responsabilizada pela remediação, recomposição ou indenização de tal passivo e em arcar com custos envolvidos.

Por fim, cabe mencionar que, apesar de não haver referência expressa na lei, segundo entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal, a pretensão reparatória do dano ambiental não está sujeita à prescrição, tampouco à limitação de valores.

(iii) Responsabilidade Criminal Ambiental

Na esfera criminal, a Lei de Crimes Ambientais sujeita aos seus efeitos qualquer pessoa, física ou jurídica, que concorrer para a prática de certas condutas consideradas lesivas ao meio ambiente, sendo necessária a comprovação de dolo (intenção) ou culpa (negligência, imprudência ou imperícia). De tal

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

sorte, para que seja configurada a responsabilidade criminal da Companhia, faz-se necessária a comprovação de uma ação ou omissão por parte da mesma, ou suas subsidiárias, devendo a conduta praticada ser enquadrada em um dos tipos penais previstos na referida Lei, como, por exemplo, causar poluição de qualquer natureza ou danificar vegetação especialmente protegida.

A Lei de Crimes Ambientais sujeita as pessoas físicas a penas restritivas de direito e/ou privativas de liberdade na medida da sua contribuição ou omissão para ocorrência do crime. Por sua vez, a pessoa jurídica está sujeita, de forma isolada, cumulativa ou alternativa às seguintes penas: restritivas de direito (suspensão parcial ou total de atividades, interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade ou proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações), prestação de serviços à comunidade e multa.

Vale ressaltar que a responsabilidade da pessoa jurídica não exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes. Assim, os diretores, administradores e outras pessoas físicas que atuem como prepostos ou mandatários da Infracommerce, e que concorram para a prática de crimes ambientais atribuídos à Companhia, estão também sujeitos, na medida de sua culpabilidade, a penas restritivas de direitos e privativas de liberdade.

Adicionalmente, a Lei de Crimes Ambientais prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica, relativamente à pessoa jurídica causadora da infração ambiental, sempre que essa for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.

Questões Sociais

Embora a regulação específica sobre direitos humanos e empresas no Brasil não possua caráter vinculante, há uma tendência cada vez mais forte de proliferação de novos instrumentos normativos para prever obrigações a serem cumpridas por empresas no que tange à incorporação do respeito aos direitos humanos em toda a estratégia de negócios.

O Decreto nº 9.571/2018, inspirado pelos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU, estabelece as Diretrizes Nacionais sobre Empresas e Direitos Humanos para médias e grandes empresas, incluídas as empresas multinacionais com atividades no Brasil. Apesar de serem voluntariamente implementadas, as Diretrizes incluem a previsão da responsabilidade das empresas de respeitar os direitos humanos de sua força de trabalho, seus clientes e das comunidades, bem como o dever de monitorar o respeito aos direitos humanos na sua cadeia produtiva, divulgar internamente os instrumentos internacionais de responsabilidade social e direitos humanos, implementar atividades educativas em direitos humanos para seus colaboradores, elaborar e divulgar código de conduta, dentre outros.

Por sua vez, a Resolução do Conselho Nacional de Direitos Humanos nº 5/2020 oferece subsídios para a postura a ser assumida pelas empresas com relação ao tratamento dos direitos humanos, indicando que as empresas são responsáveis pelas violações de direitos humanos causadas direta ou indiretamente por suas atividades, o que se estende por toda sua cadeia de produção.

A Companhia possui Código de Ética e Conduta (disponível para consulta no site da Companhia: ri.infracommerce.com.br), que detalha a conduta esperada por parte de todos os profissionais da Companhia, incluindo membros de conselhos e comitês, diretores, gerentes, funcionários, estagiários e aprendizes (em conjunto "colaboradores"), indicando os seus princípios, valores e normas para a relação com terceiros, em estrita conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis, em especial aquelas que proíbem práticas de corrupção, incluindo a Lei nº 12.846/2013 ("Lei Anticorrupção"), a Lei nº 8.429/1992 ("Lei de Improbidade Administrativa"), a Lei nº 9.613/1998 ("Lei de Lavagem de Dinheiro"), a Lei nº 12.529/2011 ("Lei de Defesa da Concorrência"), a Lei nº 14.230/2021 ("Nova Lei de Improbidade Administrativa"), e suas futuras alterações.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Ainda, de modo a orientar o reporte de eventuais violações ao Código de Ética e Conduta, a Infracommerce disponibiliza Canal de Ética (link para acesso: <https://canal.ouvidordigital.com.br/infracommerce>) para o recebimento de denúncias internas e externas, assegurando a confidencialidade das informações recebidas, havendo a possibilidade de anonimato.

Outras regulações estatais sobre questões sociais

Para mais informações a respeito das práticas de *Environmental, Social and Governance* (ESG) da Companhia, vide item 1.16 deste Formulário de Referência.

(c) Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Marcas

No Brasil, marcas são sinais distintivos visualmente perceptíveis que identificam e distinguem produtos e/ou serviços, não abarcando, portanto, sinais sonoros, gustativos e/ou olfativos. Em alguns casos, as marcas também possuem a função de certificar a conformidade de produtos e/ou serviços com determinadas normas e/ou especificações técnicas.

A Lei nº 9.279/1996 ("Lei de Propriedade Industrial") dispõe que a propriedade de uma marca se adquire somente por meio do registro validamente concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI"), autarquia federal responsável pelo registro de marcas, concessão de patentes e outros direitos de propriedade industrial no Brasil.

Após a aprovação do registro de marca pelo o INPI, o titular da marca passa a deter a propriedade desta em conjunto com o direito de uso exclusivo em todo território nacional, por um período de 10 anos, prorrogável por períodos iguais sucessivos, mediante o pagamento de taxas adicionais ao INPI. Tal requisição precisa ser realizada no último ano de validade do registro, ou nos seis meses subsequentes ao término do período de vigência do registro.

Ainda, cumpre esclarecer que o registro de determinada marca se extingue pela (i) expiração do prazo de vigência (quando da não renovação no prazo adequado); (ii) renúncia (abandono voluntário do titular ou pelo representante legal); ou (iii) caducidade (falta de uso da marca); ou (iv) inobservância do disposto no artigo 217 da Lei de Propriedade Industrial (necessidade da pessoa domiciliada no exterior manter procurador no Brasil), sendo, portanto, um requisito de manutenção do registro de marca a continuidade de seu uso, nos termos do pedido de registro depositado junto ao INPI.

Relevante mencionar que, durante o processo de registro, o depositante (aquele que requereu o registro de determinada marca) possui apenas uma expectativa de direito de propriedade desta para identificação de seus produtos ou serviços e o direito de zelar pela integridade material e/ou reputação do sinal requerido. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; ou (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro.

Na data deste Formulário de Referência, somos titulares de 78 registros e pedidos de registros junto ao INPI para marcas relacionadas aos nossos negócios, depositadas em diferentes formas de apresentação e classes de serviços e produtos relacionados a nossas atividades, incluindo marcas como "INFRACOMMERCE", "PIER8 ARMAZÉM DE CONVENIÊNCIA", "TATIX", "X TATIX" e "SYNAPCOM".

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Nomes de Domínio

Um nome de domínio é uma identificação de autonomia, autoridade ou controle dentro da internet. Os nomes de domínio seguem as regras e procedimentos do *Domain Name System* ("DNS"), de modo que qualquer nome registrado no DNS é um nome de domínio. No Brasil, o responsável pelo registro de nomes de domínio, bem como pela administração e publicação do DNS para o domínio ".br", a distribuição de endereços de sites e pelos serviços de manutenção é o Registro.br.

A Companhia possui diversos nomes de domínio associados a suas marcas, dentre os quais merecem destaque "infra-comerce.com.br", "infra-commerce.com.br", "infracomerce.com.br", "infracommerce.com.br", "infracommerci.com.br", "infracommercio.com.br", "pier8.com.br", "tatix.com.br" e "synapcom.com.br".

Softwares

No Brasil, programas de computador (softwares) são protegidos pela legislação de direitos autorais, essencialmente, a Convenção de Berna sobre Direitos do Autor, ratificada no Brasil por meio da publicação do decreto nº 75.699/1975, e a lei nº 9.610/1998 ("Lei de Direitos Autorais") em conjunto com lei nº 9.609/1998 ("Lei de Software"), sendo definidos como "expressão de um conjunto organizado de instruções em linguagem natural ou codificada, contida em suporte físico de qualquer natureza, de emprego necessário em máquinas automáticas de tratamento da informação, dispositivos, instrumentos ou equipamentos periféricos, baseados em técnica digital ou análoga, para fazê-los funcionar de modo e para fins determinados".

Ao titular de um registro de software é assegurada a tutela dos direitos relacionados ao software por 50 (cinquenta) anos, contados a partir de 1º de janeiro do ano subsequente ao da sua publicação ou, na ausência desta, da sua criação.

A Companhia utiliza softwares de terceiros, celebrando com seus titulares contratos de licença que lhe garantem os direitos de uso necessários para o desempenho de suas atividades. Seus principais contratos de licença de software são relativos aos programas Vtex, PowerBI, Pagar.me, Clear Sale e Millenium. Todos estão com seus respectivos contratos de licença de uso válidos e vigentes, e são utilizados estritamente dentro de seu escopo de contratação.

Além disso, a Companhia desenvolve softwares internamente e os colaboradores e prestadores de serviços responsáveis pelo desenvolvimento dos softwares celebraram contratos de trabalho prevendo que todas as invenções, modelos, projetos, relatórios, tecnologia, processo de trabalho e quaisquer outros resultados de seu trabalho no âmbito e na vigência do referido contrato são de propriedade da Companhia.

(d) Contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

(i) Em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

A Companhia não efetuou contribuições financeiras em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos.

(ii) Em favor de partidos políticos

A Companhia não efetuou contribuições financeiras em favor de partidos políticos.

(iii) Para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

A Companhia não efetuou contribuições financeiras visando a tal finalidade.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

1.7 – Países de atuação: em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

(a) Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, 79,7% e 65,8% da receita líquida da Companhia foi proveniente de clientes sediados no Brasil, respectivamente.

(b) Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, 20,3% e 34,2% da receita líquida da Companhia foi proveniente de clientes sediados no exterior, respectivamente.

<i>(em milhares de reais, exceto percentuais)</i>				
Região/País	30/09/2023		31/12/2022	
	Receita Líquida	Porcentagem na Receita Líquida	Receita Líquida	Porcentagem na Receita Líquida
Brasil	528.624	65,8%	710.965	79,8%
Exterior	275.334	34,2%	180.336	20,2%
Argentina	127.480	15,9%	89.975	10,1%
Chile	60.573	7,5%	46.121	5,2%
México	46.807	5,8%	28.725	3,2%
Colômbia	33.040	4,1%	9.747	1,1%
Peru	3.304	0,4%	5.043	0,6%
Equador	2.478	0,3%	223	0,0%
Uruguai	1.101	0,1%	502	0,1%
Panamá	551	0,1%	-	-
Total	803.958	100,0%	891.301	100,0%

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

1.8 – Países estrangeiros: em relação aos países estrangeiros divulgados no item 1.7, descrever impactos relevantes decorrentes da regulação desses países nos negócios do emissor

Regulamentação cambial argentina

Em 1 de setembro de 2019, o governo argentino emitiu o Decreto nº 609/2019 que restabelece determinados controles cambiais, principalmente em relação às exportações de bens e serviços e à compra de moeda estrangeira por pessoas físicas ou jurídicas, geralmente autorizando o Banco Central da Argentina (Banco Central de la República Argentina ou “BCRA”) a determinar os casos em que a compra de moeda estrangeira no mercado de câmbio local (“Mercado FX”) e a sua transferência para o exterior requerem autorização prévia. Atualmente, a regulamentação cambial foi (i) prorrogada indefinidamente; e (ii) consolidada em único conjunto de regulamentos, a Comunicação “A” 7490, conforme alterada (em conjunto com o Decreto nº 609/2019, os “Regulamentação Cambial”). O não cumprimento da Regulamentação Cambial pode resultar em penalidades de acordo com a Lei Penal Cambial nº 19.359 da Argentina.

A seguir, são descritas as principais medidas de controle cambial implementadas através da Regulamentação Cambial:

Obrigação de repatriar e liquidar o produto da exportação de serviços em pesos argentinos

As receitas das exportações de serviços devem ser transferidas para a Argentina e liquidadas em pesos argentinos, no prazo de 5 dias úteis após o seu pagamento.

Disposições específicas relativas ao acesso ao Mercado Cambial

Requisitos gerais para acessar o Mercado Cambial

Como regra geral, e além dos requisitos específicos relativos à finalidade específica do acesso, uma empresa argentina deve cumprir determinados requisitos gerais para acessar o Mercado Cambial para a compra de moeda estrangeira ou a sua transferência para o exterior, sem necessidade de autorização prévia do BCRA.

Os residentes devem apresentar uma declaração juramentada em que se afirme, entre outras coisas, que (i) todos os seus ativos em moeda estrangeira na Argentina estão depositados em uma instituição financeira local; e (ii) não possui “ativos externos líquidos” e/ou certificados de depósito argentinos representativos de empresas estrangeiras (“Certificados de Depósitos Argentinos” ou “CEDEARs”) superiores a US\$ 100.000,00, salvo determinadas exceções. Os “ativos externos líquidos” incluem, entre outros, depósitos à ordem em instituições financeiras estrangeiras e outros investimentos que permitem liquidez imediata em moeda estrangeira (como investimentos em títulos públicos estrangeiros, recursos em contas de investimento mantidas no exterior, criptoativos, recursos em prestadores de serviços de pagamento etc.).

Além disso, o residente argentino que pretenda efetuar pagamentos através do Mercado Cambial deverá apresentar uma declaração juramentada que confirme que não efetuou nenhuma das seguintes operações de exclusão (“Operações de Exclusão”) no Mercado Cambial nos últimos 180 dias, e comprometendo-se a não executá-las nos 180 dias seguintes – apenas relativamente às transações de valores mobiliários realizadas a partir de 21 de abril de 2023: (i) venda de valores mobiliários na Argentina; (ii) swaps de valores mobiliários argentinos por ativos estrangeiros; (iii) transferência de valores mobiliários para um depositário estrangeiro; (iv) aquisição de valores mobiliários estrangeiros no país com liquidação em pesos argentinos; (v) aquisição de CEDEARs; (vi) aquisição de títulos de dívida privada emitidos em jurisdições estrangeiras; (vii) entrega de recursos em moeda argentina ou outros ativos argentinos (excluindo recursos em moeda estrangeira depositado em instituições financeiras argentinas) a qualquer pessoa ou entidade que receba como contrapartida, direta ou

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

indiretamente, ou através de uma entidade relacionada, controlada ou controladora, ativos externos, criptoativos ou valores mobiliários depositados no exterior.

Se as Operações de Exclusão envolverem valores mobiliários emitidos conforme a legislação argentina, o prazo aplicável da declaração juramentada é reduzido para os 90 dias anteriores e o compromisso de se abster de não realizar as referidas operações com valores mobiliários emitidos conforme a legislação estrangeira é igualmente prorrogado para os 90 dias subseqüentes, a contar da data do pagamento realizado no Mercado Cambial.

Além disso, um residente argentino deve identificar os seus controladores diretos e apresentar uma declaração juramentada declarando se entregou quaisquer recursos em moeda local ou outros ativos líquidos a qualquer um dos seus controladores diretos na Argentina nos 180 dias anteriores – apenas em relação a transações de valores mobiliários realizadas a partir de 21 de abril de 2023, exceto para transações usuais envolvendo a aquisição de bens ou serviços entre residentes argentinos. Neste caso, os referidos controladores diretos devem apresentar uma declaração juramentada adicional em que afirmam não ter executado nenhuma das Operações de Exclusão nos 180 dias anteriores e comprometem-se a não executar nos 180 dias subseqüentes. Esses 180 dias serão reduzidos para 90 dias se a transação envolver valores mobiliários emitidos conforme a legislação argentina.

Dívida financeira estrangeira

As receitas em moeda estrangeira desembolsadas por não residentes argentinos a partir de 1 de setembro de 2019 devem ser transferidas para a Argentina e liquidadas em pesos argentinos no Mercado Cambial, como requisito para que um residente argentino não necessite de aprovação prévia do BCRA para acessar o Mercado Cambial para pagar o principal e os juros.

A declaração da dívida nos termos do regime de declaração estabelecido pelo Comunicado "A" 6401 (conforme alterado e atualizado de tempos em tempos, o "Regime de Declaração de Ativos e Passivos Estrangeiros") é também uma condição para acessar o Mercado Cambial para pagar a dívida financeira estrangeira.

Os pagamentos antecipados de capital e juros com mais de três dias úteis de antecedência em relação à data de vencimento prevista requerem a aprovação prévia do BCRA, com algumas isenções. A regulamentação cambial também estabeleceu o requisito de apresentar um plano de refinanciamento em relação à dívida financeira estrangeira entre partes não relacionadas, a fim de ter acesso ao Mercado Cambial para o pagamento de uma porcentagem da dívida em determinadas circunstâncias.

Dívida financeira estrangeira *intercompany*

O acesso ao Mercado Cambial para pagamento de capital e juros no âmbito de dívida financeira estrangeira *intercompany* está sujeito à aprovação prévia do BCRA.

Distribuição de lucros e dividendos

O acesso ao Mercado Cambial para o pagamento de dividendos a acionistas não residentes está sujeito à aprovação prévia do BCRA, a menos que os seguintes requisitos sejam cumpridos:

- a. os dividendos devem ser o resultado de demonstrações financeiras encerradas e auditadas;
- b. o valor total pago aos acionistas não residentes como dividendos não deve exceder o valor correspondente expresso em pesos argentinos, conforme determinado pela assembleia geral de acionistas;
- c. caso aplicável, o Regime de Declaração de Ativos e Passivos Estrangeiros deve ter sido cumprido; e

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

- d. a companhia deve cumprir todas as condições estipuladas em cada caso, incluindo, entre outras, o registo das entradas de investimento direto liquidadas a partir de 17 de janeiro de 2020. Neste caso, (i) o valor total das transferências realizadas por meio do Mercado Cambial para pagamento de dividendos a acionistas não residentes não poderá exceder 30% do valor total das entradas de capital realizadas na companhia argentina relevante que tenham entrado e sido liquidadas por meio do Mercado Cambial a partir de 17 de janeiro de 2020; (ii) o acesso somente será concedido após decorrido prazo não inferior a trinta dias corridos contados da data da liquidação da última integralização de capital considerada para a determinação do referido limite de 30%; e (iii) deve ser apresentado comprovante da integralização definitiva das entradas de capital ou, na sua falta, comprovante do arquivamento do processo de registro da entrada de capital no registro público, no prazo de 365 dias corridos contados da data do arquivamento inicial. Em qualquer outro caso, é necessária a aprovação prévia do BCRA para acessar o Mercado Cambial para trocar moeda estrangeira para a distribuição de lucros e dividendos.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

1.9 – ASG: em relação a informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG), indicar:

(a) Se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

A Companhia não divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade.

(b) Metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade.

(c) Se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade.

(d) A página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade.

(e) Se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade.

(f) Se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade.

(g) Se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade.

(h) Se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

Desde 2021, a Companhia elabora seu inventário de emissões de GEE de acordo com o método *GHG Protocol*, principal diretriz mundial para identificação e cálculo de emissões de gases de efeito estufa.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

Em 2022, a Companhia ampliou o inventário, calculando também o escopo 3, além de continuar abordando os escopos 1 e 2. Nesse sentido, a Companhia informa que seu inventário poderá ser encontrado na sede da Companhia.

(i) Explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

(i) A não divulgação de informações ASG

A Companhia esclarece que não divulga publicamente informações ASG, tendo em vista que, neste momento, está reestruturando a sua área e suas estratégias relacionadas a aspectos ASG, bem como está dialogando com os seus diversos stakeholders, para construir em conjunto, ações ambientais, sociais e de governança integradas e que agreguem valor nas suas relações e estejam presentes no cotidiano da Companhia. No entanto, faz parte de seu planejamento estratégico a implementação de ações relacionadas a este tema no médio prazo. As etapas iniciais da estratégia ASG da Companhia já vem sendo percorridas a fim de que seja elaborado reporte nos próximos exercícios.

(ii) A não adoção de matriz de materialidade

A Companhia esclarece que neste momento não adota matriz de materialidade, visto que não divulga publicamente informações ASG, pelos motivos expostos no subitem (i) acima. No entanto, faz parte de seu planejamento estratégico a implementação de ações relacionadas a este tema no médio prazo. As etapas iniciais da estratégia ASG da Companhia já vem sendo percorridas a fim de que seja elaborado reporte nos próximos exercícios.

(iii) A não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

A Companhia esclarece que neste momento não adota indicadores-chave de desempenho ASG, visto que tais indicadores serão avaliados a partir da conclusão da matriz de materialidade, quando a Companhia passar a divulgar publicamente informações ASG. No entanto, faz parte de seu planejamento estratégico a implementação de ações relacionadas a este tema no médio prazo. As etapas iniciais da estratégia ASG da Companhia já vem sendo percorridas a fim de que seja elaborado reporte nos próximos exercícios.

(iv) A não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

Tendo em vista que a Companhia não divulga informações ASG em relatório anual ou documento específico, pelos motivos expostos no subitem (i) acima, não se aplica a possibilidade de auditoria/revisão de tais informações. No entanto, faz parte de seu planejamento estratégico a implementação de ações relacionadas a este tema no médio prazo. As etapas iniciais da estratégia ASG da Companhia já vem sendo percorridas a fim de que seja elaborado reporte nos próximos exercícios.

(v) A não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

A Companhia esclarece que neste momento não considera os ODS ou recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, visto que não divulga publicamente informações ASG, pelos motivos expostos no subitem (i) acima. No entanto, faz parte de seu planejamento estratégico a implementação de ações relacionadas a este tema no médio prazo. As etapas iniciais da estratégia ASG da Companhia já vem sendo percorridas a fim de que seja elaborado reporte nos próximos exercícios.

(vi) A não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

Não aplicável, uma vez que a Companhia realiza inventário de emissão de GEEs, alcançando escopos 1, 2 e 3.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

1.10 – Economia mista: indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

1.11 – Operação não usual nos negócios: indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia no último exercício social e no exercício social corrente.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Não houve operações de fusão, cisão ou redução de capital envolvendo a Companhia no último exercício social e no exercício social corrente.

Aumento de Capital

Abaixo são indicadas as operações de aumento de capital da Companhia no último exercício social e no exercício social corrente. Informações mais detalhadas sobre tais aumentos de capital podem ser encontradas nos seguintes documentos, disponíveis na página de relações com investidores da Companhia em ri.infracommerce.com.br:

- (i) Aumento de capital por subscrição particular, de 236.784 ações ordinárias, no valor total de R\$271.885,08, ocorrido em 24 de janeiro de 2022: ata da reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 24 de janeiro de 2022;
- (ii) Aumento de capital por subscrição particular, de 3.143.148 ações ordinárias, no valor total de R\$4.274.681,28, ocorrido em 23 de fevereiro de 2022: ata da reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 23 de fevereiro de 2022;
- (iii) Aumento de capital por subscrição particular, de 302.080 ações ordinárias, no valor total de R\$410.828,80, ocorrido em 20 de junho de 2022: ata da reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 20 de junho de 2022;
- (iv) Aumento de capital por subscrição particular, de 80.000.000 ações ordinárias, no valor total de R\$400.800.000,00, ocorrido em 4 de outubro de 2022: ata da reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 4 de outubro de 2022;
- (v) Aumento de capital por subscrição particular, de 2.614.863 ações ordinárias, no valor total de R\$3.307.345,73, ocorrido em 10 de outubro de 2022: ata da reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 10 de outubro de 2022; e
- (vi) Aumento de capital por subscrição particular, de 976.319 ações ordinárias, no valor total de R\$5,00, ocorrido em 16 de dezembro de 2022: ata da reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 15 de dezembro de 2022.
- (vii) Aumento de capital por subscrição particular, de 16.300.000 novas ações ordinárias, no valor total de R\$7.109 mil, ocorrido em 05 de abril de 2023: ata da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 5 de abril de 2023 e fato relevante divulgado em 6 de abril de 2023;
- (viii) Aumento de capital por subscrição particular, de 4.583.256 novas ações ordinárias, no valor total de R\$ 8.257 mil, ocorrido em 05 de abril de 2023: ata da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 05 de abril de 2023 e fato relevante divulgado em 6 de abril de 2023;
- (ix) Aumento de capital por subscrição particular, de 247.988 novas ações ordinárias, no valor total de R\$337 mil, ocorrido em 9 de maio de 2023: ata da reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 9 de maio de 2023;
- (x) Aumento de capital por subscrição particular, de 674.535 novas ações ordinárias, no valor total de R\$5,00, ocorrido em 19 de junho de 2023: ata da reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 19 de junho de 2023; e
- (xi) Aumento de capital por subscrição particular, de 147.855 novas ações ordinárias, no valor total de R\$1,36, ocorrido em 19 de março de 2024: ata da reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 19 de março de 2024.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Operações Societárias

Abaixo são indicadas as operações societárias da Companhia no último exercício social e no exercício social corrente. Informações mais detalhadas sobre tais operações societárias podem ser encontradas nos seguintes documentos, disponíveis na página de relações com investidores da Companhia em ri.infracommerce.com.br:

- (i) Aquisição, pela subsidiária Infracommerce Negócios e Soluções Ltda., de 100% das ações representativas do capital social da Tevec Sistemas S.A. (atualmente denominada Infradata Sistemas S.A), concluída em 28 de janeiro de 2022: fato relevante divulgado em 31 de janeiro de 2022;
- (ii) Incorporação, pela Companhia, de 100% das ações representativas do capital social da Ecomsur Holding SpA. A conclusão da incorporação aconteceu em 5 de abril de 2023, mediante aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia: fato relevante divulgado em 6 de abril de 2023; e
- (i) Incorporação, pela Companhia, de 100% das ações representativas do capital social da New Omnichannel Ltd. A conclusão da incorporação aconteceu em 5 de abril de 2023, mediante aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia: fato relevante divulgado em 6 de abril de 2023.

1.13 Acordos de acionistas

1.13 – Acordo de acionistas: indicar a celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas:

Não houve celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas envolvendo o emissor no último exercício social e no exercício social corrente.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

1.14 – Condução dos negócios: indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia, no último exercício social e no exercício social corrente.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

1.15 – Contratos não usuais: identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não foi celebrado nenhum contrato relevante pela Companhia ou por suas controladas que não fosse diretamente relacionado com suas atividades operacionais, no último exercício social e no exercício social corrente.

1.16 Outras informações relevantes

1.16 – Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Práticas de *Environmental, Social and Corporate Governance (ESG)*

Ambiental

A Companhia afirma o seu compromisso com o crescimento sustentável, considerando seus impactos nos âmbitos ambiental, social e governança (ESG, na sigla em inglês ou ASG, em português) e compreende sua capacidade de gerar e compartilhar valor para a sociedade, de modo que busca estar alinhada com as principais práticas de responsabilidade ambiental e social.

Em 2021 a Companhia iniciou o cálculo das nossas emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) escopo 1 e 2, utilizando como base a metodologia do Programa Brasileiro GHG Protocol. Em 2022, a Companhia ampliou o inventário, calculando também o escopo 3, desdobrando para nossa cadeia de fornecedores, sendo que sua frota é terceirizada e utiliza transportadoras parceiras para a entrega.

Atualmente, nosso principal ofensor de Escopo 3 são as emissões provocadas pela distribuição e pela entrega de mercadorias. O foco de nossa estratégia de redução de emissões é a descarbonização dos serviços aos clientes.

A logística é um desses serviços oferecidos pela Companhia, que utiliza o transporte rodoviário como principal modal para realizar entregas. Nosso sistema logístico é gerenciado para reduzir cada vez mais o trajeto e custos do e-commerce e atuamos também com Inteligência Artificial, por meio do Delivery Hub. Trata-se de uma torre de controle que garante a visibilidade completa dos custos e do status de cada pedido, o que ajuda cada empresa a tomar decisões mais estratégicas.

Na prática, os algoritmos do Delivery Hub apontam a melhor opção de transportadora, levando em conta preço, prazo e performance. Além disso, todo o processo logístico é acompanhado em tempo real, de forma centralizada, em dashboards de Power BI. Hoje, a solução já conta com mais de 40 transportadoras homologadas. São mais de cinco milhões de itens entregues por mês e mais de 7 milhões de pedidos atendidos por ano. E a base de clientes do Delivery Hub não para de crescer a cada dia.

Os principais destaques nesta área são:

- Redução do peso de nossas embalagens para diminuir a quantidade de material utilizado em cada envio. Para isso, a Companhia realizou a padronização dos insumos em todas as unidades, potencializada pela aquisição de novas empresas (anteriormente, os padrões eram diferentes em cada unidade). Isso otimizou os processos e alavancou as negociações da Companhia.
- A Companhia passou a utilizar a nota fiscal DANFE simplificada em nossos envios.

A nova sede administrativa da Infracommerce foi inaugurada em um prédio com certificação LEED Gold, pela Green Building pelo USGBC (United States Green Building Council), que reconhece as soluções e tecnologias sustentáveis adotadas para reduzir os impactos ambientais de uma edificação, considerando o núcleo do edifício, todas as áreas comuns e as fachadas da edificação.

Nesse sentido, na data deste Formulário de Referência, há 48,67% de insumos reciclados dentro dos processos de envios da Companhia e em uma parte da operação utiliza-se também o *air pad* de material biodegradável (fécula de batata).

Atualmente, as principais fontes de resíduos da Infracommerce são: papel/papelão, plástico, copos, madeira e produtos de clientes com prazo de validade encerrado. A Companhia possui um processo de monitoramento contínuo destes resíduos em todas as suas unidades. Atualmente, a gestão de resíduos em nossa operação é realizada pela área de Facilities, de acordo com o Plano de Gerenciamento de Resíduos, e também possuímos coleta seletiva em nosso escritório.

1.16 Outras informações relevantes

Social

A Companhia apoia projetos que promovem o desenvolvimento social e econômico das comunidades onde está presente. Nosso relacionamento com as comunidades tem como base o respeito, a transparência e o desenvolvimento sustentável.

Estimulamos também a participação dos colaboradores e terceiros em atividades de cunho social, em trabalhos voluntários e em ações que melhoram a qualidade de vida das comunidades que nos cercam. Dentre as ações de voluntariado incentivadas pela Infracommerce, vale ressaltar o projeto Infra Kids Solidária, parceria com o Instituto Salve Quebrada (ISQ), que contou com a participação de mais de 40 colaboradores voluntários da Companhia em uma ação conjunta com adolescentes menores de idade em situação de vulnerabilidade social da comunidade de Pimentas, em Guarulhos, São Paulo.

Temos uma parceria com o Instituto Salve Quebra (ISQ) que foi criado para ampliar o acesso à justiça social, garantia de direitos e difusão de conhecimentos em periferias, por meio de oficinas que promovem geração de renda, esporte e lazer, arte e cultura e apoiamos o projeto Escolinha de Futebol que tem como objetivo gerar transformação e impacto na comunidade.

Voltado para o público interno, a Companhia implantou em 2022 o Programa Infra Code Academy, que profissionaliza colaboradores na área de tecnologia, tão disputados no mercado atual e tem como objetivo oportunizar capacitação técnica para profissionais internos na área de desenvolvimento de software de tecnologia. Por meio do projeto, oferecemos treinamento para as pessoas da área de operação que tenham interesse em trabalhar com tecnologia.

Durante o ano de 2022, houve mais de 400 inscritos para 52 vagas. Ao todo, foram 6 meses de curso, em que foram oferecidas certificações em Tecnologia, de forma totalmente on-line, com estrutura gamificada.

Ainda, a Companhia lançou o seu Programa de Diversidade e Inclusão, estruturado em três pilares:



Em 2022, foi lançada a trilha de Diversidade e Inclusão, que é composta por treinamentos com foco em diversidade, discriminação, LGBTQIA+ e raça, destacando que a construção de ambientes diversos e inclusivos dependem de esforços conjuntos. Com a trilha, busca-se romper preconceitos e desconstruir velhas ideias de uma forma acolhedora e priorizando o diálogo.

Visando conhecer ainda mais o seu público e planejar as próximas ações, a Infracommerce realizou o primeiro Censo interno de Diversidade. Vale destacar ainda as ações de conscientização realizadas no Dia Internacional das Mulheres, com uma palestra sobre saúde mental, e no Dia da Consciência Negra, com o tema sobre racismo estrutural e o papel das pessoas brancas na luta antirracista.

1.16 Outras informações relevantes

Com o objetivo de promover um ambiente de trabalho mais seguro, mitigando riscos ocupacionais, a Infracommerce conta com o SESMT (Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho), com profissionais próprios e terceiros, aptos a atender nosso time em todas as operações em centros de distribuição e escritório.

A Companhia possui ainda um sistema de gestão para gerenciar as rotinas e documentações relacionadas ao tema, com base nas normas regulamentadoras (NRs), NBRs e demais legislações aplicáveis. O gerenciamento de tais riscos é feito por meio do PGR (Plano de Gerenciamento de Riscos) e PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional), que são aplicados em todas as unidades.

Guiada pela Política de Saúde e Segurança do Trabalho, a Infracommerce garante as diretrizes de segurança no trabalho, seja ele presencial ou remoto, para todas as áreas da empresa. Possui ainda uma comunicação recorrente e divulgações sobre cultura e segurança e o DDS (Diálogos Diários de Segurança). Também incentiva a participação dos colaboradores através das Comissões de Prevenção de Acidentes (CIPAs) atuantes ou representantes (atualmente, são 11 CIPAs) e Processos para identificação de perigos (PGR).

Em caso de incidentes, são realizadas investigações para que não voltem a ocorrer e, em seguida, são promovidos os DDS (Diálogos Diários de Segurança). A Companhia realiza ainda a integração de novos colaboradores com as normas das unidades, incluindo noções de primeiros socorros

Governança

Também foi realizada a capacitação do time focal de Atração e Seleção e consultores internos de RH para um processo de contratação livre de preconceitos. Os profissionais tiveram a oportunidade de dialogar sobre alguns temas, como viés inconsciente, equidade racial, inclusão LGBTQIAPN+ etc.

Como forma de ampliar a inclusão nos processos de Atração e Seleção, foi lançado em 2022 um projeto-piloto com vagas afirmativas para mulheres na área de tecnologia. Na data deste Formulário de Referência, há 57,62% de mulheres no quadro funcional e aproximadamente 41,75% de mulheres em cargos de liderança (coordenação, gerência, *head* e diretoria).

No exercício social de 2022, no Conselho de Administração, duas das sete cadeiras do Conselho de Administração eram ocupadas por mulheres e em razão disso a Companhia recebeu no primeiro trimestre de 2022 o selo Women on Board (WOB) cujo objetivo é reconhecer, valorizar e divulgar ambientes corporativos com a presença de pelo menos duas mulheres em conselhos de administração ou consultivo. Em breve, será lançado o Programa interno do Diversidade e Inclusão com a criação de grupos de afinidade.

No âmbito da contratação de terceiros, para garantir a conformidade dos fornecedores com os quais a Companhia se relaciona, no processo de compras, todas as empresas são submetidas à Política de Compras vigente e à Política de Contratação de Terceiros, considerando também aspectos de segurança e privacidade, quando necessário.

1.16 Outras informações relevantes

Os dois tipos de homologação realizados com fornecedores são:

1 Homologação com diligência simples: são os fornecedores que têm menor risco de acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos, com solicitação de documentos financeiros para análise.

2 Homologação com diligência completa.

Esse processo de homologação e avaliação acontece por meio de um questionário, no qual são avaliados pontos como conflito de interesses, corrupção e atendimento legal. O procedimento está sendo revisado para a inclusão de itens relacionados ao impacto ambiental destes parceiros. Atualmente, apenas os fornecedores de resíduos são avaliados de acordo com o critério impacto ambiental.

Os fornecedores que trabalham com os dados de clientes/colaboradores são submetidos às diretrizes de Segurança da Informação e Privacidade, e se o fornecedor não for aprovado, não avança no processo de qualificação. A análise é feita com base em pesquisa em fontes públicas e verifica condenações por descumprimento de diversas legislações, incluindo as leis sobre trabalho infantil, trabalho forçado, corrupção e a incidência em listas de sancionados nacionais e internacionais.

Já os contratos com governo e ONGs e doações e patrocínios a instituições/empresas passam por um processo de Due Diligence, que acontece por meio de um questionário em fontes públicas.

Além disso, todos os fornecedores e prestadores de serviços precisam aderir, no ato da contratação, aos termos do Código de Ética e Conduta, que incluem diretrizes socioambientais e de direitos humanos. A Companhia também incluiu questões ESG na minuta padrão dos contratos, ao firmar acordos com novos clientes e fornecedores, tais como direitos humanos, diversidade, repúdio ao trabalho infantil e análogo ao escravo e temas relacionados à mitigação das mudanças climáticas e à preservação do meio ambiente.

A partir do estudo de materialidade, já abordado no tópico 1.9.e., foi definida a Estratégia de Sustentabilidade, que faz parte do Planejamento Estratégico da empresa para os próximos três anos e inclui os nossos compromissos futuros e o desdobramento deles em indicadores e metas. Vale ressaltar que a Infracommerce construiu a Estratégia de Sustentabilidade em grandes pilares de atuação, que guiam a Companhia em seu compromisso com ESG:

Digitalização a serviço dos nossos clientes e da sociedade



1.16 Outras informações relevantes

Nos últimos anos, a digitalização tornou-se prioridade máxima no plano estratégico das empresas e o mercado de e-commerce tem crescido bastante neste período. Por isso, a Infracommerce acredita que tem um importante papel no enfrentamento dos desafios do setor.

Nesse sentido, a Companhia deseja usar os produtos e serviços para gerar impactos positivos para os clientes, bem como para a sociedade, e impulsionar o desenvolvimento econômico e social com base na digitalização, ampliando cada vez mais a sua atuação positiva.

Além do exposto acima, não há outras informações relevantes com relação a este item 1.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1 – Condições gerais: os Diretores devem comentar sobre:

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.11 deste Formulário de Referência, devem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, as quais foram elaboradas de acordo com as IFRS, emitidas pelo IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil e as informações financeiras trimestrais dos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2023, as quais foram elaboradas de acordo com pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstrações intermediárias e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo IASB.

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos pela Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos nossos Diretores. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários dos nossos Diretores, ora apresentadas, traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 e as informações financeiras trimestrais dos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2023, conforme o caso.

Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período de tempo. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações.

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 30 de setembro de 2023, a Companhia possuía um ativo circulante de R\$ 867.463 mil sendo a posição de caixa e equivalentes de caixa de R\$174.961 mil. O passivo circulante, em 30 de setembro de 2023, era de R\$893.482 mil. A Companhia registrou um saldo negativo de capital circulante líquido em 30 de setembro de 2023 de R\$26.019 mil, diminuindo o saldo quando comparado com o exercício de 31 de dezembro de 2022, o qual teve o saldo negativo de capital circulante líquido de R\$ 8.154. Isso ocorreu devido a redução da sua posição de caixa e equivalentes de caixa visando o pagamento de empréstimos e financiamentos e diminuindo sua exposição com relação ao saldo de Fornecedores – risco sacado a pagar.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía um ativo circulante de R\$ 997.882 mil sendo a posição de caixa e equivalentes de caixa de R\$ 278.896 mil. O passivo circulante, em 31 de dezembro de 2022, era de R\$ 1.006.037 mil. Nesse exercício social, a Companhia possuía um saldo de capital circulante líquido em decorrência do aumento dos empréstimos e financiamentos da empresa em relação a 31 de dezembro de 2021, visando (i) pagamento de aquisições; e (ii) financiar as operações da empresa, que ainda consumiam uma parcela de caixa.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía um ativo circulante de R\$ 821.019 mil, sendo a posição de caixa e equivalentes de caixa de R\$ 120.934 mil. O passivo circulante, em 31 de dezembro de 2021, era de R\$ 872.247 mil. A Companhia realizou aquisições no exercício social de 2021, o que gerou um aumento no Contas a pagar de combinação de negócios em relação ao mesmo exercício do ano anterior e isso gerou um aumento do capital circulante líquido quando comparado com 31 de dezembro de 2020.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía um ativo circulante de R\$ 231.494 mil, sendo a posição de caixa e equivalentes de caixa de R\$67.250 mil. O passivo circulante, em 31 de dezembro de 2020, era de R\$239.374 mil. A Companhia realizou a captação de recursos por meio de um endividamento e realizou aquisição de empresas, que aumentaram o passivo circulante.

Indicadores Financeiros

A seguir, são apresentados os principais indicadores de liquidez:

Índices de Liquidez	30/09/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Índice de Liquidez Corrente				
(Ativo Circulante/Passivo Circulante)	0,97	0,99	0,94	0,97
Índice de Liquidez Geral				
(Ativo Total/Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)	1,74	1,82	1,88	1,16
Índice de Liquidez Total				
(Passivo Circulante + Não Circulante/Patrimônio Líquido)	1,35	1,22	1,14	6,13

Em 30 de setembro de 2023, o nosso índice de liquidez corrente (ativo circulante/passivo circulante) foi de 0,97x, em comparação a 31 de dezembro de 2022, quando o nosso índice de liquidez corrente (ativo circulante /passivo circulante) foi de 0,99x, havendo redução se comparado com o índice liquidez corrente de 0,94x apresentado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Além disso, houve aumento se comparado com a liquidez corrente de 0,97x apresentado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

Em 30 de setembro de 2023, o nosso índice de liquidez geral (ativo total/passivo circulante + passivo não circulante) foi de 1,74x, em comparação a 31 de dezembro de 2022, quando o nosso índice de liquidez geral também foi de 1,82x, demonstrando a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações, relacionada principalmente com o total de caixa, investimentos e recebíveis da Companhia. A diminuição em relação ao índice de liquidez geral de 1,88x apresentado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é resultado do incremento das obrigações de aquisição de investimento que se tornaram devidas em 2022, referente à aquisição da Synapcom, em 2021, e da captação de empréstimos e financiamentos investidos no crescimento da Companhia em 2022.

Em 31 de dezembro de 2021, o nosso índice de liquidez geral (ativo total/ passivo circulante + passivo não circulante) foi de 1,88x, demonstrando a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações, relacionada principalmente com o total de caixa, investimentos e recebíveis da Companhia. O aumento em relação ao índice de liquidez geral de 1,16x apresentado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é resultado da captação realizada na oferta pública inicial de ações da Companhia realizada em 2021 ("Oferta").

Em 30 de setembro de 2023, o nosso índice de liquidez total (passivo circulante acrescido de passivo não circulante/patrimônio líquido) foi de 1,35x, crescimento em linha com as obrigações de curto e longo prazo da Companhia relacionadas, principalmente, às aquisições realizadas recentemente. Em 31 de dezembro de 2022, o índice de liquidez total (passivo circulante acrescido de passivo não circulante/patrimônio líquido) foi de 1,22x contra 1,14x em 31 de dezembro de 2021, em decorrência do aumento das obrigações de curto e longo prazo da Companhia, em relação ao seu patrimônio líquido, devido às operações de aquisições de companhias realizadas nos últimos anos.

Em 31 de dezembro de 2021, o índice de liquidez total (passivo circulante acrescido de passivo não circulante/patrimônio líquido) foi de 1,14x, contra 6,13x em 31 de dezembro de 2020, redução mediante a Oferta, a qual fez nosso capital social aumentar em R\$1.251.082 mil em contrapartida do caixa e equivalentes.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(b) Estrutura de capital

Os Diretores da Companhia acreditam que a nossa estrutura de capital é adequada para atender às necessidades de nossas operações, e continuar executando nosso plano de crescimento.

A tabela abaixo apresenta a atual estrutura de capital da Companhia, medida pela relação entre os passivos circulante e não circulante e o patrimônio líquido nas datas indicadas, sendo condizente, em nossa visão, com nossas atividades, na seguinte proporção entre capital de terceiros e próprio:

(em R\$ milhares, exceto %)	30/09/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	1.839.394	1.766.238	1.461.095	361.870
Capital próprio (patrimônio líquido)	1.366.395	1.443.344	1.286.049	59.032
Capital total (terceiros + próprio)	3.205.789	3.209.582	2.747.144	420.902
Parcela de capital de terceiros	57,3%	55,0%	53,2%	86%
Parcela de capital próprio	42,6%	45,0%	46,8%	14%

Em 30 de setembro de 2023, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$1.366.395 mil, o qual sofreu diminuição em decorrência principalmente da incorporação dos prejuízos acumulados de janeiro a setembro de 2023, da reavaliação sobre a *put option* da New Retail.

Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$ 1.443.344 mil, o qual sofreu aumento em decorrência do aumento do capital social da Companhia, mediante a emissão, pela Companhia, para subscrição privada de 80.000.000 ações ordinárias, dentro do limite do capital autorizado, enquanto o capital de terceiros representava um total de R\$ 1.766.238 mil, ou seja, 55,0% de capital de terceiros e 45,0% de capital próprio.

Houve um aumento do capital de terceiros do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, como consequência do crescimento de nossas operações e de empréstimos captados, com o intuito de cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação de negócios; e (ii) desembolso de capital.

Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$ 1.286.049 mil, o qual sofreu aumento em decorrência da Oferta, enquanto o capital de terceiros representava um total de R\$ 1.461.095 mil, ou seja, 53,2% de capital de terceiros e 46,8% de capital próprio.

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$59.032 mil, enquanto o capital de terceiros representava um total de R\$361.870 mil, ou seja, 86% de capital de terceiros e 14% de capital próprio.

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em 30 de setembro de 2023, a Companhia possuía R\$682.860 mil de empréstimos, financiamentos e debêntures, sendo R\$250.939 mil em empréstimos, financiamentos e debêntures com vencimentos menores que 12 meses e R\$431.921 mil com vencimentos superiores a 12 meses. Considerando as posições de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras em 30 de setembro de 2023 de R\$209.631 mil somado ao contas a receber de R\$430.914 mil, que poderia ser totalmente ou parcialmente antecipado, a Companhia entende que seria possível atender as obrigações dos empréstimos e financiamentos e debêntures de curto prazo, tendo para os empréstimos e financiamentos e debêntures de longo prazo, estratégias de geração de fluxo de caixa operacional e acesso a novas captações via mercado de capitais brasileiro, na hipótese de haver necessidade. No entanto, a Companhia não pode garantir que tal situação permanecerá inalterada, especialmente em caso de materialização de quaisquer dos fatores de risco aos quais a Companhia está exposta. Não

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

obstante, caso entenda ser necessário obter recursos adicionais, a Companhia entende que tem capacidade para captá-los, por meio de empréstimos bancários ou outros financiamentos a serem avaliados e contratados pela Companhia, bem como por meio de distribuições públicas de valores mobiliários de emissão da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía R\$ 512.297 mil de empréstimos e financiamentos e debêntures, sendo R\$ 280.487 mil empréstimos e financiamentos e debêntures com vencimentos menores que 12 meses e R\$ 231.810 mil com vencimentos superiores a 12 meses. A Companhia cumpriu integralmente aos empréstimos e financiamentos do passivo circulante assumido no ano de 2022.

Os Diretores entendem que a Companhia tem cumprido com as obrigações referentes a seus compromissos financeiros e, até a data deste Formulário de Referência, tem mantido a assiduidade dos pagamentos referidos a esses compromissos. Os Diretores da Companhia acreditam ter capacidade para honrar os empréstimos e financiamentos contratados no curso normal das atividades da Companhia.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 e nos três últimos exercícios sociais, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; (ii) endividamento bancário de curto e longo prazos; (iii) emissões de valores mobiliários de ações e de dívida no mercado de capitais brasileiro; e (iv) aumentos pontuais de capital. Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação de negócios; (ii) desembolso de capital; (iii) exigências de pagamento de seu endividamento; e (iv) pagamentos de aquisições recentes.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto a instituições financeiras. Não obstante essas fontes de financiamento terem sido suficientes no passado, para o futuro, caso a Companhia julgue pertinente, a utilização de outras fontes de financiamento como o mercado de capitais ou contratar financiamentos com instituições financeiras com as quais temos relacionamento não só para financiar eventuais aquisições ou investimentos em ativos não circulantes, mas também para financiar uma eventual necessidade de capital de giro no curto prazo.

No item 2.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Em 30 de setembro de 2023, a Dívida Bruta da Companhia era de R\$682.860 mil, sendo R\$250.939 mil empréstimos e financiamentos e debêntures no passivo circulante e R\$431.921 mil no passivo não circulante. A posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia era de R\$174.961 mil em 30 de setembro de 2023.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022, a Dívida Bruta da Companhia era de R\$512.297 mil, sendo R\$280.487 mil empréstimos e financiamentos e debêntures no passivo circulante e R\$231.810 mil no passivo não circulante. A posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia era de R\$278.896 mil em 31 de dezembro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2021, a Dívida Bruta da Companhia era de R\$ 268.183 mil, sendo R\$ 15.388 mil empréstimos e financiamentos e debêntures no passivo circulante e R\$ 252.795 mil no passivo não circulante. A posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia era de R\$ 120.934 mil em 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2020, a Dívida Bruta da Companhia era de R\$71.909 mil, sendo R\$30.262 mil empréstimos e financiamentos no passivo circulante e R\$41.647 mil no passivo não circulante. A posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia era de R\$67.250 mil em 31 de dezembro de 2020.

Os Diretores da Companhia acreditam que a tabela abaixo resume as principais condições dos contratos de empréstimo e financiamentos celebrados pela Companhia em vigor em 30 de setembro de 2023:

(Em milhares de reais)	Moeda	Taxa de juros Nominal a.a.	Maturidade	Valor de face	Valor Contábil
Empréstimo bancário em moeda nacional	R\$	CDI + spread	2023-2026	99.200	143.823
Notas comerciais escriturais	R\$	CDI + 2,44% a.a.	2024	100.000	105.061
Risco sacado	R\$	N/A	N/A	N/A	15.191
IFC 1ª emissão debêntures	R\$	100% CDI + 2,55% a.a.	2021 – 2026	250.000	253.631
IFC 2ª emissão debêntures	R\$	CDI + 2,70% a.a.	2023 – 2027	165.000	165.154

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Abaixo estão as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes em vigor em 30 de setembro de 2023:

Empréstimos

Em 16 de julho de 2021, a Companhia, por meio da subsidiária Tatix Comércio e Participações Ltda., emitiu uma Cédula de Crédito Bancário em favor da Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 7.700 mil, remunerada a CDI + taxa de 2,92% a.a., a ser pago em 36 parcelas mensais, com vencimento em 17 de julho de 2024 (“CCB Tatix”). A CCB Tatix conta com garantia real prestada sob forma de cessão fiduciária de direitos creditórios e possui saldo devedor de R\$ 2.988 mil em 30 de setembro de 2023.

Em 15 de março de 2023, a Companhia emitiu uma Cédula de Crédito Bancário em favor do Banco Santander (Brasil) S.A. no valor de R\$ 90.000 mil, remunerada a CDI + taxa de 2,58% a.a. com pagamento de juros mensais e principal em 24 parcelas iniciadas a partir abril de 2024, e com vencimento em 27 de fevereiro de 2026 (“CCB Santander”). A CCB Santander conta com garantia real prestada sob forma de cessão fiduciária de direitos creditórios e possui saldo devedor de R\$ 90.974 mil em 30 de setembro de 2023.

Emissão de Debêntures e Notas Comerciais

Em novembro de 2021, a Companhia realizou a sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no montante total de R\$ 250.000 mil, com vencimento em 5 anos, sendo 2 anos de carência, e juros de CDI + 2,55% a.a. (“1ª Emissão Debêntures”). A 1ª Emissão Debêntures conta com garantia real prestada sob forma de cessão fiduciária sobre conta vinculada e garantia fidejussória adicional (fiança). A 1ª Emissão Debêntures possui saldo devedor de R\$ 253.631 mil em 30 de setembro de 2023.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 21 de junho de 2022, a Companhia realizou a sua 1ª emissão de notas comerciais escriturais, no montante total de R\$ 100.000 mil, com vencimento em 730 dias corridos e juros de CDI + 2,44% a.a. ("1ª Emissão Notas Comerciais"). A 1ª Emissão Notas Comerciais não conta com garantias e possui saldo devedor de R\$ 105.061 mil em 30 de setembro de 2023.

Em 28 de janeiro de 2023, a Companhia realizou a sua 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no montante total de R\$ 165.000 mil, com prazo de vencimento de quatro anos, sendo dois anos de carência, contados da data de Emissão e juros de CDI + 2,70% a.a. ("2ª Emissão Debêntures"). A 2ª Emissão Debêntures conta com garantia real prestada sob forma de cessão fiduciária sobre conta vinculada e garantia fidejussória adicional (fiança). A 2ª Emissão Debêntures possui saldo devedor de R\$ 165.154 mil em 30 de setembro de 2023.

As principais características de tais emissões estão elencadas no quadro abaixo:

#	Tipo de Contrato	Instituição Financeira	Data de Celebração	Vencimento	Valor	Taxa de Juros	Garantia
1	1ª Emissão Debêntures	N/A	12/11/2021	22/11/2026	R\$250.000.000,00	100% CDI + 2,55% a.a.	Garantia real, com garantia adicional fidejussória
2	1ª Emissão Notas Comerciais	N/A	21/06/2022	20/06/2024	R\$100.000.000,00	100% CDI + 2,44% a.a.	N/A
3	2ª Emissão Debêntures	N/A	28/01/2023	28/01/2027	R\$165.000.000,00	100% CDI + 2,70% a.a.	Garantia real, com garantia adicional fidejussória

Adicionalmente, em 7 de julho de 2023, a Companhia assinou contrato de empréstimo com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), no montante total de R\$ 84.682 mil, sendo que, na data deste Formulário de Referência, R\$ 28.251 mil já foram desembolsados. Sobre o principal da dívida incidirá a taxa referencial *pro rata tempore* (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida do *spread* de 4% ao ano. O período de carência é de 31 meses, abrangendo o período compreendido entre a data da assinatura do contrato e a de vencimento da primeira parcela de amortização, sendo o principal parcelado em 90 parcelas mensais e sucessivas.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 30 de setembro de 2023, a Companhia não possuía qualquer outra operação de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas mencionadas no item anterior.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 30 de setembro de 2023 possuem cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre as mesmas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Os empréstimos em moeda estrangeira, as notas comerciais e as debêntures emitidas pela Companhia possuem restrições no que se referem a manutenção dos seguintes índices financeiros (*covenants*), os quais são apurados anualmente, com base nas demonstrações financeiras anuais e consolidadas da Companhia, no âmbito da:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- **1ª Emissão Debêntures e 2ª Emissão Debêntures:**
 - (i) Dívida Líquida / EBITDA: manter a razão entre Dívida Líquida por EBITDA menor ou igual a: 2,0x, em 2023 e 1,75x, de 2024 em diante;
- **1ª Emissão Notas Comerciais:**
 - (i) Dívida Líquida / EBITDA: manter a razão entre Dívida Líquida por EBITDA menor ou igual a manter 2,0x em 2023 e 1,75x em 2024 em diante.
- **CCB Santander**
 - (i) Dívida Líquida / EBITDA: manter a razão entre Dívida Líquida por EBITDA menor ou igual a manter 2,0x em 2023 e 1,75x em 2024 em diante.

Para fins dos contratos de empréstimo e financiamentos relevantes indicados acima, entende-se por:

I. Dívida: Soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, incluídos (a) os títulos descontados com regresso e antecipação de recebíveis, (b) as fianças e avais prestados em benefício de terceiros, (c) arrendamento mercantil / leasing financeiro, (d) os títulos de renda fixa não conversíveis frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional, (e) os passivos decorrentes de instrumentos financeiros – derivativos, (f) passivos decorrentes de financiamento de aquisições com os vendedores ("Seller's Financing");

II. Caixa: Dinheiro em caixa, depósitos à vista e caixa aplicado em ativo financeiro com a expectativa de geração de valor ao longo do tempo disponíveis no curto prazo (inferior a 360 dias);

III. Dívida Líquida: Dívida subtraído do Caixa; e

IV. EBITDA: Resultado antes do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro, do resultado não operacional, da equivalência patrimonial e da participação de acionistas minoritários, exceto eventos não recorrentes, tanto positivos quanto negativos.

Todos os contratos de empréstimo e financiamentos relevantes indicados acima possuem cláusula de vencimento antecipado cruzado (*cross-default* e *cross acceleration*), sendo que tal sujeição se aplica também a eventual descumprimento de *covenants* e/ou declaração de vencimento antecipado de dívidas de outras empresas do Grupo. Em 30 de setembro de 2023, tais contratos representam aproximadamente 37% (trinta e sete por cento) do endividamento total da Companhia.

Adicionalmente, as emissões de debêntures acima citadas, apresentam restrições à distribuição de dividendos, à alienação de ativos e a alienação de controle societário. Para mais informações, vide item 12.9 deste Formulário de Referência.

Os *covenants* financeiros constantes dos empréstimos em moeda estrangeira, da 1ª Emissão de Notas Comerciais e da 1ª Emissão de Debêntures indicados acima não foram cumpridos em sua última medição realizada em 31 de dezembro de 2022, visto que a Companhia atingiu o valor de Dívida Líquida de R\$ 219.178 mil e uma razão de Dívida Líquida / EBITDA de 4,6x. A Companhia, após 31 de dezembro de 2022, obteve *waiver* junto às respectivas contrapartes, tendo a renúncia do pagamento antecipado das parcelas apenas para o período de 31 de dezembro de 2022.

(g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não dispunha de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2023 COMPARADO AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2022

<i>(em R\$ milhares, exceto %)</i>	30/09/2023	AV	30/09/2022	AV	AH
Receita líquida	803.958	100%	629.461	100%	27,72%
Custos dos serviços prestados	(459.423)	(57,15%)	(368.562)	(58,55%)	24,65%
Lucro bruto	344.535	42,85%	260.899	41,45%	32,06%
Despesas comerciais	(31.831)	(3,96%)	(21.973)	(3,49%)	44,86%
Despesas administrativas	(328.459)	(40,86%)	(305.924)	(48,60%)	7,37%
Outras despesas operacionais	(1.113)	(0,14%)	(3.083)	(0,49%)	(63,90%)
Outras receitas operacionais	8.087	1,01%	11.793	1,87%	(31,43%)
Prejuízo antes das despesas financeiras líquidas e impostos	(8.781)	(1,09%)	(58.288)	(9,26%)	(84,94%)
Resultado financeiro líquido	(174.283)	(21,68%)	(133.723)	(21,24%)	30,33%
Prejuízo antes dos impostos	(183.064)	(22,77%)	(192.011)	(30,50%)	(4,66%)
Imposto corrente	(2.306)	(0,29%)	(2.258)	(0,36%)	2,13%
Imposto diferido	666	0,08%	806	0,13%	(17,37%)
Prejuízo do período	(184.704)	(22,97%)	(193.463)	(30,73%)	(4,53%)

Receita líquida

A receita líquida da Companhia no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 totalizou R\$803.958 mil, comparado com R\$629.461 mil no mesmo período de 2022, o que representou um aumento de R\$174.477 mil ou 27,72%. Este aumento está relacionado com a evolução no número de clientes no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022 para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, e do aumento no número de transações processadas em nosso ecossistema.

Custos dos serviços prestados

Os custos dos serviços prestados totalizaram R\$459.423 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, comparado com R\$368.562 mil no mesmo período de 2022, o que representou um aumento de R\$90.861 mil ou 24,65%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento no número de pedidos, oriundo principalmente dos países Latam, exceto Brasil. Os custos dos serviços prestados representaram 57,15% e 58,55% da receita líquida nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2023 e 2022, respectivamente.

Lucro bruto

O lucro bruto no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 foi de R\$344.535 mil comparativamente a R\$260.899 mil no mesmo período de 2022, o que representou um aumento de R\$83.636 mil ou 32,06%. O lucro bruto representou 42,85% e 41,45% da receita líquida nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2023 e 2022, respectivamente. Tais variações estão diretamente relacionadas ao aumento dos clientes que, consequentemente, diluíram o aumento dos custos dos serviços prestados.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Despesas comerciais

As despesas comerciais no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 foi de R\$31.831 mil comparativamente a R\$21.973 mil no mesmo período de 2022, o que representou um aumento de R\$9.858 mil ou 44,86%. As despesas comerciais representaram 3,96% e 3,49% da receita líquida nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2023 e 2022, respectivamente. Esse aumento é atribuído substancialmente ao crescimento das atividades das subsidiárias da Companhia nos demais países na América Latina.

Despesas administrativas

As despesas administrativas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 foi de R\$328.459 mil comparativamente a R\$305.924 mil no mesmo período de 2022, o que representou um aumento de R\$22.535 mil ou 7,37%. As despesas administrativas representaram 40,86% e 48,60% da receita líquida nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2023 e 2022, respectivamente. Esse aumento está diretamente relacionado a aquisição da Ecomsur, visto que no período anterior essas despesas não existiam.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 foi de R\$174.283 mil comparativamente a R\$133.723 mil no mesmo período de 2022, o que representou um aumento de R\$40.560 mil ou 30,33%. O resultado financeiro líquido representou 21,68% e 21,24% da receita líquida nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2023 e 2022, respectivamente. Este aumento está relacionado principalmente às despesas com juros sobre debêntures, empréstimos e taxa de antecipação de recebíveis.

Prejuízo antes do imposto

O prejuízo antes do imposto no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 foi de R\$183.064 mil comparativamente a R\$192.011 mil no mesmo período de 2022, o que representou uma redução de R\$8.947 mil ou 4,66%. O prejuízo antes do imposto representou 22,77% e 30,50% da receita líquida nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2023 e 2022, respectivamente. A redução no prejuízo é atribuída substancialmente à implementação de projetos de ganhos de eficiência e redução de custos em 2023.

Prejuízo do período

Prejuízo no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 foi de R\$184.704 mil comparativamente a R\$193.463 mil no mesmo período de 2022, o que representou uma redução de R\$8.759 mil ou 4,53%. O prejuízo do exercício representou 22,97% e 30,73% da receita líquida nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2023 e 2022, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente à implementação de projetos de ganhos de eficiência e redução de custos implementadas em 2023.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

<i>(em R\$ milhares, exceto %)</i>	31/12/2022	AV	31/12/2021	AV	AH
Receita líquida	891.301	100%	422.560	100%	110,93%
Custos dos serviços prestados	(512.426)	(57,49%)	(217.553)	(51,48%)	135,54%
Lucro bruto	378.875	42,51%	205.007	48,52%	84,81%
Despesas comerciais	(27.782)	(3,12%)	(33.299)	(7,88%)	(16,57%)
Despesas administrativas	(447.621)	(50,22%)	(215.669)	(51,04%)	107,55%
Outras receitas operacionais	15.792	1,77%	15.598	3,69%	1,25%
Outras despesas operacionais	(3.644)	(0,41%)	(535)	(0,13%)	581,14%
Prejuízo antes do resultado financeiro líquido e impostos	(84.380)	(9,47%)	(28.898)	(6,84%)	191,99%
Resultado financeiro líquido	(179.026)	(20,09%)	(9.074)	(2,15%)	1872,96%
Participação nos (prejuízos) lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial, líquida de impostos	-	-	574	0,14%	(100%)
Prejuízo antes dos impostos	(263.406)	(29,55%)	(37.398)	(8,85%)	604,33%
Imposto corrente	(2.562)	(0,29%)	(1.670)	(0,40%)	53,41%
Imposto diferido	1.029	0,12%	0	-	-
Prejuízo do exercício	(264.939)	(29,72%)	(39.068)	(9,25%)	578,15%

Receita líquida

A Receita líquida da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 totalizou R\$891.301 mil, comparado com R\$422.560 mil no mesmo período de 2021, o que representou um crescimento de R\$468.741 mil ou 110,93%. Este aumento é atribuído substancialmente ao crescimento na quantidade de clientes entre o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e (ii) o aumento na quantidade de transações em nosso ecossistema, o que resultou em um crescimento de 82,7% do GMV no período.

Custos dos serviços prestados

Os Custos dos serviços prestados totalizaram R\$512.426 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, comparado com R\$ 217.533 mil no mesmo período de 2021, o que representou um crescimento de R\$294.872 mil ou 135,54%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento no número de pedidos e ao aumento na receita de B2C, que possui menor margem. Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os custos dos serviços prestados representaram 57,49% e 51,48% da nossa receita líquida, respectivamente.

Lucro bruto

O lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$378.875 mil comparativamente a R\$ 205.007 mil no mesmo período de 2021, o que representou um crescimento de R\$173.868 mil ou 84,81%. O lucro bruto representou 42,51% e 48,52% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente ao aumento na receita de B2C, que possui menor margem.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Despesas comerciais

As despesas comerciais no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$27.782 mil comparativamente a R\$33.299 mil no mesmo período de 2021, o que representou uma redução de R\$5.517 mil ou 16,57%. Esta redução é atribuída substancialmente à redução do número de colaboradores da Companhia na área comercial e a mudança na estrutura de alocação de custos com pessoal na Companhia, passando por uma definição por meio das verticais criadas em 2022

Despesas administrativas

As despesas administrativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$447.621 mil comparativamente a R\$215.669 mil no mesmo período de 2021, o que representou um crescimento de R\$231.952 mil ou 107,55%. As despesas administrativas representou 51,04% e 50,22% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente à consolidação em nosso quadro de empregados de pessoas empregadas nas empresas que adquirimos e à despesas com operações de aquisições de companhias.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro, líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$179.026 mil comparativamente a R\$9.074 mil no mesmo período de 2021, o que representou um crescimento de R\$169.952 mil ou 1.872,96%. O resultado financeiro, líquido representou 20,09% e 2,15% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente às despesas provenientes das operações de antecipação de recebíveis realizadas pela Companhia que são efetuadas para que a Companhia possa efetuar o repasse aos clientes, e a um aumento de juros incorridos sobre novas debêntures contratadas.

Prejuízo antes dos impostos

O prejuízo antes dos impostos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$263.406 mil comparativamente a R\$ 37.398 mil no mesmo período de 2021, o que representou um crescimento de R\$226.008 mil ou 604,33%. O prejuízo antes do imposto representou 29,55% e 8,85% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento nas despesas financeiras e a despesas com operações de aquisições de companhias.

Imposto corrente

O imposto de renda corrente no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$2.562 mil comparativamente a R\$1.670 mil no mesmo período de 2021, o que representou um crescimento de R\$892 mil ou 53,41%. O imposto de renda corrente representou 0,29% e 0,40% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. Esse crescimento decorre do resultado positivo das empresas na Argentina e no Chile, que apuraram um lucro superior no exercício de 2022.

Prejuízo do exercício

O prejuízo do exercício no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$264.939 mil comparativamente a R\$39.068 mil no mesmo período de 2021, o que representou um crescimento de R\$225.871 mil ou 578,15%. O prejuízo do exercício representou 29,72% e 9,25% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. Este crescimento é atribuído substancialmente ao crescimento nas despesas provenientes das operações de antecipação de recebíveis realizadas pela Companhia que são efetuadas para que a Companhia possa efetuar o repasse aos clientes, e aos juros sobre empréstimos e debêntures.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

<i>(em R\$ milhares, exceto %)</i>	31/12/2021	AV	31/12/2020	AV	AH
Receita líquida	422.560	100%	235.933	100%	79%
Custos dos serviços prestados	(217.553)	-51,48%	(118.535)	-50,24%	84%
Lucro bruto	205.007	48,52%	117.398	49,76%	75%
Despesas comerciais	(33.299)	-7,88%	(15.869)	-6,73%	110%
Despesas administrativas	(215.669)	-51,04%	(101.079)	-42,84%	113%
Outras receitas operacionais	15.598	3,69%	4.680	1,98%	233,26%
Outras despesas operacionais	(535)	(0,13%)	-	-	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro líquido e impostos	(28.898)	-6,84%	5.130	2,17%	-663%
Resultado financeiro líquido	(9.074)	-2,15%	(12.352)	-5,24%	27%
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial, líquida de impostos	574	0,14%	688	0,29%	-17%
Prejuízo antes dos impostos	(37.398)	-8,85%	(6.534)	-2,77%	472%
Imposto corrente	(1.670)	-0,40%	-	-	-
Prejuízo do exercício	(39.068)	-9,25%	(6.534)	-2,77%	498%

Receita líquida

A Receita líquida da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 totalizou R\$ 422.560 mil, comparado com R\$235.933 mil no mesmo período de 2020, o que representou um crescimento de R\$186.627 mil ou 79%. Este aumento é atribuído substancialmente, pelo aumento dos clientes, advindos das transações de aquisições de companhias concluídas ao longo do exercício social de 2021.

Custos dos serviços prestados

Os Custos dos serviços prestados totalizaram R\$217.553 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, comparado com R\$118.535 mil no mesmo período de 2020, o que representou um crescimento de R\$99.018 mil ou 84%. Este aumento é atribuído substancialmente a consolidação dos custos das empresas adquiridas, pelas aquisições de companhias concluídas ao longo do exercício social de 2021 e, conseqüentemente, ao aumento inorgânico do número de pedidos de vendas e o volume total de transações em nossas plataformas. Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os custos dos serviços prestados representaram 51,48% e 50,24% da nossa receita líquida, respectivamente.

Lucro bruto

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, o lucro bruto da Companhia foi de R\$ 205.007 mil, comparado com R\$117.398 mil no mesmo período de 2020, o que representou um crescimento de R\$87.609 mil ou 75%. Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o lucro bruto representou 48,52% e 49,76% da nossa receita líquida, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente às transações de aquisições de companhias concluídas ao longo do exercício social de 2021, porém, reduzindo um ponto percentual na representatividade do lucro bruto em relação a receita líquida, em função das empresas adquiridas terem um lucro bruto menor, uma vez que tais empresas possuíam apenas serviços de B2C, enquanto a Companhia já possuía um mix de serviços

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

entre B2B e B2C, no qual historicamente, o lucro bruto da operação de B2B tem uma margem maior que a do B2C.

Despesas comerciais

As Despesas comerciais no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foram de R\$33.299 mil comparado com R\$15.869 mil no mesmo período de 2020, o que representou um crescimento de R\$ 17.430 mil ou 110%. As despesas comerciais representaram 7,88% e 6,73% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. Este crescimento é atribuído substancialmente às transações de aquisições de companhias concluídas ao longo do exercício social de 2021, uma vez que tais empresas adquiridas já tinham contratos firmados com fornecedores e, nesse formato, foi necessário honrar com esses contratos até que a Companhia pudesse integralizar e adequar as despesas comerciais.

Despesas administrativas

As Despesas administrativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foram de R\$ 215.669 mil comparado com R\$101.079 mil no mesmo período de 2020, o que representou um crescimento de R\$ 114.590 mil ou 113%. As Despesas administrativas representaram 51,04% e 42,84% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. Este crescimento é atribuído substancialmente às transações de aquisições de companhias concluídas ao longo do exercício social de 2021 e devido ao aumento do número de colaboradores da Companhia em novas áreas.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$9.074 mil comparativamente a R\$12.352 mil no mesmo período de 2020, o que representou uma diminuição de R\$3.278 mil ou 27%. O resultado financeiro líquido representou 2,15% e 5,24% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. Esta redução está relacionada ao aumento da receita sobre os rendimentos de aplicações financeiras, devido ao impacto positivo de caixa e equivalentes de caixa que a Companhia teve no exercício social de 2021.

Prejuízo antes dos impostos

O prejuízo antes dos impostos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$37.398 mil comparativamente a R\$6.534 mil no mesmo período de 2020, o que representou um crescimento de R\$30.864 mil ou 472%. O prejuízo antes do imposto representou 8,85% e 2,77% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. Este aumento é relacionado principalmente ao aumento dos custos e despesas devidas às transações de aquisições de companhias concluídas ao longo do exercício social de 2021, o que trouxe prejuízo ao consolidado, bem como aos gastos envolvidos na listagem da Companhia no segmento do Novo Mercado da B3, que exigiu a estruturação de novos comitês e novas áreas, tais como Auditoria Interna e Controles Internos.

Imposto corrente

O imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$1.670 mil comparativamente a R\$0 no mesmo período de 2020, o que representou um crescimento de R\$1.670 mil. O imposto de renda e contribuição social representou 0,40% e 0% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. Este aumento é relacionado principalmente as operações da Companhia na Argentina e no Chile, as quais geraram lucro operacional e, portanto, gerou impostos sobre o lucro. Em 2020, tais empresas não faziam parte do consolidado da Companhia.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Prejuízo do exercício

O prejuízo no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 39.068 mil comparado a um prejuízo de R\$6.534 mil no mesmo período de 2020, o que representou um crescimento de R\$32.534 mil, relacionado principalmente com as transações de aquisições de companhias concluídas ao longo do exercício social de 2021 e aos gastos envolvidos na listagem da Companhia no segmento do Novo Mercado da B3, que exigiu a estruturação de novos comitês e novas áreas, tais como Auditoria Interna e Controles Internos.

FLUXO DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

<i>(em R\$ mil)</i>	30/09/2023	30/09/2022	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa (usado nas) gerado das atividades operacionais	151.384	55.095	160.887	(72.700)	42.352
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(97.902)	(100.366)	(127.353)	(795.223)	(65.558)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	(157.417)	164.298	124.428	921.607	79.403
(Redução)/Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	(103.935)	119.027	157.962	53.684	51.942

PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2023 COMPARADO AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2022

Fluxo de caixa (usado nas) gerado das atividades operacionais

O fluxo de caixa gerado das atividades operacionais totalizou R\$ 151.384 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, comparado com a geração de R\$ 55.095 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022. O crescimento da geração de caixa operacional deve-se principalmente a geração de caixa advinda do contas a receber totalizando um aumento de R\$ 113.292 mil.

Fluxo de caixa líquido (usado nas) atividades de investimento

O fluxo de caixa usado nas atividades de investimento totalizou R\$ 97.902 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, comparado a R\$ 100.366 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022. Essa redução do uso de caixa deve-se, principalmente, a redução das aquisições de imobilizado e intangível no valor de R\$ 78.445 mil na comparação entre os períodos.

Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento

O fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 157.417 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, comparado a um caixa gerado de R\$ 164.298 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022. Esse aumento da utilização do caixa é justificado, principalmente pela menor captação de empréstimos e pelo maior dispêndio de caixa no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2023.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Fluxo de caixa (usado nas) gerado das atividades operacionais

O fluxo de caixa gerado das atividades operacionais totalizou R\$ 160.887 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, comparado com o consumo de R\$ 72.700 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. O crescimento da geração de caixa operacional deve-se principalmente diminuição no caixa operacional utilizado com impostos a pagar de R\$ 102.347 mil.

Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento

O fluxo de caixa usado nas atividades de investimento totalizou R\$127.353 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$795.223 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Essa redução é justificada principalmente na redução dos pagamentos nas transações de aquisição de empresas no total de R\$ 624.726 mil.

Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento

O fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento totalizou R\$ 124.428 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$ 921.607 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Essa redução é justificada principalmente pelos recursos captados pela Companhia no âmbito de sua oferta pública inicial de ações (IPO), realizado em 2021, no montante de R\$ 902 milhões.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Fluxo de caixa gerado das (usado nas) atividades operacionais

O fluxo de caixa utilizado nas atividades operacionais totalizou R\$ 72.700 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, comparado com um fluxo de caixa gerado de R\$42.352 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. O aumento no consumo de caixa operacional deve-se principalmente ao aumento do volume de pagamentos de fornecedores no total de que aumentaram R\$ 260.209 mil.

Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento

O fluxo de caixa usado nas atividades de investimento totalizou R\$ 795.233 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, comparado a R\$65.558 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento de R\$729.665 mil, é justificado principalmente pelos pagamentos nas transações de aquisições de companhias no total de R\$ 609.872 mil em 2021.

Fluxo de caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento

O fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento totalizou R\$921.607 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, comparado a R\$ 79.403 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento nos recebimentos é justificado principalmente pela oferta pública de ações da Companhia, no valor de R\$ 902 milhões e pela emissão de debêntures em 2021, no valor de R\$ 250 milhões.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 – Resultados: os Diretores devem comentar:

(a) Resultados das operações do emissor, em especial:

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, as receitas de serviços da Companhia compreendem toda a gestão de e-commerce de seus clientes, incluindo, mas não se limitando à gestão de plataformas, gestão comercial, gestão de portfólio de recebíveis, gestão logística e transporte, gestão do atendimento ao cliente e aos consumidores finais, registro de produtos e produção de conteúdo, gestão de mídia digital e gerenciamento de projetos digitais.

Há principalmente dois fluxos de receita nos quais a Companhia segrega suas receitas: (i) receita de serviços (comissão) relacionados à venda de produtos dos clientes, que podem envolver um ou uma combinação de serviços prestados pelo Grupo, mas sempre vinculados à venda do produto do cliente – a receita mais significativa da Companhia, e (ii) receita de outros serviços.

(i) Para a receita de serviços relacionados à venda de produtos de seus clientes, o Grupo atua como um agente nos contratos firmados com seus clientes, nas transações que envolvem a venda de produtos do cliente. Como resultado da intermediação e prestação dos serviços o Grupo cobra uma comissão. Embora possa envolver serviços combinados, a obrigação de desempenho será cumprida com a venda de mercadorias do cliente, quando o produto do cliente é entregue ao consumidor final e o recebimento deste produto é aceito (em um momento específico – *at a point in time*).

Principais pontos do contrato: (i) serviços que farão parte do escopo contratado do Cliente, como por exemplo, tecnologia omnichannel, *fulfillment* e *fintech*; (ii) a comissão que será cobrada ao aplicar o percentual sobre cada produto vendido no website ao consumidor final. Este percentual varia de acordo com a quantidade de serviços contratados; e (iii) condições de pagamento e transferência de recebimentos dos produtos vendidos (GMV).

(ii) Outros serviços, que não estão vinculados ao serviço de gestão logística e de transportes dos produtos do cliente. Basicamente, trata-se de demandas pontuais (*spots*) no qual o cliente solicita serviços específicos em sua plataforma que não está englobada no contrato com o cliente consumidor final e não se referem a mercadorias, como por exemplo ações de endomarketing, ações de marketing e institucionais. Todos os serviços são prestados em um curto período de tempo, principalmente dentro de um mês, para esses casos a obrigação de desempenho será cumprida com o aceite do cliente/termo de encerramento no produto final entregue, da prestação de serviço.

(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Os resultados das operações da Companhia são materialmente influenciados pelos seguintes fatores:

Aquisição de subsidiárias

Pier 8 e Armazéns

Em 23 de dezembro de 2020, a subsidiária IFC Ltda adquiriu 100% das ações da Pier 8 Serviços e Varejo Ltda, e da Armazéns Gerais Furusho & Salzano Ltda. (em conjunto, "Pier 8").

New Retail

Em 29 de janeiro de 2021, a Companhia adquiriu uma participação adicional de 40% das ações da New Retail, passando de 21,44% de participação para 61,44%. Com a aquisição adicional da participação, a Companhia passou a ter o controle das operações da New Retail.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Summa e Sigurd

Em 15 de julho de 2021 foi celebrado o contrato de compra e venda, onde a subsidiária New Retail adquiriu 100% das quotas das empresas Summa Solutions S.R.A L. & Sigurd S.A.P.I. de C.V., em conjunto "Summa", localizadas na Argentina e no México, respectivamente.

Tatix

Em 10 de agosto de 2021 foi celebrado o contrato de compra e venda onde a subsidiária IFC Ltda. adquiriu 100% das quotas da Tatix Comércio e Participações Ltda, denominada "Tatix".

Synapcom

No dia 26 de novembro de 2021, a Companhia obteve controle da operação adquirindo 100% (cem por cento) do capital social da Synapcom.

Tevec (atual Infradata Sistemas S.A.)

Em 28 de janeiro de 2022, foi celebrado o contrato de compra e venda, onde a subsidiária da Companhia, Infracommerce Negócios e Soluções Ltda., adquiriu 100% das ações da empresa Tevec Sistemas S.A. (atualmente denominada Infradata Sistemas S.A.), localizada no Brasil.

Brandlive Colombia

Em 01 de abril de 2022, a Companhia adquiriu, por meio da New Retail, 60% adicionais das ações representativas do capital da Brandlive Colombia S.A., na qual a Companhia já tinha participação indireta de 40%, passando então a deter 100% de participação.

Ecomsur

Em 05 de abril de 2023 a Companhia adquiriu dos acionistas minoritários da New Retail 9,64% da participação. Essa transação ocorreu para que a Companhia não fosse diluída no momento da aquisição da Ecomsur. Nesse momento, a Companhia passou a deter 71,08% de participação na New Retail, participação essa que foi reduzida para 61,9% após a diluição pela entrega de participação mencionada abaixo pela aquisição da Nueva Ecomsur.

No mesmo dia 05 de abril de 2023, a Companhia adquiriu 100% da Ecomsur Holding e 100% da Nueva Ecomsur (em conjunto, "Ecomsur").

(b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Contratualmente, os preços praticados pela Companhia são diretamente atribuíveis a oferta de serviço de *Fullcommerce*¹ que cada cliente contrata e o modelo de remuneração se baseia em um percentual, definido de cliente a cliente, que deriva do valor bruto de vendas aprovadas da loja virtual do cliente. Esse percentual dá cobertura a todas as atividades que façam parte do contrato e pressupõem que ainda que existam atividades que sejam subcontratadas, em todos os casos são embutidos nas nossas negociações uma margem de contribuição sobre os valores de custo.

Em todos os casos, a Companhia tem sido capaz de repassar aos clientes variações positivas ou negativas nos custos de nossas mercadorias e/ou serviços, recompondo a margem contratada. Tais variações podem ser causadas por mudanças na legislação tributária e outros efeitos não previstos inicialmente.

¹ Terceirização do planejamento, consultoria, criação, gestão, operação, segurança digital, métodos de pagamento e análise de resultados do e-commerce empresarial.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Diversos serviços prestados pela Companhia têm seus valores reajustados anualmente com base na variação do IGP-M ou do IPCA.

(c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Atuamos no setor de tecnologia e nossas operações consistem principalmente na prestação de serviços relacionados a e-commerce. Como tal, estamos sujeitos a diversos fatores que afetam os nossos resultados das operações e a condição financeira, que, entre outros, incluem o seguinte:

- o ambiente macroeconômico brasileiro;
- a inflação, o poder de compra dos consumidores e disponibilidade de crédito; e
- as demandas de clientes e hábitos de compra em evolução.

Ambiente macroeconômico brasileiro: Atuamos no Brasil e, portanto, a maioria das nossas receitas, despesas e ativos é auferida em reais. Conseqüentemente, as mudanças macroeconômicas no Brasil, especialmente no que diz respeito à inflação, taxas de juros a curto e longo prazo, taxas de câmbio, níveis salariais e emprego, disponibilidade de crédito e a confiança do consumidor podem afetar os resultados das nossas operações. Nossos resultados das operações também são, até certo ponto, afetados pelas flutuações cambiais. Portanto, as flutuações cambiais impactam o custo dos serviços e poderá afetar nosso resultado das operações.

Taxas de juros: O Banco Central do Brasil altera periodicamente a taxa básica de juros, a fim de gerenciar a inflação. As variações nas taxas de juros afetam principalmente nossas despesas financeiras, bem como comprometem o custo e a disponibilidade de crédito ao consumidor, o que influencia principalmente as vendas de nossos clientes.

Inflação: Enquanto pequenas variações no índice de inflação podem ser repassadas aos nossos clientes sem representar um impacto relevante sobre a demanda dos serviços, acreditamos que um aumento significativo no índice de inflação possa afetar adversamente a demanda por nossos serviços, o que pode (i) prejudicar a confiança dos consumidores, e (ii) afetar adversamente o poder de compra dos consumidores. Além disso, algumas das nossas despesas de vendas, gerais e administrativas são diretamente influenciadas pelas alterações na inflação, tais como os custos de mão de obra e despesas de aluguéis.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 – Práticas contábeis: os Diretores devem comentar:

(a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não houve mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos itens 2.1 e 2.2 deste Formulário de Referência, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023.

(b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O relatório dos auditores independentes referente ao último exercício social e ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 foi emitido sem opiniões modificadas e ênfases.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 – Efeitos relevantes: os Diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

No último exercício social e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, não houve a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Todas as informações sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedades de seu grupo econômico estão disponíveis no item 1.12 deste Formulário de Referência. Os efeitos das aquisições realizadas pela Companhia encontram-se descritos no item 2.1(h) deste Formulário de Referência.

(c) Eventos ou operações não usuais

No último exercício social e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, não houve quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

2.5 Medições não contábeis

2.5 – Medições não contábeis: caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

(a) Informar o valor das medições não contábeis

A Companhia divulgou nos três últimos exercícios sociais e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 as seguintes medições não contábeis para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 e para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

<i>(Em milhões de reais, exceto percentuais)</i>	30/09/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
EBITDA	112.852	56.823	16.962	20.151
Margem EBITDA	14,04%	6,38%	4,01%	8,54%
EBITDA Ajustado	143.923	103.067	25.727	20.696
Margem EBITDA Ajustado	17,90%	11,56%	6,08%	8,77%
Dívida Bruta	682.860	512.297	268.183	71.909
Dívida Líquida	473.229	219.178	58.141	4.659
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado	2,5⁽¹⁾	2,1	2,3	0,2
EBITDA Ajustado/CAPEX	59.200	(91.191)	(50.917)	(21.748)

⁽¹⁾ O cálculo da Dívida Líquida/EBITDA Ajustado considera a Dívida Líquida em 30 de setembro de 2023 de R\$ 473.229 mil, e EBITDA Ajustado LTM (últimos 12 meses) findos em 30 de setembro de 2023 de R\$ 187.038 mil, que resulta em 2,5.

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado, EBITDA Ajustado/CAPEX, EBITDA Ajustado LTM, Margem EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado LTM

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM nº 156/22, conciliada com suas demonstrações financeiras.

O EBITDA consiste no prejuízo do período/exercício adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização. A margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita líquida.

O EBITDA Ajustado representa uma medição não contábil elaborada pela Companhia que corresponde ao prejuízo do período/exercício adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização, deduzindo: (i) despesas e receitas relacionadas ao processo de aquisições de empresas¹; (ii) despesas com o programa de opção de ações correspondente à despesa com outorga; (iii) despesas relacionadas à oferta pública inicial de ações (IPO) da Companhia; e (iv) outras despesas que não são relacionadas à operação da Companhia, como, por exemplo, multas por encerramento de contratos de forma antecipada, serviços relacionados a desmobilização de espaços e serviços relacionados a consultorias que não tiveram continuidade. A Margem EBITDA Ajustado, por sua vez, é calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida.

¹ Despesas relacionadas a assessores legais e consultores e receitas referentes a remensuração dos investimentos.

2.5 Medições não contábeis

O EBITDA Ajustado *Last Twelve Months* ("LTM"), ou últimos doze meses, é calculado pela soma do EBITDA Ajustado do período de nove meses findos em 30 de setembro de 2023, somado ao EBITDA Ajustado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, menos o EBITDA Ajustado do período de nove meses findo em setembro de 2022. A Margem EBITDA Ajustado LTM é calculada pela divisão do EBITDA Ajustado LTM pela Receita Líquida LTM do período de doze meses findo em 30 de setembro de 2023.

O EBITDA Ajustado/CAPEX consiste no valor do EBITDA Ajustado do exercício/período subtraído do valor total de aquisições de imobilizado e intangível ("CAPEX") do mesmo exercício/período.

O EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado, EBITDA Ajustado/CAPEX, EBITDA Ajustado LTM, Margem EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado LTM não são medidas de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou de acordo com o IFRS e não representam os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não é uma medida alternativa aos resultados ou fluxos de caixa. A Companhia utiliza o EBITDA e a margem EBITDA como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos da Resolução CVM nº 156/22, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse mesmo significado. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Resolução CVM nº 156/22 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Resolução CVM nº 156/22 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Resolução CVM nº 156/22.

Dívida Bruta, Dívida Líquida e Dívida Líquida/EBITDA Ajustado

A Dívida Bruta é calculada como a soma dos empréstimos e financiamentos e debêntures – circulante e não circulante. A Dívida Líquida é calculada como Dívida Bruta subtraída de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras circulante. A Dívida Líquida/EBITDA Ajustado é calculada como Dívida Líquida dividida por EBITDA Ajustado. A Companhia utiliza a Dívida Bruta, Dívida Líquida e Dívida Líquida/EBITDA Ajustado como um indicador para medir a capacidade de pagamento do seu endividamento com terceiros com a utilização de recursos próprios.

A Dívida Bruta, a Dívida Líquida e a Dívida Líquida/EBITDA Ajustado não são medidas de liquidez ou endividamento definida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS e não possuem significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua Dívida Bruta, Dívida Líquida e Dívida Líquida/EBITDA Ajustado de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

2.5 Medições não contábeis

(b) Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado, EBITDA Ajustado LTM, Margem EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado LTM

<i>(Em milhares de reais, exceto percentuais)</i>	Período de nove meses findo em 30/09/2023	Período de nove meses findo em 30/09/2022	Exercício findo em 31/12/2022	Exercício findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2020
Prejuízo do exercício/período	(184.704)	(193.463)	(264.939)	(39.068)	(6.534)
(+) Imposto corrente e diferido	1.640	1.452	1.533	1.670	-
(+) Resultado financeiro líquido	174.283	133.723	179.026	9.074	12.352
(+) Depreciação e amortização	121.633	95.432	141.203	45.286	14.333
EBITDA	112.852	37.144	56.823	16.962	20.151
(+) Despesas/(Receitas) relacionadas a aquisições	12.496	16.585	37.939	(5.142)	545
(+) Despesas Relacionadas a programas de incentivo de longo prazo	3.700	1.754	2.524	5.030	-
(+) Despesas Relacionadas a reestruturação societária da companhia.	-	-	-	4.255	-
(+) Despesas relacionadas a multas por encerramento antecipado de contratos, serviços relacionados a desmobilização de espaços e serviços, e outros ⁽¹⁾	14.875	3.954	5.772	4.622	-
EBITDA Ajustado	143.923	59.952	103.067	25.727	20.696
Receita Líquida	803.958	629.461	891.301	422.560	235.933
Margem EBITDA	14,04%	5,90%	6,38%	4,01%	8,54%
Margem EBITDA Ajustado	17,90%	9,52%	11,56%	6,08%	8,77%
(-) CAPEX	84.723	163.168	194.258	76.644	42.444
EBITDA Ajustado – CAPEX	59.200	(103.216)	(91.191)	(50.917)	(21.748)

(1) Representa despesas não relacionadas com a geração bruta de caixa da Companhia, como, por exemplo, multas por encerramento de contratos de forma antecipada, serviços relacionados a desmobilização de espaços e serviços relacionados a consultorias que não tiveram continuidade.

2.5 Medições não contábeis

<i>(Em milhares de reais, exceto percentuais)</i>	LTM: Período de doze meses findo em 30 de setembro de	
	2023	2022
Prejuízo do exercício/período	(256.180)	(217.925)
(+) Imposto corrente e diferido	1.721	2.729
(+) Resultados financeiros líquidos	219.586	146.335
(+) Depreciação e amortização	167.404	112.499
EBITDA	132.531	43.638
(+) Despesas/(Receitas) relacionadas a aquisições	33.851	21.306
(+) Despesas Relacionadas a programas de incentivo de longo prazo	4.471	2.353
(+) Despesas Relacionadas a reestruturação societária da companhia ocorrida antes da realização do seu IPO	-	1.782
(+) Despesas relacionadas a multas por encerramento antecipado de contratos, serviços relacionados a desmobilização de espaços e serviços, e outros ⁽¹⁾	16.693	8.546
EBITDA Ajustado	187.038	77.624
Receita líquida	1.065.798	794.972
Margem EBITDA	12,39%	5,49%
Margem EBITDA Ajustado	17,55%	9,76%

(1) Representa despesas não relacionadas com a geração bruta de caixa da Companhia, como, por exemplo, multas por encerramento de contratos de forma antecipada, serviços relacionados a desmobilização de espaços e serviços relacionados a consultorias que não tiveram continuidade.

Dívida Bruta, Dívida Líquida e Dívida Líquida/EBITDA Ajustado

A tabela abaixo apresenta a conciliação da Dívida Bruta, Dívida Líquida e Dívida Líquida/EBITDA Ajustado com os valores das demonstrações financeiras auditadas e informações contábeis intermediárias revisadas:

<i>(Em milhares de reais, exceto percentuais)</i>	Período de nove meses findo em 30/09/2023	Exercício findo em 31/12/2022	Exercício findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2020
Empréstimos e Financiamentos – Circulante	168.299	257.093	13.112	30.262
Debêntures – Circulante	82.640	23.394	2.276	-
Empréstimos e Financiamentos – Não Circulante	95.776	2.162	5.276	41.647
Debêntures – Não Circulante	336.145	229.648	247.519	-
Dívida Bruta	682.860	512.297	268.183	71.909
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(174.961)	(278.896)	(120.934)	(67.250)
(-) Aplicações financeiras - circulante	(34.670)	(14.223)	(89.108)	-
Dívida Líquida	473.229	219.178	58.141	4.659
EBITDA Ajustado	143.923	103.067	25.727	20.696
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado	2,5⁽¹⁾	2,1	2,3	0,2

(1) O cálculo da Dívida Líquida/EBITDA Ajustado considera a Dívida Líquida em 30 de setembro de 2023 de R\$ 473.229 mil, e EBITDA Ajustado LTM (últimos 12 meses) findos em 30 de setembro de 2023 de R\$ 187.038 mil, que resulta em 2,5.

2.5 Medições não contábeis

(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia entende que o EBITDA e a Margem EBITDA são medições apropriadas para a compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações posto que no seu cálculo não são incluídas despesas de depreciação, amortização, despesas de imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido) e resultados financeiros, líquidos. Sendo assim, não é afetado por flutuações nas taxas de juros (sejam elas, aplicáveis à dívida ou à remuneração do caixa aplicado), alterações de carga tributárias de imposto de renda e contribuição social, bem como pelos níveis de depreciação e amortização. Além disso, a Companhia acredita que o EBITDA oferece aos investidores uma adequada compreensão da sua capacidade de cumprir com suas obrigações e sua capacidade de obter novos financiamentos para seus investimentos e capital de giro.

A Companhia entende que o EBITDA Ajustado, o EBITDA Ajustado/CAPEX, a Margem EBITDA Ajustado, o EBITDA Ajustado LTM e a Margem EBITDA Ajustado LTM, são medições apropriadas para a compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações, já que funcionam como ferramentas comparativas para mensurar, periodicamente, o nosso desempenho operacional e para embasar decisões de natureza administrativa. Além disso, a Companhia acredita que o EBITDA Ajustado e o EBITDA Ajustado LTM oferecem aos investidores uma adequada compreensão de sua estrutura financeira em termos de performance.

A Companhia utiliza o EBITDA e a Margem EBITDA como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos da Resolução CVM nº 156/22, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Resolução CVM nº 156/22 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Resolução CVM nº 156/22 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Resolução CVM nº 156/22.

A divulgação de informações sobre a Dívida Bruta, Dívida Líquida e Dívida Líquida/EBITDA Ajustado visa a apresentar uma visão geral do endividamento e da posição financeira da Companhia. Na gestão de nossos negócios, utilizamos a Dívida Bruta, Dívida Líquida e Dívida Líquida/EBITDA Ajustado como forma de avaliar nossa posição financeira. A Companhia entende que essa medida funciona como uma ferramenta importante para comparar, periodicamente, a posição financeira da Companhia, analisar o grau de alavancagem financeira, bem como para embasar determinadas decisões gerenciais, como decisões de investimento e de gestão do fluxo de caixa.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 – Eventos subsequentes: identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Não ocorreram eventos após 30 de setembro de 2023, data base das últimas às últimas informações contábeis divulgadas pela Companhia, cuja emissão ocorreu em 9 de novembro de 2023.

2.7 Destinação de resultados

2.7 – Destinação dos resultados: os Diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

	2022	2021	2020
(a) Regras sobre retenção de lucros	Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei, e que o valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404/76.	Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei, e que o valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404/76.	Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei, e que o valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404/76.
(b) Regras sobre distribuição de dividendos	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.
(c) Periodicidade das distribuições de dividendos	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual. Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá (i) levantar balanços semestrais, trimestrais ou em menor periodicidade, e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços; ou (ii) declarar dividendos ou juros sobre capital próprio intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual. Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá (i) levantar balanços semestrais, trimestrais ou em menor periodicidade, e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços; ou (ii) declarar dividendos ou juros sobre capital próprio intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual. Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá (i) levantar balanços semestrais, trimestrais ou em menor periodicidade, e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços; ou (ii) declarar dividendos ou juros sobre capital próprio intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.

2.7 Destinação de resultados

	2022	2021	2020
<p>(d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais</p>	<p>Por força da 1ª Emissão de Debêntures e da 1ª Emissão de Notas Escriturais da Companhia, a Companhia não pode distribuir dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, aos acionistas da Companhia, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nas respectivas Escrituras de Emissão e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária relativo à 1ª Emissão de Debêntures da Companhia, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Além disso, a Companhia não pode realizar a distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra maneira de envio de recursos aos acionistas em valor superior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício subtraído pelo montante destinado à reserva legal, se necessário, nos termos do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.</p>	<p>Por força da 1ª Emissão de Debêntures da Companhia, a Companhia não pode distribuir dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, aos acionistas da Companhia, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas na Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Além disso, a Companhia não pode realizar a distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra maneira de envio de recursos aos acionistas em valor superior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício subtraído pelo montante destinado à reserva legal, se necessário, nos termos do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.</p>	<p>Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.</p>
<p>(e) Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado</p>	<p>Não aplicável, dado que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.</p>	<p>Não aplicável, dado que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.</p>	<p>Não aplicável, dado que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.</p>

2.7 Destinação de resultados

	2022	2021	2020
(a) Regras sobre retenção de lucros	Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei, e que o valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404/76.	Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei, e que o valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404/76.	Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei, e que o valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404/76.
(b) Regras sobre distribuição de dividendos	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.
(c) Periodicidade das distribuições de dividendos	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual. Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá (i) levantar balanços semestrais, trimestrais ou em menor periodicidade, e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços; ou (ii) declarar dividendos ou juros sobre capital próprio intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual. Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá (i) levantar balanços semestrais, trimestrais ou em menor periodicidade, e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços; ou (ii) declarar dividendos ou juros sobre capital próprio intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual. Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá (i) levantar balanços semestrais, trimestrais ou em menor periodicidade, e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços; ou (ii) declarar dividendos ou juros sobre capital próprio intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.

2.7 Destinação de resultados

	2022	2021	2020
<p>(d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais</p>	<p>Por força da 1ª Emissão de Debêntures e da 1ª Emissão de Notas Escriturais da Companhia, a Companhia não pode distribuir dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, aos acionistas da Companhia, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nas respectivas Escrituras de Emissão e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária relativo à 1ª Emissão de Debêntures da Companhia, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Além disso, a Companhia não pode realizar a distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra maneira de envio de recursos aos acionistas em valor superior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício subtraído pelo montante destinado à reserva legal, se necessário, nos termos do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.</p>	<p>Por força da 1ª Emissão de Debêntures da Companhia, a Companhia não pode distribuir dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, aos acionistas da Companhia, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas na Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Além disso, a Companhia não pode realizar a distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra maneira de envio de recursos aos acionistas em valor superior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício subtraído pelo montante destinado à reserva legal, se necessário, nos termos do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.</p>	<p>Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.</p>
<p>(e) Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado</p>	<p>Não aplicável, dado que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.</p>	<p>Não aplicável, dado que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.</p>	<p>Não aplicável, dado que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.</p>

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8 – Itens não evidenciados: os Diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido não evidenciadas nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao último exercício social e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023.

(ii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao último exercício social e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023.

(iii) Contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao último exercício social e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023.

(iv) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao último exercício social e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao último exercício social e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9 – Itens não evidenciados: em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social e ao exercício social corrente.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social e ao exercício social corrente.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social e ao exercício social corrente.

2.10 Planos de negócios

2.10 – Plano de negócios: os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

(a) Investimentos, incluindo:

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, os investimentos na aquisição de imobilizado e ativo intangível somaram R\$84.723 mil, conforme demonstrado na tabela abaixo.

R\$ mil, exceto percentuais	30/09/2023	30/09/2022	Variação 30/09/2023 x 30/09/2022
Imobilizado	16.622	39.026	-57,4%
Intangível	68.101	124.142	-45,1%
Total	84.723	163.168	-48,1%

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, os investimentos na aquisição de imobilizado e ativo intangível somaram R\$194.258 mil, conforme demonstrado na tabela abaixo.

R\$ mil, exceto percentuais	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	Variação 31/12/2022 x 31/12/2021	Variação 31/12/2021 x 31/12/2020
Imobilizado	49.460	32.264	11.671	53,30%	176,45%
Intangível	144.798	44.380	30.773	226,27%	44,22%
Total	194.258	76.644	42.444	153,45%	80,58%

Os investimentos da Companhia são destinados, primordialmente, ao aprimoramento de seu ecossistema de verticais digitais. Os investimentos em imobilizados consistem em melhorias feitas em infraestrutura, como nossos centros de distribuições, além de investimentos em máquinas, equipamentos, computadores, móveis e utensílios, fundamentais para a operação da Companhia. Ainda, os investimentos em intangíveis são destinados, principalmente, ao desenvolvimento de novos *features* para nossa plataforma própria e pesquisa e desenvolvimento de softwares.

As fontes de financiamento para os investimentos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foram suportadas principalmente pelo caixa aportado por investidores financeiros (capital próprio), geração de caixa e, sempre que necessário, por meio de empréstimos e financiamentos (capital de terceiros). As fontes de financiamento para os investimentos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foram principalmente os recursos captados com a oferta pública inicial de ações de sua emissão.

As principais fontes de financiamento em 31 de dezembro de 2022 e 30 de setembro de 2023 foram oriundas dos recursos obtidos com o aumento de capital privado da Companhia e com financiamentos bancários.

Para o exercício social corrente, a Companhia pretende investir R\$120.000 mil em melhorias em infraestrutura e investimentos em máquinas, equipamentos, computadores, móveis e utensílios, fundamentais para a manutenção da operação da Companhia. Além disso, a Companhia pretende realizar investimentos para a unificação de sistemas e ferramentas, resultando em aperfeiçoamentos operacionais.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos da Companhia são suportados principalmente pelo caixa aportado por investidores financeiros, geração de caixa e, sempre que necessário, por meio de empréstimos e financiamentos junto à terceiros.

2.10 Planos de negócios

Para os investimentos previstos e descritos no item (i) acima, a fonte principal de financiamento foi os recursos obtidos com o aumento de capital privado da Companhia e com financiamentos bancários.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não houve a aquisição de quaisquer plantas, equipamentos ou outros ativos que possam influenciar de maneira significativa a capacidade produtiva da Companhia.

(c) Novos produtos e serviços, indicando:

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

(d) Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Embora já desenvolva iniciativas ligadas às temáticas ASG, a Companhia entende que o conceito de "oportunidades ASG" implica a necessidade de inovações dentro do seu próprio negócio. Assim, atualmente, a Companhia ainda não inclui oportunidades ASG estruturadas para divulgação.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11 – Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há outras informações relevantes com relação a este item 2.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

3.1 – As projeções devem identificar:

Em observância ao disposto no Ofício-Circular/Anual-2023-CVM/SEP e conforme fato relevante divulgado em 6 de setembro de 2023, a Companhia optou por descontinuar a divulgação de projeções financeiras (*guidance*) neste item, em razão do alinhamento de sua política de divulgação de *guidance* com os procedimentos adotados por seus consultores no contexto da oferta pública de distribuição de valores mobiliários de emissão da Companhia.

3.2 Acompanhamento das projeções

3.2 – Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores

Em observância ao disposto no Ofício-Circular/Anual-2023-CVM/SEP e conforme fato relevante divulgado em 6 de setembro de 2023, a Companhia optou por descontinuar a divulgação de projeções financeiras (*guidance*) neste item, em razão do alinhamento de sua política de divulgação de *guidance* com os procedimentos adotados por seus consultores no contexto da oferta pública de distribuição de valores mobiliários de emissão da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

4.1 – Descrever os fatores de risco com efetivo potencial de influenciar a decisão de investimento, observando as categorias abaixo e, dentro delas, a ordem decrescente de relevância:

O investimento nos valores mobiliários de nossa emissão envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de nossa emissão, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo, bem como nossas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas. Os nossos negócios, situação financeira, resultado operacional, fluxo de caixa, liquidez, negócios futuros e/ou reputação poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir, inclusive, operações, fluxo de caixa, perspectivas, liquidez e condição financeira e à análise posterior da nossa administração de nossos resultados operacionais e posição financeira com respeito às informações financeiras. O preço de mercado dos valores mobiliários de nossa emissão poderá diminuir em razão da ocorrência de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder todo ou parte substancial de seu investimento nos valores mobiliários de nossa emissão. Os riscos descritos abaixo são aqueles que conhecemos e acreditamos que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar adversamente e de forma relevante os nossos negócios. Além disso, deve-se ressaltar que, riscos adicionais não conhecidos atualmente ou considerados irrelevantes também poderão nos afetar adversamente.

Para os fins deste item "4.1. Fatores de Risco" e do item "4.3. Riscos de Mercado", exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá "efeito adverso" ou "efeito negativo" para nós, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, negócios futuros e/ou reputação, bem como no preço dos valores mobiliários de nossa emissão. Expressões similares incluídas neste item "4.1. Fatores de Risco" e no item "4.3. Riscos de Mercado" devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão deste item "4.1. Fatores de Risco" e do item "4.3. Riscos de Mercado", determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens deste item "4.1. Fatores de Risco" e do item "4.3. Riscos de Mercado". Os riscos aqui apresentados encontram-se em ordem decrescente de relevância.

(a) Emissor

Podemos não ser capazes de implementar nossa estratégia de crescimento, afetando adversamente nossas operações. Podemos enfrentar dificuldades em explorar novas oportunidades de negócios com sucesso, afetando adversamente nossos negócios.

Dependemos do sucesso de nossas diversas iniciativas estratégicas para alavancar o nosso ecossistema de negócios digitais, tais como:

- gestão das variáveis comerciais e de marketing;
- evolução dos serviços de *marketplace*, com o aumento da base de clientes e sua capacitação para que vendam cada vez mais na nossa plataforma;
- desenvolvimento de aplicativos e plataformas tecnológicas que proporcionem uma experiência de compra mais fluida e rápida aos nossos clientes;
- expansão do nosso serviço de *fulfillment* através de novos centros de distribuição e soluções de inteligência;
- desenvolvimento de funcionalidades para meios de pagamento e demais soluções da *fintech*;

4.1 Descrição dos fatores de risco

- evolução tecnológica dos nossos serviços de atendimento ao cliente (customer service);
- aperfeiçoamento da experiência do cliente por meio de suas plataformas de vendas e aplicativos; e
- garantia de uma oferta adequada de produtos, ampla e variada, que atenda as demandas dos clientes.

Não podemos assegurar que quaisquer desses objetivos serão realizados com êxito, visto que quaisquer das hipóteses elencadas acima podem prejudicar a nossa estratégia, como por exemplo uma nova tecnologia introduzida pelo mercado ainda não desenvolvida pela Companhia ou a introdução de novos canais de vendas digitais ainda não integradas no nosso ecossistema. O insucesso em implementar a estratégia de crescimento do nosso ecossistema digital poderá afetar adversamente os nossos negócios e resultados.

Ademais, o nosso crescimento está fortemente ligado à capacidade de expandir nosso ecossistema digital e explorar novas oportunidades de negócios com sucesso. Como parte de nossa estratégia de crescimento, analisamos constantemente oportunidades de negócios que julgamos interessantes para nossas atividades, relacionadas ao nosso mercado de atuação ou a novos mercados, o que inclui aquisições, parcerias, joint ventures, entre outras formas associativas ou de aquisição, como é o caso da operação de aquisição da Infracommerce Synapcom Comercio Eletrônico S.A., da Ecomsur Holding SpA e de outras sociedades recentemente adquiridas, conforme descritos nos itens 1.1 e 1.12 deste Formulário de Referência. A implementação bem-sucedida destes novos negócios poderá requerer o investimento de recursos financeiros não disponíveis para nós em termos aceitáveis, o que pode impedir a realização de negócios e afetar adversamente nosso crescimento e negócios futuros.

Além disso, a implementação de novos negócios, incluindo aqueles descritos no parágrafo acima, envolve uma série de riscos e desafios que podem causar efeitos adversos sobre os nossos objetivos de crescimento, como riscos relacionados à identificação de oportunidades, negociação em termos favoráveis, integração das estratégias de negócios, às operações, aos sistemas de informação, ao pessoal, aos produtos e à base de clientes, às autorizações governamentais, incluindo das autoridades de defesa da concorrência, à geração dos retornos esperados, e à exposição de obrigações e contingências. Não há garantia de que a implementação de novos negócios, conforme descritos no parágrafo acima, ocorrerão, o que pode afetar adversamente nosso crescimento e negócios futuros. O processo de diligência e auditoria financeira, operacional e legal que eventualmente conduzimos para avaliar a situação dos potenciais novos negócios pode não ser suficiente para identificar todas as contingências e passivos, bem como eventuais mecanismos de proteção negociados nos contratos relativos à aquisição do negócio podem não ser suficientes para cobrir eventuais contingências ou passivos que venham a se materializar.

Ainda, podemos não ser capazes de identificar novas oportunidades que sejam atrativas em razão de condições e preços não aceitáveis ou menos favoráveis, da atuação de nossos principais concorrentes, entre outros fatores. Ainda, alguns dos nossos concorrentes podem possuir mais recursos financeiros ou, de outras formas, estar em posição mais vantajosa para adquirir sociedades ou outros ativos estratégicos.

Adicionalmente, a geração de caixa oriunda de atividades operacionais pode não ser suficiente para suportar os nossos planos de expansão, sendo necessário que venhamos a incorrer em dívidas ou emitir ações adicionais para financiar nosso crescimento. Caso não sejamos capazes de obter financiamentos, ou de obtê-los em condições aceitáveis, existe risco de que os nossos planos de negócios e de crescimento tenham que ser revisados, afetando adversamente os nossos resultados operacionais e condições financeiras, bem como o valor de mercado das nossas ações.

A concretização de qualquer um desses riscos ou a ausência de recursos financeiros para investimento poderá afetar adversamente nosso crescimento, fluxo de caixa, negócios, resultados operacionais e condição financeira.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Se não conseguirmos melhorar e aprimorar a funcionalidade, desempenho, confiabilidade, design, segurança e escalabilidade de nossa plataforma de uma maneira que responda às necessidades em evolução de nossos clientes, nosso negócio pode ser adversamente afetado.

Os mercados em que competimos são caracterizados por constantes mudanças e inovações. Nosso sucesso depende de nossa capacidade de identificar e antecipar as necessidades de nossos clientes e projetar e manter uma plataforma que lhes forneça as ferramentas de que precisam para operar seus negócios. Nossa capacidade de atrair novos clientes, reter a receita de clientes existentes e aumentar as vendas para clientes novos e existentes dependerá em grande parte de nossa capacidade de continuar a melhorar e aprimorar a funcionalidade, desempenho, confiabilidade, design, segurança e escalabilidade da nossa plataforma, o que não há garantia de que ocorrerá e, em não ocorrendo, poderá afetar adversamente nossos negócios.

Além disso, à medida que continuamos a expandir o nosso negócio, e à medida que o número de nossos clientes com maior volume de vendas aumenta, também aumenta a necessidade de oferecermos mais funcionalidade, escalabilidade e suporte, o que exige que dediquemos recursos adicionais para tais esforços. Na medida em que por diversos fatores como, por exemplo, a falta de recursos financeiros ou recursos humanos capacitados em desenvolvimento disponíveis no mercado, não formos capazes de melhorar a funcionalidade de nossa plataforma para manter sua utilidade, aumentar a escalabilidade, manter seu desempenho e disponibilidade, ou melhorar nossa função de suporte a fim de atender a demandas crescentes, nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira podem ser adversamente afetados.

Podemos ter dificuldades com o desenvolvimento de softwares, o que pode atrasar ou impedir o desenvolvimento, introdução ou implementação de novas soluções e melhorias. O desenvolvimento de softwares envolve uma quantidade significativa de tempo para nossa equipe de pesquisa e desenvolvimento, visto que nossos desenvolvedores podem levar meses para atualizar, codificar e testar novas soluções e atualizá-las e integrá-las em nossa plataforma. Devemos também atualizar, testar e aprimorar continuamente nossa plataforma de softwares. Por exemplo, nossa equipe de design gasta uma quantidade significativa de tempo e recursos incorporando vários aprimoramentos de design, como cores personalizadas, fontes, conteúdo e outros recursos, em nossa plataforma. A melhoria e o aprimoramento contínuos de nossa plataforma requerem um investimento significativo e podemos não ter os recursos para fazer tal investimento. Nossas melhorias e aprimoramentos podem não resultar em nossa capacidade de recuperar nossos investimentos em tempo hábil, ou de forma alguma. Podemos fazer investimentos significativos em novas soluções ou melhorias que podem não alcançar os retornos esperados. A melhoria e o aprimoramento da funcionalidade, desempenho, confiabilidade, design, segurança e escalabilidade de nossa plataforma pode ser oneroso e complexo e, na medida em que não formos capazes de executá-los de uma maneira que responda às necessidades em evolução de nossos clientes, nosso negócio, resultados operacionais e situação financeira poderão ser adversamente afetados.

Nosso crescimento pode não ser sustentável se não formos capazes de atrair novos clientes, reter a receita dos clientes existentes e aumentar as vendas para os clientes novos e existentes, o que poderá afetar negativamente nossos negócios.

Grande parte das nossas receitas são geradas por meio da venda de soluções adicionais para nossos clientes, tais como serviços de armazenagem, inteligência de vendas e de pagamento. Nossos contratos normalmente têm prazo de 3 anos. Nossos clientes não têm obrigação de renovar seus contratos após o término do prazo e eventualmente podem buscar rescisão antecipada de seus contratos. Como resultado, não podemos garantir que seremos capazes de reter esses clientes. Historicamente, passamos por uma rotatividade de clientes como resultado de alguns serem grandes empresas que são mais suscetíveis a internalizarem suas operações de e-commerce conforme expandem os seus negócios digitais. Quando atendemos pequenas e médias empresas, estas podem estar em estágio empreendedor de seu desenvolvimento e não há garantia de que seus negócios terão sucesso. Novos clientes que ingressam em nossa plataforma também podem decidir não continuar ou renovar seus

4.1 Descrição dos fatores de risco

contratos por motivos fora de nosso controle. Nossos custos associados às renovações de contrato são substancialmente menores do que os custos associados à geração de receita de novos clientes ou custos associados à geração de vendas de soluções adicionais para os clientes existentes. Portanto, se não formos capazes de reter a receita dos clientes existentes ou se não formos capazes de aumentar as receitas dos clientes existentes, mesmo que tais perdas sejam compensadas por um aumento em novos clientes ou um aumento em outras receitas, nossos resultados operacionais podem ser adversamente afetados.

Também podemos falhar em atrair novos clientes, reter a receita de clientes ou aumentar as vendas para clientes novos e existentes como resultado de uma série de outros fatores, incluindo: (i) reduções nos níveis de gastos de nossos clientes atuais ou potenciais, (ii) fatores competitivos que afetam o mercado de aplicativos de software como serviço, incluindo a introdução de plataformas concorrentes, preços com desconto e outras estratégias que podem ser implementadas por nossos concorrentes, (iii) nossa capacidade de executar nossa estratégia de crescimento e planos operacionais, incluindo novas ofertas de soluções, (iv) um declínio no nível de satisfação de nossos clientes com nossa plataforma, (v) mudanças em nossos relacionamentos com terceiros, incluindo nossos parceiros, desenvolvedores de aplicativos, designers e processadoras de pagamento, (vi) a oportunidade e o sucesso de novos produtos e serviços que possamos oferecer no futuro, (vii) preocupações relacionadas a violações de segurança reais ou percebidas, (viii) a frequência e gravidade de quaisquer interrupções do sistema, (ix) mudanças ou problemas tecnológicos, e (x) nosso foco no valor de longo prazo sobre os resultados de curto prazo; o que significa que podemos tomar decisões estratégicas que podem não maximizar nossa receita ou lucratividade de curto prazo se acreditarmos que as decisões são consistentes com nossa missão e irão melhorar nosso desempenho financeiro a longo prazo.

Problemas em nossos sistemas de tecnologia da informação, ou a incapacidade de acompanhar a velocidade do desenvolvimento da tecnologia, poderão impactar adversamente nossas operações.

Nossas operações e de nossas controladas dependem em grande parte do nosso sistema de informação. Problemas de operação ou de segurança em nossos sistemas podem causar a interrupção de seu funcionamento. Caso não sejamos capazes de efetuar os reparos necessários antes que a eventual interrupção se prolongue e cause a indisponibilidade de acesso ao sistema e/ou às informações, nossas operações e nossos controles operacionais e financeiros podem ser prejudicados, o que pode afetar adversamente nossos resultados. Caso não sejamos capazes de atualizá-los de maneira constante, acompanhando as inovações tecnológicas do setor em que atuamos, nossas operações poderão ser prejudicadas, o que pode afetar adversamente nossos resultados.

Nosso sucesso e habilidade de venda online e oferecimento de serviços de alta qualidade a nossos clientes dependem da operação eficiente e ininterrupta de nossos sistemas de tecnologia da informação e computação. Qualquer falha de nossos sistemas de computação e tecnologia da informação, inadequações de performance ou violações em segurança pode causar interrupções ou falhas nos sistemas que, como consequência, podem causar a indisponibilidade de nosso e-commerce, afetar a efetivação de pedidos de vendas e a entrega de produtos, resultando em perdas à nossa performance de vendas do e-commerce, o que pode ser agravado em períodos importantes de vendas. Além do mais, falhas nos controles de segurança da rede também podem afetar nossa performance, uma vez que os servidores são vulneráveis a ataques de vírus e quebras na segurança, podendo causar interrupções, atrasos, incapacidade de aceitar e completar ordens, ou perda de dados, o que poderá gerar consequências, nos termos da legislação aplicável. Nossos sistemas de back-up para determinados aspectos de nossas operações não são totalmente redundantes e nosso plano de recuperação de desastres pode não cobrir todos estes eventos, o que poderá afetar adversamente nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais. Para outras informações, vide fator de risco "A divulgação não autorizada de dados ou o comprometimento da integridade da tecnologia da informação, causados por falhas ou ataques cibernéticos, bem como a não conformidade com leis e regulamentos relacionados a privacidade e a proteção de dados, podem nos sujeitar a relevantes penalidades e impactar negativamente nossas operações, reputação e resultados operacionais" abaixo.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Quaisquer falhas ou problemas podem, no futuro, afetar adversamente o número de clientes interessados em comprar os produtos oferecidos. Fatores que poderiam ocorrer e prejudicar significativamente nossas operações incluem: falhas no sistema e interrupções por perda de energia, falhas em telecomunicações, falha na contabilização de estoque, sabotagem, vandalismo, ataques terroristas e situações similares, erros de softwares, vírus de computadores, disfunções físicas ou eletrônicas em nossos sistemas de computadores e data centers. Além disso, quaisquer interrupções que afetem nossos sites também poderiam causar danos à nossa reputação, demandar gastos significativos de capital e outros recursos, e nos expor a riscos de perdas, processos judiciais e responsabilidades. Assim, nossos resultados de operações podem ser negativamente afetados caso qualquer das interrupções descritas acima ocorra.

A divulgação não autorizada de dados ou o comprometimento da integridade da tecnologia da informação, causados por falhas ou ataques cibernéticos, bem como a não conformidade com leis e regulamentos relacionados a privacidade e a proteção de dados, podem nos sujeitar a relevantes penalidades e impactar negativamente nossas operações, reputação e resultados operacionais.

Obtemos, armazenamos, processamos e utilizamos informações confidenciais, tais como dados de usuários e clientes, inclusive informações de natureza financeira como números de cartão de crédito, no âmbito das nossas operações comerciais. Estamos obrigados a garantir que qualquer tratamento de dados pessoais, tais como, processamento, utilização, armazenagem, disseminação, transferência ou eliminação sob nossa responsabilidade seja realizada de acordo com as leis de proteção de dados e privacidade aplicáveis e estamos sujeitos a incidentes de segurança, em especial, invasão, violação, bloqueio, sequestro ou vazamentos. Dependemos de alguns terceiros para o tratamento e proteção dos dados dos usuários, tais como fornecedores de sistemas, softwares, ferramentas e monitoramentos. Não podemos garantir que conseguiremos manter um ambiente seguro para os titulares de dados em virtude do investimento necessário para manutenção das condições técnicas e administrativas para a segurança da informação e proteção de dados pessoais e também de falhas que podem ocorrer em tais sistemas.

A Lei nº 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – “LGPD”) tem como objetivo proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, de forma a trazer mais transparência e autonomia para os proprietários de dados pessoais. O texto da lei dispõe sobre limites e condições para tratamento de dados pessoais, tanto por meio físico ou eletrônico, por pessoa jurídica de direito público ou privado, e, portanto, nos impactará. Entende-se por tratamento de dados pessoais, assim classificado pela lei como toda operação realizada com dados pessoais, como por exemplo a coleta, utilização, acesso, reprodução, processamento, armazenamento e transferência de dados que identifiquem ou tornem identificável determinada pessoa. Falhas de segurança cibernética da informação devido a ações externas, intencionais ou não, como malwares, hackers, ou internas, tais como negligência ou má conduta dos nossos funcionários e prestadores de serviços podem gerar impacto negativo na nossa reputação, prejuízo imaterial que a marca pode sofrer em decorrência de má publicidade e impactos no relacionamento com entes externos (governo, órgãos reguladores, consumidores, fornecedores, entre outros), prejuízos financeiros decorrentes de multas por órgãos fiscalizadores e ações judiciais que os donos dos dados pessoais que se sentirem lesados moverem contra nós.

A LGPD regula as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais no Brasil, por meio de sistema de normas que impacta todos os setores da economia e prevê, dentre outras providências, os direitos dos titulares de dados pessoais, as hipóteses em que o tratamento de dados pessoais é permitido (bases legais), as obrigações e os requisitos relativos a incidentes de segurança da informação envolvendo dados pessoais, vazamentos, transferência e compartilhamento de dados pessoais, bem como estabelece sanções administrativas que podem ser aplicadas em caso de descumprimento de suas disposições pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”), responsável por elaborar diretrizes e garantir a observância da legislação.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Ainda, a LGPD estabelece responsabilidade solidária entre os controladores de dados, como nós, e os operadores de dados, definidos como os agentes que realizam tratamento de dados pessoais em seu nome e no seu interesse, sempre que os controladores de dados estiverem diretamente envolvidos no tratamento de dados pessoais pelos operadores. Isto significa que as violações à legislação de proteção de dados por nossos contratados e subcontratados que realizem tratamento de dados em nosso interesse, inclusive os provedores de aplicativos e conexão na internet, poderão resultar em deveres de compensação e indenização perante terceiros a nós em caso de incidentes cibernéticos, que poderão gerar custos e despesas relevantes e impactar os nossos resultados financeiros e a nossa reputação. Para outras informações, vide fator de risco "*Violações de segurança ou outros ataques de hackers e phishing em nossos sistemas ou outras violações de segurança podem atrasar ou interromper o serviço para nossos clientes, seus compradores e outros que usam nossos serviços, prejudicar nossa reputação ou nos sujeitar a responsabilidades significativas, e afetar adversamente nossos negócios e resultados financeiros*" abaixo.

A LGPD também estabelece que as seguintes informações devem ser fornecidas aos titulares de dados, inclusive por meio avisos de privacidade: (i) finalidade(s) específica(s) do tratamento; (ii) meios e duração do tratamento; (iii) identificação do responsável pelo tratamento de dados; (iv) informações de contato do responsável pelo tratamento de dados; (v) informações a respeito do compartilhamento de dados pessoais com terceiros e a finalidade; (vi) descrição da responsabilidade e da responsabilidade dos agentes de tratamento envolvidos.

Podemos ser responsabilizados por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados, bem como sermos considerados solidariamente responsáveis por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por suas subsidiárias e/ou subcontratados, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD, incluindo obrigações de segurança. O descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas na Lei nº 8.078/1990 ("Código de Defesa do Consumidor") e na Lei nº 12.965/2014 ("Marco Civil da Internet") por alguns órgãos de defesa do consumidor.

Caso não estejamos em conformidade com a LGPD, poderemos estar sujeitos às sanções administrativas previstas no artigo 52 da LGPD, de forma isolada ou cumulativa, quais sejam, (i) advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas, (ii) obrigação de divulgação de incidente, (iii) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador, em caso de reincidência, (iv) suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, em caso de reincidência, (v) bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais, e (vii) multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R\$50.000.000 (cinquenta milhões de reais) por infração. Além disso, podemos ser responsabilizados por danos materiais, morais, individuais ou coletivos por nós causados e sermos considerados solidariamente responsável por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por nós e nossas subsidiárias, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

Poderemos ser judicialmente demandados ao pagamento de indenizações aos usuários prejudicados por violações dos seus direitos como titulares de dados, tais como seus direitos a transparência, no sentido de obter informações sobre o tratamento de seus dados pessoais e demais direitos previstos na LGPD.

Em caso de insuficiência na prestação de informações sobre o tratamento conforme as exigências da LGPD, também poderemos sofrer sanções administrativas por órgãos e entidades de proteção de dados pessoais, defesa do consumidor e defesa do interesse público.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Desta forma, falhas na proteção dos dados pessoais tratados por nós, bem como a inadequação à legislação aplicável, podem acarretar multas elevadas, divulgação do incidente para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base, e até a suspensão de nossas atividades, o que poderá afetar negativamente a nossa reputação e os nossos resultados e, conseqüentemente, o valor de nossas ações.

Podemos não ser bem-sucedidos em capturar as sinergias esperadas relativas às companhias adquiridas ou que venham a ser adquiridas, o que poderá afetar negativamente nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira.

Considerando especialmente as recentes aquisições da Synapcom e da Ecomsur, conforme mencionadas nos itens 1.1 e 1.12 deste Formulário de Referência, as nossas atividades de fusões e aquisições estão cada vez mais intensas o que pode ocasionar riscos relacionados aos processos de integração dos ativos adquiridos por nós, conforme abaixo:

- O risco de não mapeamento de gaps sistêmicos e operacionais entre nós e as nossas metas de integrações operacionais e societárias, que prejudique a paridade de regras de negócio e adequação de parâmetros pode, como consequência, gerar impactos em nossa condição financeira e reputacional, ou nossa capacidade de garantir um retorno financeiro sobre nosso investimento.
- O risco de má alocação de recursos humanos e financeiros para as finalidades de integração que, por sua vez, pode gerar impacto nos prazos e cronogramas que estabelecemos para capturar sinergias e benefícios de uma aquisição.
- O risco de não consolidação adequada ou tempestiva do resultado das adquiridas ao nosso resultado, o que pode acarretar um atraso na divulgação dos nossos resultados financeiros.
- O risco de superdimensionar ou subdimensionar os custos de integração, o que poderia afetar negativamente nossos retornos financeiros esperados.
- Risco de não integração da cultura empresarial e dos colaboradores de forma eficiente e adequada, o que pode acarretar a intensificação do turnover, o que pode levar a um aumento da rotatividade e à perda de pessoas chave das empresas adquiridas.
- Risco de nossa exposição frente às contingências, materializadas ou não, das companhias adquiridas, o que podem nos impactar não só financeiramente, mas reputacionalmente.

Nesse sentido, a ocorrência de quaisquer dos riscos aqui indicados, incluindo a eventual não integração de novas companhias adquiridas de maneira satisfatória ou com a velocidade e sinergia necessárias para que fortaleça o nosso fluxo de caixa, poderão afetar negativamente as expectativas e os resultados operacionais e financeiros pretendidos por nós com tais aquisições, bem como a nossa situação patrimonial em si.

Violações de segurança ou outros ataques de hackers e phishing em nossos sistemas ou outras violações de segurança podem atrasar ou interromper o serviço para nossos clientes, seus compradores e outros que usam nossos serviços, prejudicar nossa reputação ou nos sujeitar a responsabilidades significativas, e afetar adversamente nossos negócios e resultados financeiros.

Operamos em um setor sujeito a ataques cibernéticos. A falha em prevenir ou mitigar violações de segurança e acesso impróprio ou divulgação de nossos dados, dados de nossos clientes ou dados de seus compradores, pode resultar na perda ou uso indevido de tais dados, o que pode prejudicar nossos negócios e reputação. As eventuais medidas de segurança adotadas em nossas redes e plataforma internas podem não funcionar como esperado ou podem não ser suficientes para proteger nossas redes internas e plataforma contra certos ataques. Além disso, as técnicas usadas para sabotar ou obter acesso não autorizado a redes nas quais os dados são armazenados ou por meio das quais os dados

4.1 Descrição dos fatores de risco

são transmitidos mudam com frequência. Como resultado, podemos não ser capazes de antecipar essas técnicas ou implementar medidas preventivas adequadas para evitar um ataque em nossos sistemas, o que poderá causar um efeito negativo em nossas atividades e nossos negócios.

O armazenamento e uso de dados de nossos clientes, suas lojas e seus compradores é essencial para o uso de nossa plataforma, que armazena, transmite e processa as informações de propriedade de nossos clientes e informações pessoais relacionadas a eles e seus compradores. Se ocorrer uma violação de segurança, como resultado de ação de terceiros, erro de funcionários, prevaricação ou de outra forma, e a confidencialidade, integridade ou disponibilidade dos dados de nossos clientes for interrompida, podemos incorrer em responsabilidade significativa em relação aos nossos clientes e seus compradores, além de nossa plataforma poder ser percebida como menos segura, o que poderia afetar negativamente nossos negócios e prejudicar nossa reputação. Qualquer comprometimento da nossa segurança poderá prejudicar nossa reputação e marca e nos expor a situações de litígio, nas quais poderemos ser obrigados a indenizar a parte prejudicada, afetando, assim, negativamente o nosso negócio e resultados das nossas operações. Ademais, qualquer pessoa capaz de burlar as nossas medidas de segurança poderá se apropriar de informações confidenciais ou causar interrupções em nossas operações. Falhas na proteção dos dados pessoais tratados por nós, bem como a inadequação à legislação aplicável, podem acarretar multas elevadas, divulgação do incidente para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base, e até a suspensão de nossas atividades. Para outras informações, vide fator de risco *"A divulgação não autorizada de dados ou o comprometimento da integridade da tecnologia da informação, causados por falhas ou ataques cibernéticos, bem como a não conformidade com leis e regulamentos relacionados a privacidade e a proteção de dados, podem nos sujeitar a relevantes penalidades e impactar negativamente nossas operações, reputação e resultados operacionais."* acima.

Na eventualidade de falhas ou interrupção dos nossos sistemas de tecnologia da informação, podemos: (i) não conseguir realizar transações comerciais e, dessa forma, deixarmos de ganhar receitas de vendas; e (ii) perder dados, ficarmos sujeitos a fraudes e furtos em potencial por criminosos virtuais que buscam obter acesso não autorizado ou explorar pontos fracos que possam existir em nossos sistemas, inclusive para realizar ataques cibernéticos de *ransomware*.

Além disso, estamos sujeitos a ataques "DDoS" (*Denial-of-service attack*), uma técnica usada por hackers para colocar um serviço de internet offline, sobrecarregando seus servidores. Um ataque "DDoS" ou violação de segurança pode atrasar ou interromper o serviço para nossos clientes e seus compradores e pode impedir que os consumidores visitem as lojas de nossos clientes. Nossa plataforma e aplicativos de terceiros podem estar sujeitos a ataques "DDoS" no futuro e não podemos garantir que os sistemas de recuperação, protocolos de segurança, mecanismos de proteção de rede e outros procedimentos aplicáveis são ou serão adequados para evitar a interrupção da rede e do serviço, falha do sistema ou perda de dados. Além disso, malware de computador, vírus e ataques de hackers e phishing por terceiros são comuns em nosso setor. Como resultado de nossa maior visibilidade, poderemos nos tornar um alvo para tais violações e ataques.

Ademais, terceiros podem tentar induzir fraudulentamente funcionários ou clientes a divulgar informações confidenciais, como nomes de usuário, senhas ou outras informações, ou comprometer a segurança de nossas redes internas, sistemas eletrônicos e/ou instalações físicas para obter acesso aos nossos dados ou os dados de nossos clientes. Como as técnicas usadas para obter acesso não autorizado mudam com frequência e o tamanho e a gravidade dos ataques "DDoS" e violações de segurança estão aumentando, podemos ser incapazes de implementar medidas preventivas adequadas ou impedir ataques "DDoS" ou violações de segurança enquanto eles ocorrem.

A ocorrência de qualquer um desses eventos pode prejudicar nossa reputação, interromper nossas operações ou nos sujeitar a responsabilidades significativas e afetar de maneira adversa e relevante nossos negócios e resultados financeiros, além de nos expor a riscos e responsabilidades legais, que podem não estar cobertos por quaisquer seguros contratados, e nos sujeitar a publicidade negativa, prejudicando nossos negócios.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Nosso negócio pode ser prejudicado se deixarmos de administrar nosso crescimento com eficácia, mediante manutenção e/ou ampliação da tecnologia e infraestrutura operacional necessárias para acompanhar referido crescimento, o que poderá nos afetar negativamente.

O crescimento do número de clientes que usam nossa plataforma e do número de pedidos processados por meio de nossa plataforma aumenta a quantidade de dados e solicitações que processamos. Quaisquer problemas com a transmissão de mais dados e solicitações podem resultar em danos à nossa marca ou reputação. Além disso, podemos precisar empregar recursos adicionais para melhorar nossa infraestrutura operacional e continuar a aprimorar sua escalabilidade a fim de manter o desempenho de nossa plataforma, o que poderá afetar negativamente nossos resultados.

Podemos não conseguir expandir nossas operações de maneira econômica ou oportuna, e os esforços de expansão podem não ter a mesma ou maior aceitação geral do mercado que os atuais serviços. Além disso, qualquer novo negócio ou serviço lançado por nós que não seja recebido favoravelmente pelos usuários poderá prejudicar nossa reputação e diminuir o valor de nossa marca. Da mesma forma, a falta de aceitação do mercado desses serviços ou a nossa incapacidade em gerar receitas satisfatórias a partir de quaisquer serviços expandidos para compensar seus custos pode ter um efeito adverso relevante em seus negócios, resultados operacionais e condição financeira.

Nosso crescimento passado causou uma pressão significativa em nossos recursos gerenciais, administrativos, operacionais, financeiros e outros. Apesar de não podemos garantir que o nosso crescimento passado continuará no futuro, caso continuemos a crescer, seremos obrigados a continuar a aprimorar nossos controles operacionais e financeiros e procedimentos de relatórios, o que talvez não seja possível. Dessa forma, podemos não ser capazes de administrar nossas despesas com eficácia no futuro, o que pode impactar negativamente nosso lucro bruto ou despesas operacionais. Também estamos sujeitos aos riscos de contratação excessiva e/ou remuneração excessiva de nossos funcionários e de expansão excessiva de nossa infraestrutura operacional.

Além disso, a maioria de nossos funcionários de liderança está conosco há menos de 3 anos. Não podemos garantir que conseguiremos efetivamente integrar, desenvolver e motivar um número crescente de novos funcionários e, portanto, tampouco garantimos que teremos nossa capacidade de executar rapidamente novos recursos e iniciativas. Como resultado, podemos ter dificuldade em manter nossa cultura corporativa, o que pode limitar nossa capacidade de inovar e operar com eficácia. Qualquer falha em preservar nossa cultura também pode afetar negativamente nossa capacidade de reter e recrutar pessoal, de continuar a ter um desempenho nos níveis atuais ou de executar nossa estratégia de negócios de maneira eficaz e eficiente.

As aquisições das empresas realizadas pela Companhia podem resultar em contingências ou outras obrigações que podem afetar adversamente os nossos resultados financeiros, tais como trabalhistas, tributárias e cíveis.

Os nossos resultados financeiros após as aquisições podem ser adversamente afetados por despesas com efeito caixa (apropriação fiscal dos créditos de tributos apurados e reconhecidos nas apurações de imposto de renda e contribuição social, conforme regras de dedutibilidade do ágio apurado na transação, nos termos da legislação vigente) e outros efeitos contábeis que não afetam caixa (constituição ou reversão de tributos diferidos e reconhecimento de eventuais perdas por redução ao valor recuperável identificadas nos testes de recuperabilidade futura dos ativos intangíveis registrados na transação) em conexão com a integração dos nossos negócios e operações. Além disso, como resultado das referidas transações, poderemos registrar um montante significativo de ágio e outros ativos intangíveis em nossas demonstrações financeiras, que estão sujeitos a testes de recuperabilidade anual (para os ativos intangíveis, ser houver algum indicador neste sentido), que levam em consideração eventuais mudanças em nossos negócios, premissas e perspectivas, que podem não se confirmar. Para mais informações, vide fator de risco "*Podemos não realizar integralmente os valores contabilizados como ágio em nossas demonstrações financeiras decorrentes de nossas aquisições, podendo resultar em impacto adverso os nossos resultados e operações*" abaixo.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Nosso negócio depende do crescimento contínuo do comércio online e da disponibilidade e confiabilidade da internet no Brasil e nos demais países onde atuamos, o que, se não ocorrer, pode afetar negativamente nossos resultados.

O comércio online ainda é um mercado em desenvolvimento no Brasil e nos demais países onde atuamos. Nossas receitas futuras dependem substancialmente do uso contínuo da internet pelos consumidores como forma de realizar compras e transações financeiras específicas. Para que possamos aumentar nossa base de clientes com sucesso, mais consumidores e fornecedores devem aceitar e usar novas maneiras de conduzir negócios e trocar informações, o que não podemos garantir que ocorrerá. O preço dos computadores pessoais e/ou celulares e do acesso à internet podem limitar nosso crescimento potencial em certas áreas ou países com baixos níveis de penetração da internet e/ou altos níveis de pobreza. A infraestrutura da internet no Brasil e nos demais países onde atuamos pode não ser capaz de suportar o crescimento contínuo do número de usuários da internet, sua frequência de uso ou seus requisitos de banda, o que pode afetar negativamente nossos negócios, resultados operacionais e financeiros.

Disponibilidade, velocidade de transação, aceitação, interesse e uso da internet são aspectos relevantes para o nosso crescimento. Caso os fatores acima não sejam verificados e o uso da internet como forma de comércio não seja consolidado, o nosso crescimento poderá ser freado, o que poderá representar um impacto adverso relevante nos nossos negócios.

Estamos sujeitos a certas obrigações, incluindo restrições financeiras ("Covenants") em nossos contratos de dívidas. O não cumprimento dessas obrigações pode causar o vencimento antecipado dessas dívidas, o que pode nos afetar adversamente.

Estamos sujeitos a Covenants existentes em nossos contratos de dívidas, com base em determinados índices financeiros e aspectos não financeiros (obrigações, incluindo restrições à distribuição de dividendos e emissão de valores mobiliários), incluindo sem limitação, a manutenção de determinados níveis de alavancagem por nós, com verificações usualmente trimestrais ou semestrais. Em 31 de dezembro de 2022, nossa última data de verificação, não estávamos em cumprimento com os *covenants* financeiros constantes dos empréstimos em moeda estrangeira, da 1ª Emissão de Notas Comerciais e da 1ª Emissão de Debêntures, visto que atingimos o valor de Dívida Líquida de R\$ 219.178 mil e uma razão de Dívida Líquida/EBITDA de 4,6x (a razão deveria ser menor ou igual a 2,5x, em 31 de dezembro de 2022), conforme descrito no item 2.1.f deste Formulário de Referência.

Podemos não atender ou sermos capazes de atender referidos *covenants* no futuro, em virtude de condições adversas que afetem nossos negócios, como a retração do mercado em que atuamos. Isso pode, por sua vez, levar ao vencimento antecipado ou inadimplemento cruzado (*cross-acceleration* e *cross-default*) de nossos contratos de dívida e outras obrigações previstas em contratos que regem esses passivos, o que faz com que tenhamos que honrar com as obrigações financeiras de todo o nosso endividamento de forma antecipada do que o previsto, o que irá afetar adversamente a nossa condição financeira. A aceleração de qualquer um de nossos contratos financeiros poderia afetar negativamente nossa capacidade de honrar nossos compromissos e ter um impacto adverso relevante em nossos negócios e em nossa condição financeira. Para outras informações, vide fator de risco "Alguns dos nossos contratos financeiros possuem cláusulas de inadimplemento cruzado" e "Temos um histórico de perdas operacionais, o que pode afetar adversamente a nossa capacidade lucratividade" abaixo.

4.1 Descrição dos fatores de risco

As nossas instalações físicas e nossos sistemas de informação estão sujeitos a infortúnios em decorrência de acidentes, falhas humanas, desastres catastróficos, eclosão de doenças contagiosas ou eventos similares, sendo que, na ocorrência de quaisquer dessas hipóteses, nossos negócios poderão ser afetados negativamente.

A nossa sede e as instalações de nossas controladas, nossos escritórios administrativos, centros de distribuição, centros de processamento de dados nossos e de terceiros, nossos sistemas de informação e centrais de atendimento estão sujeitos a interrupções em seu funcionamento, em decorrência de acidentes, falhas ou ações humanas, mecânicas e tecnológicas, *softwares* maliciosos (*malwares*) e outros "vírus", falhas de segurança relacionadas aos sistemas de tecnologia da informação, dentre outros fatores, catástrofes imprevisíveis e outros eventos imprevisíveis e fora do nosso controle, tais como desastres naturais e eclosão de doenças contagiosas. Se alguma dessas instalações for afetada por algum dos acontecimentos apontados acima ou eventos similares, isso poderá interromper as nossas operações, retardar a prestação de serviços, incorrer em perdas de estoque, danos a nossos ativos ou até mesmo vitimar clientes, funcionários ou quaisquer terceiros. Os nossos negócios, resultados operacionais e imagem podem sofrer efeito negativo em decorrência de tais acidentes ou eventos imprevisíveis e fora de nosso controle, ou ainda em decorrência da forma como venhamos a responder a tais acidentes e/ou eventos.

Caso os sistemas de informação sejam violados e haja a divulgação não autorizada de informações, podemos ficar expostos a demandas judiciais pelo uso não autorizado de dados divulgados, multas regulatórias e outras penalidades, incluindo, mas não se limitando, àquelas previstas na Lei nº 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), além de perda de clientes e danos à nossa reputação e imagem, o que poderá afetar negativamente os nossos resultados financeiros.

Podemos deixar de cumprir as leis de privacidade e proteção de dados ou tratar adequadamente das questões de privacidade e proteção de dados, divulgando informações confidenciais ou sensíveis que possam prejudicar nossos negócios e reputação.

A Constituição Federal, a Lei nº 10.406/02 (Código Civil), a Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e a Lei nº 12.965/14 (Marco Civil da Internet), o Decreto nº 8.771/16 e a LGPD são as principais leis que regem o uso de dados pessoais no Brasil. Como coletamos, armazenamos, processamos e usamos dados pessoais de funcionários e clientes e outros dados de usuários em nossos negócios, devemos cumprir com todas as leis de privacidade e proteção de dados pessoais. Um risco significativo associado ao nosso negócio, particularmente nosso negócio de e-commerce e comunicações em geral, é a transmissão segura de dados pessoais através de redes públicas para nossos servidores e o armazenamento seguro de dados pessoais em sistemas conectados a nossos servidores.

A percepção de negligência com o tema de proteção de dados, válida ou não, pode nos afetar adversamente. Estamos obrigados a garantir que qualquer tratamento, coleta, uso, armazenamento, compartilhamento, transferência e descarte de dados pessoais pelos quais somos responsáveis estejam em conformidade com as leis aplicáveis de proteção de dados. Contamos com sistemas, softwares, ferramentas e monitoramento disponíveis comercialmente para fornecer processamento, transmissão e armazenamento de dados pessoais e de transação de clientes, como cartão de crédito e outras informações pessoais capazes de individualizá-los. Nossas instalações e sistemas, bem como nossos provedores de serviços terceirizados, podem estar vulneráveis a violações de segurança, fraudes, atos de vandalismo, vírus de computador, extravio ou perda de dados, programação, erros humanos ou outros eventos semelhantes.

Neste sentido, podemos ser responsabilizados por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados e ser considerada solidariamente responsável por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por suas subsidiárias, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD. O descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas na legislação esparsa e setorial sobre proteção de

4.1 Descrição dos fatores de risco

dados vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas na Lei nº 8.078/1990 ("Código de Defesa do Consumidor") e na Lei nº 12.965/2014 ("Marco Civil da Internet") por alguns órgãos de defesa do consumidor.

Caso não estejamos em conformidade com a LGPD, poderemos estar sujeitos às sanções administrativas previstas no artigo 52 da LGPD, de forma isolada ou cumulativa, quais sejam, (i) advertência; (ii) obrigação de divulgação de incidente; (iii) bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais; (iv) multa de até 2% do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R\$50 milhões por infração, dentre outras, o que poderá nos impedir de desenvolver regularmente nossas atividades. Eventuais sanções administrativas ou condenações judiciais podem causar impactos financeiros relevantes, além de poder afetar adversamente a nossa reputação no mercado.

Ainda, qualquer violação de segurança, ou qualquer falha percebida envolvendo o uso indevido, perda ou outra divulgação não autorizada de dados pessoais, bem como qualquer falha ou aparente falha em cumprir as leis, políticas, obrigações legais ou padrões da indústria em relação à privacidade e proteção de dados, seja por nós ou fornecedores, podem prejudicar nossa reputação, nos expor a riscos e responsabilidades legais, sujeitar-nos a publicidade negativa, interromper nossas operações e prejudicar nossos negócios. Não podemos garantir que nossas medidas de segurança evitarão vazamento de dados pessoais, incidentes de segurança, ou que a falha em os evitar não terá um efeito adverso relevante sobre nós.

Podemos não ser capazes de competir com sucesso contra concorrentes atuais e futuros, o que poderá afetar negativamente nossos negócios.

A Companhia, juntamente com outros players de e-commerce e serviços de gestão de pagamentos, compete por capital, clientes, funcionários, produtos, serviços e outros aspectos importantes de seu negócio. Esses concorrentes, alguns dos quais com maior presença no mercado em certas linhas de negócios, incluem empresas de e-commerce e vendas por catálogo, empresas de vendas diretas e outras formas de comércio. As mudanças nos preços e em outros termos negociais, condições contratuais ou práticas desses concorrentes podem afetar adversamente os nossos resultados.

Enfrentamos concorrência em vários aspectos de nossos negócios e essa concorrência pode se intensificar no futuro, à medida que concorrentes existentes e novos introduzam novos serviços ou aprimorem os serviços existentes e nossos negócios continuem a evoluir. Temos concorrentes com históricos operacionais mais longos, bases de clientes maiores, maior reconhecimento de marca, maior experiência e relacionamentos comerciais mais extensos em certas jurisdições e maiores recursos financeiros, técnicos e de marketing do que nós. Nossos potenciais novos concorrentes ou os já existentes podem ser capazes de desenvolver produtos e serviços mais bem recebidos pelos clientes ou podem ser capazes de responder com mais rapidez e eficácia do que nós a novas oportunidades ou mudanças, tecnologias, regulamentações ou requisitos dos clientes. Além disso, alguns de nossos maiores concorrentes podem ser capazes de alavancar uma base de clientes maior e rede de distribuição para adotar políticas de preços mais agressivas e oferecer condições de vendas mais atraentes, o que pode nos fazer perder vendas potenciais ou vender nossas soluções a preços mais baixos. O aumento da concorrência pode também resultar em redução das margens brutas, deterioração da posição de capital de giro e perda de participação de mercado, podendo prejudicar substancialmente os nossos negócios e os resultado de nossas operações.

Em relação aos aspectos tecnológicos, é possível que os nossos concorrentes respondam a tecnologias novas ou emergentes e a mudanças nos requisitos do cliente com mais rapidez e eficácia, dedicando mais recursos ao desenvolvimento, promoção e compra de produtos e serviços.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A competição pode se intensificar à medida em que nossos concorrentes realizem combinações ou alianças de negócios ou levem recursos adicionais, ou conforme companhias estabelecidas em outros segmentos de mercado ou mercados geográficos se expandam em nossos segmentos de mercado ou mercados geográficos. Por exemplo, certos competidores podem usar posições fortes ou dominantes em um ou mais mercados para obter uma vantagem competitiva contra nós nas áreas onde operamos, incluindo: integrando plataformas ou recursos concorrentes em produtos que eles controlam, como mecanismos de pesquisa, navegadores da web, dispositivos móveis, sistemas operacionais ou redes sociais; fazendo aquisições; ou dificultando o acesso à nossa plataforma. Além disso, os atuais competidores ou os futuros podem escolher oferecer um modelo de preços diferente ou reduzir os preços em um esforço para aumentar sua participação no mercado. Se não conseguirmos competir com sucesso com os concorrentes atuais e futuros, nossos negócios, resultados operacionais e situação financeira podem ser impactados negativamente.

Nosso crescimento pode ser negativamente afetado se não mantivermos nossos relacionamentos estratégicos com fornecedores e prestadores de serviços.

O crescimento do nosso negócio depende de relacionamentos com terceiros, incluindo relacionamentos com nossos desenvolvedores de aplicativos, designers, revendedores, processadoras de pagamento, fornecedores de canais de vendas online e outros parceiros. Não podemos garantir que conseguiremos aumentar nosso ecossistema de parceiros terceirizados, manter ou firmar contratos e relacionamentos adicionais com outros terceiros, como tecnologia, provedores de conteúdo, parceiros de atendimento e envio, e consultores de implementação. Identificar, negociar e documentar relacionamentos com terceiros requer tempo e recursos significativos, assim como a integração de conteúdo e tecnologia de terceiros. Nossos contratos com provedores de hospedagem em nuvem, tecnologia, conteúdo e consultoria normalmente não possuem exclusividade e não proíbem tais provedores de serviços de trabalhar com nossos concorrentes ou de oferecer serviços similares. Esses fornecedores terceirizados podem optar por encerrar seu relacionamento conosco ou por fazer alterações materiais em seus negócios, produtos ou serviços.

Se perdermos o acesso a produtos ou serviços de um fornecedor específico, ou experimentarmos uma interrupção significativa no fornecimento de produtos ou serviços de um fornecedor, especialmente um fornecedor de fonte única, isso pode ter um efeito adverso em nossos negócios e resultados operacionais.

Temos unidades e galpões para armazenamento e logística instalados em propriedades alugadas e a nossa incapacidade de renovar nossos contratos de locação em termos comercialmente aceitáveis pode afetar adversamente nossos resultados operacionais.

Atualmente, todas as unidades e galpões para armazenamento e logística nos quais operamos e onde estão localizados nossos centros de serviços estão instalados em propriedades alugadas, sendo que não podemos garantir que conseguiremos manter tais locações ou substituí-las adequadamente.

Os contratos de locação em que figuramos como locatários têm prazos determinados que variam de 3 a 6 anos. Para aqueles contratos com prazo igual ou superior a 5 anos, nós podemos pleitear judicialmente a renovação de contrato de locação, por, no mínimo, prazo adicional de 5 anos, desde que ingressemos com a ação judicial competente com no mínimo 6 meses de antecedência em relação à data de término do contrato e estejamos explorando o seu comércio, no mesmo ramo, pelo prazo mínimo e ininterrupto de 3 anos. A legislação aplicável também prevê que o locador não estará obrigado a renovar o contrato se (i) por determinação do Poder Público, tiver que realizar no imóvel obras que importem na sua radical transformação, ou para modificações de tal natureza que aumente o valor do negócio ou da propriedade; e (ii) o imóvel vier a ser utilizado por ele próprio ou para transferência de fundo de comércio existente há mais de 1 ano, sendo detentor da maioria do capital o locador, seu cônjuge, ascendente ou descendente.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Alguns dos contratos de locação foram celebrados por prazo inferior a 5 anos e, portanto, não satisfazem os requisitos legais para o ajuizamento de ação renovatória. Nós e os proprietários de alguns destes imóveis podemos não chegar a acordos em relação à renovação dos prazos de vigência, o que poderá acarretar a desocupação do imóvel, caso não haja acordo para renovação do respectivo prazo locatício.

Por fim, nem todos os nossos contratos de locação estão registrados e/ou averbados nas respectivas matrículas perante os cartórios de registro de imóveis competentes, de forma a garantir a manutenção da vigência do contrato de locação até o seu término caso o proprietário venha a aliená-lo a terceiros e o direito de adjudicar judicialmente o imóvel, na hipótese de ele ser alienado a terceiros sem que se tenha observado o nosso direito de preferência, o que poderá acarretar a necessidade de desocupação desses imóveis.

Ainda, parte dos imóveis ocupados estão onerados para garantia de dívidas de terceiros, o que poderá acarretar a necessidade de desocupação caso os credores dos ônus registrados nas matrículas executem as garantias. Para mais informações, vide fator de risco "*Locamos unidades de galpões logísticos cujos imóveis estão onerados para garantir dívidas do locador, sendo que, na hipótese de excussão das garantias pelos credores do locador, nossos negócios poderão ser afetados adversamente*" abaixo.

Dessa forma, caso (i) os contratos de locação vigentes sejam antecipadamente rescindidos, ou (ii) não seja possível renovar os contratos de locação, ou (iii) eventuais compradores requeiram a desocupação dos imóveis por não estarem vinculados legalmente aos termos dos contratos de locação, ou (iv) a renovação implicar condições desfavoráveis, podemos ser obrigados a fechar ou alterar a localização dos galpões para armazenamento e logística, e nós não podemos garantir que conseguiremos alugar os imóveis de nosso interesse. Caso uma quantidade significativa de locações já contratadas não seja renovada ou caso novos contratos de locação não sejam celebrados em condições satisfatórias, nós poderemos ser adversamente afetados.

Adicionalmente, a Lei de Locações permite a revisão dos aluguéis a valor de mercado a cada três anos. O reajuste dos aluguéis a valor de mercado poderá resultar em impactos não esperados nos custos operacionais.

A ocorrência de um ou mais eventos mencionados neste fator de risco pode nos afetar adversamente, inclusive com efeito adverso significativo sobre nossas vendas e nossos resultados das operações.

Locamos unidades de galpões logísticos cujos imóveis estão onerados para garantir dívidas do locador, sendo que, na hipótese de excussão das garantias pelos credores do locador, nossos negócios poderão ser afetados adversamente.

Existem galpões para armazenamento e logística que ocupamos a título de locação onerados para a garantia de dívidas do locador. Na hipótese de inadimplemento de tais obrigações pelo locador do imóvel em que nossos galpões logísticos estão localizados, os credores do locador poderão proceder à excussão das garantias, situação em que os imóveis que estamos ocupando poderão ser alienados em leilão, tendo a sua propriedade transferida a um terceiro com quem não possuímos qualquer relação. Tendo em vista que nem todos os contratos de locação da Companhia estão registrados nas respectivas matrículas, o novo proprietário do imóvel locado por nós poderá denunciar o contrato de locação, de modo que a Companhia deverá desocupar o respectivo imóvel em até 90 dias.

Em caso de excussões não precedidas da anuência do credor fiduciário com relação ao contrato de locação e suas eventuais prorrogações, nos termos dos artigos 27,§7º e 37B da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, a continuidade da operação nos imóveis alienados, demandará negociação com os novos proprietários, não havendo garantia de sucesso e, conseqüentemente, podendo afetar adversamente nossos negócios e operações.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Usamos provedores de serviços em nuvem para fornecer nossos serviços, sendo que qualquer interrupção dos serviços dos referidos provedores pode prejudicar nossos negócios.

Atualmente gerenciamos nossos serviços e atendemos todos os nossos clientes por meio de serviços de computação em nuvem terceirizado. Se, por qualquer motivo, formos obrigados a migrar nossa computação para outro provedor de serviços em nuvem, tal transição pode incorrer em tempo e despesas significativas e nosso negócio pode ser adversamente impactado.

Nossos provedores de serviços em nuvem não garantem que o acesso à nossa plataforma seja ininterrupto ou livre de erros. As interrupções em nossos serviços reduziram nossa receita, nos sujeitaram a potenciais responsabilidades e afetariam adversamente nossa capacidade de reter nossos clientes ou atrair novos clientes. O desempenho, a confiabilidade e a disponibilidade de nossa plataforma são essenciais para nossa reputação e capacidade de atrair e reter clientes. Os clientes podem compartilhar informações sobre experiências ruins nas redes sociais, o que pode resultar em danos à nossa reputação e perda de vendas futuras. Além disso, se os custos de hospedagem para nossos provedores de serviços em nuvem aumentarem com o tempo e se continuarmos a exigir mais capacidade de computação ou armazenamento, nossos custos podem aumentar desproporcionalmente à nossa receita. Se não formos capazes de aumentar nossas receitas mais rapidamente do que os custos de utilização dos serviços de nossos provedores de serviços em nuvem ou de provedores semelhantes, nossos negócios e situação financeira podem ser adversamente afetados.

Podemos não ser capazes de atingir ou manter a capacidade de transmissão de dados, o que poderá afetar adversamente o nosso negócio.

Nossos clientes frequentemente atraem um número significativo de consumidores para suas lojas em curtos períodos, incluindo eventos como lançamentos de novos produtos, épocas de compras de final de ano e promoções, o que aumenta o tráfego e o volume de transações processadas em nossa plataforma simultaneamente. Nossos servidores podem não conseguir atingir ou manter a capacidade de transmissão de dados alta o suficiente para lidar com o aumento do tráfego ou processar pedidos em tempo hábil. Caso não sejamos bem-sucedidos em alcançar ou manter alta capacidade de transmissão de dados, poderá haver redução significativa da demanda por nossas soluções. Além disso, podemos ser alvo de demandas de consumidores ou clientes caso nossa capacidade de transmissão de dados seja reduzida durante tentativas de compras que não sejam realizadas, especialmente durante períodos de tráfego intenso, o que pode causar um efeito adverso nos nossos negócios e resultados.

Nossa capacidade de entregar nossas soluções também depende do desenvolvimento e manutenção da infraestrutura da internet por terceiros, inclusive por nossos provedores de serviços em nuvem. Esse desenvolvimento inclui a manutenção de redes confiáveis com a velocidade, capacidade de dados e largura de banda necessárias. Qualquer interrupção na capacidade de nossos clientes de processar e atender pedidos de seus consumidores pode ter um efeito negativo em nossos negócios e resultados.

Eventuais falhas ou fraudes no gerenciamento dos recursos dos usuários ou nos controles internos em nossa plataforma de pagamento pode afetar adversamente o nosso negócio.

A capacidade de gerenciar e contabilizar com precisão os recursos dos usuários em nossa plataforma de pagamento requer um alto nível de controles internos, sendo que não podemos garantir que tal nível será mantido pela Companhia ou que nossos controles internos serão adequadamente fortalecidos conforme necessário, principalmente à medida que nossa plataforma de pagamento cresça. Qualquer falha em manter os controles necessários ou em administrar adequadamente os recursos dos usuários pode reduzir drasticamente o uso da nossa plataforma de pagamento pelos usuários, o que pode afetar adversamente o nosso negócio. Adicionalmente, podemos ser questionados por órgãos reguladores que podem aplicar multas e/ou sanções administrativas, bem como enfrentarmos eventuais ações judiciais, o que pode gerar impactos negativos em nossos negócios, resultados operacionais e condições financeiras.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Falhas em operar eficientemente nossa rede de atendimento e operações dos nossos centros de distribuição também pode afetar negativamente nossos negócios.

Por meio de nossos serviços de logística, oferecemos serviços de armazenamento. Se não estimarmos adequadamente a demanda dos clientes para operar nossa rede de abastecimento, poderemos incorrer em excesso ou insuficiência de capacidade de atendimento dos nossos clientes, o que pode resultar em aumento de custos. Nossa rede de distribuição pode se tornar mais complexa, e a operação de tais centros pode apresentar desafios significativos. Além disso, em conjunto com o nosso serviço de distribuição, mantemos o estoque de terceiros que vendem produtos por meio de nossa plataforma, o que aumenta a complexidade do rastreamento de estoque e operação de nossa rede de distribuição. Nossa falha em prever a demanda dos clientes e administrar o estoque pode resultar em custos inesperados e afetar adversamente nossa reputação ou resultados operacionais.

Além disso, nossa capacidade de receber o estoque de terceiros de forma eficiente e enviar pedidos aos clientes também pode ser afetada negativamente por desastres naturais ou provocados pelo homem, condições meteorológicas extremas, eventos geopolíticos e questões de segurança, disputas trabalhistas ou comerciais e eventos semelhantes que poderiam ter um efeito adverso relevante em nosso serviço de transporte, resultados operacionais e condição financeira.

Caso haja interrupção ou alteração na operação normal dos nossos centros de distribuição, por qualquer motivo, incluindo fatores que estão além do nosso controle, como incêndios, desastres naturais, falta de energia, roubos ou furtos, falha nos sistemas, impactos da COVID-19, entre outros, bem como caso nós não consigamos encontrar locais adequados ou venhamos a enfrentar outras dificuldades relacionadas ao estabelecimento de novos centros de distribuição, os nossos resultados podem ser materialmente afetados.

As nossas operações de logística são dependentes da operação normal dos centros de distribuição. Na data deste Formulário de Referência, contávamos com sete centros de distribuição localizados nos Estados de São Paulo, Espírito Santo, Bahia, Rio de Janeiro, Ceará, Minas Gerais e no Distrito Federal. Se a operação normal de um desses centros de distribuição for interrompida total ou parcialmente por qualquer motivo, incluindo fatores que estão além do nosso controle, como incêndios, desastres naturais, falta de energia, roubos ou furtos, falha nos sistemas, restrição de circulação de bens e pessoas em decorrência de pandemias, entre outros, poderemos sofrer um efeito negativo material em nossa situação financeira e resultado operacional. A mudança da operação logística dos centros de distribuição de um imóvel para outro traz riscos adicionais que podem impactar a nossa operação.

Adicionalmente, a nossa estratégia de crescimento pode demandar uma expansão na capacidade de nossos centros de distribuição, uma reorganização dos centros de distribuição atuais ou o estabelecimento de novos centros de distribuição. Caso não consigamos encontrar locais adequados ou enfrentem outras dificuldades relacionadas ao estabelecimento de novos centros de distribuição, ou não consigamos integrar novos ou expandir centros de distribuição ou serviços de operadores logísticos ao processo de controle de estoques de maneira eficaz, poderemos não conseguir entregar estoques aos usuários em tempo hábil, o que pode ter um efeito negativo nas vendas e na nossa estratégia de crescimento.

Além disso, quaisquer alterações, problemas ou interrupções na infraestrutura de logística que nós ou nossos fornecedores usem para entregar produtos aos usuários ou centros de distribuição podem impedir a entrega oportuna ou bem-sucedida dos produtos e afetar negativamente as nossas operações.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Podemos não conseguir manter licenças para os sistemas de tecnologias dos quais dependemos, o que poderá afetar adversamente o nosso negócio.

Contamos com certos sistemas de tecnologias que licenciamos de terceiros, os quais fornecem tecnologia de banco de dados, sistema operacional e componentes de hardware específicos para nossos serviços. Não podemos garantir que essas licenças obtidas de terceiros serão renovadas no futuro ou que tais licenças continuarão disponíveis para nosso uso em termos comercialmente razoáveis. Em caso de interrupção ou impossibilidade de uso das licenças tecnológicas utilizadas por nós, a Companhia pode não conseguir substituir tais tecnologias por outras com o mesmo padrão de qualidade e performance, ou pode incorrer em custos adicionais para tal substituição, o que poderia causar um efeito adverso relevante nos nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira.

Podemos não conseguir manter a nossa estratégia de desenvolvimento da plataforma múltipla e complementar de vendas, o que poderá afetar adversamente o nosso negócio.

As nossas operações são realizadas por meio da plataforma digital, incluindo e-commerce, marketplace, serviços de tecnologia, serviços de logística e financiamento ao consumo. Caso, em virtude de diversos fatores, incluindo problemas de integração ou compatibilidade de atualizações de versões de *softwares*, não sejamos capazes de manter a estratégia de complementaridade entre os nossos canais, sob os aspectos comerciais, logísticos, de comunicação e marketing e de atendimento às expectativas dos clientes, ou os canais de vendas entrem em competição entre si, o aproveitamento das vantagens que a estrutura integrada dos multicanais pode oferecer será prejudicado, podendo nos impactar adversamente.

Se não formos capazes de renovar nossas linhas de crédito, ter acesso a financiamentos ou emitir valores mobiliários no mercado de capitais em condições atrativas, poderemos sofrer um efeito adverso relevante.

Não podemos garantir que manteremos as linhas de capital de giro e risco sacado para financiar as nossas necessidades de curto e longo prazo. Poderemos não conseguir renovar nossas linhas de crédito, ter acesso a financiamentos ou emitir valores mobiliários no mercado de capitais em condições atrativas, para atender futuras necessidades de financiamento, capital de giro ou obrigações em geral. Nesse contexto, poderemos também ter que eventualmente nos sujeitar a diferentes cláusulas contratuais restritivas para obter financiamentos.

Ainda, podemos ter que captar recursos adicionais no futuro através de operações de emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações. Qualquer captação de recursos por meio de distribuição pública de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações poderá ser realizada com a exclusão do direito de preferência dos nossos acionistas, incluindo os investidores nas nossas ações, o que pode resultar na diluição da participação dos referidos acionistas no nosso capital social, ocasionando a imediata diluição no valor patrimonial de seu investimento.

Na eventualidade de não conseguirmos obter financiamentos, emitir valores mobiliários no mercado de capitais ou refinar o nosso endividamento, quando necessário, ou se não conseguirmos obter ou renovar empréstimos *intercompany*, fianças bancárias, seguros garantia, ou se tais instrumentos somente estiverem disponíveis mediante condições desfavoráveis, podemos não conseguir satisfazer às nossas necessidades de caixa e obrigações financeiras, ou aproveitar oportunidades de negócios, ou causar diluição a nossos acionistas em caso de captação no mercado de capitais, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre nossos negócios e resultados financeiros.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Podemos não realizar integralmente os valores contabilizados como ágio em nossas demonstrações financeiras decorrentes de nossas aquisições, podendo resultar em impacto adverso os nossos resultados e operações.

Os nossos balanços patrimoniais consolidados em 30 de setembro de 2023 incluem montantes significativos correspondentes ao ágio gerado em decorrência de aquisição das sociedades: (i) Pier8 (atualmente denominada como Infralog Serviços Ltda.) e Armazéns Gerais (atualmente denominada como Infracommerce Armazéns Gerais Ltda.), no valor de R\$50 milhões, que representa 2% do nosso ativo total em 30 de setembro de 2023; (ii) New Retail, no valor de R\$110 milhões, que representa 3% do valor do nosso ativo total em 30 de setembro de 2023; (iii) Summa e Sigurd, no valor de R\$30 milhões, que representa 1% do valor do nosso ativo total em 30 de setembro de 2023; (iv) Tatix (atualmente denominada como Infracommerce Tatix Comércio E Participações Ltda.), no valor de R\$106 milhões, que representa 3% do valor do nosso ativo total em 30 de setembro de 2023; (v) Synapcom, no valor de R\$ 951 milhões, que representa 30% do valor do nosso ativo total em 30 de setembro de 2023; (vi) Tevec (atualmente denominada Infradata Sistemas S.A), no valor de R\$ 19 milhões, que representa 1% do valor do nosso ativo total em 30 de setembro de 2023; (vii) Brandlive Colômbia, no valor de R\$ 20 milhões, que representa 1% do valor do nosso ativo total em 30 de setembro de 2023; e (viii) Ecomsur, no valor de R\$ 94 milhões, que representa 3% do valor do nosso ativo total, as quais, em conjunto, totalizam R\$ 1.381 bilhões, ou 43% do nosso ativo total em 30 de setembro de 2023. Tais ágios estão sujeitos a recuperabilidade de seu valor (*impairment*) e não são integralmente realizáveis. Os testes por *impairment* realizados anualmente podem indicar que o valor contábil do nosso ágio pode não ser recuperável por diversos fatores, incluindo, sem limitar, mudança significativa no ambiente de negócios, perda de pessoas chave, mudanças na nossa situação financeira e resultados operacionais e no ambiente macroeconômico e concorrencial brasileiro, bem como alterações à legislação tributária que possa suprimir tais benefícios. Nesse contexto, uma não baixa por *impairment* prejudicaria o nosso resultado já que não seriam passíveis de abatimento no cálculo do imposto sobre o lucro, o que pode afetar negativamente nossos resultados.

Caso qualquer desses eventos adversos ocorra, a realização dos montantes pagos e contabilizados como ágio por nós pode ser prejudicada, resultando no *impairment* do ativo no correspondente valor, o que pode afetar adversamente os nossos resultados.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos podem ter um efeito adverso relevante sobre nós.

Somos e podemos vir a ser parte em processos judiciais, administrativos, regulatórios, arbitrais ou inquéritos e investigações relacionados a questões cíveis, trabalhistas, administrativas, tributárias, criminais, entre outras. Não podemos garantir ou prever em que momento as ações judiciais, inquéritos e processos governamentais e outros processos legais atuais ou potenciais serão concluídos e se as decisões neles proferidas serão favoráveis. Caso ações que envolvam um valor substancial e em relação às quais não temos nenhuma provisão ou temos provisão inferior ao montante da perda em questão, sejam decididas, de forma desfavorável, poderemos sofrer um efeito adverso relevante sobre nossos negócios.

Nós não podemos garantir que esses processos judiciais serão decididos em nosso favor. Ainda, não podemos garantir que as nossas provisões constituídas, quando existentes, serão corretas e suficientes para todos os passivos eventualmente decorrentes destes processos administrativos ou judiciais.

Da mesma forma, nossos administradores e/ou os acionistas são e podem vir a ser partes ou serem mencionados e/ou chamados a depor em processos administrativos, judiciais, regulatórios, arbitrais ou inquéritos e investigações de natureza cíveis, trabalhistas, administrativas, tributárias, criminais, entre outras, inclusive em relação a posições ocupadas em outras sociedades, cuja instauração e/ ou resultados podem afetá-los negativamente, especialmente caso sejam indiciados e/ou condenados e se forem processos de natureza criminal, eventualmente, impossibilitando o exercício de suas funções na Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Decisões contrárias aos nossos interesses e de nossos administradores poderão causar um efeito adverso em nossa reputação, negócios, situação financeira, na nossa capacidade de capacidade de contratação com o Poder Público, assim como na possibilidade de perda ao direito de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios concedidos pelo poder público e o direito de participar de licitações e resultados operacionais, e, conseqüentemente, afetar material e adversamente nossa condição financeira e resultados operacionais. Além disso, nossas atividades objeto de contratação com Poder Público poderão ser questionadas e/ou anuladas, o que poderia afetar nossas atividades, condição financeira e, conseqüentemente, afetar material e adversamente nossa condição financeira e resultados operacionais.

Além das provisões contábeis e de honorários advocatícios relacionados a esses processos judiciais, poderemos ser compelidos a realizar depósitos judiciais ou oferecer garantias em tais processos, o que poderá afetar adversamente nossa liquidez e condição financeira.

Para informações adicionais, vide itens 4.4 a 4.7 deste Formulário de Referência.

Uma paralisação ou greve significativa da nossa força de trabalho, assim como de prestadores de serviços ou fornecedores, pode afetar as nossas operações.

Os nossos empregados são representados por sindicatos trabalhistas e estão protegidos por convenções coletivas, acordos coletivos ou contratos de trabalho semelhantes, que estão sujeitos à renegociação periódica dentro dos prazos estabelecidos por lei. Além disso, nos utilizamos de prestadores de serviços e fornecedores para realização de entregas dos nossos centros logísticos. Assim, greves e outras paralisações ou interrupções de trabalho em qualquer uma das nossas instalações, ou movimentos trabalhistas que perturbem qualquer um dos nossos fornecedores terceirizados, incluindo, por exemplo, greves de caminhoneiros, podem ter um efeito adverso relevante sobre as nossas operações e nossos negócios.

Alterações na disponibilidade e nos custos de energia e de outros serviços públicos podem nos afetar substancialmente.

Os preços de energia elétrica e serviços públicos têm variado significativamente no passado recente do Brasil, inclusive como resultado de condições climáticas, o que poderá ocorrer novamente no futuro. Como exemplo, os preços elevados de energia elétrica durante um período prolongado de seca, bem como mudanças regulatórias e tributárias no setor elétrico em determinadas áreas geográficas, podem resultar em um efeito negativo na nossa receita operacional e potencialmente afetar negativamente a nossa rentabilidade. Não há nenhuma garantia de que conseguiremos repassar o aumento dos custos de energia elétrica e serviços públicos para os nossos clientes.

Os nossos acionistas podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

De acordo com o nosso estatuto social, devemos pagar aos nossos acionistas, no mínimo, 25% do nosso lucro líquido anual, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sob a forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou retido nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações, e pode não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações permite que uma companhia aberta, como nós, suspenda a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social, caso o conselho de administração informe à assembleia geral ordinária que a distribuição seria incompatível com a nossa situação financeira. Se isso acontecer, os titulares das nossas ações poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio prevista, poderão ser revistas e tanto os dividendos recebidos, quanto os distribuídos poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, impactando o valor líquido a ser recebido pelos nossos acionistas a título de participação nos seus resultados. Adicionalmente, os nossos contratos financeiros e a legislação aplicável contêm ou podem conter no futuro cláusulas que estabelecem restrição acerca da distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Tais restrições, bem como outras que venham a ser aplicáveis no futuro, podem afetar de maneira adversa o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos nossos acionistas.

Por fim, importante pontuar que eventual aprovação da Reforma Tributária (PL nº 2337/21) poderá significar mudanças na forma de distribuição de lucros das sociedades brasileiras, incluindo nós, com impactos negativos tanto para os nossos negócios quanto para nossos acionistas a título de resultados. Isso porque o projeto introduz o imposto de renda sobre dividendos, determinando alíquota de 15%. Além disso, a eliminação dos Juros sobre Capital Próprio ("JCP"), prevista no texto-base, impacta negativamente os nossos resultados líquidos, considerando que a distribuição de lucros via JCP reduz o valor de imposto a ser pago por nós. A entrada em vigor dessas disposições e outras disposições desfavoráveis a nós no futuro depende tão somente da aprovação do projeto pelo Senado Federal e da sanção do Presidente da República. Não somos capazes de prever variáveis político-econômicas que regem o processo legislativo, de modo que poderemos ser adversamente afetados pela referida reforma e por outras novas legislações.

Podemos não conseguir proteger os nossos direitos de propriedade intelectual ou utilizá-los de forma eficaz, o que poderá afetar adversamente o nosso negócio.

Podemos não ser capazes proteger e de defender os nossos ativos intangíveis, especialmente os direitos de propriedade intelectual incluindo, sem limitação, marcas, nomes de domínio, segredos comerciais e know-how. Há também o risco de podermos não conseguir renovar o registro de uma marca em tempo hábil ou que os nossos concorrentes contestem ou invalidem quaisquer marcas existentes ou futuras enviadas para nós ou licenciadas por nós. Não temos como garantir que as medidas para proteger os nossos direitos de propriedade intelectual serão suficientes, ou que terceiros não infringirão ou se apropriarão indevidamente de direitos de propriedade intelectual e os custos necessários para proteger os seus direitos de propriedade intelectual, seja pela via extrajudicial ou por meio de processos legais ou administrativos, podem ser significativos. Se não conseguirmos proteger os nossos direitos de propriedade intelectual contra a violação ou apropriação indevida, poderemos sofrer um efeito adverso relevante, em particular em nossa capacidade de desenvolver o nosso negócio.

Há também o risco, de não conseguirmos renovar o registro de propriedade intelectual em tempo hábil ou que os concorrentes contestem ou invalidem quaisquer propriedades intelectuais existentes ou futuras enviadas por nós ou licenciadas por nós. Além disso, litígios dispendiosos e demorados podem ser necessários para impor e determinar o escopo de direitos de nossa propriedade, e se não obtivermos êxito em defesa, os nossos negócios podem ser impactados adversamente.

Adicionalmente, dependemos do licenciamento de certas tecnologias necessárias ao desenvolvimento dos serviços que prestamos, incluindo licenciamentos de *softwares* e plataformas tecnológicas. Não podemos garantir que o acesso a licenças de código aberto (*open source*) e gratuitas utilizadas por nós não será restringido no futuro ou, ainda, para as licenças obtidas de terceiros de forma onerosa, que conseguiremos renovar tais licenças no futuro ou que tais licenças continuarão disponíveis para uso da Companhia em termos comercialmente razoáveis. Atualmente, utilizamos *softwares*, linguagens de programação e/ou plataformas tecnológicas de terceiros (cujos principais fornecedores são Microsoft, Salesforce e Avaya), e não podemos garantir que as licenças firmadas junto a estes não serão rescindidas. Mudanças nas licenças de terceiros utilizadas por nós podem acarretar aumento relevante dos custos de licenciamento e/ou fazer com que os serviços ou produtos contratados se tornem inoperantes ou tenham seu desempenho reduzido de maneira relevante, o que poderá nos obrigar a aumentar nossos investimentos em pesquisa e desenvolvimento visando assegurar a continuidade do desempenho de nossos serviços, o que poderá nos afetar adversamente.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Em caso de interrupção ou impossibilidade de uso das licenças tecnológicas utilizadas por nós, podemos não conseguir substituir tais tecnologias por outras com o mesmo padrão de qualidade e performance ou podemos incorrer em custos adicionais para tal substituição, o que poderia causar um efeito adverso relevante nos nossos negócios e resultados operacionais. Além disso, caso sejamos impossibilitados de manter as licenças de uso, mas, ainda assim, sigamos utilizando a tecnologia de terceiros, os titulares das referidas tecnologias podem ajuizar ações judiciais em face de nós, nos demandando a abstenção de uso e o eventual pagamento de indenização.

Assim, qualquer falha da Companhia em proteger sua propriedade intelectual pode ter um efeito adverso em nossos resultados financeiros e operacionais, bem como o aumento dos custos de licenciamento para nós ou a inoperância ou redução do desempenho de nossos produtos por término de licenças contratadas pode prejudicar o funcionamento adequado de nossos serviços e gerar repasse de custos para nossos clientes, podendo causar danos a nossa reputação e relação comercial com os clientes, condição financeira e resultados.

O uso de propriedade intelectual, industrial ou autoral de terceiros de forma irregular pode nos impedir de usar a tecnologia necessária para desenvolver ou fornecer nossos produtos ou serviços ou nos sujeitar a litígios de propriedade intelectual, o que poderá afetar adversamente o nosso negócio.

Estamos sujeitos ao risco de processos baseados em alegações de violação de direitos de propriedade intelectual, industrial ou autoral de terceiros, devido, em parte, ao recente aumento do número de patentes e direitos autorais registrados por empresas de tecnologia. Nossos eventuais concorrentes, assim como quaisquer outras empresas ou indivíduos, podem ser atuais ou futuramente titulares de direitos de propriedade intelectual, industrial ou autoral de terceiros relativos a tecnologias, produtos ou serviços semelhantes aos que oferecemos ou planejamos oferecer. Não podemos assegurar que temos ciência de todos os direitos de propriedade intelectual, industrial ou autoral detidos por nossos eventuais concorrentes ou terceiros, e nem que seremos bem-sucedidos em processos judiciais em que tenhamos que defender nossos direitos sobre a propriedade intelectual, industrial ou autoral de tecnologias, produtos e serviços que oferecemos.

Caso uma ordem judicial ou arbitral determine que usamos em nossos produtos ou serviços uma tecnologia que seja irregular por infringir qualquer direito de propriedade intelectual, industrial ou autoral de terceiros que não estejam dispostos a conceder uma licença em termos aceitáveis para nós, podemos ser impedidos por esta ordem judicial ou arbitral de usar tal tecnologia afetando nossos produtos ou serviços, bem como, provavelmente, seremos obrigados a pagar quantias significativas de indenização, royalties ou licenciamento pelo uso desta propriedade intelectual, industrial ou autoral de terceiros. Nesses casos, podemos ser forçados a revisar ou descontinuar, total ou parcialmente, produtos ou serviços que tenham infringido tais direitos. A propositura de uma ordem judicial ou arbitral, ou a alteração ou suspensão de oferta de um produto ou serviços que se encontra em violação dos direitos de propriedade intelectual, industrial ou autoral de terceiros, poderá afetar adversamente nossa reputação, nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

Estamos sujeitos a perdas não cobertas pelos seguros contratados e a dificuldades para contratação de apólices, o que poderá gerar efeitos adversos sobre nossos negócios.

Estamos sujeitos à ocorrência de eventos não segurados (tais como caso fortuito e força maior ou interrupção de certas atividades), ou de danos maiores do que os limites de cobertura previstos em nossas apólices. Além disso, a quantificação da exposição de risco nas cláusulas existentes pode ser inadequada ou insuficiente, podendo, inclusive, implicar em reembolso menor do que o esperado.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Na eventualidade da ocorrência de um dos eventos não garantidos ou que excedam as coberturas previstas em nossas apólices atuais, poderemos sofrer um revés financeiro para recompor e/ou reformar os ativos atingidos por tais eventos, seja à infraestrutura dos nossos galpões ou as mercadorias de nossos clientes, que poderá comprometer nosso investimento e, mesmo na hipótese da ocorrência de um sinistro coberto pelas apólices, não é possível garantir que o pagamento do seguro será realizado de forma tempestiva, ou em valor suficiente para compensar-nos integralmente pelos danos decorrentes de tal sinistro, o que poderá afetar negativamente nossos resultados financeiros. Ainda, no caso dos eventos segurados, a cobertura de apólices de seguro está condicionada ao pagamento do respectivo prêmio. A nossa falha em pagar esses prêmios cumulada com a ocorrência de um sinistro poderá colocar-nos em uma situação de risco, dados que danos, mesmo que segurados, não estariam sujeitos à cobertura pela seguradora.

Além disso, não podemos garantir que conseguiremos manter apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis, ou contratadas com as mesmas companhias seguradoras ou com companhias seguradoras similares. Adicionalmente, poderemos ser responsabilizados judicialmente pelo pagamento de indenização a terceiros em decorrência de um eventual sinistro. Caso quaisquer desses fatores venha a ocorrer, os nossos negócios e resultados financeiros e operacionais podem ser adversamente afetados.

Danos à infraestrutura de nossos galpões podem resultar em danos ou perda de mercadorias de nossos clientes e a cobertura de seguro para esses produtos pode não ser suficiente para cobrir os prejuízos. Nesse caso, os contrato(s) firmado(s) com o(s) cliente(s) afetado(s) podem exigir que indenizemos quaisquer perdas de clientes, o que poderia afetar negativamente nossos negócios e resultados operacionais.

Falhas nos nossos sistemas, políticas e procedimentos de gestão de riscos poderão nos expor a riscos inesperados ou imprevistos, o que poderia afetar adversamente nossos negócios. Os nossos sistemas, políticas e procedimentos de controles internos podem não ser suficientes e/ou eficazes para detectar práticas inapropriadas, erros ou fraudes, o que poderá afetar adversamente o nosso negócio.

As nossas políticas, sistemas, controles internos e procedimentos para identificar, analisar, quantificar, avaliar, monitorar e gerenciar riscos podem não ser eficazes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram identificadas determinadas deficiências relacionadas ao nosso processo contábil que representam, individualmente ou no agregado, a existência de deficiência significativa nos controles internos da Companhia. As questões envolvendo controles e procedimentos internos que representaram deficiências significativas referem-se à revisão do processo de elaboração de informações contábeis e financeiras, o que pode impactar a qualidade das informações contábeis e financeiras divulgadas pela Companhia. Não podemos garantir que falhas como essas não ocorrerão novamente nos controles internos da Companhia e, caso ocorram, poderão afetar nossos resultados negativamente.

Ademais, os nossos métodos de gerenciamento de riscos podem não prever exposições futuras ou serem suficientes contra riscos desconhecidos e/ou não mapeados, e que poderão ser significativamente maiores do que aquelas indicadas pelas medidas históricas que utilizamos. Outros métodos de gerenciamento de riscos adotados por nós que dependem da avaliação das informações relativas a mercados, clientes ou outros assuntos disponíveis ao público podem não ser precisos, completos, atualizados ou adequadamente avaliados. As informações em que nos baseamos ou com que alimentamos ou mantemos modelos históricos e estatísticos podem ser incompletas ou incorretas, o que poderá gerar um efeito adverso relevante sobre nossos negócios.

Se não formos capazes de remediar nossas deficiências ou manter nossos controles internos operando de maneira efetiva, poderemos não ser capazes de elaborar nossas demonstrações e informações financeiras de maneira adequada, reportar nossos resultados de maneira precisa, prevenir a ocorrência de fraudes ou a ocorrência de práticas inapropriadas, erros, fraudes ou outras ilegalidades. Dessa forma, a falha ou a ineficácia de nossos controles internos poderá ter um efeito adverso significativo nos nossos negócios, situação financeira e nos resultados das operações. Para mais informações a respeito do tema, vide item 5.2.(d) deste Formulário de Referência.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Adicionalmente, os nossos procedimentos de compliance e controles internos podem não ser suficientes para evitar ou detectar todas as condutas impróprias, fraudes, atos de corrupção ou violações de leis aplicáveis por parte de nossos funcionários, membros de nossa administração ou de terceiros agindo em nosso nome. Caso os nossos funcionários ou outras pessoas relacionadas a nós se envolvam em práticas fraudulentas, corruptas ou desleais, ou violem leis e regulamentos aplicáveis ou nossas políticas internas, poderemos ser responsabilizados por qualquer uma dessas violações, o que pode resultar em penalidades, multas ou sanções que podem afetar substancial e negativamente nossos negócios e imagem. Para mais informações a esse respeito, vide fator de risco "*Poderemos ser materialmente e adversamente afetados por falhas nos nossos processos de governança, gestão de riscos e compliance, bem como por violações às Leis Anticorrupção aplicáveis*" abaixo.

Enfrentamos riscos relativos aos cadastros, autorizações, licenças e alvarás para realização de nossas atividades, sendo que, a não obtenção ou a não renovação de tais cadastros, autorizações, licenças e alvarás poderá afetar adversamente o nosso negócio.

Dependemos de diversos cadastros perante órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, e também de licenças, tais como alvarás para funcionamento, licenças e autorizações ambientais, alvarás sanitários, autos de vistoria emitidos pelo corpo de bombeiros, registros perante conselhos profissionais, dentre outros. Tais licenças em diversas localidades possuem prazo de validade e devem ser renovadas de tempos em tempos, com ou sem o pagamento de taxas de renovação. Podemos não conseguir obter todas as licenças, alvarás e autorizações necessárias, ou ainda não obter as suas renovações de forma tempestiva, o que pode impactar nossas operações.

Além disso, podemos estar sujeitos à regulação e controle de outras autoridades públicas, além daquelas que hoje entendemos como sendo as únicas competentes, não podendo garantir que tais autoridades não tenham um entendimento diverso quanto à necessidade de obtenção de outras licenças, alvarás, autorizações e/ou demais cadastros, o que pode implicar em um aumento dos custos relativos à operação de nossos empreendimentos e atividades. Ademais, não possuímos ou ainda estamos em vias de renovação de algumas dessas licenças, tais como alvará de funcionamento e licença sanitária de determinadas filiais em processo de renovação. A não obtenção ou a não renovação de tais licenças pode resultar na impossibilidade de abertura e operação de nossos depósitos e centros de distribuição e até, conforme o caso, na interdição e fechamento dos atuais centros de distribuição, bem como na aplicação de multas. A nossa estratégia comercial pode ser afetada negativamente caso ocorra a impossibilidade de abertura e operação de novas lojas, depósitos e centros de distribuição, e/ou a interdição ou o fechamento de nossos depósitos e centros de distribuição atuais em decorrência da não obtenção ou não renovação (conforme o caso) de cadastros, alvarás e licenças exigidos, o que poderá impactar negativamente os nossos negócios, resultados operacionais e condições financeiras.

Para mais informações sobre as normas aplicáveis ao desenvolvimento de nossas atividades, vide item 1.6 deste Formulário de Referência.

Se não formos capazes de nos adaptar rapidamente às transformações digitais exigidas pelos clientes e pelo setor, nossas operações poderão ser adversamente afetadas.

A tecnologia empregada no e-commerce e na cultura digital está em constante evolução. Podemos não ser capazes de nos adaptar de forma suficientemente rápida para atender às exigências dos clientes, preferências e padrões do setor, ou mudanças nos paradigmas e hábitos de consumo dos clientes, em especial mediante a situações adversas.

No decorrer do desenvolvimento de nossa plataforma, podemos nos deparar com obstáculos que exijam adaptações à cultura corporativa, à complexidade organizacional, à falta de processos que viabilizam a colaboração e inserção dos funcionários ou à adaptação de nossos sistemas aos sistemas de nossos clientes. Esses desafios podem não ser superados e/ou provocar uma limitação no crescimento da nossa plataforma digital e afetar de forma adversa os nossos negócios e resultados.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Se não conseguirmos responder à urgência no atendimento de novos padrões e práticas do setor, a nossa plataforma digital e nossa tecnologia própria poderão ficar ultrapassadas e afetar adversamente nossos resultados.

Se não conseguirmos contratar, reter e motivar pessoal qualificado, nosso negócio poderá ser afetado adversamente.

Nosso sucesso futuro depende, em parte, de nossa capacidade de continuar a atrair e reter pessoal altamente qualificado. Nossa capacidade de identificar, contratar, desenvolver, motivar e reter pessoal qualificado poderá afetar diretamente nossa capacidade de manter e expandir nossos negócios, e tais esforços exigirão tempo, custos e atenção significativos, sendo que não podemos garantir que teremos sucesso nas contratações. A incapacidade de atrair ou reter pessoal qualificado ou atrasos na contratação do pessoal necessário pode resultar em uma piora em nosso atendimento ao cliente e/ou no desempenho dos nossos colaboradores, e conseqüentemente em um enfraquecimento da nossa marca, prejudicando seriamente nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais. Nossa capacidade de continuar a atrair e reter pessoal altamente qualificado, especificamente funcionários com habilidades técnicas e de engenharia e funcionários com altos níveis de experiência em projetar e desenvolver software, hardware e serviços relacionados à Internet, será crítica para nosso sucesso futuro e a demanda e a competição por tais qualificações é alta.

Alguns dos nossos contratos financeiros possuem cláusulas de inadimplemento cruzado.

Em 30 de setembro de 2023, a nossa Dívida Bruta somava R\$682.860 mil, sendo R\$250.939 mil com vencimentos menores que 12 meses e R\$431.921 mil com vencimentos superiores a 12 meses. Alguns dos contratos financeiros celebrados por nós contêm cláusulas de inadimplemento cruzado (*cross-default*) ou de vencimento antecipado cruzado (*cross-acceleration*), que determinam que a ocorrência de um evento de inadimplemento sob qualquer das nossas dívidas com a parte credora destes referidos contratos ou, em alguns casos, com quaisquer terceiros credores em quaisquer outros contratos de empréstimo da Companhia, resultará em um evento de inadimplemento destes contratos e permitirá que tais credores declarem o vencimento antecipado destas dívidas. Desta forma, o vencimento antecipado ou inadimplemento de uma das nossas dívidas poderia acarretar o vencimento de outras dívidas, o que poderia afetar de forma adversa relevante o nosso resultado operacional, capacidade de pagamento e preço das ações. Para mais informações sobre os referidos contratos financeiros, vide item 2.1.f.iv deste Formulário de Referência. Para outras informações, vide fator de risco "*Estamos sujeitos a certas obrigações, incluindo restrições financeiras ("Covenants") em nossos contratos de dívidas. O não cumprimento dessas obrigações pode causar o vencimento antecipado dessas dívidas, o que pode nos afetar adversamente*" acima e "*Temos um histórico de perdas operacionais, o que pode afetar adversamente a nossa capacidade lucratividade*" abaixo.

Temos um histórico de perdas operacionais, o que pode afetar adversamente a nossa capacidade lucratividade.

Temos um histórico de perdas operacionais e fluxo de caixa negativo. Incorremos em prejuízos antes dos impostos de R\$183.064 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, R\$263.406 mil, R\$37.398 mil e R\$6.534 mil nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, respectivamente, e capital circulante líquido negativo (ativo circulante menos passivo circulante) de R\$26.019 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, R\$8.154 mil, R\$51.228 mil e R\$7.880 mil nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, respectivamente.

Caso essa situação se mantenha no futuro, poderemos não conseguir atender a *Covenants* e eventualmente não conseguiremos pagar toda a dívida, caso esta vença antecipadamente. Nossos negócios e operações poderão sofrer um efeito adverso relevante e poderemos ter que limitar nossas operações, de maneira inconsistente com os nossos planos de desenvolvimento. Para outras informações, vide fator de risco "*Estamos sujeitos a certas obrigações, incluindo restrições financeiras ("Covenants") em nossos contratos de dívidas. O não cumprimento dessas obrigações pode causar o*

4.1 Descrição dos fatores de risco

vencimento antecipado dessas dívidas, o que pode nos afetar adversamente" "Alguns dos nossos contratos financeiros possuem cláusulas de inadimplemento cruzado" acima.

Podemos ser responsabilizados por falhas na execução dos serviços que oferecemos aos clientes, bem como incidentes com seus consumidores finais, seja no serviço de logística, plataforma, atendimento ou meios de pagamento, o que poderá afetar adversamente o nosso negócio.

Estamos expostos a riscos relacionados à gestão inadequada do e-commerce de nossos clientes e de certos incidentes envolvendo tais serviços, o que poderá gerar a obrigação de indenização ou causar um efeito material adverso na nossa imagem, atividades e situação econômica.

Ainda, ocasionalmente, dentro da cadeia de fornecimento, os consumidores reivindicam a responsabilidade também sobre a qualidade do produto. Nesse caso, somos solidariamente responsáveis pelos vícios e/ou defeitos nos produtos e/ou serviços dos nossos clientes e podemos ser corresponsáveis com nossos clientes.

Reclamações, ações judiciais ou processos administrativos poderão ser propostos contra nós sob as alegações mencionadas acima ou, ainda, em virtude de falhas e acidentes que possam ter causado danos ao cliente e/ou ao consumidor final. No que tange a falha na execução dos nossos serviços, qualquer risco relacionado poderá causar a perda de confiança dos nossos clientes na segurança e a sua eficácia.

O nosso estatuto social contém disposição que prevê a efetivação de oferta pública de aquisição de ações por atingimento de participação acionária relevante, o que pode dificultar ou atrasar uma alteração no nosso controle e outras transações que podem ser benéficas aos investidores, bem como a possibilidade de dispensa da obrigação de efetivar essa oferta, o que em determinadas situações pode ser contrário aos interesses de certos investidores.

O nosso estatuto social contém disposição que prevê a efetivação de oferta pública de aquisição de ações por atingimento de participação acionária relevante, o que pode dificultar ou atrasar uma alteração no nosso controle, bem como a possibilidade de dispensa da obrigação de efetivar essa oferta, o que em determinadas situações pode ser contrário aos interesses de certos investidores. Essa disposição, constante do artigo 28 do nosso estatuto social, exige que qualquer acionista ou bloco de acionistas que adquira, subscreva ou de qualquer outra maneira se torne titular de ações ou direitos sobre as ações de nossa emissão, em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total de ações de nossa emissão deverá efetivar, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações, uma oferta pública de aquisição de ações para aquisição da totalidade das ações de nossa emissão.

Essa disposição pode desencorajar, atrasar ou impedir a fusão ou aquisição da Companhia, o que em determinadas circunstâncias pode ser prejudicial aos interesses da Companhia e/ou dos seus acionistas. Ademais, a eventual exclusão dessa disposição do estatuto social somente pode ser deliberada em assembleia geral extraordinária instalada em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social com direito de voto e, em segunda convocação, com qualquer número, e demanda aprovação da maioria simples dos acionistas presentes à assembleia devidamente instalada. Tal aprovação não atribui aos acionistas dissidentes o direito ao reembolso de suas ações ou qualquer obrigação de que a Companhia, seus eventuais acionistas controladores, ou os acionistas que deliberarem favoravelmente à aprovação devam efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia. Dessa forma, essa disposição pode afetar adversamente a Companhia e/ou seus acionistas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Poderemos celebrar contratos de indenidade com determinados administradores, conforme previsão em nosso estatuto social, os quais podem resultar em conflito de interesses e impacto financeiro relevante.

Conforme previsto no artigo 38 do nosso estatuto social, poderemos indenizar e/ou manter indenidos nossos administradores, conselheiros fiscais e demais funcionários que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia e suas controladas ("Beneficiários"), custeando ou reembolsando diretamente os Beneficiários por quaisquer despesas, danos ou prejuízos eventualmente incorridos a qualquer tempo e que estejam diretamente ou indiretamente relacionados ao exercício de suas funções na Companhia, incluindo mas não limitados a honorários advocatícios, pareceres jurídicos, custas processuais e multas e indenizações nas esferas administrativa, civil ou penal, nos termos e condições de contratos de indenização a serem celebrados entre a Companhia e cada um dos Beneficiários, mediante aprovação pelo nosso Conselho de Administração.

Os compromissos de indenidade eventualmente assumidos pela Companhia serão realizados em caráter suplementar à apólice de seguro de responsabilidade civil de diretores e administradores contratada por nós. A aprovação e celebração dos acordos de indenidade podem gerar conflitos de interesses entre os membros do Conselho de Administração, que determinam se um evento é passível de indenização, e a Companhia, tendo em vista que tais aprovações de indenização podem não estar alinhadas ao melhor interesse da Companhia. Por fim, caso seja aprovado o pagamento de alguma indenização em favor de um Beneficiário, poderemos sofrer impactos financeiros relevantes. Para mais informações, vide item 7.7 deste Formulário de Referência.

O exercício das opções do nosso plano de opções de ações, conforme descrito no item 8.4 deste Formulário de Referência, pelos respectivos participantes poderá promover a diluição dos demais acionistas da Companhia.

Em 19 de fevereiro de 2021, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia o Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano 1"). As opções vigentes outorgadas aos beneficiários do plano de opção de compra de ações adotado pela Infracommerce Ltd. em 18 de dezembro de 2012, conforme alterado ("2012 Share Plan", respectivamente) foram canceladas e foram substituídas por opções do Plano, que contém termos e condições similares ao 2012 Share Plan, sendo que a quantidade de opções outorgada a cada participante, bem como o preço de exercício e o período de *vesting* originais das opções outorgadas pela Infracommerce Ltd. no âmbito do 2012 Share Plan foram mantidos com relação às novas opções outorgadas nos termos do Plano 1. O número de ações abrangido pelo Plano 1, caso a totalidade das opções outorgadas fossem exercidas, é de 37.576.261 (trinta e sete milhões, quinhentas e setenta e seis mil, duzentas e sessenta e uma).

Ainda, em 28 de abril de 2022, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia ("AGOE") o novo Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano 2", em conjunto com o Plano 1, "Planos"). Nos termos do Plano 2, o número total de ações que poderá ser entregue pela Companhia aos participantes, durante o prazo de vigência do Plano 2, é de 14.081.823 ações de emissão da Companhia. Em adição ao limite acima estabelecido, o Conselho de Administração da Companhia poderá, ainda, outorgar opções que representem uma quantidade de até 1.650.854 ações para determinados participantes, em cumprimento de determinadas obrigações assumidas pela Companhia no âmbito da aquisição da Synapcom. Desta forma, o número máximo de opções a ser outorgado pela Companhia aos participantes no âmbito do Plano 2 é de 15.732.677 ações.

Nos termos dos Planos, o Conselho de Administração possui discricionariedade para determinar os termos de cada contrato, a ser firmado entre a Companhia e cada participante, nos quais serão definidos: (i) os termos e as condições de cada outorga de opções; (ii) o participante; (iii) o número de ações da Companhia que o participante terá direito de subscrever com o exercício da opção; (iv) os prazos (mínimo e máximo) para o exercício da opção; (v) o preço de exercício, (vi) o eventual escalonamento das opções concedidas em lotes sujeitos a prazos mínimos; e (vii) quaisquer restrições às ações recebidas pelo exercício de opções e disposições sobre penalidades eventualmente aplicáveis, observadas as linhas básicas estabelecidas nos Planos. Tal discricionariedade pode gerar situações de

4.1 Descrição dos fatores de risco

conflito de interesses e não ser realizada pelo Conselho de Administração da maneira mais benéfica aos acionistas da Companhia.

Dessa forma, caso ocorra o exercício das opções dos Planos pelos Participantes, nos termos estabelecidos pelo Conselho de Administração, os nossos demais acionistas serão diluídos.

Poderemos ser materialmente e adversamente afetados por falhas nos nossos processos de governança, gestão de riscos e compliance, bem como por violações às Leis Anticorrupção aplicáveis.

Qualquer investigação de má conduta por parte da Companhia e/ou o descumprimento das leis anticorrupção no Brasil e no exterior pode causar danos à sua reputação e submetê-la a multas, rescisão de contratos com clientes, bem como outras penalidades aplicáveis. Nesse sentido, também estamos expostos ao risco de nossas controladas ou coligadas, membros de nossa administração, colaboradores, acionistas ou representantes tomarem medidas que violem leis e regulamentos anticorrupção aplicáveis no Brasil, bem como serem envolvidos em processos, inquéritos, investigações criminais ou medidas de busca e apreensão, dentre outros, relacionados a tais leis e regulamentos anticorrupção, inclusive em virtude de posições ocupadas em outras sociedades, que podem ter um efeito adverso relevante em nossa reputação e perspectivas.

Os mecanismos de prevenção e combate à corrupção, processos de governança, bem como os nossos procedimentos internos atuais podem não ser suficientes para assegurar que todos os nossos administradores, colaboradores, fornecedores, parceiros de negócios e terceiros que agem no nosso interesse e benefícios atuem sempre em estrito cumprimento às leis e regulamentos voltados à prevenção e combate à corrupção que estamos sujeitos, como por exemplo, o Decreto-Lei nº 2.848/1940, a Lei nº 8.137/1990, a Lei nº 8.429/1992 ("Lei de Improbidade Administrativa"), a Lei nº 8.666/1993, a Lei nº 12.846/13 ("Lei Anticorrupção"), o Decreto nº 8.420/2015, o Decreto nº 3.678/2000, o Decreto nº 4.410/2002 e o Decreto nº 5.678/2006, a Lei nº 14.230/2021 (Lei de Improbidade Administrativa), a Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações), o Decreto nº 11.129/2022 (regulamentador da Lei Anticorrupção), assim como outras normas relacionadas.

Adicionalmente, os nossos processos de governança, políticas, gestão de riscos e Compliance podem não ser capazes de (i) detectar violações à Lei Anticorrupção, Lei de Improbidade Administrativa ou a leis similares, (ii) detectar ocorrências de comportamentos fraudulentos e desonestos por parte de nossos administradores, funcionários, pessoas físicas e jurídicas contratadas e outros agentes que possam nos representar, (iii) gerenciar todos os riscos que a nossa política de gerenciamento de riscos identifica atualmente e/ou a previsibilidade na identificação de novos riscos, e (iv) detectar outras ocorrências de comportamentos não condizentes com princípios éticos e morais, que possam afetar material e adversamente a nossa reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais, ou a cotação de mercado de nossas ações ordinárias de forma negativa.

O procedimento de *background check* realizado pela nossa área de *compliance* para contratação de administradores e assessores (no caso dos membros dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração), bem como os nossos controles internos, políticas e manuais podem não ser suficientes para (i) assegurar que todos os membros da administração, funcionários e terceiros que agem em nosso nome e/ou os representantes dos nossos fornecedores atuem em conformidade às leis e regulamentos mencionadas acima; e (ii) detectar ocorrências de demais condutas indevidas e comportamentos fraudulentos não condizentes com princípios éticos e morais por parte de seus administradores, funcionários, pessoas físicas e jurídicas contratadas e outros agentes que possam nos representar. Deste modo, poderemos estar sujeitos a violações de nosso Código de Ética e Conduta, das leis e regulamentos listados acima e legislação correlata, em decorrência da conduta nos negócios e ocorrência de comportamento fraudulento e ilícito por parte de nossos administradores, funcionários e terceiros que atuem em nosso nome ou em nosso benefício.

4.1 Descrição dos fatores de risco

De acordo com a Lei Anticorrupção, as pessoas jurídicas consideradas culpadas por atos de corrupção poderão ficar sujeitas a multas no valor de até 20% do faturamento bruto do exercício anterior ao da instauração do processo administrativo ou, caso não seja possível estimar o faturamento bruto, a multa será estipulada entre R\$6.000,00 e R\$60.000.000,00. Poderemos, ainda, vir a ser solidariamente responsabilizados pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias à legislação e à regulamentação anticorrupção por nossos controladores, sociedades coligadas, controladas, consorciadas, por sociedades por nós adquiridas ou com as quais tenhamos celebrado qualquer contrato de parceria, os quais, nesse caso poderiam afetar material e adversamente a nossa reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais, ou a cotação de mercado de nossas ações de forma negativa.

A existência de quaisquer investigações, inquéritos ou processos de natureza administrativa ou judicial relacionados à violação de qualquer das leis acima referidas, no Brasil ou no exterior, contra nós, nossos administradores, funcionários, parceiros de negócios ou terceiros que atuam em nosso nome pode resultar em: (i) multas e indenizações nas esferas administrativa, civil e penal; (ii) perda de licenças operacionais, com a decorrente responsabilização subsidiária ou solidária da Companhia; (iii) proibição ou suspensão das nossas atividades; e/ou (iv) perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais de quaisquer financiamentos e recursos da administração pública, de modo que, todas essas circunstâncias poderão ocasionar um efeito adverso relevante sobre nós.

Assim, falhas nos nossos processos de governança, políticas, gestão de riscos e compliance podem afetar material e adversamente nossa reputação, negócios, capacidade de contratação com o poder público, condições financeiras e os resultados operacionais, ou a cotação de mercado das nossas ações de forma negativa, bem como podem sujeitar nossos administradores a sanções criminais.

(b) Seus acionistas, em especial os acionistas controladores

Não temos um acionista controlador ou grupo de controle, o que poderá nos deixar suscetíveis a alianças entre acionistas, conflitos entre acionistas e outros eventos decorrentes da ausência de um acionista controlador ou grupo de controle.

Não temos um acionista controlador ou grupo de controle e não há uma prática definida no Brasil de companhia aberta sem acionista identificado como controlador. Estamos sujeitos à formação de alianças ou acordos entre os acionistas, o que poderia ter o mesmo efeito de ter um grupo de controle. Caso um grupo de controle surja e este passe a deter o poder decisório, poderemos sofrer mudanças repentinas e inesperadas das nossas políticas corporativas e estratégias, inclusive através de mecanismos como a substituição dos nossos atuais administradores.

A ausência de um grupo de controle poderá dificultar certos processos de tomada de decisão, pois poderá não ser atingido o quórum mínimo exigido por lei para determinadas deliberações. Qualquer mudança repentina ou inesperada em nossa equipe de administradores, em nossa política empresarial ou direcionamento estratégico, tentativa de aquisição de controle ou qualquer disputa entre acionistas concernentes aos seus respectivos direitos, podem afetar nossos negócios e resultados financeiros e operacionais.

Nossa gestão é fortemente influenciada por nosso acionista fundador, sendo, inclusive, um dos nossos administradores.

Nossa gestão é consideravelmente influenciada por nosso acionista fundador, sendo, inclusive, um dos nossos administradores, que orienta vários aspectos da condução de nossos negócios e mantém relacionamento direto com nossos principais fornecedores. Assim, o falecimento ou afastamento do acionista fundador poderá afetar adversamente nossos negócios e estratégias futuras. Podemos também nos defrontar com questões sucessórias no futuro, o que poderá afetar adversamente nossos resultados operacionais e situação financeira.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Adicionalmente, nosso acionista fundador pode vir a deixar de deter poderes para continuar exercendo a nossa gestão futuramente, ficando a Companhia sujeita a novos arranjos entre acionistas, eventuais mudanças da nossa estratégia, conflitos entre acionistas e incertezas relacionadas a tais questões e a outros assuntos relacionados, o que pode afetar adversamente os nossos negócios.

Podemos enfrentar potenciais conflitos de interesses envolvendo transações com partes relacionadas.

Podemos celebrar transações com partes relacionadas, conforme indicado no item 11 deste Formulário de Referência. Não podemos garantir que nossas políticas de partes relacionadas (descritas no item 11.1 deste Formulário de Referência) sejam plenamente eficazes para assegurar que situações de potencial conflito de interesse serão executadas em estrita observância às boas práticas de governança e/ou normas existentes para dirimir situações de conflito de interesses, incluindo, mas sem se limitar, a observância do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado, em cada transação em que, de um lado, a parte contratante sejamos nós ou sociedade por nós controlada, e, de outro lado, a parte contratada seja uma sociedade que não seja controlada por nós e tenha como acionistas os nossos acionistas ou nossos administradores.

As situações de conflito de interesses com partes relacionadas poderão causar um impacto adverso nos nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valores mobiliários. Adicionalmente, caso celebremos transações com partes relacionadas em caráter não comutativo, trazendo benefícios às partes relacionadas envolvidas, os nossos acionistas minoritários poderão ter seus interesses prejudicados.

(c) Controladas e coligadas

Resultados negativos de sociedades controladas podem afetar negativamente os nossos resultados operacionais.

Somos uma holding não operacional e detemos participação em diversas sociedades operacionais. Dessa forma, a totalidade da nossa receita provém da distribuição de dividendos de nossas controladas. Diante disso, a nossa capacidade de cumprir nossas obrigações financeiras e de pagar dividendos aos nossos acionistas está diretamente relacionada ao fluxo de caixa e lucros de nossas controladas, as quais estão sujeitas, dentre outros, aos mesmos riscos operacionais, societários e regulamentares a que estamos sujeitos, conforme descritos no fator de risco "*Os nossos acionistas podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio*". Ainda, nossos contratos de dívida estabelecem restrições à distribuição de dividendos por determinadas de nossas sociedades operacionais, em especial em caso de inadimplemento de obrigações.

Não há garantia de que o fluxo de caixa e os lucros das nossas controladas serão positivos ou que serão suficientes para o cumprimento das nossas obrigações financeiras e para a deliberação de dividendos aos nossos acionistas, o que pode afetar seu resultado e o valor das nossas ações emitidas.

Além disso, durante a campanha presidencial, o atual governo propôs a revogação da isenção do imposto de renda sobre o pagamento de dividendos, a qual, se promulgada, poderia vir a aumentar as despesas tributárias associadas a qualquer dividendo ou distribuição. Caso essas medidas sejam, de fato, tomadas, a nossa capacidade de pagar e receber, de nossas subsidiárias, futuros dividendos ou distribuições em dinheiro, seria impactada adversamente.

4.1 Descrição dos fatores de risco

(d) Seus administradores

A perda de membros da nossa alta administração ou de nossos acionistas fundadores, assim como de funcionários qualificados, e/ou a incapacidade de atrair e manter diretores e funcionários qualificados podem causar um efeito adverso sobre as nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

O nosso crescimento e desempenho dependem em grande parte de esforços e da capacidade da nossa alta administração e de nossos acionistas fundadores. A perda dos membros da nossa alta administração ou de nossos acionistas fundadores poderá afetar de modo adverso e relevante os nossos negócios e os resultados operacional e financeiro. Além disso, caso venhamos a perder algum desses profissionais-chave, poderemos não conseguir atrair novos profissionais com a mesma qualificação para substituí-los. A eventual saída de tais administradores ou acionistas fundadores poderá impactar os nossos negócios.

Competimos com empresas do nosso setor ou de outros setores por funcionários e investimos recursos significativos para treiná-los, tendo em vista que a performance de nossos funcionários é diretamente influenciada pela adequação dos treinamentos oferecidos por nós. A competição por tais colaboradores altamente qualificados é intensa, e não há garantia de que seremos capazes de atrair, contratar, treinar, reter, motivar ou gerenciar empregados altamente qualificados no futuro, o que poderia provocar um efeito material adverso nos nossos negócios, na situação financeira e nos resultados operacionais.

(e) Seus fornecedores

Podemos ter nossas receitas prejudicadas em razão de atrasos ou problemas na entrega enfrentados por nossas transportadoras parceiras, o que poderá afetar adversamente o nosso negócio.

Operamos com mais de 40 transportadoras parceiras que nos auxiliam em nossas operações logísticas. Não é possível garantir que eventuais atrasos, problemas na entrega ou descumprimentos de prazos, por parte de nossas transportadoras parceiras, não irão ocorrer, tampouco prever os impactos destes atrasos e descumprimentos no desempenho de nossas receitas. Tal dependência poderá ter um efeito adverso para nós na ocorrência de qualquer um dos casos citados acima.

Tais impactos podem, inclusive, advir de situações alheias ao nosso controle ou ao controle das transportadoras parceiras, como por exemplo as recentes greves da Receita Federal, ou inconsistências na rede de distribuição. Além disso, em maio de 2018, por exemplo, houve uma greve de caminhoneiros no Brasil, causada, principalmente, pelo aumento das tarifas de combustível do país, paralisando parte do transporte rodoviário por todo o Brasil.

Não podemos garantir que outras greves ou paralisações não ocorrerão no futuro. Quaisquer greves ou paralisações diversas que envolvam os canais de transporte utilizados por nós, nossos fornecedores e/ou contratados podem afetar adversamente os nossos resultados operacionais e situação financeira.

Somos dependentes de determinados prestadores de serviço terceirizados para nossas operações de logística, o que poderá afetar adversamente o nosso negócio.

Celebramos importantes contratos de prestação de serviços de logística e entrega com prestadores de serviço terceirizados. A incapacidade ou indisposição desses terceiros em prestar os serviços contratados em prazos adequados, conforme as especificações contratuais, poderá causar efeitos adversos relevantes nos nossos resultados operacionais e na nossa capacidade financeira. Eventuais falhas, atrasos ou defeitos na prestação dos serviços pelos prestadores de serviço contratados, podem ter um efeito negativo na nossa imagem e no relacionamento com nossos clientes, podendo impactar negativamente nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Ademais, a rescisão desses contratos de prestação de serviços, ou a incapacidade de renová-los ou de negociar novos contratos com outros prestadores de serviço igualmente qualificados, tempestivamente e com preços similares, poderá causar um efeito adverso relevante a nós.

Não há garantia de que parceiros no marketplace não venham a se utilizar de práticas irregulares.

Considerando que pode haver pulverização e terceirização da cadeia produtiva de nossos clientes e variedade de parceiros que podem vir a se tornar usuários do ambiente de marketplace de nossos clientes, não podemos ter o controle sobre suas operações e eventuais irregularidades que possam apresentar. Não podemos garantir que alguns de clientes e nossos fornecedores de nossos clientes que façam uso de marketplace em nossa plataforma não venham apresentar problemas com questões trabalhistas ou relacionados à sustentabilidade, terceirização e quarteirização da cadeia produtiva e condições de segurança impróprias, atividades criminosas contra o sistema financeiro nacional, sonegação fiscal, ou mesmo que venham a se utilizar de irregularidades para terem um custo mais baixo de seus produtos e, caso uma quantidade significativa de clientes e fornecedores de nossos clientes que façam uso deste ambiente de marketplace o façam, nossa imagem e reputação podem ser prejudicadas e, em consequência, a perda de atratividade junto aos nossos clientes, com impacto direto na redução de nossa receita líquida e resultado operacional, bem como queda no valor de nossas ações. Adicionalmente, podemos estar sujeitos à responsabilização civil ambiental, conforme descrito no fator de risco "*Podemos estar sujeitos à responsabilização civil ambiental em decorrência de descumprimento por parte de clientes e fornecedores de nossos clientes e parceiros de leis e regulamentos relacionados à proteção do meio ambiente, o que poderá afetar adversamente o nosso negócio*".

A utilização de colaboradores terceirizados pode implicar na assunção de obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, o que poderá afetar adversamente a nossa situação financeira e reputacional.

A utilização de mão-de-obra terceirizada por nós pode implicar na assunção de contingências de natureza trabalhista e previdenciária. A assunção de tais contingências é inerente à contratação de terceiros, uma vez que pode ser atribuída à nós, na condição de tomadores de serviços de terceiros, a responsabilidade pelos débitos trabalhistas e previdenciários dos empregados das empresas prestadoras de serviços, quando essas deixarem de cumprir com suas obrigações trabalhistas e previdenciárias. A ocorrência de eventuais contingências é de difícil previsão e quantificação, e se vierem a se consumir, poderão afetar adversamente a nossa situação financeira e resultados, bem como impactar negativamente nossa imagem em caso de eventual aplicação de multa ou pagamento de indenização.

(f) Seus clientes

Parte relevante da nossa receita depende de número limitado de clientes, que representam parcela significativa de nossos negócios.

Os nossos dois maiores clientes representavam, em conjunto, respectivamente, 37% e 37% de nossa receita líquida no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Para mais informações sobre os contratos celebrados com os referidos clientes, incluindo prazos de vencimento, vide item 1.16 deste Formulário de Referência.

Eventual redução na contratação de nossos serviços por tais clientes, por qualquer razão, incluindo dificuldades temporárias ou permanentes em seus negócios ou em suas condições financeiras, pode nos afetar negativamente.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Alguns de nossos contratos comerciais, inclusive com nossos principais clientes, estão sujeitos a término antecipado a critério do cliente. Não podemos garantir que nossos contratos comerciais com quaisquer clientes, inclusive com nossos principais clientes, não serão rescindidos antecipadamente ou que serão renovados segundo condições semelhantes quando expirarem. Caso grande parte de nossos contratos venha a ser rescindida antecipadamente ou não seja renovada, nosso negócio, condições financeiras e resultados operacionais poderão ser afetados negativamente. Além disso, se viermos a perder nossos clientes principais, que representam a maioria de nossos negócios, poderemos ter dificuldade em encontrar outros clientes para substituí-los, de modo que nosso negócio e condição financeira poderão ser impactados.

Adicionalmente, os nossos clientes podem, a qualquer tempo, exercer pressão para que venhamos a reduzir os preços que praticamos. Nossa capacidade de negociar com alguns de nossos clientes pode ser restrita, e reduções de preços podem gerar efeito adverso relevante em nosso negócio, condição financeira e resultados operacionais.

Ainda, poderemos ser responsabilizados solidariamente com os nossos clientes pelos produtos armazenados em nossos centros de distribuição, inclusive em razão de danos ambientais causados, de modo que poderemos ser compelidos a cumprir com todas as demais obrigações legais e regulamentares aplicáveis, bem como sofrer com aplicações de penas pecuniárias, o que poderá afetar adversamente nosso fluxo de caixa, imagem e condição financeira.

Para mais informações sobre os nossos clientes, vide item 1.5 deste Formulário de Referência.

Reduções em gastos com tecnologia da informação podem limitar nossa capacidade de crescer e desenvolver o nosso negócio.

O crescimento de receita e rentabilidade potencial do nosso negócio depende da demanda por nossos produtos e serviços. Condições econômicas ou financeiras desfavoráveis, ou oscilações em quaisquer outros fatores que afetem a renda do consumidor, tais como taxas de juros, inflação, disponibilidade de crédito, níveis de emprego e salários, podem reduzir o seu poder de compra e consequentemente diminuir a demanda por serviços de tecnologia por nossos clientes. Nesses casos, nossos clientes poderão adotar medidas que levarão à alteração de seus hábitos e reduzir o uso de nossos serviços tecnológicos.

Uma vez que somos prestadores de serviços, parte de nossa receita decorre do número de novos clientes. Na medida em que condições econômicas desfavoráveis façam com que potenciais novos clientes mantenham ou reduzam a demanda por nossos serviços, nossa receita futura pode ser afetada adversamente. Historicamente, crises econômicas resultaram em reduções globais nos gastos com tecnologia da informação, bem como a pressão por ciclos de faturamento mais prolongados, como ocorreu durante a recente recessão de 2008. Se as condições econômicas se deteriorarem ou não melhorarem significativamente, os nossos clientes e potenciais clientes podem optar por diminuir o uso de soluções tecnológicas, o que comprometerá a capacidade de manter ou expandir nossos negócios, afetando adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de nossos valores mobiliários.

(g) Setores da economia nos quais o emissor atue

Dependemos do sistema de transportes e infraestrutura das cidades em que estão localizados nossos centros de distribuição para a entrega das mercadorias.

A distribuição de mercadorias parte dos nossos centros de distribuição localizados nos Estados de São Paulo, Espírito Santo, Bahia, Rio de Janeiro, Ceará, Minas Gerais e no Distrito Federal I. O sistema de transporte e infraestrutura no país está em desenvolvimento e necessita de investimentos por parte do governo brasileiro para que possa funcionar de maneira eficiente e atender os nossos negócios. Além disso, qualquer interrupção significativa ou diminuição de utilização na infraestrutura de transportes das cidades em que estão localizados nossos centros de distribuição ou em nossas operações devido a

4.1 Descrição dos fatores de risco

desastres naturais, incêndios, acidentes, falhas sistêmicas ou outras causas imprevistas podem atrasar ou prejudicar nossa capacidade de distribuir mercadorias e ocasionar queda nas vendas, o que poderá impactar negativamente nossos negócios, resultados operacionais e condições financeiras.

(h) Regulação dos setores em que o emissor atue

Estamos sujeitos a penalidades por descumprimento das obrigações previstas no Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014).

Estamos sujeitos a penalidades por descumprimento das obrigações previstas no Marco Civil da Internet ("Lei nº 12.965/2014") na provisão de guarda e disponibilização de acesso a aplicações de internet. A eventual incidência das penalidades previstas na referida lei pode afetar o nosso desempenho econômico e o cumprimento de eventuais acordos comerciais com terceiros, além de gerar outras consequências cuja mensuração é de difícil avaliação dada a ausência de precedentes. A regulamentação da internet e do e-commerce no Brasil está em constante mutação e mudanças desfavoráveis poderão vir a prejudicar os nossos negócios.

Não podemos garantir que não sejamos responsabilizados por reivindicações com base no conteúdo disponibilizados em sites hospedados em nossa plataforma. Não podemos mensurar a forma e o impacto de eventuais decisões judiciais ou outra ação governamental que imponha responsabilidade aos provedores de serviços online pelas atividades de seus usuários e de terceiros.

Adicionalmente, a crescente preocupação com o uso da internet para conduta ilegal, como a disseminação não autorizada de informações de segurança nacional, lavagem de dinheiro ou apoio a atividades terroristas, poderá no futuro produzir legislação ou outra ação governamental que possa exigir alterações em nossos produtos ou serviços, restringir ou impor custos adicionais à condução de nossos negócios ou fazer com que os usuários deixem de utilizar nossos produtos ou serviços. Não monitoramos ou revisamos a adequação dos nomes de domínio que nossos clientes registram ou do conteúdo dos sites de nossos clientes, e não temos controle sobre as atividades nas quais nossos clientes se envolvem. Em qualquer uma das situações acima, caso nos seja atribuída responsabilidade a nós, nossas marcas, reputação, nossa capacidade de expandir nossa base de usuários, nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de nossos valores mobiliários poderão ser adversamente afetados.

A regulamentação da internet no Brasil ainda é recente e relativamente limitada, o que poderá afetar adversamente o nosso negócio.

Estamos sujeitos a regulamentações e leis comerciais gerais, assim como a regulamentações e leis regendo especificamente a Internet, inclusive o Marco Civil da Internet e seu decreto regulamentador, que têm como finalidade estabelecer princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil, bem como estabelecer disposições sobre a responsabilidade do provedor de aplicações de internet, a privacidade dos usuários, padrões de segurança da informação e a neutralidade de rede.

A regulamentação da internet no Brasil ainda é recente e relativamente limitada e, diferentemente dos Estados Unidos e de outros países desenvolvidos, existe pouca jurisprudência em torno das leis que regulam o uso da internet e a jurisprudência existente não tem sido consistente. A incerteza jurídica decorrente das orientações limitadas fornecidas pelas leis em vigor permite que diferentes juízes ou tribunais decidam reivindicações muito semelhantes de maneiras diferentes e estabeleçam jurisprudência contraditória. Essa incerteza jurídica pode resultar em decisões contrárias a nossos interesses, o que pode afetar adversamente nossos negócios.

Estamos sujeitos a alterações na regulamentação do setor de softwares e tecnologia, de modo que, caso venham a surgir novas regras e leis aplicáveis ao setor de softwares e tecnologia, nossos produtos e serviços precisarão ser adequados às novas normas, sendo necessários investimentos adicionais e maiores custos. Além disso, as leis e regulamentos atuais e futuros poderão vir a impedir o crescimento da Internet ou de outros serviços online. Essas regulamentações e leis podem englobar tributação,

4.1 Descrição dos fatores de risco

privacidade do usuário, proteção de dados, precificação, conteúdo, direitos autorais, distribuição, contratos eletrônicos e outras comunicações, proteção ao cliente, prestação de serviços de pagamento online, acesso residencial à Internet em banda larga e características e qualidade de produtos e serviços. Ainda está incerto como as leis existentes que regem questões tais como propriedade, vendas e tributos, difamação e privacidade pessoal se aplicarão à Internet e ao comércio eletrônico. Uma resolução desfavorável com relação a estas questões poderá prejudicar os nossos negócios, ocasionando uma diminuição na demanda por seus produtos e serviços e um aumento nas despesas operacionais.

Estamos sujeitos a penalidades de natureza regulatória e comercial caso sejam constatadas irregularidades nos serviços de gestão de pagamentos por nós oferecidos, o que poderá afetar adversamente o nosso negócio.

As soluções de gestão de pagamento por nós desenvolvidas incluem a disponibilização de plataforma interativa para a gestão de pagamentos, a emissão de instrumentos de cobrança, a análise de crédito de devedores, dentre outras funcionalidades.

Possuímos, ainda, acordos comerciais com parceiros para disponibilizar contas de pagamento e outros serviços de mesma natureza, no âmbito dos quais os parceiros ficam responsáveis pelas atividades que entendemos estar sujeitas à regulamentação do Banco Central do Brasil. Não podemos, todavia, garantir que não estamos ou estaremos sujeitos a referida regulamentação.

A regulamentação brasileira relativa aos serviços financeiros e de pagamento é consideravelmente complexa e possui muitos normativos com vigência recente, sendo que não existem entendimentos consolidados sobre todos os seus dispositivos. Nesse contexto, autoridades competentes ou agentes privados podem ter um entendimento de que o modelo de prestação de serviços por nós estruturado implica na realização de atividades reguladas ou vedadas pela regulamentação, sustentando que nossas atividades são reguladas diretamente ou que a estrutura de parceira implementada não é suficiente para viabilizar as nossas operações sem nos caracterizar como uma instituição financeira, instituição de pagamento e/ou entidade participante do processo de liquidação de transações em arranjo de pagamento, conforme definidas pelas leis e regulamentações aplicáveis. Adicionalmente, podem ser constatadas irregularidades nas atividades exercidas pelos terceiros que nos auxiliam no desenvolvimento dos serviços de gestão de pagamento. Nessas hipóteses, os serviços de gestão de pagamento oferecidos por nós podem sofrer implicações de natureza regulatória ou comercial, podendo resultar na aplicação de multa e/ou indenização, cessação das atividades de gestão de pagamentos, alterações de práticas comerciais e instauração de procedimentos pelo Banco Central do Brasil. O descumprimento, por nós, da regulamentação do Banco Central do Brasil sobre serviços de gestão de pagamentos pode nos sujeitar às penalidades que podem variar de acordo com o caso concreto e incluem, conforme Lei 13.506, de 13 de novembro de 2017: (i) admoestação pública; (ii) multa; (iii) proibição de prestar determinados serviços para as instituições supervisionadas pelo Banco Central do Brasil e para os integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro; (iv) proibição de realizar determinadas atividades ou modalidades de operação; e (v) inabilitação para atuar como administrador e para exercer cargo em órgão previsto em estatuto ou em contrato social de instituições supervisionadas pelo Banco Central do Brasil e integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro. Na ocorrência de qualquer dos fatores acima, nossos negócios poderão ser afetados adversamente.

Os nossos custos para fazer negócios podem aumentar em decorrência de mudanças, ampliações da aplicação ou adoções de novas leis ou regulamentos federais, estaduais ou municipais, o que poderá afetar adversamente o nosso negócio.

Estamos sujeitos a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais que regem vários aspectos do nosso negócio. Nos últimos anos, foram adotadas novas leis e regulamentos e foram ampliadas as aplicações de certas leis e regulamentos existentes pelas agências federais, estaduais e municipais. Essas leis, regulamentos e interpretações relacionadas às nossas atividades podem mudar como resultado de uma variedade de fatores, incluindo eventos políticos, econômicos ou sociais.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Mudanças, ampliações da aplicação ou adoções de novas leis e regulamentos federais, estaduais ou municipais que regulam (i) o salário mínimo ou seus requisitos, (ii) outros direitos trabalhistas, (iii) planos de saúde, (iv) proteção de dados e segurança cibernética, (v) transporte, (vi) logística, (vii) transparência da cadeia de suprimentos, (viii) tributos, (ix) custos de energia, (x) questões ambientais, e (xi) questões de segurança e saúde no espaço de trabalho, dentre outros, podem aumentar os custos de negócios ou impactar nossos resultados operacionais e condições financeiras.

Regulamentações monetárias impostas pelo Governo Federal podem nos afetar adversamente.

Para oferecer suporte à política monetária, o Governo Federal, por intermédio do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central, introduz periodicamente regulamentações com o objetivo de controlar a taxa de inflação, por meio da alteração dos requisitos impostos aos depósitos compulsórios incidentes sobre os empréstimos e depósitos, de regulação do prazo máximo dos financiamentos e imposição de limitações sobre o montante que pode ser financiado, dentre outras ferramentas. Tais controles são utilizados pelo Governo Federal com o objetivo básico de regular a disponibilidade de crédito e para reduzir ou aumentar o consumo. Por vezes, essas regulamentações afetam a capacidade dos clientes em obter crédito. Alguns desses controles possuem caráter permanente e afetam os negócios por longos períodos. Não há nenhuma garantia de que no futuro o Governo Federal não irá adotar novas regulamentações que possam afetar a liquidez, estratégia de financiamento, o crescimento dos empréstimos ou mesmo a nossa lucratividade, bem como a solvência de nossos clientes.

Alterações na legislação tributária, incentivos fiscais, benefícios ou diferentes interpretações da legislação tributária podem afetar adversamente os resultados das nossas operações.

As autoridades tributárias têm frequentemente realizado alterações nos regimes fiscais que podem nos afetar e, em última análise, afetar a demanda dos nossos clientes. Essas medidas incluem mudanças nas alíquotas e na criação de tributos, temporárias ou permanentes, cujos recursos são destinados a fins estabelecidos pelo governo, assim como o cancelamento de benefícios em vigor.

Algumas dessas mudanças podem aumentar a nossa carga tributária, o que pode restringir a nossa capacidade de fazer negócios em nossos mercados atuais e, portanto, afetar de forma adversa e relevante a nossa lucratividade. Não há nenhuma garantia de que conseguiremos manter o seu fluxo de caixa projetado e a lucratividade, após qualquer aumento nos tributos que se aplicam a nós e às nossas operações.

Algumas controladas da Companhia possuem benefícios fiscais ou possuem processos administrativos em andamento solicitando "Regime Especial". Não podemos garantir que esses benefícios serão obtidos, mantidos ou renovados. Ademais, dado o atual ambiente político e econômico no Brasil, não há como garantir que benefícios fiscais recebidos não serão contestados judicialmente como inconstitucionais. Adicionalmente, determinadas leis tributárias podem estar sujeitas à interpretação controversa por parte das autoridades tributárias. Caso as autoridades tributárias venham a interpretar as leis tributárias de maneira que seja inconsistente com as nossas interpretações, poderemos ser afetados de forma adversa relevante.

Para outras informações, vide fator de risco "Os nossos acionistas podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio" acima.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Aumento nas despesas de pessoal devido às novas exigências regulatórias ou às negociações trabalhistas desfavoráveis podem nos afetar adversamente.

O cumprimento de novas legislações, regulamentações das autoridades competentes ou negociações trabalhistas desfavoráveis podem acarretar aumentos das nossas despesas operacionais, tais como (i) incrementos salariais, (ii) aumento do número de funcionários nos centros de distribuição e no centro administrativo, (iii) aumento de outras despesas, e (iv) manuseio e controles nos nossos centros de distribuição.

Não podemos garantir que estes possíveis custos adicionais não sejam repassados aos valores que praticamos. Caso tais repasses não ocorram, estes aumentos de custos podem impactar a nossa rentabilidade e a afetar adversamente.

(i) Países estrangeiros onde o emissor atue

Nosso negócio pode ser impactado de forma relevante e adversa por desenvolvimentos desfavoráveis e riscos econômicos, políticos, sociais e outros nos países em que operamos.

Podemos ser afetados de forma relevante e adversa por desenvolvimentos econômicos desfavoráveis em qualquer país onde temos operações. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 e no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, 34,2% e 20,3% da receita líquida da América Latina, exceto Brasil, foi proveniente de clientes sediados no exterior, por meio de nossas subsidiárias, respectivamente. Uma deterioração significativa das condições econômicas em qualquer um de nossos mercados importantes, incluindo desacelerações ou recessões econômicas, pressões inflacionárias e/ou interrupções nos mercados de crédito e de capitais, pode levar à diminuição da confiança dos gastos dos consumidores em geral, reduzindo assim a demanda por nossos serviços. Condições econômicas desfavoráveis também podem impactar negativamente nossos clientes, fornecedores e contrapartes financeiras, que podem enfrentar problemas de fluxo de caixa, aumento de inadimplência ou outros problemas financeiros. Além disso, a volatilidade nos mercados de crédito e de capitais causada por desenvolvimentos econômicos desfavoráveis e incertezas pode resultar em uma redução na disponibilidade ou um aumento no custo de nosso financiamento. Nosso negócio também pode ser afetado por outros desenvolvimentos econômicos, como flutuações nas taxas de câmbio, imposição de quaisquer restrições de importação, investimento ou cambiais, incluindo tarifas e cotas de importação, ou quaisquer restrições ao repatriamento de ganhos e de capital. Qualquer um desses desenvolvimentos pode ter um efeito adverso relevante sobre nosso negócio e resultados financeiros.

Nossas operações também estão sujeitas a uma variedade de outros riscos e incertezas relacionados às suas operações globais, incluindo desenvolvimentos políticos, sociais ou outros desenvolvimentos adversos. Distúrbios ou incertezas políticas e/ou sociais, possíveis problemas de saúde, desastres naturais, surtos de doenças ou pandemias, violência politicamente motivada e ameaças e/ou ações terroristas também podem ocorrer em países onde operamos. Qualquer um desses desenvolvimentos pode ter um efeito adverso relevante sobre nosso negócio, condição e desempenho financeiros.

Temos receita líquida relevante advinda de nossas operações na Argentina (15,9% de nossa receita líquida, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023) e em outros países sul-americanos. A situação financeira e os resultados de nossas operações podem ser afetados negativamente pela instabilidade política, flutuações na economia e medidas governamentais relacionadas à economia da Argentina e dos demais países em que nossas subsidiárias operam e, conseqüentemente, afetar os nossos resultados consolidados. Os nossos resultados na Argentina podem vir a ser futuramente impactados pela instabilidade política, flutuações na economia, atos governamentais referentes à economia, inflação e condições macroeconômicas em deterioração no país, além da recente eleição presidencial. A contínua deterioração da economia argentina, o novo regime de câmbio, controle de preço, repatriação de exportação ou expropriação podem vir a prejudicar futuramente a nossa liquidez e capacidade de acessar recursos em tal país, além de nossa condição financeira e resultados operacionais.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Muitos dos riscos acima são agravados ou ocorrem com mais frequência em mercados emergentes, como na América Latina. Em geral, os mercados emergentes também estão expostos a riscos relativamente mais altos de restrições de liquidez, inflação, desvalorização, volatilidade de preços, conversão cambial, corrupção, crimes e falta de aplicação da lei, expropriação de ativos e inadimplência soberana, além de riscos e incertezas legais e regulatórios adicionais. Desenvolvimentos em mercados emergentes podem afetar nossa capacidade de importar ou exportar produtos e serviços e repatriar fundos, bem como impactar os níveis de demanda do consumidor e, portanto, nossos níveis de lucratividade. Qualquer um desses fatores pode nos afetar de maneira desproporcional ou diferente de nossos concorrentes, dependendo de nossa exposição específica a qualquer mercado emergente em particular, e pode ter um efeito adverso relevante sobre nossos negócios e resultados financeiros.

Nossa atuação nos mercados estrangeiros está sujeita à competitividade local, restrições de remessas de recursos e conflitos advindos de controle compartilhado, o que pode nos afetar adversamente.

Em 2016, constituímos uma subsidiária no México. No início de 2018, inauguramos nossas operações na Colômbia e Argentina, incluindo vendas no Chile. Em janeiro de 2021, oficializamos a compra do controle da empresa New Retail que possui as participações nas empresas da Argentina e Colômbia e, em 01 de abril de 2022, adquirimos, por meio de nossa subsidiária New Retail, 60% (sessenta por cento) adicionais das ações representativas do capital da Brandlive Colombia S.A., na qual já tínhamos participação indireta de 40% (quarenta por cento), passando, então, a deter 100% (cem por cento) de participação. Adicionalmente, em 2023, adquirimos 100% (cem por cento) as ações representativas do capital social da Ecomsur Holding SpA. Em função da natureza da operação, os principais riscos aos quais estamos sujeitos envolvem a administração compartilhada entre a Companhia e a seus sócios em tais sociedades e a exploração de novos mercados. Dessa forma, os futuros resultados das operações em mercados estrangeiros poderão ser adversamente afetados por eventuais conflitos entre os sócios, dificuldades logísticas e aceitação dos nossos serviços pelos clientes locais.

Adicionalmente, poderão ocorrer eventuais restrições a remessas de divisas ao exterior, incluindo dividendos, bem como dificuldades e penalidades relacionadas ao cumprimento de leis e regulamentações de governos estrangeiros.

Também podemos enfrentar dificuldades relacionadas a condições competitivas adversas, ambiente legal e regulatório diverso, instabilidade política e econômica, bem como riscos cambiais similares aos existentes na operação brasileira em função do descasamento entre moedas.

Não há como assegurar que tais operações manterão a competitividade perante a concorrência local, considerando a expectativa de aumento da disputa por participação de mercado com empresas multinacionais, o que poderá reduzir materialmente o nosso faturamento nos referidos mercados estrangeiros.

As nossas operações fora do Brasil nos expõem a riscos adicionais que podem nos afetar adversa e materialmente.

Operamos em mercados fora do Brasil, quais sejam, no México, Argentina, Colômbia, Chile, Peru, Equador, Uruguai e Panamá.

Operar em diferentes regiões e países pode nos expor a riscos políticos, econômicos e a diversos requisitos regulamentares estrangeiros que estão sujeitos a mudanças, cabendo destacar:

- flutuações no valor da moeda e taxas de câmbio da moeda estrangeira, agravado, inclusive, pelo fato de que não realizamos operações de hedge;
- regulamentos de controle de câmbio;
- diretrizes de preços governamentais;

4.1 Descrição dos fatores de risco

- recessão econômica em países estrangeiros ou regiões geográficas onde mantemos operações significativas;
- tensões econômicas entre governos e mudanças no comércio internacional e políticas de investimento, incluindo a imposição de restrições à repatriação de dividendos;
- aumento de taxa alfandegária e estabelecimento de barreiras ao livre comércio;
- regulamentos estrangeiros que restrinjam nossa capacidade de venda de produtos e serviços nesses países;
- diferenciação de preferências locais e requisitos de produtos;
- consequências de mudanças na legislação tributária, cambial e ambiental; e
- instabilidade política e econômica, desastres naturais, guerras e terrorismo.

Além disso, mudanças nas taxas de câmbio podem afetar o nosso lucro líquido, o valor contábil de nossos ativos fora do Brasil, impactando adversamente nossos negócios e o patrimônio de nossos acionistas. Os efeitos desses e de outros riscos semelhantes poderão, isoladamente ou em conjunto, afetar o nosso negócio, condição financeira e os resultados operacionais de maneira adversa e relevante.

Alterações na legislação tributária de países em que atuamos podem nos afetar adversamente.

As autoridades legisladoras e fiscais nas jurisdições tributárias nas quais operamos regularmente promovem reformas nos regimes tributários e em outros regimes de incidência de impostos aos quais nós e nossos clientes estamos sujeitos. Essas reformas incluem mudanças nas alíquotas de imposto e, eventualmente, edição de impostos temporários, cujos rendimentos podem ser alocados especificamente para propósitos governamentais designados. Além disso, a interpretação das leis tributárias pelos tribunais e autoridades tributárias está em constante evolução. Os efeitos dessas mudanças e de quaisquer outras alterações que resultarem da promulgação de reformas tributárias adicionais ou alterações na maneira como as leis tributárias atuais são aplicadas não podem ser quantificados, e não há garantias de que essas reformas ou mudanças não terão um efeito adverso nos nossos negócios.

Por exemplo, os governos latino-americanos geralmente aumentam os impostos ou alteram a legislação tributária em resposta a crises macroeconômicas ou a outros desenvolvimentos que afetam suas respectivas jurisdições. No Brasil, particularmente, o sistema tributário é altamente complexo, e a interpretação das leis e regulamentos tributários é comumente controversa.

O governo brasileiro tem frequentemente implementado e discutido diversas alterações nos regimes fiscais que podem afetar as empresas e seus clientes, inclusive como resultado da execução ou alteração de tratados fiscais. Essas alterações incluem mudanças nas alíquotas vigentes e/ou criação de tributos, temporários ou definitivos, cujos recursos são destinados a fins estabelecidos pelo governo, assim como o cancelamento de benefícios em vigor. Algumas dessas mudanças podem resultar em aumentos da carga tributária da Companhia, o que poderia afetar adversamente a lucratividade e os preços dos produtos da Companhia, bem como restringir a sua capacidade de fazer negócios nos mercados existentes.

As mudanças na legislação tributária brasileira são frequentes e aumentam durante períodos de instabilidade econômica. Atualmente, há diferentes projetos de lei em discussão no Congresso Nacional, que procuram implementar reformas tributárias, incluindo propostas para modificar o sistema de tributação do consumo em sua totalidade. Recentemente, o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) nº 45/2019 foi aprovado pela Câmara dos Deputados, e em breve será votada pelo Senado Federal.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Referida PEC prevê a substituição de cinco tributos hoje no Brasil: PIS, COFINS e IPI – tributos federais; ICMS – estadual e ISS – municipal. Esses tributos serão substituídos por dois impostos sobre o valor adicionado (IVA). O ICMS e o ISS serão incorporados no Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Os estados e municípios serão responsáveis pela gestão do tributo. Já a União ficará encarregada da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). O tributo unificará o Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Ademais, referida proposta indica que serão criados regimes especiais de tributação (redução de 50% da alíquota do IBS) para os “serviços de educação, saúde e atividades artísticas e culturais nacionais”, descartando a possibilidade de um regime específico para as entidades, de maneira geral. Reformas tributárias ou qualquer mudança nas leis e regulamentos que afetem os impostos ou incentivos fiscais podem direta ou indiretamente afetar adversamente os negócios e resultados operacionais da Companhia.

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento dos Temas 881 e 885, fixando o entendimento no sentido de o contribuinte que obteve uma decisão judicial favorável com trânsito em julgado permitindo o não pagamento de um tributo perde automaticamente o seu direito diante de um novo entendimento do STF que considera a cobrança constitucional. Nesse sentido, a cessação de efeitos da coisa julgada é automática diante de uma nova decisão do STF (em repercussão geral), não sendo necessário que o Estado ajuíze ação revisional ou rescisória. Considerando que não houve modulação dos efeitos, existe o risco de o Fisco exigir, sem a necessidade de ações rescisórias, eventuais tributos não recolhidos aos cofres públicos ao longo dos últimos anos e que tinham respaldo em decisões judiciais transitadas em julgado, fator que poderá gerar um efeito econômico adverso relevante para a Companhia.

Ainda, em razão da complexidade da interpretação da legislação tributária brasileira, dado a multiplicidade de normas existentes, existe a possibilidade de as autoridades fiscais adotarem interpretação distinta da adotada pela Companhia na realização de suas operações, podendo acarretar em efeitos adversos à Companhia.

(j) Questões sociais

Estamos sujeitos a obrigações relativas ao respeito aos direitos humanos de todos os stakeholders, que podem fazer com que incorramos em custos adicionais, bem como em contingências significativas referentes a questões sociais, podendo afetar adversamente o nosso negócio.

De forma geral, os riscos sociais decorrem dos potenciais e efetivos impactos adversos das nossas atividades empresariais nos direitos humanos de todos os *stakeholders* envolvidos em nossa operação, incluindo seus próprios funcionários, consumidores, fornecedores, investidores e comunidade local onde atuamos, sendo estes conectados direta ou indiretamente às suas atividades.

É preciso garantir condições dignas de trabalho aos nossos empregados, zelando por sua saúde, segurança e bem-estar e assegurando seu direito de associação e participação em entidades sindicais, em conformidade com leis e regulamentos locais, respeitando os direitos humanos. Um local de trabalho identificado como perigosos, hostil ou discriminatório pode resultar em contingências legais e inibir a nossa capacidade de atrair e reter talentos, negociar junto a entidades associativas e sindicais, prevenir incidentes de saúde e segurança do trabalho, e impulsionar a inovação.

No mesmo sentido, se não tomarmos iniciativas bem estruturadas e integradas ao planejamento de longo prazo para fomentar a diversidade, equidade e inclusão, tanto no nosso quadro de funcionários quanto na composição dos órgãos estatutários e da liderança, poderemos sofrer questionamentos, inclusive em sede judicial, acerca da ausência de metas claras e ações efetivas nesse âmbito.

Não há nenhuma garantia de que conseguiremos realizar o gerenciamento adequado dos riscos sociais acima apontados atendendo a todos os parâmetros e diretrizes nacionais e internacionais o que, conseqüentemente, pode eventualmente prejudicar os nossos resultados operacionais e a nossa reputação.

4.1 Descrição dos fatores de risco

(k) Questões ambientais

Estamos sujeitos às leis e regulamentos ambientais e descumprimentos a tais normas pode afetar adversamente a nossa reputação e posição financeira.

Estamos sujeitos a uma ampla legislação federal, estadual e municipal relacionada à preservação e proteção do meio ambiente. Entre outras obrigações, essa legislação estabelece exigências de licenças ambientais e padrões para o descarte de efluentes, emissões atmosféricas, gestão de resíduos sólidos, parâmetros de emissões de ruídos, utilização de recursos hídricos, bem como exigências e vedações relacionadas a áreas especialmente protegidas e com valor histórico e/ou cultural. Quaisquer violações da legislação e regulamentação ambiental poderão nos expor a sanções administrativas e criminais, além da obrigação de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros na esfera cível. Podemos, inclusive, ser responsabilizados solidariamente com nossos clientes pelos produtos armazenados em nossos centros de distribuição e danos ambientais por eles causados, de modo que poderemos ser imputados a cumprir com todas as demais obrigações legais e regulamentares ambientais aplicáveis, bem como sofrer com aplicações de penas pecuniárias, o que poderá afetar adversamente nosso fluxo de caixa, nossa imagem e nossos investimentos.

Além disso, não podemos garantir que essa legislação e regulamentação não se tornarão ainda mais rígidas, exigindo que nós venhamos a aumentar de forma significativa nossos investimentos a fim de cumprir com a legislação e regulamentação ambiental. Investimentos ambientais imprevistos poderão reduzir os recursos disponíveis para outros investimentos e afetar adversamente nossos resultados de forma significativa.

As operações dos nossos centros de distribuição e galpões logísticos poderão sofrer suspensão ou interrupção de atividades em decorrência de questões ambientais, o que poderá afetar adversamente o nosso negócio.

Dependemos de centros de distribuição e galpões logísticos para a realização de nossas operações. Uma parte substancial dos produtos que são vendidos pelos nossos clientes, é distribuída e comercializada por meio desses locais. Se as operações dos centros de distribuição e galpões logísticos forem suspensas ou interrompidas devido a questões ambientais ou qualquer outro motivo, nossa capacidade de distribuir e comercializar produtos pode ser afetada de maneira adversa.

Adicionalmente, os nossos centros de distribuição e galpões logísticos podem estar sujeitos a licenças, registros, outorgas e autorizações para a regularidade ambiental de suas operações. Nesse sentido, o cancelamento, a não obtenção ou a não renovação tempestiva dessas licenças, registros, outorgas e autorizações, quando aplicáveis, poderá implicar na suspensão (total ou parcial) ou embargo das atividades, o que poderá afetar adversamente os nossos resultados operacionais, financeiros e imagem.

Preocupações crescentes com as alterações climáticas podem levar à exigência de medidas regulatórias adicionais, que podem resultar em um aumento de custos para cumprimento destas regulações.

Regulamentações ambientais mais restritivas podem resultar na imposição de custos associados às emissões de Gases de Efeito Estufa ("GEE"), seja através de exigências por parte dos órgãos ambientais, seja por meio de outras medidas de natureza regulatória e ambiental. Devido à preocupação quanto ao risco das alterações climáticas, uma série de países, incluindo o Brasil, adotou ou está considerando adotar marcos regulatórios que, entre outras regras, visam a reduzir a emissão de GEE. Regulamentações sobre GEE poderão aumentar os nossos custos para estar em conformidade com a legislação ambiental. Tal situação poderá afetar os nossos resultados operacionais e financeiros.

4.1 Descrição dos fatores de risco

As leis e regulamentos ambientais e de saúde e segurança do trabalho podem exigir dispêndios maiores que aqueles em que atualmente em curso para seu cumprimento e o descumprimento dessas leis e regulamentos pode resultar em penalidades civis, criminais e administrativas, podendo afetar adversamente o nosso negócio.

As nossas atividades podem estar sujeitas a determinadas regulamentações ambientais relativas à proteção da saúde e segurança do trabalho e do meio ambiente. Eventual descumprimento desses regulamentos, bem como a ausência de licenças e autorizações, quando obrigatórias, podem resultar na aplicação de penalidades civis, criminais e administrativas, tais como imposição de multas administrativas que podem alcançar valores de até R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) no caso de operação de atividades sem licenças, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes (nos termos do artigo 66 do Decreto Federal nº 6.514/2008), cancelamento de licenças e revogação de autorizações, além da publicidade negativa (impacto reputacional) e responsabilidade civil pela reparação de eventuais danos ambientais.

Devido à possibilidade de regulamentos ou outros eventos não previstos, especialmente considerando que as leis ambientais podem se tornar mais rigorosas no Brasil, o montante e prazo necessários para futuros gastos para manutenção da conformidade com os regulamentos pode aumentar e afetar de forma adversa a disponibilidade de recursos para dispêndios de capital e para outros fins. Para o cumprimento de novas regras ambientais, poderá ser necessário dispêndio não programado em investimentos para adequação a tais regras, o que, conseqüentemente, pode impactar nos nossos negócios, resultados operacionais e condições financeiras.

Podemos estar sujeitos à responsabilização civil ambiental em decorrência de descumprimento por parte de clientes e fornecedores de nossos clientes e parceiros de leis e regulamentos relacionados à proteção do meio ambiente, o que poderá afetar adversamente o nosso negócio.

Na esfera ambiental, a responsabilidade civil é objetiva e solidária de modo que a obrigação de reparar a degradação causada poderá afetar a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a ocorrência do dano ambiental, independentemente da comprovação de culpa dos agentes e sem limite de valores, sendo que a responsabilidade civil ambiental não está sujeita a prazo prescricional, conforme posicionamento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal.

Portanto, poderemos ser responsabilizados a reparar eventuais danos ao meio ambiente ou à saúde pública causados por práticas irregulares no âmbito da legislação e regulamentação relacionados à proteção do meio ambiente realizadas por fornecedores ou terceiros contratados, tais como o descarte de resíduos sólidos ou a supressão de vegetação.

Adicionalmente, devemos elaborar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos ("PGRS") para os estabelecimentos que gerem resíduos, o qual deve constar os procedimentos de gestão (coleta, transporte e descarte) desses resíduos e os agentes que realizam tais atividades (empresas terceirizadas, clientes, fornecedores etc.). A não elaboração do PGRS e/ou o gerenciamento em descumprimento das leis e do próprio PGRS poderá nos sujeitar à responsabilização civil ambiental para reparar eventuais danos ambientais causados pelos agentes responsáveis pelo cumprimento dessas normas, bem como à responsabilidade criminal e administrativa, cuja aplicação da penalidade de multa pode variar de R\$5 mil até R\$50 milhões. Para mais informações, vide item 1.6 deste Formulário de Referência.

Caso tais eventos venham a ocorrer, poderão afetar adversamente a nossa situação financeira e resultados, bem como impactar negativamente nossa imagem e reputação em caso de eventual responsabilização.

4.1 Descrição dos fatores de risco

(l) Questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

Mudanças climáticas, ou medidas legais, regulamentares ou de mercado para enfrentar as mudanças climáticas, podem afetar negativamente os nossos negócios ou operações.

Há uma preocupação crescente sobre os impactos adversos causados pelas emissões de dióxido de carbono e de outros gases de efeito estufa na atmosfera como o aumento das temperaturas globais, mudança dos padrões de tempo e a maior frequência e gravidade dos climas extremos e desastres naturais. As expectativas públicas para redução das emissões de gases de efeito estufa poderão resultar em aumento do custo da energia, transporte e matérias-primas e podem exigir que façamos investimentos adicionais em instalações e equipamentos devido ao aumento das pressões regulatórias e/ou sociais. Como resultado, os efeitos das mudanças climáticas poderiam causar impactos materiais adversos de longo prazo nos nossos negócios e resultados operacionais.

(m) Outras questões não compreendidas nos itens anteriores

Surtos de doenças transmissíveis em escala global têm acarretado medidas diversas cujos efeitos podem levar a maior volatilidade no mercado de capitais global e à potencial desaceleração do crescimento da economia brasileira.

Surtos ou potenciais surtos de doenças (a exemplo da COVID-19) podem ter um efeito adverso no mercado de capitais global (incluindo o mercado de capitais em que nossas ações são negociadas), na economia global (incluindo a economia brasileira) e na cotação das ações de nossa emissão. Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como zika vírus, vírus ebola, vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), a febre aftosa, vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), a síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS) afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram.

Autoridades públicas e agentes privados em diversos países do mundo adotaram e podem vir a adotar uma série de medidas voltadas à contenção do surto, que podem incluir, restrições à circulação de bens e pessoas, incluindo quarentena e *lockdown*, cancelamento ou adiamento de eventos públicos, suspensão de operações comerciais, fechamento de estabelecimentos abertos ao público, entre outras medidas mais ou menos severas.

Ainda, cabe destacar que qualquer surto de doença pode vir a ter um impacto adverso relevante nos mercados, principalmente no mercado acionário. Por conseguinte, a adoção das medidas descritas acima aliadas às incertezas provocadas por pandemias, podem provocar um impacto adverso na economia e no mercado de capitais global, inclusive no Brasil. Durante a pandemia da COVID-19, por exemplo, houve seis paralisações (*circuit-breakers*) das negociações na B3. A cotação da maioria dos ativos negociados na B3 foi adversamente afetada em razão da pandemia da COVID-19. Impactos semelhantes aos descritos acima podem voltar a ocorrer, provocando a oscilação dos ativos negociados na B3.

Nesse sentido, qualquer surto de uma doença que afete o comportamento das pessoas pode ter um impacto adverso relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia brasileira, nos resultados da Companhia e nos valores mobiliários de sua emissão. Conforme observado durante a pandemia da COVID-19, a queda na atividade econômica ocasionada pela redução da mobilidade resultou também em menor demanda por energia elétrica, resultando em queda dos preços dos contratos. Desta forma, surtos de doenças também podem resultar em quarentena do nosso pessoal ou na incapacidade de acessar suas instalações, o que prejudicaria a reputação, os nossos resultados financeiros e o preço dos valores mobiliários de nossa emissão.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O desenvolvimento e a percepção de risco em outros países, particularmente em países de economia emergente e nos Estados Unidos, China e União Europeia podem afetar adversamente a economia brasileira, os nossos negócios e o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive das nossas ações.

O valor de mercado dos valores mobiliários das companhias brasileiras pode ser influenciado, em diferentes medidas, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive dos Estados Unidos, China e União Europeia, de países da América Latina e de economia emergente. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode, diante da perspectiva envolvendo os contornos do evento, causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros, em especial, aqueles negociados em bolsa de valores. Potenciais crises nos Estados Unidos, China e União Europeia, ou nos países de economia emergente podem, dependendo da dimensão de seus efeitos, reduzir, em certa medida, o interesse dos investidores nos valores mobiliários dos emissores brasileiros, inclusive os valores mobiliários de nossa emissão. Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por determinadas flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Isso poderia prejudicar o preço das nossas ações, além de dificultar ou impedir totalmente seu acesso ao mercado de capitais e ao financiamento de nossas operações no futuro em termos aceitáveis, ou sob quaisquer condições.

Não podemos assegurar que o novo governo implementará políticas destinadas a promover a estabilidade macroeconômica, a disciplina orçamental e os investimentos nacionais e estrangeiros, o que pode ter um efeito adverso relevante no mercado financeiro e no mercado de valores mobiliários no Brasil, bem como nas empresas brasileiras, incluindo a Companhia, e nos valores mobiliários de titularidade de emissores brasileiros.

Crises em outros países de economia emergente podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive os nossos valores mobiliários, o que poderá prejudicar o preço de mercado das nossas ações. Ademais, a instabilidade ou volatilidade dos mercados financeiros globais pode aumentar ainda mais os efeitos negativos sobre o ambiente financeiro e econômico do Brasil, o que pode ter efeito negativo relevante sobre nós.

Além disso, fatores relacionados à geopolítica internacional como, por exemplo, a escalada das tensões decorrentes do início do conflito militar entre a Rússia e a Ucrânia e do recente ataque do Hamas a Israel a partir da Faixa de Gaza, podem afetar adversamente a economia brasileira e, por consequência, o mercado de capitais. O conflito envolvendo a Federação Russa e a Ucrânia traz como risco uma nova alta nos preços dos combustíveis e do gás; ocorrendo simultaneamente à possível valorização do dólar, esses aumentos causariam ainda mais pressão inflacionária e poderiam dificultar a retomada econômica brasileira. Adicionalmente, o conflito impacta o fornecimento global de commodities agrícolas, de modo que, havendo reajuste para cima do preço dos grãos devido à alta procura, a demanda pela produção brasileira aumentaria, tendo em vista a alta capacidade de produção e a consequente possibilidade de negociar por valores mais competitivos; dessa forma, aumentam-se as taxas de exportação e elevam-se os preços internos, o que gera ainda mais pressão inflacionária. Por fim, importante mencionar que parcela significativa do agronegócio brasileiro é altamente dependente de fertilizantes importados da Federação Russa, bem como de dois de seus aliados (República da Bielorrússia e República Popular da China); dessa forma, a mudança na política de exportação desses produtos poderá impactar negativamente a economia e, por consequência, o mercado de capitais. Frise-se que, diante da invasão perpetrada no dia 24 de fevereiro de 2022, afloram-se as animosidades não apenas entre os países diretamente envolvidos, mas em muitas outras nações indiretamente interessadas na questão, trazendo um cenário de altíssima incerteza para a economia global.

Ainda, em 7 de outubro de 2023, militantes do Hamas e membros de outras organizações terroristas infiltraram-se na fronteira sul de Israel a partir da Faixa de Gaza e conduziram uma série de ataques terroristas contra alvos civis e militares, além de lançarem extensos ataques com foguetes contra a população israelita e centros industriais localizados ao longo da fronteira israelita com a Faixa de Gaza. Pouco depois do ataque, o gabinete de segurança de Israel declarou guerra ao Hamas. A intensidade

4.1 Descrição dos fatores de risco

e a duração da atual guerra de Israel contra o Hamas são difíceis de prever, assim como o são as implicações econômicas dessa guerra nos nossos negócios e operações e na instabilidade geopolítica global.

Estes desenvolvimentos, bem como potenciais crises e formas de instabilidade política daí decorrentes ou qualquer outro desenvolvimento imprevisto, podem nos afetar negativamente e o valor de mercado das nossas ações.

Por fim, essas tensões podem gerar uma instabilidade política e econômica ao redor do mundo, impactando o mercado e diretamente, o mercado de ações.

Potenciais oscilações das taxas de juros poderão provocar efeito prejudicial nos nossos negócios e nos preços de mercado das nossas ações.

Oscilações do cenário prospectivo para as principais taxas de juros tanto da economia brasileira quanto das principais taxas de referência dos mercados desenvolvidos, podem impactar o nosso resultado financeiro líquido. O impacto direto de alta de juros se dá na parcela da carteira de investimentos prefixada, impactando negativamente a marcação à mercado destes ativos sensíveis a variação das taxas de juros. Analogamente, reduções expressivas das taxas de juros eventualmente podem impactar o resultado financeiro líquido, vide menor rentabilidade da parcela indexada às taxas flutuantes como CDI e SELIC, podendo em casos de grandes oscilações nas taxas de juros refletir nos preços de mercado das ações de sua emissão.

Para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 e para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, o índice das taxas acumuladas do CDI foi 12,65%, 12,39%, 4,39% e 2,75%, respectivamente. Oscilações nas principais taxas de juros da economia brasileira podem ter os seguintes efeitos, diretos ou indiretos (i) impacto na demanda por nossos produtos, inclusive em virtude do aumento de taxas de juros de crédito ao consumidor, (ii) mudanças nos termos comerciais com fornecedores e prestadores de serviços, e (iii) impacto na nossa capacidade de obter empréstimos, entre outros. Estes efeitos podem causar tanto uma queda nas vendas como a diminuição da nossa rentabilidade, e assim, podem impactar adversamente os nossos negócios, resultados operacionais e condições financeiras.

Adicionalmente, qualquer mudança material nos mercados financeiros globais ou na economia brasileira pode diminuir o interesse de investidores em ativos brasileiros, incluindo as ações de nossa emissão, o que pode afetar adversamente a cotação dos mencionados ativos, além de poder dificultar o nosso acesso ao mercado de capitais e financiamento de operações no futuro e em termos aceitáveis.

Possíveis eventos de instabilidade na taxa de câmbio poderão nos afetar de forma adversa.

Como resultado de pressões inflacionárias, a moeda brasileira, em algumas oportunidades, tem sido desvalorizada em relação ao dólar norte-americano e a outras moedas estrangeiras. A desvalorização do real frente a moedas estrangeiras importantes, incluindo o dólar norte-americano, poderá criar pressão inflacionária adicional no Brasil, fazendo com que o BACEN eventualmente entenda necessário aumentar a taxa de juros na tentativa de estabilizar a economia. Estas medidas, poderão afetar, conforme o contexto, o crescimento da economia brasileira como um todo e, de alguma maneira, poderão prejudicar as nossas condições financeiras e resultados operacionais. A desvalorização do real também pode, dentro de um contexto de desaceleração da economia, levar a uma diminuição do consumo, pressões deflacionárias e redução no crescimento da economia brasileira como um todo.

Da mesma forma, a valorização do real em relação ao dólar norte-americano e outras moedas estrangeiras poderia levar, conforme o caso, a uma deterioração das contas correntes brasileiras em moeda estrangeira, bem como reduzir o crescimento das exportações, afetando os nossos clientes que dependem de segmentos exportadores, o que poderá ter um efeito adverso a nós.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A desvalorização de longo prazo do real encontra-se geralmente relacionada à taxa de inflação no Brasil, assim como a desvalorização do real em períodos mais curtos resultou em flutuações significativas na taxa de câmbio entre a moeda brasileira, o dólar dos Estados Unidos e outras moedas. Em 2008, por exemplo, devido à crise financeira global, o real desvalorizou-se frente ao dólar norte-americano. Em 2009 e 2010, o real valorizou-se em relação ao dólar norte-americano. Em 2017, o real passou de R\$3,122 por dólar norte-americano no início do ano para uma taxa de R\$3,3125 por dólar no final de 2017. Em 2018, o real passou de R\$3,3063 por dólar norte-americano no início do ano para uma taxa de R\$3,8764 por dólar no final de 2018. Em 2019, o real passou de R\$3,9205 por dólar norte-americano no início do ano para uma taxa de R\$4,031 por dólar no final de 2019. Em 2020, o real passou de R\$4,0195 por dólar norte-americano no início do ano para uma taxa de R\$5,1940 por dólar no final de 2020. Em 2021, o real passou de R\$5,2972 por dólar norte-americano no início do ano para uma taxa de R\$5,5713 por dólar no final de 2021. Em 2022, o real passou de R\$5,6303 por dólar norte-americano no início do ano para uma taxa de R\$5,2171 por dólar no final de 2022. Ainda, o real passou de R\$5,23 por dólar norte-americano no início do ano de 2023 para uma taxa de R\$4,77 por dólar em 30 de setembro de 2023.

Não podemos garantir que o real não sofra qualquer apreciação ou depreciação em relação ao dólar norte-americano. A depreciação do real em relação ao dólar norte-americano pode criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e resultar em aumento das taxas de juros, afetando negativamente a economia brasileira como um todo e os nossos resultados operacionais, devido a uma retração no consumo e aumento nos custos financeiros. A depreciação do real em relação ao dólar norte-americano também pode aumentar os custos operacionais relacionados à importação de mercadorias e despesas e passivos financeiros relacionados aos nossos empréstimos e financiamentos denominados em dólares norte-americanos. Podemos ser afetados negativamente por mudanças em tais políticas de câmbio.

A turbulência e a volatilidade dos mercados financeiros globais poderão refletir negativamente no resultado das nossas operações. Assim, a crise financeira global e o ambiente macroeconômico brasileiro também podem afetar de forma material e adversa o preço de mercado dos títulos e valores mobiliários de emissores brasileiros ou causar outros efeitos negativos no Brasil.

O governo federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, podem ter um efeito material adverso sobre nós.

A economia brasileira tem sofrido intervenções frequentes por parte do governo federal que, por vezes, realiza modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, creditícias, tarifárias, fiscais e outras, de modo a influenciar a economia brasileira. As medidas tomadas pelo governo federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, frequentemente implicam aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de preços, intervenções no mercado de câmbio, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. Não temos controle e não podemos prever quais medidas ou políticas o governo federal poderá adotar no futuro. Poderemos vir a ser material e adversamente afetados por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- expansão ou contração da economia brasileira, conforme medida pelas taxas de crescimento do PIB;
- inflação;
- taxas de câmbio;
- taxas de juros;
- aumento do desemprego;
- mudanças nas leis fiscais e tributárias;

4.1 Descrição dos fatores de risco

- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- diminuição de políticas e programas de estímulo a diversos setores da economia;
- restrições nas remessas de fundos ao exterior; e
- outros fatores políticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses e outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil, o que pode prejudicar as nossas atividades e resultados operacionais, podendo, inclusive, vir a afetar adversamente o preço de negociação de nossas ações.

Além disso, a economia brasileira foi afetada por eventos políticos recentes que também afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, prejudicando assim o desempenho econômico brasileiro. Adicionalmente, qualquer falta de decisão do governo brasileiro para implementar mudanças em certas políticas ou regulamentos podem contribuir para a incerteza econômica dos investidores em relação ao Brasil e aumentar a volatilidade do mercado. Essas incertezas, a recessão com um período de lenta recuperação no Brasil e outros desenvolvimentos futuros na economia brasileira podem afetar adversamente as nossas atividades e, conseqüentemente, nossos resultados operacionais, e também podem afetar adversamente o preço de negociação de nossas ações.

A inflação e os esforços governamentais para combatê-la podem contribuir para um cenário de incerteza econômica, nos afetando adversamente e o preço de mercado das nossas ações.

No passado, o Brasil registrou altas taxas de inflação, que tiveram, em conjunto com determinadas ações tomadas pelo governo brasileiro para combatê-la e especulações sobre quais medidas seriam adotadas, efeitos negativos sobre a economia brasileira. As taxas de inflação foram de 5,78% em 2022, 10,06% em 2021 e 4,52% em 2020, conforme medida pelo IPCA. As medidas adotadas pelo governo brasileiro para o controle inflacionário incluíram a manutenção de rígidas políticas monetárias com elevadas taxas de juros, conseqüentemente restringindo a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. O COPOM frequentemente ajusta a taxa de juros em situações de incerteza econômica para atingir metas estabelecidas na política econômica do governo brasileiro. A inflação, bem como as medidas governamentais para combatê-la e a especulação pública sobre possíveis medidas governamentais futuras, tem produzido efeitos negativos relevantes sobre a economia brasileira e contribuído para a incerteza econômica no Brasil, aumentando a volatilidade do mercado de capitais brasileiro, o que pode causar um efeito adverso sobre nós.

Quaisquer medidas tomadas pelo governo brasileiro no futuro, incluindo a redução nas taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e a implementação de mecanismos para ajustar ou determinar o valor do real, podem desencadear inflação, afetando adversamente o desempenho geral da economia brasileira. Se o Brasil enfrentar inflação alta no futuro, talvez não possamos ajustar os preços que cobra de seus clientes para compensar os efeitos da inflação em nossa estrutura de custos, o que poderia aumentar nossos custos e reduzir nossas margens operacionais e líquidas.

Além disso, no caso de aumento da inflação, o governo brasileiro pode optar por aumentar significativamente as taxas de juros. O aumento nas taxas de juros pode afetar não apenas o custo dos nossos novos empréstimos e financiamentos, mas também o custo de nosso eventual endividamento, bem como o nosso caixa e equivalentes a caixa, títulos e valores mobiliários e contratos de arrendamento a pagar, que estão sujeitos a taxas de juros. Ainda, qualquer aumento nas taxas do CDI, TJLP ou inflação podem afetar adversamente o preço das nossas ações ordinárias. Dessa forma, a flutuação nas taxas de juros brasileiras e a inflação podem nos afetar adversamente, visto que poderemos contratar empréstimos e financiamentos indexados à variação do CDI e às taxas oficiais de juros de longo prazo (TJLP). Por outro lado, uma redução significativa nas taxas de CDI, TJLP ou

4.1 Descrição dos fatores de risco

inflação pode afetar adversamente a receita de nossas aplicações financeiras, além da cotação das nossas ações.

Qualquer desvalorização adicional da classificação de crédito do Brasil pode afetar adversamente o preço das nossas ações ordinárias.

Os ratings de crédito afetam a percepção de risco dos investidores e, em consequência, o preço de negociação de valores mobiliários e rendimentos necessários na emissão futura de dívidas nos mercados de capitais. Agências de rating avaliam regularmente o Brasil e seus ratings soberanos, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de alterações em qualquer um desses fatores. O Brasil perdeu grau de classificação da sua dívida soberana nas três principais agências de classificação de risco baseadas nos EUA: Standard&Poor's, Moody's e Fitch.

Em setembro de 2015, a Standard & Poor's reduziu o rating de crédito soberano do Brasil para grau de investimento inferior, de BBB- para BB+, citando, entre outras razões, a instabilidade geral no mercado brasileiro causada pela interferência do governo brasileiro na economia e dificuldades orçamentárias. A Standard & Poor's rebaixou novamente o rating de crédito do Brasil em fevereiro de 2016, de BB+ para BB, e manteve sua perspectiva negativa sobre o rating, citando uma piora na situação de crédito desde o rebaixamento de setembro de 2015. Em janeiro de 2018, a Standard & Poor's reduziu seu rating para o BB com uma perspectiva estável, tendo em vista as dúvidas em relação aos esforços de reforma das aposentadorias e eleições presidenciais daquele ano. Além disso, a perspectiva para o ano de 2019 foi positiva e, para 2020, estável.

Em dezembro de 2015, a Moody's colocou os ratings Baa3 do Brasil em análise, citando tendências macroeconômicas negativas e uma deterioração das condições fiscais do governo. Posteriormente, em fevereiro de 2016, a Moody's rebaixou os ratings do Brasil para abaixo do grau de investimento, para Ba2 com perspectiva negativa, citando a perspectiva de deterioração adicional no serviço da dívida do Brasil em um ambiente negativo ou de baixo crescimento, além de desafiar a dinâmica política. Em abril de 2018, a Moody's manteve o rating de crédito do Brasil em Ba2, mas mudou sua perspectiva de negativa para estável, o que manteve em setembro de 2018 e 2020, citando expectativas de novos cortes nos gastos do governo.

A Fitch também rebaixou o rating de crédito soberano do Brasil para BB + com perspectiva negativa em dezembro de 2015, citando o déficit orçamentário em rápida expansão do país e a recessão pior que a esperada e fez um rebaixamento ainda maior em maio de 2016 para BB com perspectiva negativa, que manteve em 2017. Em fevereiro de 2018, a Fitch rebaixou a nota de risco de crédito soberano do Brasil para BB negativo, nota essa que foi reafirmada em agosto de 2018, com uma perspectiva estável, citando as fraquezas estruturais nas finanças públicas, alto endividamento do governo, fracas perspectivas de crescimento, ambiente político e questões relacionadas à corrupção.

Em novembro de 2020 e maio de 2021, a Fitch manteve o rating em BB-, com perspectiva negativa, em ambos os casos fundamentando na severa deterioração do déficit fiscal e na alta dívida pública que se arrastam desde 2020, bem como na incerteza quanto à consolidação da recuperação econômica e fiscal. Em dezembro de 2021 e em dezembro de 2022, tais indicadores foram mantidos, considerando a situação das finanças públicas, a credibilidade do teto de gastos, a possibilidade de aumento de gastos, incertezas fiscais, inflação, alta volatilidade da moeda. Em julho de 2023, a Fitch elevou o rating soberano do Brasil de BB- para BB, com perspectiva estável.

Qualquer rebaixamento adicional dos ratings de crédito soberano do Brasil poderia aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, aumentar o custo futuro da emissão de dívida e afetar adversamente o preço de negociação das nossas ações.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A instabilidade política pode afetar adversamente os nossos negócios e resultados e o preço das nossas ações.

O ambiente político brasileiro influenciou historicamente e continua influenciando o desempenho da economia do país. As crises políticas afetaram e continuam afetando a confiança dos investidores e do público em geral, resultando em desaceleração econômica e aumento da volatilidade dos títulos emitidos por empresas brasileiras.

A recente instabilidade econômica no Brasil contribuiu para a redução da confiança do mercado na economia brasileira e para o agravamento da situação do ambiente político interno. Além disso, os mercados brasileiros tiveram um aumento na volatilidade devido às incertezas decorrentes de várias investigações em andamento sobre acusações de lavagem de dinheiro e corrupção conduzidas pela Polícia Federal brasileira e pelo Ministério Público Federal. Tais investigações tiveram um impacto negativo na economia e no ambiente político do país. Os efeitos dessas investigações relacionadas à corrupção, resultaram em um impacto adverso na imagem e na reputação das empresas envolvidas, bem como na percepção geral do mercado sobre a economia brasileira, o ambiente político e dos mercados de capitais. A Companhia não tem controle e nem pode prever se tais investigações ou denúncias em andamento levarão a uma maior instabilidade política e econômica ou se novas alegações contra funcionários do governo e/ou empresas surgirão no futuro.

A economia brasileira experimentou uma queda acentuada nos últimos anos devido, em parte, às políticas econômicas e monetárias intervencionistas do governo brasileiro e à queda global nos preços das commodities. O atual governo federal brasileiro deve propor termos gerais de reforma fiscal para estimular a economia e reduzir o déficit orçamentário previsto, mas é incerto se o governo brasileiro será capaz de reunir o apoio necessário no Congresso brasileiro para aprovar reformas específicas adicionais.

A incerteza política e econômica e quaisquer novas políticas ou mudanças nas políticas atuais podem ter um efeito adverso relevante sobre os nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e perspectivas. A incerteza sobre se o governo brasileiro implementará mudanças na política ou regulamentação que afetem esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade dos títulos emitidos no exterior por empresas brasileiras. Historicamente, o cenário político no Brasil influenciou o desempenho da economia brasileira. Em particular, crises políticas afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, o que afetou adversamente o desenvolvimento econômico no Brasil.

Ademais, Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito presidente em outubro de 2022, para o mandato de quatro anos que se iniciou em janeiro de 2023. Após os resultados das eleições de 2022, houve protestos em massa e manifestações em todo o Brasil de apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro contestando os resultados das eleições. Em 8 de janeiro de 2022, manifestantes invadiram prédios do governo em Brasília, incluindo o Congresso, o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Palácio do Planalto, o que levou o STF a ordenar a prisão de participantes e alguns políticos e resultou em novas investigações. Não há como garantir que tais tensões políticas e sociais se dissiparão ou se intensificarão nos próximos meses, enquanto o país aguarda definição da agenda política e econômica do novo governo, o que pode contribuir para o aumento da instabilidade macroeconômica e política. Como resultado das alegações de corrupção anteriores contra o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva e o envolvimento de seu partido político com os eventos que deram origem às operações históricas da Lava Jato, sua presidência atual está sujeita a mais incertezas políticas. As incertezas em relação à implementação, pelo novo governo, principalmente considerando que a maioria eleita para o legislativo federal é de partido de oposição do presidente eleito, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como o clima político instaurado após as eleições, com manifestações massivas e/ou greves, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O Presidente do Brasil tem poder para determinar políticas e expedir atos governamentais relativos à condução da economia brasileira e, conseqüentemente, afetar as nossas operações e o desempenho financeiro das empresas. Não podemos prever quais políticas o Presidente irá adotar, muito menos se tais políticas ou mudanças nas políticas atuais poderão ter um efeito adverso sobre nós ou sobre a economia brasileira.

A incerteza política e econômica e quaisquer novas políticas ou mudanças nas políticas atuais podem ter um efeito adverso relevante sobre os nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira, bem como sobre o preço de negociação das nossas ações.

Limitação substancial na capacidade dos acionistas venderem as nossas ações pelo preço e na ocasião que desejarem, devido à volatilidade e à falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários, poderão afetar adversamente o valor da sua negociação.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Além disso, o mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado, podendo ser mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais.

O mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive Estados Unidos, União Europeia e países de economias emergentes. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode ter um efeito adverso relevante sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, em especial, aqueles negociados em bolsas de valores. Crises nos Estados Unidos, na União Europeia ou em países emergentes podem reduzir o interesse de investidores nos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de nossa emissão. Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos.

Acontecimentos em outros países e mercados de capitais poderão prejudicar o valor de mercado das nossas ações, podendo, ademais, dificultar ou impedir totalmente o seu acesso aos mercados de capitais e ao financiamento de nossas operações no futuro em termos aceitáveis. Não há garantia de que o mercado de capitais permaneça aberto às companhias brasileiras ou de que os custos de financiamento nesse mercado sejam vantajosos para nós.

Crises em outros países emergentes podem restringir o interesse dos investidores em relação aos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, inclusive os de nossa emissão, o que pode prejudicar nossa liquidez e nosso valor de mercado, além de dificultar o nosso acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das nossas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos. Por conseguinte, a capacidade dos nossos acionistas de venderem nossas ações pelo preço e no momento desejado poderá ficar substancialmente afetada, o que poderá, ainda, afetar negativamente o preço de negociação de nossas ações. Adicionalmente, vendas ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das nossas ações poderão prejudicar o valor da sua negociação.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4.2 – Indicar os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos

Fator do Risco
Podemos não ser capazes de implementar nossa estratégia de crescimento, afetando adversamente nossas operações. Podemos enfrentar dificuldades em explorar novas oportunidades de negócios com sucesso, afetando adversamente nossos negócios.
Se não conseguirmos melhorar e aprimorar a funcionalidade, desempenho, confiabilidade, design, segurança e escalabilidade de nossa plataforma de uma maneira que responda às necessidades em evolução de nossos clientes, nosso negócio pode ser adversamente afetado.
Nosso crescimento pode não ser sustentável se não formos capazes de atrair novos clientes, reter a receita dos clientes existentes e aumentar as vendas para os clientes novos e existentes, o que poderá afetar negativamente nossos negócios.
Problemas em nossos sistemas de tecnologia da informação, ou a incapacidade de acompanhar a velocidade do desenvolvimento da tecnologia, poderão impactar adversamente nossas operações.
A divulgação não autorizada de dados ou o comprometimento da integridade da tecnologia da informação, causados por falhas ou ataques cibernéticos, bem como a não conformidade com leis e regulamentos relacionados a privacidade e a proteção de dados, podem nos sujeitar a relevantes penalidades e impactar negativamente nossas operações, reputação e resultados operacionais.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4.3 – Riscos de mercado: descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, incluindo risco cambial, risco de taxa de juros de fluxo de caixa, risco de crédito, risco de liquidez e risco de moeda.

A seguir, o detalhamento dos principais riscos:

Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em prejuízo financeiro se um cliente ou contraparte de um instrumento financeiro não cumprir suas obrigações contratuais, e decorre principalmente dos recebíveis de clientes da Companhia. Os saldos de contas a receber são liquidados principalmente por meio de cartões de crédito do cliente, com a maioria das contas a receber recolhidas após o processamento de transações com cartão de crédito. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao crédito.

O saldo de caixa e equivalentes de caixa exposto a um risco de crédito é de R\$ 174.961 mil em 30 de setembro de 2023 (R\$ 278.896 mil em 31 de dezembro de 2022).

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou um valor de R\$ 2.210 mil de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa referentes as transações do FIDC.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, a Companhia registrou um valor de R\$ 5.823 mil de Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) referentes as transações do FIDC e pelas demais prestações de serviços.

Riscos de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Grupo da Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 30 de setembro de 2023:

	Saldo	Até 1 ano	1-3 anos	Maior que 3 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	264.075	168.299	76.901	29.568	274.768
Debentures	418.785	82.640	303.518	63.913	450.071
Fornecedores	416.818	416.818	-	-	416.818
Risco sacado a pagar	12.702	12.702	-	-	12.702
Arrendamentos	82.180	31.284	63.946	18.400	113.630
Adiantamento de clientes	550	550	-	-	550
Contas a pagar de combinação de negócios, exceto contraprestação contingente	132.347	86.495	63.481	7.617	157.593
Contas a pagar de combinação de negócios, contraprestação contingente	2.754	-	3.938	-	3.938
Outras contas a pagar	42.484	11.745	43.512	-	55.257
Total	1.372.695	810.533	555.296	119.498	1.485.327

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Risco de taxa de juros

O risco de juros consiste no risco de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas às suas aplicações financeiras. A Companhia está exposta a mudanças nas taxas de juros "Certificado de Depósito Bancário (CDI)", relativo às aplicações financeiras e empréstimos em Reais, para os quais é realizada análise de sensibilidade, conforme descrito a seguir.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Em 30 de setembro de 2023, a Administração realizou uma análise de sensibilidade, considerando um cenário provável de variação da taxa dos juros, devido aos desvios incertos observados nos últimos períodos culminou em variações que chegariam a 30% do valor atual, para avaliarmos a sensibilidade anterior ao máximo nos baseamos na metade do valor total, chegando em 15%. O cenário provável das taxas de juros foi medido utilizando-se as taxas de juros futuras, considerando uma taxa básica do CDI de 13,05% com base na curva futura de juros. Os efeitos esperados das receitas provenientes de depósitos bancários que auferem juros, líquidos de despesas financeiras de empréstimos e financiamentos para os próximos três meses são os seguintes:

	30/09/2023	Aumento/ Redução	Cenário I – Provável	Cenário II – Aumento de 15%	Cenário III – Aumento de 30%	Cenário II – Redução de 15%	Cenário III – Redução de 30%
Aplicação financeira	34.670	Redução	4.386	5.044	5.701	3.728	3.070
Contas a pagar de combinação de negócios	135.101	Redução	(17.090)	(19.654)	(22.217)	(14.527)	(11.963)
Empréstimos e financiamentos	264.075	Aumento	(33.405)	(38.416)	(43.427)	(28.395)	(23.384)
Debêntures	418.785	Aumento	(52.976)	(60.923)	(68.869)	(45.030)	(37.083)

Risco de moeda

O risco decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia especialmente no contrato de aquisição da New Retail e da Summa e Sigurd.

A Companhia apresentou um total de contas a pagar em moeda estrangeira de R\$ 12.315 mil referente à compra da Summa, Brandlive Colombia e Ecomsur (dólar), ao final do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023.

Para a análise de sensibilidade das operações indexadas em moeda estrangeira, a Administração adotou como cenário provável com base no relatório FOCUS, sobre o cenário global, divulgado no dia 20 de outubro de 2023. Definimos o cenário provável com a cotação do dólar R\$5,05, no cenário II e III com um aumento/redução de R\$0,15 e R\$0,35, valores estimados baseados também nos limites apresentados no mesmo relatório.

	30/09/2023	Risco	Cenário I - Provável	Cenário II – Aumento	Cenário III – Aumento	Cenário II - Redução	Consolidado Cenário III - Redução
Análise de sensibilidade – moeda USD							
Contas a pagar de combinação de negócios	12.315	Aumento	(106)	(475)	(967)	263	755

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4 – Processos: descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis, ambientais e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos de natureza cível, tributária, trabalhista, dentre processos com chance de perda provável, possível e remota. As provisões da Companhia são registradas conforme os regramentos contábeis, com base na análise individual de cada processo por seus advogados internos e externos, sendo constituídas provisões para processos avaliados pela Companhia, em conjunto com seus consultores jurídicos como processos com chance de perda provável.

Para os fins deste item 4.4, foram considerados como individualmente relevantes processos em que a Companhia e suas controladas figuram como parte e que (i) possam vir a impactar de forma significativa o patrimônio ou os negócios da Companhia; ou (ii) individualmente possam vir a impactar negativamente a imagem ou as atividades da Companhia.

Descrevemos a seguir os principais processos judiciais e administrativos individualmente relevantes a que a Companhia estava sujeita em 30 de setembro de 2023, segregados conforme sua natureza.

Contingências Trabalhistas

Processo nº 1001077-31.2022.5.02.0501	
a. Juízo	1ª Vara do Trabalho de Taboão da Serra
b. Instância	2ª Instância
c. Data de instauração	28/08/2022
d. Partes no processo	M. C. D. C. A. (Reclamante), T. C. E. P. L. (1ª Reclamada) e S. B. S. L. (2ª Reclamada)
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 15.918,67
f. Principais fatos	Reclamação trabalhista em que a Reclamante pretende reenquadramento sindical, nulidade do banco de horas, horas extras, intervalo intrajornada, diferenças de comissões, vale alimentação, vale refeição, participação nos lucros e resultados, indenização por dano moral decorrente de restrição ao uso do banheiro e de assédio sexual, adicional de periculosidade, honorários advocatícios.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Ação julgada parcialmente procedente para condenar a 1ª Reclamada, com condenação subsidiária da 2ª Reclamada, ao pagamento de diferenças de comissões, participação nos lucros e resultados e indenização por dano moral decorrente de assédio sexual.
h. Estágio do processo	A Reclamante e a 1ª Reclamada interpuseram recurso ordinário, os quais estão pendentes de julgamento.
i. Chance de perda	Provável
j. Critério para relevância	O processo é considerado relevante por envolver alegação de assédio sexual, com condenação desfavorável à Companhia, a qual não transitou em julgado.
k. Impacto em caso de perda do processo	O impacto em caso de perda será reputacional, bem como financeiro, no montante de R\$ 15.918,67.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

4.5 – Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

O valor total provisionado para os processos descritos no item 4.4, em 30 de setembro de 2023, era de R\$15.918,67.

4.6 Processos sigilosos relevantes

4.6 – Processos sigilosos: em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos

Não aplicável, pois a Companhia não possui processos relevantes que tramitam em segredo de justiça em que a Companhia ou suas controladas sejam parte.

4.7 Outras contingências relevantes

4.7 – Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

- Contingências tributárias relevantes de forma conjunta

Mandados de Segurança 0702616-65.2021.8.01.0001, 0704516-56.2021.8.02.0001, 0620973-04.2021.8.04.0001, 0000209-64.2021.8.03.0004, 8022632-31.2021.8.05.0001, 0213674-84.2021.8.06.0001, 0701038-48.2021.8.07.0018, 0003933-75.2021.8.08.0024, 5095627-29.2021.8.09.0051, 0807664-61.2021.8.10.0001, 5025366-12.2021.8.13.0024, 0806193-53.2021.8.12.0001, 1006172-97.2021.8.11.0041, 0813429-72.2021.8.14.0301, 0806194-68.2021.8.15.2001, 0012956-79.2021.8.17.2001, 0806897-69.2021.8.18.0140, 0001346-21.2021.8.16.0004, 0043107-57.2021.8.19.0001, 0811823-06.2021.8.20.5001, 7008553-90.2021.8.22.0001, 0804585-84.2021.8.23.0010, 5020318-22.2021.8.21.0001, 0010026-52.2021.8.25.0001, 0005945-67.2021.8.27.2729, 5019207-50.2021.8.24.0023	
a. Juízo	Estados Impetrados: AC, AL, AP, GO, RJ, RS, MG, DF, SC, PE, BA, PA, MA, MT, MS, AM, PB, RN, CE, ES, PI, PR, RO, RR, SE, TO
b. Instância	1ª e 2ª instâncias
c. Data de instauração	25/02/2021
d. Partes no processo	Polo ativo: Infracommerce Synapcom Comercio Eletrônico S.A. Polo passivo: Estados Impetrados
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Total de R\$ 61.600.724,28, depositados judicialmente nos processos.
f. Principais fatos	Trata-se de Mandados de Segurança impetrados pela Infracommerce Synapcom Comercio Eletrônico S.A. objetivando assegurar o direito da impetrante e suas filiais buscando o reconhecimento da inconstitucionalidade da cobrança a título de DIFAL e o FECF, ante a inexistência de Lei Complementar que ampare tais exações. Em 24/02/2021 o STF julgou o tema 1093 e declarou a inconstitucionalidade da cobrança DIFAL por ausência de lei complementar regulamentando o tributo. Em complemento, STF determinou que os efeitos da decisão valeriam para o exercício de 2022 salvo para as ações em curso até a data do julgamento.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Os processos dos Estados DF, PA, PE e MG estão em fase de encerramento e os depósitos judiciais estão sendo convertidos em favor dos Estados. Os processos dos Estados AL, CE, ES, GO, MA, PB, RR e SE aguardam decisão de mérito. Os processos dos Estados AC, AM, AP, BA, MS, MT, PI, PR, RJ, RN, RO, RS, SC e TO já foram encerrados e transitados em julgado.
h. Estágio do processo	Os processos dos Estados DF, PA, PE e MG estão em fase de encerramento e os depósitos judiciais estão sendo convertidos em favor dos Estados. Os processos dos Estados AL, CE, ES, GO, MA, PB, RR e SE aguardam decisão de mérito. Os processos dos Estados AC, AM, AP, BA, MS, MT, PI, PR, RJ, RN, RO, RS, SC e TO já foram encerrados e transitados em julgado.
i. Chance de êxito	Remoto.
j. Critério para relevância	Os processos são considerados relevantes por envolverem depósitos judiciais de valores relevantes a serem convertidos em favor dos Estados
k. Impacto em caso de perda do processo	O impacto em caso de perda será exclusivamente financeiro, no montante de R\$ 61.600.724,28.

4.7 Outras contingências relevantes

Mandados de Segurança 0700842-63.2022.8.01.0001, 0702864-67.2022.8.02.0001, 0003626-97.2022.8.03.0001, 0610845-85.2022.8.04.0001, 8009814-13.2022.8.05.0001, 0206400-35.2022.8.06.0001, 0700456-14.2022.8.07.0018, 5002299-22.2022.8.08.0024, 5043603-87.2022.8.09.0051, 0803800-78.2022.8.10.0001, 1002621-75.2022.8.11.0041, 0802495-05.2022.8.12.0001, 5014132-96.2022.8.13.0024, 0804392-84.2022.8.14.0301, 0803374-42.2022.8.15.2001, 0000371-62.2022.8.16.0004, 0009418-56.2022.8.17.2001, 0803351-69.2022.8.18.0140, 0019924-23.2022.8.19.0001, 0803010-53.2022.8.20.5001, 5012279-02.2022.8.21.0001, 7005159-41.2022.8.22.0001, 0802439-36.2022.8.23.0010, 5023037-87.2022.8.24.0023, 0004666-05.2022.8.25.0001, 0002697-59.2022.8.27.2729	
a. Juízo	Estados Impetrados: AC, AL, AP, GO, RJ, RS, MG, DF, SC, PE, BA, PA, MA, MT, MS, AM, PB, RN, CE, ES, PI, PR, RO, RR, SE, TO
b. Instância	1ª instância
c. Data de instauração	Entre 27/01/2022 e 31/01/2022
d. Partes no processo	Polo ativo: Infracommerce Synapcom Comercio Eletrônico S.A. Polo passivo: Estados Impetrados
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Total de R\$ 90.042.088,74, depositados judicialmente nos processos.
f. Principais fatos	Trata-se de mandado de segurança impetrado pela Infracommerce Synapcom Comercio Eletrônico S.A. com o objetivo de debater a cobrança de ICMS DIFAL e FECF durante o exercício de 2022, diante da necessidade de que a Lei Complementar n. 190/2022 e/ou posteriores leis estaduais atendam à regra constitucional de anterioridade, prevista no artigo 150, III, "b" e "c" da CF/88.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Todos os processos estão em fase de conhecimento, ainda sem decisão de mérito proferida.
h. Estágio do processo	Fase de conhecimento.
i. Chance de êxito	Possível
j. Critério para relevância	Os processos são considerados relevantes por envolverem valores expressivos de depósitos judiciais.
k. Impacto em caso de perda	O impacto em caso de perda será exclusivamente financeiro, no montante de R\$ 90.042.088,74.

Auto de Infração nº 20222910400004, 20222910400005, 20222910400007, 20222910400008, 20222910400009, 20222910400010, 20222910400013, 20222910400014, 20222910400015, 20222910400017, 20222910400018 // Execução Fiscal nº 0606933-80.2022.8.04.0001, 0118717-94.2022.8.19.0001, 0118716-12.2022.8.19.0001, 5029020-70.2022.8.13.0024, 0836521-83.2022.8.10.0001 e 0834231-95.2022.8.10.0001.	
a. Juízo	Secretaria de Finanças do Estado de Rondônia, Vara da Fazenda Pública do Amazonas, Vara da Fazenda Pública do Rio de Janeiro, Vara de Feitos Tributários de Minas Gerais e Vara da Fazenda Pública de Maranhão
b. Instância	1ª instância
c. Data de instauração	Entre 21/01/2022 e 13/09/2022
d. Partes no processo	Polo ativo: Infracommerce Synapcom Comercio Eletrônico S.A. Polo passivo: Estados autuantes
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Total de R\$ 11.662.723,00, sendo que tais valores estão abrangidos pelos depósitos judiciais realizados no âmbito dos mandados de segurança mencionados no quadro imediatamente acima.

4.7 Outras contingências relevantes

Auto de Infração nº 20222910400004, 20222910400005, 20222910400007, 20222910400008, 20222910400009, 20222910400010, 20222910400013, 20222910400014, 20222910400015, 20222910400017, 20222910400018 // Execução Fiscal nº 0606933-80.2022.8.04.0001, 0118717-94.2022.8.19.0001, 0118716-12.2022.8.19.0001, 5029020-70.2022.8.13.0024, 0836521-83.2022.8.10.0001 e 0834231-95.2022.8.10.0001.	
f. Principais fatos	Trata-se de autos de infração e execuções fiscais iniciadas pela autoridade competente objetivando a cobrança de ICMS-DIFAL, devidamente devidos nos Estados de referência.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Todos os processos estão em fase de conhecimento, ainda sem decisão de mérito proferida.
h. Estágio do processo	Fase de conhecimento.
i. Chance de êxito	Possível
j. Critério para relevância	Os processos são considerados relevantes por juntos envolverem valores expressivos e estarem relacionados aos Mandados de Segurança acima relatados.
k. Impacto em caso de perda	O impacto em caso de perda será exclusivamente financeiro, no montante de R\$ 11.662.723,00, sendo que tais valores estão abrangidos pelos depósitos judiciais realizados no âmbito dos mandados de segurança mencionados no quadro imediatamente acima.

Mandados de Segurança 0702677-52.2023.8.01.0001, 0708083-27.2023.8.02.0001, 0440079-62.2023.8.04.0001, 8026809-67.2023.8.05.0001, 3011245-09.2023.8.06.0001, 0701917-84.2023.8.07.0018, 5006753-11.2023.8.08.0024, 0811835-90.2023.8.10.0001, 5043299-27.2023.8.13.0024, 0811307-02.2023.8.12.0001, 0813151-03.2023.8.14.0301, 0021640-22.2023.8.17.2001, 0808726-17.2023.8.18.0140, 0028059-87.2023.8.19.0001, 0810494-85.2023.8.20.5001, 807101-09.2023.8.23.0010, 5035788-25.2023.8.21.0001, 5020919-07.2023.8.24.0023, 0009687-25.2023.8.25.0001, 0709885-87.2023.8.01.0001, 0728710-52.2023.8.02.0001, 3027093-36.2023.8.06.0001, 0707964-74.2023.8.07.0018, 5021612-32.2023.8.08.0024, 5504838-53.2023.8.09.0051, 0841580-18.2023.8.10.0001, 5160342-82.2023.8.13.0024, 1025189-51.2023.8.11.0041, 0838351-93.2023.8.12.0001, 0824064-92.2023.8.23.0010, 5135523-31.2023.8.21.0001, 0031191-87.2023.8.25.0001, 0008813-52.2023.8.03.0001, 5130592-62.2023.8.09.0051, 1008236-12.2023.8.11.0041, 0809592-52.2023.8.15.2001, 0000969-79.2023.8.16.0004, 7012813-45.2023.8.22.0001, 0008333-69.2023.8.27.2729, 0544582-37.2023.8.04.0001, 0026945-60.2023.8.03.0001, 8086598-94.2023.8.05.0001, 0859074-52.2023.8.14.0301, 0837479-11.2023.8.15.2001, 0074177-92.2023.8.17.2001, 0836386-83.2023.8.18.0140, 0003610-40.2023.8.16.0004, 0083285-77.2023.8.19.0001, 0837436-57.2023.8.20.5001, 7043350-24.2023.8.22.0001, 5066488-31.2023.8.24.0023 e 0029907-51.2023.8.27.2729.	
a. Juízo	Estados Impetrados: AC, AL, AP, GO, RJ, RS, MG, DF, SC, PE, BA, PA, MA, MT, MS, AM, PB, RN, CE, ES, PI, PR, RO, RR, SE, TO
b. Instância	1ª instância
c. Data de instauração	Entre 03/03/2023 e 11/07/2023
d. Partes no processo	Polo ativo: Infracommerce Synapcom Comercio Eletrônico S.A. Polo passivo: Estados Impetrados
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Total de R\$ 7.842.495,62, depositados judicialmente nos processos.
f. Principais fatos	Trata-se de Mandado de Segurança impetrado pela Infracommerce Synapcom Comercio Eletrônico S.A. para discutir a cobrança de ICMS DIFAL e respectivo adicional ao FECP sobre as vendas realizadas a consumidor final não-contribuinte do imposto, sobretudo até que se efetive o cumprimento integral de todos os requisitos do Portal do DIFAL, previsto no art. 24-A introduzido pela LC n. 190/22 na Lei Kandir, inclusive a ferramenta de centralização da apuração e emissão de guias de ICMS DIFAL em um só ambiente.

4.7 Outras contingências relevantes

Mandados de Segurança 0702677-52.2023.8.01.0001, 0708083-27.2023.8.02.0001, 0440079-62.2023.8.04.0001, 8026809-67.2023.8.05.0001, 3011245-09.2023.8.06.0001, 0701917-84.2023.8.07.0018, 5006753-11.2023.8.08.0024, 0811835-90.2023.8.10.0001, 5043299-27.2023.8.13.0024, 0811307-02.2023.8.12.0001, 0813151-03.2023.8.14.0301, 0021640-22.2023.8.17.2001, 0808726-17.2023.8.18.0140, 0028059-87.2023.8.19.0001, 0810494-85.2023.8.20.5001, 807101-09.2023.8.23.0010, 5035788-25.2023.8.21.0001, 5020919-07.2023.8.24.0023, 0009687-25.2023.8.25.0001, 0709885-87.2023.8.01.0001, 0728710-52.2023.8.02.0001, 3027093-36.2023.8.06.0001, 0707964-74.2023.8.07.0018, 5021612-32.2023.8.08.0024, 5504838-53.2023.8.09.0051, 0841580-18.2023.8.10.0001, 5160342-82.2023.8.13.0024, 1025189-51.2023.8.11.0041, 0838351-93.2023.8.12.0001, 0824064-92.2023.8.23.0010, 5135523-31.2023.8.21.0001, 0031191-87.2023.8.25.0001, 0008813-52.2023.8.03.0001, 5130592-62.2023.8.09.0051, 1008236-12.2023.8.11.0041, 0809592-52.2023.8.15.2001, 0000969-79.2023.8.16.0004, 7012813-45.2023.8.22.0001, 0008333-69.2023.8.27.2729, 0544582-37.2023.8.04.0001, 0026945-60.2023.8.03.0001, 8086598-94.2023.8.05.0001, 0859074-52.2023.8.14.0301, 0837479-11.2023.8.15.2001, 0074177-92.2023.8.17.2001, 0836386-83.2023.8.18.0140, 0003610-40.2023.8.16.0004, 0083285-77.2023.8.19.0001, 0837436-57.2023.8.20.5001, 7043350-24.2023.8.22.0001, 5066488-31.2023.8.24.0023 e 0029907-51.2023.8.27.2729.	
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Todos os processos estão em fase de conhecimento, ainda sem decisão de mérito proferida.
h. Estágio do processo	Fase de conhecimento.
i. Chance de êxito	Possível
j. Critério para relevância	Os processos são considerados relevantes por envolverem valores expressivos de depósitos judiciais.
k. Impacto em caso de perda	O impacto em caso de perda será exclusivamente financeiro, no montante de R\$ 7.842.495,62.

Mandados de Segurança 0700639-04.2022.8.01.0001, 0702038-41.2022.8.02.0001, 0003179-12.2022.8.03.0001, 0610096-68.2022.8.04.0001, 8007369-22.2022.8.05.0001, 0204702-91.2022.8.06.0001, 0700283-87.2022.8.07.0018, 5001603-83.2022.8.08.0024, 5034822-76.2022.8.09.0051, 0802785-74.2022.8.10.0001, 1001890-79.2022.8.11.0041, 0801712-13.2022.8.12.0001, 5010219-09.2022.8.13.0024, 0802942-09.2022.8.14.0301, 0802318-71.2022.8.15.2001, 0000280-69.2022.8.16.0004, 0007234-30.2022.8.17.2001, 0802338-35.2022.8.18.0140, 0014879-38.2022.8.19.0001, 0802088-12.2022.8.20.5001, 5008781-92.2022.8.21.0001, 7003743-38.2022.8.22.0001, 0801625-24.2022.8.23.0010, 5019637-65.2022.8.24.0023, 0004145-60.2022.8.25.0001 (202211800093), 0001803-83.2022.8.27.2729 0711459-82.2022.8.01.00010, 732552-74.2022.8.02.0001, 0760127-03.2022.8.04.0001, 8140554-59.2022.8.05.0001, 0272476-41.2022.8.06.0001, 0714699-60.2022.8.07.0018, 5565208-32.2022.8.09.0051, 0853079-33.2022.8.10.0001, 5198173-04.2022.8.13.0024, 0840579-75.2022.8.12.0001, 1035336-73.2022.8.11.0041, 0867969-36.2022.8.14.0301, 0105954-32.2022.8.17.2001, 0843465-50.2022.8.18.0140, 0005541-15.2022.8.16.0004, 0251531-70.2022.8.19.0001, 0876703-70.2022.8.20.5001, 7070168-47.2022.8.22.0001, 0828857-11.2022.8.23.0010, 5164420-06.2022.8.21.0001, 0041392-75.2022.8.25.0001 (202211201562), 5030553-05.2022.8.08.0024, 0036585-19.2022.8.27.2729 e Ação Declaratória nº 0042287-48.2022.8.03.0001	
a. Juízo	Estados Impetrados: AC, AL, AP, GO, RJ, RS, MG, DF, SC, PE, BA, PA, MA, MT, MS, AM, PB, RN, CE, ES, PI, PR, RO, RR, SE, TO
b. Instância	1ª e 2ª instâncias
c. Data de instauração	24/01/2022
d. Partes no processo	Polo ativo: Tatix Comercio e Participações Sociedade Unipessoal Ltda. Polo passivo: Estados Impetrados
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Total de R\$ 1.362.150,46, depositados judicialmente nos processos.
f. Principais fatos	Trata-se de mandado de segurança impetrado pela Tatix Comercio e Participações Sociedade Unipessoal Ltda. com o objetivo de debater a cobrança de ICMS DIFAL e FECF durante o exercício de 2022, diante da necessidade de que a Lei Complementar

4.7 Outras contingências relevantes

Mandados de Segurança 0700639-04.2022.8.01.0001, 0702038-41.2022.8.02.0001, 0003179-12.2022.8.03.0001, 0610096-68.2022.8.04.0001, 8007369-22.2022.8.05.0001, 0204702-91.2022.8.06.0001, 0700283-87.2022.8.07.0018, 5001603-83.2022.8.08.0024, 5034822-76.2022.8.09.0051, 0802785-74.2022.8.10.0001, 1001890-79.2022.8.11.0041, 0801712-13.2022.8.12.0001, 5010219-09.2022.8.13.0024, 0802942-09.2022.8.14.0301, 0802318-71.2022.8.15.2001, 0000280-69.2022.8.16.0004, 0007234-30.2022.8.17.2001, 0802338-35.2022.8.18.0140, 0014879-38.2022.8.19.0001, 0802088-12.2022.8.20.5001, 5008781-92.2022.8.21.0001, 7003743-38.2022.8.22.0001, 0801625-24.2022.8.23.0010, 5019637-65.2022.8.24.0023, 0004145-60.2022.8.25.0001 (202211800093), 0001803-83.2022.8.27.2729 0711459-82.2022.8.01.00010, 732552-74.2022.8.02.0001, 0760127-03.2022.8.04.0001, 8140554-59.2022.8.05.0001, 0272476-41.2022.8.06.0001, 0714699-60.2022.8.07.0018, 5565208-32.2022.8.09.0051, 0853079-33.2022.8.10.0001, 5198173-04.2022.8.13.0024, 0840579-75.2022.8.12.0001, 1035336-73.2022.8.11.0041, 0867969-36.2022.8.14.0301, 0105954-32.2022.8.17.2001, 0843465-50.2022.8.18.0140, 0005541-15.2022.8.16.0004, 0251531-70.2022.8.19.0001, 0876703-70.2022.8.20.5001, 7070168-47.2022.8.22.0001, 0828857-11.2022.8.23.0010, 5164420-06.2022.8.21.0001, 0041392-75.2022.8.25.0001 (202211201562), 5030553-05.2022.8.08.0024, 0036585-19.2022.8.27.2729 e Ação Declaratória nº 0042287-48.2022.8.03.0001	
	n. 190/2022 e/ou posteriores leis estaduais atendam à regra constitucional de anterioridade, prevista no artigo 150, III, "b" e "c" da CF/88.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Todos os processos aguardam decisão de mérito.
h. Estágio do processo	Todos os processos aguardam decisão de mérito.
i. Chance de êxito	Possível
j. Critério para relevância	Os processos são considerados relevantes pela matéria.
k. Impacto em caso de perda do processo	O impacto em caso de perda será exclusivamente financeiro, no montante de R\$ 1.362.150,46.

Mandados de Segurança 0702653-24.2023.8.01.0001 0708384-71.2023.8.02.0001 0441613-41.2023.8.04.0001 0008816-07.2023.8.03.0001 8027570-98.2023.8.05.0001 3011786-42.2023.8.06.0001 0702106-62.2023.8.07.0018 5006850-11.2023.8.08.0024 5131986-07.2023.8.09.0051 0812234-22.2023.8.10.0001 5044946-57.2023.8.13.0024 0811588-55.2023.8.12.0001 1008352-18.2023.8.11.0041 0815268-64.2023.8.14.0301 0810019-49.2023.8.15.2001 0022207-53.2023.8.17.2001 0809093-41.2023.8.18.0140 0000970-64.2023.8.16.0004 0028218-30.2023.8.19.0001 0810949-50.2023.8.20.5001 7012941-65.2023.8.22.0001 0807317-67.2023.8.23.0010 5037148-92.2023.8.21.0001 5021354-78.2023.8.24.0023 0009691-62.2023.8.25.0001 (202311800287) 0008336-24.2023.8.27.2729, 0019532-88.2023.8.27.2729	
a. Juízo	Estados Impetrados: AC, AL, AP, GO, RJ, RS, MG, DF, SC, PE, BA, PA, MA, MT, MS, AM, PB, RN, CE, ES, PI, PR, RO, RR, SE, TO
b. Instância	1ª e 2ª instâncias
c. Data de instauração	07/03/2023
d. Partes no processo	Polo ativo: Tatix Comercio e Participações Sociedade Unipessoal Ltda. Polo passivo: Estados Impetrados
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Total de R\$ 877.008,67, depositados judicialmente nos processos.
f. Principais fatos	Trata-se de Mandado de Segurança impetrado pela Tatix Comercio e Participações Sociedade Unipessoal Ltda. para discutir a cobrança de ICMS DIFAL e respectivo adicional ao FECF sobre as vendas realizadas a consumidor final não-contribuinte do imposto, sobretudo até que se efetive o cumprimento integral de todos os requisitos do Portal do DIFAL, previsto no art. 24-A introduzido pela LC n. 190/22 na Lei Kandir, inclusive a ferramenta de centralização da apuração e emissão de guias de ICMS DIFAL em um só ambiente.

4.7 Outras contingências relevantes

Mandados de Segurança 0702653-24.2023.8.01.0001 0708384-71.2023.8.02.0001 0441613-41.2023.8.04.0001 0008816-07.2023.8.03.0001 8027570-98.2023.8.05.0001 3011786-42.2023.8.06.0001 0702106-62.2023.8.07.0018 5006850-11.2023.8.08.0024 5131986-07.2023.8.09.0051 0812234-22.2023.8.10.0001 5044946-57.2023.8.13.0024 0811588-55.2023.8.12.0001 1008352-18.2023.8.11.0041 0815268-64.2023.8.14.0301 0810019-49.2023.8.15.2001 0022207-53.2023.8.17.2001 0809093-41.2023.8.18.0140 0000970-64.2023.8.16.0004 0028218-30.2023.8.19.0001 0810949-50.2023.8.20.5001 7012941-65.2023.8.22.0001 0807317-67.2023.8.23.0010 5037148-92.2023.8.21.0001 5021354-78.2023.8.24.0023 0009691-62.2023.8.25.0001 (202311800287) 0008336-24.2023.8.27.2729, 0019532-88.2023.8.27.2729	
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Todos os processos aguardam decisão de mérito.
h. Estágio do processo	Todos os processos aguardam decisão de mérito.
i. Chance de êxito	Possível
j. Critério para relevância	Os processos são considerados relevantes pela matéria.
k. Impacto em caso de perda do processo	O impacto em caso de perda será exclusivamente financeiro, no montante de R\$ 877.008,67.

Além do exposto acima, não há outras informações relevantes com relação a este item 4.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1 – Gerenciamento de riscos: em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

(a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

Em 24 de fevereiro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a Política de Gerenciamento de Riscos ("Política de Gerenciamento de Riscos"), aplicável à toda a Companhia e suas controladas.

(b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

A Política de Gerenciamento de Riscos visa estabelecer e divulgar princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observadas no processo de gestão de riscos na Companhia, de forma a possibilitar a identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação de riscos inerentes às atividades da Companhia e que possam afetar o atendimento aos seus objetivos e realização de seus negócios. Adicionalmente, as práticas adotadas pela Companhia para monitoramento dos riscos de mercado, estabelecidas na Política de Gerenciamento de Riscos, possuem por objetivo evitar ou mitigar eventuais efeitos adversos nas suas atividades.

O processo de gerenciamento de riscos é baseado (mas não se limita) no COSO-ERM e integrado às metas e objetivos estratégicos de negócios da Companhia. Ao adotar tais procedimentos, a Companhia espera os seguintes benefícios: (i) consolidar os princípios e diretrizes a serem seguidos em todas as atividades associadas ao gerenciamento de riscos; (ii) mensurar riscos e oportunidades para auxiliar na prevenção de crises e problemas; (iii) garantir maior transparência em relação aos riscos que a Companhia está sujeita e estratégias de mitigação; (iv) difundir a cultura de gestão de riscos em todos os níveis da Companhia; (v) elevar o nível de maturidade em gestão de riscos da Companhia; (vi) tomar de decisões de negócio mais consistente; e (vii) contribuir para a busca da excelência na gestão empresarial.

(i) Os riscos para os quais se busca proteção

A Companhia monitora os riscos descritos nos itens 4.1 e 4.3 deste Formulário de Referência e busca proteção para todo e qualquer tipo de risco que possa impactar suas atividades e operações de forma negativa. Esses riscos são categorizados em seis grupos de natureza distintas, considerando fatores internos e externos:

- **Riscos Tecnológicos:** são aqueles associados ao ambiente de tecnologia da informação que podem ser causados, por exemplo, pelo desenvolvimento de tecnologia, vazamento de dados/informações pessoais, roubo/vazamento de informações estratégicas (envio de arquivos confidenciais), acesso inadequado a ativos e recursos de TI, acesso remoto inseguro, dentre outros, que impactam na confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações.
- **Riscos Operacionais:** são aqueles que envolvem a operação, sistemas, processos, controles internos, clientes, receitas e outros ativos da Companhia que podem implicar perdas financeiras, danos de reputação e imagem, declínio dos resultados da Companhia. Dentre eles, podemos citar: inviabilidade do produto, clientes e mercado (baixo volume de vendas, perdas para concorrência, preço não condizente, produto não compatível e momento indevido de lançamento), dentre outros.
- **Riscos Financeiros:** são aqueles decorrentes de efeitos não esperados no cenário econômico, político e nas tendências de mercado que podem ter reflexo no comportamento do consumidor, na taxa de juros, inflação, investimentos financeiros, dentre outros. Dentre eles, podemos citar: perda financeira por cadastramento incorreto de índice de correção dos contratos, perdas financeiras decorrentes de ações ocasionadas por distratos realizados pelos clientes, dentre outros.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- **Riscos de Conformidade e Regulatórios:** são aqueles causados pela falha no cumprimento de leis, regras, regulamentos e políticas internas ou pela existência de processos em aberto ou processos futuros que possam resultar em perda financeira e/ou prejudicar a imagem e a reputação da Companhia. Dentre eles, podemos citar: atividades executadas em desacordo com políticas, normas e procedimentos da Companhia, falhas no monitoramento de alteração/criação de leis e regulamentações, sanções/multas devido à transmissão de informações incorretas para órgãos regulatórios, dentre outros.
- **Riscos Estratégicos:** são aqueles associados à estratégia da Companhia na busca de criação, proteção e crescimento de valor e incluem os riscos concorrenciais, riscos políticos e riscos de imagem/reputacionais. São causados por mudanças no ambiente externo, tais como político e econômico, mercado, competidores, fusões e aquisições, disponibilidade de recursos, inovações e portfólio de produtos e/ou serviços.
- **Riscos Socioambientais:** são os riscos relacionados a questões ambientais, como a contaminação de água e solo, descarte indevido de resíduos de construção, e corte indevido de árvores nativas, e questões socioambientais, como riscos de perdas decorrentes de efeitos negativos das atividades e operações da Companhia sobre a sociedade.

(ii) Os instrumentos utilizados para proteção

Após a identificação dos riscos e a classificação nas categorias descritas no item 5.1(b)(i) acima, a Companhia analisa o risco levando em conta o impacto e probabilidade de ocorrência dos riscos sobre os resultados projetados e define o limite de cada risco que está disposta a correr, classificando-os de acordo com as definições abaixo:

- **Risco Inaceitável:** representam ameaça potencial aos negócios da Companhia. Demandam ação gerencial prioritária para eliminar o componente de risco ou ao menos reduzir sua severidade e/ou frequência.
- **Risco Inesperado:** com alto impacto e baixa frequência. Devem ser quantificados e monitorados regularmente para direcionar continuamente as estratégias de mitigação e/ou planos de contingência. O objetivo é estar preparado caso o evento venha a acontecer. Tratamento sujeito à viabilidade de contratação de seguros como resposta a estes riscos.
- **Risco Provável:** de menor criticidade devido ao menor nível de impacto no valor dos negócios. Foco deve ser o de definir níveis aceitáveis de perda por eventos e limites de competência que evitem que o nível de impacto suba ao longo do tempo.
- **Risco Aceitável:** perdas de menor relevância, podendo o custo do impacto ser menor do que o custo de mitigá-los. Riscos de baixo impacto e frequência, não havendo necessidade de monitoramento contínuo.

Uma vez definido o limite de risco, a Companhia trata o risco de acordo com sua criticidade. As alternativas para tratamento dos riscos se classificam da seguinte forma:

- **Rejeitar:** eliminar totalmente a fonte do risco. Esta resposta é aplicável na situação em que Companhia não encontrou alternativas para mitigação do risco até um nível aceitável, em conformidade com seu limite de riscos;
- **Transferir e/ou Compartilhar:** transferir a responsabilidade do risco para terceiros por meio de terceirização de operações e atividades;
- **Mitigar:** reduzir a probabilidade e/ou impacto de um risco para um limite aceitável a Companhia;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Aceitar/Reter: nenhuma ação direta é tomada para alterar o nível de impacto ou probabilidade do risco. Esta resposta é aplicável quando o risco está abrangido no limite de riscos da companhia.

O processo de gerenciamento de risco da Companhia também inclui a elaboração de planos de ação, que representam o conjunto de iniciativas definidas e implantadas pelo proprietário/responsável do risco a fim de adequar as exposições aos limites aprovados.

Ainda, a estratégia principal de proteção patrimonial utilizada pela Companhia é basicamente atrelar os ativos aos mesmos índices dos seus passivos, estratégia conhecida como hedge natural. A Companhia poderá utilizar derivativos para gerenciar riscos de mercado relacionados à exposição do balanço patrimonial. No caso da utilização destas operações, elas serão conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Política de Gerenciamento de Riscos, aprovada pelo Conselho da Administração

Adicionalmente, a Companhia busca proteção para os riscos de crédito, de liquidez e de taxa de juros e poderá utilizar instrumentos para a proteção cambial quando houver exposição a moedas estrangeiras.

A Companhia faz o acompanhamento das projeções de mercado para índices de inflação (IPCA, IGP-M e INCC) e taxa de juros através do boletim Focus, do Banco Central do Brasil, e mantém comunicação com diversos stakeholders, em relação às tendências de mercado. A Companhia utiliza análise de sensibilidade para o gerenciamento dos riscos de mercado das suas posições. Essa metodologia consiste na construção de cenários extremos das variáveis de risco de mercado as quais a Companhia possa estar exposta para determinar o potencial impacto aos seus resultados em tais condições de mercado. Estes cenários são elaborados com base em movimentos históricos e em cenários econômico-financeiros projetados.

Por fim, o processo de gerenciamento de riscos prevê o monitoramento constante dos riscos para evitar que a exposição da Companhia aos riscos aumente e impeça a continuidade de negócios.

(iii) A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura de gerenciamento de Riscos da Companhia considera a atuação conjunta dos órgãos de governança corporativa e de gestão, e é realizada de acordo com o modelo de linhas de defesa do COSO-ERM. A Primeira Linha de Defesa é representada pelos Proprietários de Riscos, responsáveis diretos pela execução de seus processos e detecção dos riscos respectivos e implementação das respostas. Já a Segunda Linha de Defesa é representada pela Área de Riscos e Controles Internos e Área de Compliance que atua na garantia do apropriado funcionamento da primeira linha, por meio do estabelecimento de controles, na identificação de falhas de performance de controles e na identificação de desvios de políticas e procedimentos internos. A Terceira Linha de Defesa é representada pela Auditoria Interna, que atua no fornecimento de avaliações independentes à administração, especialmente pela realização de testes substantivos de controles internos para identificação de desvios operacionais e financeiros decorrentes de falhas e/ou fraudes.

Neste sentido, estão diretamente envolvidas no gerenciamento de riscos as estruturas organizacionais da Companhia abaixo:

O Conselho de Administração tem competência para monitorar o funcionamento do processo de gestão, acompanhar o perfil de riscos da Companhia e os planos de ação definidos em resposta aos riscos. Nesse contexto, compete ao Conselho de Administração da Companhia:

- (i) definir os objetivos estratégicos, as diretrizes e o perfil de riscos da Companhia, adequado e aderente aos seus negócios;
- (ii) aprovar as políticas, diretrizes, matrizes de risco, limites de exposição e impactos propostos;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- (iii) fornecer, periodicamente, sua percepção do grau de exposição a riscos que a Companhia está exposta e influenciar na priorização dos riscos a serem tratados;
- (iv) avaliar em pauta prévia, mudanças ou atualizações e cada risco, cujos limites já tenham sido aprovados;
- (v) assegurar, ao Comitê de Auditoria, autonomia operacional, aprovando orçamento próprio destinado a cobrir despesas com seu funcionamento; e
- (vi) receber, diretamente ou por meio do Comitê de Auditoria, o reporte das atividades da Auditoria Interna, avaliando, ao menos anualmente, se a estrutura e orçamento desta são suficientes ao desempenho de suas funções.

Compete ao Comitê de Auditoria da Companhia, órgão autônomo de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, dentre outras atribuições:

- (i) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia para desenvolvimento de ações que promovam redução de riscos e ameaças;
- (ii) recomendar ao Conselho de Administração a avaliação de políticas, limites e planos de ação;
- (iii) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas;
- (iv) monitorar o cumprimento da Política de Gerenciamento de Riscos e avaliar a performance frente aos limites de risco aprovados;
- (v) opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
- (vi) avaliar a efetividade do modelo de gestão de riscos e sugerir aprimoramentos no processo, apontando as causas e responsabilidades; e
- (vii) acompanhar as atividades da Auditoria Interna e da função de controles internos da Companhia e reportá-las ao Conselho de Administração.

Compete à Diretoria, da Companhia:

- (i) atualizar a matriz de riscos sempre que ocorrer a revisão do plano estratégico e tempestivamente com o surgimento de fatores de risco emergentes;
- (ii) estabelecer priorização dos riscos a partir do impacto e probabilidade, visando estabelecer uma comparação individual dos riscos para fins de priorização e gestão;
- (iii) avaliar e tomar decisões em relação a exposição aos riscos (impacto e probabilidade) e aos limites apresentados pelos Proprietários dos Riscos e recomendar ações de respostas;
- (iv) acompanhar periodicamente a evolução da exposição aos riscos considerando os limites aprovados pelo Conselho de Administração;
- (v) adotar riscos avaliados como ferramenta de orientação da revisão ou construção do plano estratégico; e
- (vi) disseminar a cultura da gestão de risco em toda Companhia, através de incentivos e políticas de remuneração variável.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Compete à *Auditoria Interna*, desempenhada por auditor independente registrado na CVM, e que se reporta ao Conselho de Administração por meio do Comitê de Auditoria:

- (i) aferir a qualidade e a efetividade do processo de gerenciamento de riscos e dos processos de governança, da adequação dos controles e do cumprimento das normas e regulamentos associados aos negócios da Companhia, de forma independente, imparcial e tempestiva; e
- (ii) fornecer relatórios periódicos ao Comitê de Auditoria, a fim de garantir que os processos e estrutura de gerenciamento de riscos esteja sendo devidamente obedecida.

Compete à *Riscos e Controles Internos*:

- (i) estabelecer os processos de gerenciamento de riscos;
- (ii) coordenar e definir os padrões a serem seguidos no que se refere às ferramentas, metodologias, sistemas de suporte e as formas de gerenciamento de riscos;
- (iii) atualizar a matriz de riscos sempre que ocorrer a revisão do plano estratégico ou quando do surgimento de novos fatores de risco;
- (iv) liderar e direcionar os esforços e objetivos de gestão de riscos com os diversos departamentos da Companhia;
- (v) implementar os controles e processos de gestão de riscos definidos pelo Conselho de Administração;
- (vi) auxiliar o Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria e a Área de Compliance e Controles Internos na análise de riscos corporativos;
- (vii) estabelecer priorização dos riscos a partir do impacto e probabilidade, visando estabelecer uma comparação individual dos riscos para fins de priorização e gestão;
- (viii) elaborar relatórios de reporte ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria, consolidando a avaliação de riscos da Companhia;
- (ix) buscar melhorias no processo de gestão de riscos e controles internos de forma contínua;
- (x) acompanhar as melhorias de processos para mitigar os riscos corporativos;
- (xi) fornecer apoio aos Proprietários dos Riscos sobre o processo de gerenciamento de riscos;
- (xii) mapear processos e auxiliar na identificação dos riscos, além de garantir os respectivos controles para mitigar os riscos identificados; e
- (xiii) acompanhar e sugerir melhorias de controles internos nas áreas operacionais.

Compete à *Compliance*:

- (i) zelar pela aplicação do Código de Ética e Conduta da Companhia;
- (ii) elaborar o plano de implantação dos procedimentos e diretrizes do Código de Ética e Conduta, bem como das demais políticas de integridades;
- (iii) auxiliar a Área de Riscos e Controles Internos na avaliação dos riscos de conformidade e regulatórios;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- (iv) acompanhar a implementação dos planos de ação; e
- (v) coordenar as melhorias de processos para mitigar os riscos de conformidade e regulatório.

Compete ao Comitê de Ética e Conduta (nova denominação da Comissão de Ética e Conduta), comitê interno da Companhia composto por membros da alta direção da Companhia e cujas atividades não possuam relação com áreas operacionais da Companhia, dentre outras atribuições:

- (i) recomendar o direcionamento estratégico relativo a denúncias de irregularidade;
- (ii) determinar se houve ou não a violação ao Código de Ética e Conduta e demais políticas, ou aos valores e princípios básicos da Companhia;
- (iii) determinar as sanções a serem aplicadas no caso de as denúncias serem consideradas procedentes, com o apoio dos departamentos de Recursos Humanos, Jurídico e Compliance da Companhia;
- (iv) contribuir na definição de padrões e parâmetros para preservação da imagem institucional e proteção de ativos da Companhia;
- (v) recomendar aprovação de normas, ações e orientações, em consonância com as políticas e diretrizes inerentes ao tema, objetivando assegurar o suporte aos processos e a conformidade relativos à conduta e ética;
- (vi) orientar a adoção de medidas e providências para mitigação de riscos relacionados à ética, de modo a assegurar a conformidade às políticas e normas afetas ao tema; e
- (vii) acompanhar as respectivas deliberações e orientações, designando atribuições, solicitando prestação de contas e definindo responsabilidades, de forma a garantir a efetividade e conformidade das decisões no âmbito do Comitê.

Compete aos Proprietários dos Riscos da Companhia:

- (i) identificar os fatores de riscos e indicadores para a mensuração e monitoramento dos riscos;
- (ii) fornecer informações precisas, íntegras e suficientes para análises;
- (iii) apresentar percepção quanto à exposição ao, se possível, pautada também em indicadores de mercado;
- (iv) sugerir, avaliar, implantar e monitorar as ações com o objetivo de reduzir a exposição ao risco sob sua responsabilidade;
- (v) cumprir os limites de riscos aprovados pelo Conselho de Administração;
- (vi) comunicar, tempestivamente, os eventos de risco que apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação de limites, para discussão nos fóruns e alçadas apropriadas; e
- (vii) dar cumprimento ao plano de ação.

A estrutura envolvida no gerenciamento de riscos da Companhia, tal como acima descrita, está formalmente prevista desde a reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 24 de fevereiro de 2021. Para fins de adequação à oferta pública inicial de ações ("IPO"), a Companhia constituiu Comitê de Auditoria, reformulou sua Comissão de Ética e Conduta, contratou empresa de auditoria independente registrada perante a CVM para desempenho das funções de auditoria interna e reformulou as demais atribuições e estruturas organizacionais de gerenciamento de riscos.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

A implementação desta estrutura se deu no contexto das atividades preparatórias para a abertura de capital da Companhia e admissão das ações ordinárias de sua emissão para negociação no segmento especial da B3 denominado Novo Mercado. A Companhia entende que está vivenciado, neste momento, um período de adaptação e de aprimoramento de relações orgânicas estabelecidas entre as instâncias envolvidas no gerenciamento de riscos, embora todas as estruturas descritas neste item 5.1.b.iii já se encontrem plenamente funcionais desde fevereiro de 2021.

Em 9 de maio de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou (i) o novo fluxo do Canal de Ética da Companhia; (ii) a eleição dos novos membros do Comitê de Ética e Conduta da Companhia; (iii) a atualização do Código de Ética e Conduta e do Regimento Interno do Comitê de Ética e Conduta da Companhia; (iv) novas políticas pertinentes à área de Compliance da Companhia.

(c) A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Com base nas informações descritas neste item 5.1, a Companhia entende que sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos. A administração da Companhia monitora e avalia, por meios considerados por ela adequados, se as operações efetuadas pela Companhia estão de acordo com as políticas por ela adotadas e se representam exposição a riscos que comprometam o atendimento dos objetivos da Companhia.

Em 09 de maio de 2023, o Conselho de Administração reelegeu os membros do Comitê de Auditoria da Companhia e aprovou o seu orçamento para as atividades de 2023. Na mesma data, também foi aprovado o plano anual de trabalho e o orçamento da Auditoria Interna para o desempenho de suas funções. Os trabalhos de Auditoria Interna já estão em curso e vêm sendo executados desde 1º de março de 2021.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2 – Controles internos: em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

(a) As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia busca a melhoria contínua de sua estrutura de governança corporativa e o aprimoramento de seus controles internos. Com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras sejam elaboradas de forma fidedigna, refletindo consistentemente seus processos operacionais e financeiros, e preparadas em conformidade com os requisitos exigidos, a Companhia adota práticas e controles internos, que também estão refletidos em sua Política de Gerenciamento de Riscos, para garantir a transparência e a confiabilidade de suas demonstrações financeiras.

O processo de fechamento contábil é realizado em uma estrutura de acompanhamento de fechamentos de módulos sistêmicos. Mensalmente, a Diretoria Financeira com a Gerência de Contabilidade e a Gerência de Controladoria revisam o fechamento contábil com vistas a assegurar sua adequação e confiabilidade.

(b) As estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia possui uma estrutura composta pela Diretoria Financeira com a Gerência Contabilidade; gerência de Controladoria; o Conselho de Administração, além da área de Compliance e da área de Riscos e Controles Internos. Toda a estrutura é responsável pelo monitoramento e controle da elaboração das demonstrações financeiras, bem como na implementação das práticas de melhoria contínua nos controles internos da Companhia.

Além disso, a Companhia possui Comitê de Auditoria, órgão colegiado de funcionamento permanente, vinculado ao Conselho de Administração, que avalia a independência, a qualidade e a efetividade dos serviços prestados pelos auditores independentes, dispendo de autonomia operacional e dotação orçamentária para o desempenho de suas funções. Em atendimento ao Regulamento do Novo Mercado, em 24 de fevereiro de 2021, o Conselho de Administração aprovou a contratação de um auditor independente registrado na CVM para ser responsável pela função de Auditoria Interna, que submete para revisão e aprovação do Comitê de Auditoria, pelo menos anualmente, um plano de auditoria interna, que compreende as práticas de controles adotadas pela Companhia. A estrutura envolvida nos controles internos da Companhia, tal como acima descrita, está formalmente prevista desde a reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 24 de fevereiro de 2021. A implementação desta estrutura se deu no contexto das atividades preparatórias para a abertura de capital da Companhia e admissão das ações ordinárias de sua emissão para negociação no segmento especial da B3 denominado Novo Mercado. A Companhia entende que está vivenciado, neste momento, um período de adaptação e de aprimoramento de relações orgânicas estabelecidas entre as instâncias envolvidas na gestão dos controles internos, embora todas as estruturas descritas neste item 5.2.b já se encontrem plenamente funcionais.

(c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O Comitê de Auditoria da Companhia é responsável por supervisionar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e as atividades dos auditores independentes.

Dentre as atribuições do Comitê de Auditoria, visando a garantir a eficácia dos controles internos, estão:

(i) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente; (ii) supervisionar as atividades da auditoria independente; (iii) avaliar e monitorar a qualidade e a integridade das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras; (iv) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia; (v) avaliar e monitorar

5.2 Descrição dos controles internos

as exposições de risco da Companhia, promovendo seu gerenciamento, de acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos; (vi) avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política para Transação com Partes Relacionadas; (vii) receber e tratar informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive estabelecer procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação; (viii) aprovar um cronograma de atividades para o exercício social correspondente; (ix) monitorar o cumprimento da Política de Gerenciamento de Riscos e avaliar a performance frente aos limites de riscos aprovados; e (x) avaliar a efetividade do modelo de gestão de riscos e sugerir aprimoramentos no processo, apontando as causas e as responsabilidades.

Além disso, conforme mencionado no item 5.2(b) acima, a Diretoria Financeira participa do processo de revisão e validação do relatório de demonstrações financeiras, após os trabalhos desempenhados pela Gerência de Contabilidade.

(d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores independentes obtiveram entendimento dos controles internos relevantes da Companhia para a auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos. Como resultado desta avaliação, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os auditores independentes da Companhia emitiram, o "Relatório de recomendações dos auditores independentes sobre os controles internos" da Companhia, que contém um descritivo sobre deficiências identificadas ao longo do processo de auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, que tem por objetivo contribuir para o aperfeiçoamento dos controles internos e procedimentos contábeis da Companhia.

Dentre as deficiências identificadas no referido relatório, as seguintes foram consideradas significativas, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022:

<u>Deficiência</u>	<u>Recomendações dos Auditores</u>
<p>1) Revisão do processo de elaboração de informações contábeis e financeiras</p> <p>O processo de preparação das demonstrações financeiras consiste na compilação e revisão das informações contábeis e financeiras relevantes para fins de apresentação nas demonstrações financeiras da Companhia.</p> <p>A confiabilidade e qualidade das informações refletidas nestes demonstrativos é produto direto do nível de controle mantido pela Companhia em seus principais processos operacionais, financeiros, contábeis e de sistemas, como por exemplo: processo para reconhecimento da receita contábil, processo para registro das contas a pagar, apuração do passivo de arrendamento e direito de uso, apuração de impostos diretos e indiretos, registro de <i>stock options</i>, entre outros.</p> <p>Para a manutenção adequada da qualidade do fluxo das informações no que se refere ao registro, movimentação, armazenamento e divulgação das mesmas, está diretamente ligada a utilização de conceitos essenciais de controles internos, como por exemplo, segregação de funções, revisões tempestivas, prática de evidenciação de revisões na forma de assinaturas, redução de interfaces manuais nos processos.</p>	<p>Recomendou-se à Administração implementar controles referente as práticas e procedimentos formais de revisão das informações utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras assim como no processo de revisão das demonstrações financeiras, para que possa obter um melhor controle sobre a integridade e precisão das informações utilizadas nesse processo e mitigar eventuais riscos de distorções que possam impactar os registros contábeis e as divulgações nas demonstrações financeiras.</p>

5.2 Descrição dos controles internos

(e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

<u>Deficiência</u>	<u>Comentários dos Diretores</u>
<p>1) Revisão do processo de elaboração de informações contábeis e financeiras</p> <p>O processo de preparação das demonstrações financeiras consiste na compilação e revisão das informações contábeis e financeiras relevantes para fins de apresentação nas demonstrações financeiras da Companhia.</p> <p>A confiabilidade e qualidade das informações refletidas nestes demonstrativos é produto direto do nível de controle mantido pela Companhia em seus principais processos operacionais, financeiros, contábeis e de sistemas, como por exemplo: processo para reconhecimento da receita contábil, processo para registro das contas a pagar, apuração do passivo de arrendamento e direito de uso, apuração de impostos diretos e indiretos, registro de <i>stock options</i>, entre outros.</p> <p>Para a manutenção adequada da qualidade do fluxo das informações no que se refere ao registro, movimentação, armazenamento e divulgação das mesmas, está diretamente ligada a utilização de conceitos essenciais de controles internos, como por exemplo, segregação de funções, revisões tempestivas, prática de evidenciação de revisões na forma de assinaturas, redução de interfaces manuais nos processos.</p>	<p>A Companhia revisou todos os procedimentos internos de fechamento e cronograma do fechamento da Demonstração Financeira, e aplicou no primeiro trimestre de 2023, em que foram bem aceitos no decorrer do ITR. Os processos serão mantidos e aperfeiçoados para concluir a deficiência significativa.</p>

5.3 Programa de integridade

5.3 – Integridade: em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

(a) Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

(i) Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

No contexto de aprimoramento de sua governança corporativa, a Companhia revisou seu Código de Ética e Conduta ("Código de Ética e Conduta"), visando reforçar seu compromisso com a disseminação de uma cultura de integridade e a constante promoção de um ambiente corporativo transparente e ético. O Código de Ética e Conduta trata, entre outras matérias, sobre a importância de cumprimento com legislação e regulamentos aplicáveis às suas atividades, especialmente com leis que proíbem práticas de corrupção.

O Código de Ética e Conduta, cuja versão atual foi aprovada pelo Conselho de Administração em 09 de maio de 2023, define a missão, visão, princípios e valores da Companhia e aborda, dentre outros, tópicos como: (i) valorização da diversidade e combate à discriminação; (ii) confidencialidade; (iii) procedimentos em caso de conflito de interesses; (iv) relacionamento com a sociedade e o meio ambiente; e (v) medidas disciplinares aplicáveis aos casos de violação.

Os riscos relacionados a integridade são analisados periodicamente e, havendo necessidade, o Código de Ética e Conduta e demais políticas da Companhia são adaptadas.

Ainda em 2023, a Companhia: (i) iniciou a atualização do seu programa de integridade, incluindo a revisão do Código de Ética e Conduta e do Regimento Interno do Comitê de Ética e Conduta; (ii) elegeu os novos membros do Comitê de Ética e Conduta; (iii) aprovou o novo fluxo do Canal de Ética, bem como política relativa ao Canal de Ética; e (iv) aprovou novas políticas pertinentes à área de Compliance, incluindo a política de anticorrupção e política de prevenção a lavagem de dinheiro (PLD).

(ii) As estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

- Área de *Compliance*

A Área de *Compliance* é responsável por orientar e prestar esclarecimentos sobre o Código de Ética e Conduta, solucionando eventuais lacunas ou pontos omissos.

Compete à Área de *Compliance*:

- Tomar as medidas necessárias para garantir a aplicação e divulgação do Código de Ética e Conduta e, inclusive, fiscalizar e avaliar o seu cumprimento e eficácia;
 - Propor novas normas ou políticas relacionadas ao programa de integridade ou a revisão das já existentes; e
 - Conduzir treinamentos periódicos acerca das condutas, princípios, conceitos e procedimentos previstos no Código de Ética e Conduta.
- Comitê de Ética e Conduta

5.3 Programa de integridade

O Comitê de Ética e Conduta é responsável por recomendar o direcionamento estratégico relativo a denúncias de irregularidade, garantindo anonimato do denunciante, se desejado, e práticas de não retaliação, encaminhando suas conclusões e tratativas ao Conselho de Administração.

Compete ao Comitê de Ética e Conduta, cujos membros não exercem ou cumulam atividades operacionais, dentre outras matérias:

- constituir o Grupo de Investigação, órgão que será responsável por: (i) receber denúncias através do Canal de Ética da Infracommerce; (ii) coordenar a apuração dos fatos; (iii) tomar os depoimentos das partes envolvidas; e (iv) examinar a documentação e o que mais for necessário, dentre outros órgãos ou comitês necessários ao processo investigativo das denúncias.
- com base nos fatos apurados pelo Grupo de Investigação, determinar se houve ou não a violação ao Código de Ética e Conduta e demais políticas, ou aos valores e princípios básicos da Infracommerce;
- no caso de as denúncias serem consideradas procedentes ou parcialmente procedentes, determinar as sanções a serem aplicadas de acordo com a Política de Consequências, com o apoio dos departamentos de Recursos Humanos, Jurídico e Compliance da Infracommerce;

O Comitê de Ética e Conduta (anteriormente denominado Comissão de Ética e Conduta) foi constituído antes da abertura de capital da Companhia, e suas atribuições estão previstas em Regimento Interno próprio, atualizado em 09 de maio de 2023.

É assegurado ao Comitê de Ética e Conduta autonomia, imparcialidade e autoridade para exercer suas atribuições, para tanto, a instância conta com recursos materiais, humanos e financeiros suficientes e possibilidade de reporte ao mais alto nível hierárquico da Companhia, quando necessário.

(iii) Se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

A última versão do Código de Ética e Conduta foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 09 de maio de 2023.

- **Se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;**

O Código de Ética e Conduta é aplicável a todos os colaboradores da Companhia, independentemente do seu nível hierárquico, incluindo membros de conselhos e comitês, diretores, gerentes, funcionários, estagiários e aprendizes.

Além disso, o Código de Ética e Conduta orienta os colaboradores da Companhia a, sempre que possível, transmitirem os princípios e normas ali contidos para terceiros, inclusive fornecedores, prestadores de serviço, parceiros, clientes, intermediários, representantes ou demais terceiros contratados pela Companhia ou qualquer outra pessoa, entidade ou autoridade com quem a Companhia se relacione.

5.3 Programa de integridade

- **Se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema;**

A Companhia promove treinamentos, anualmente, a todos os seus colaboradores para qualificação e conscientização acerca das condutas, princípios, conceitos e procedimentos previstos no Código. O comparecimento aos treinamentos é obrigatório e a presença é controlada através de meios adequados.

- **As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas; e**

Conforme previsto no Código de Ética e Conduta e na Política de Gerenciamento de Riscos, qualquer colaborador que violar as previsões do referido documento estará sujeito a aplicação de medidas disciplinares, que podem incluir: (i) advertência verbal ou escrita; e (ii) suspensão; (iii) rompimento do contrato de trabalho (com ou sem justa causa); (iv) tomada de medidas legais relacionadas à restituição dos danos; e (v) quando for o caso, comunicação dos fatos às autoridades competentes.

As sanções são aplicadas pelo Comitê de Ética e Conduta, com o apoio do departamento de Recursos Humanos, do departamento Jurídico e *Compliance* da Companhia, observadas eventuais recomendações do Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, conforme aplicável.

Nesse sentido, caso as denúncias sejam contra membros do Comitê de Ética e Conduta, Diretoria Estatutária ou quaisquer outros membros da alta liderança da Infracommerce, estas denúncias serão avaliadas pelo Comitê de Auditoria e/ou Conselho de Administração.

- **Órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A última versão do Código de Ética e Conduta foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 09 de maio de 2023.

O documento está disponível no website da Companhia: ri.infracommerce.com.br.

- (b) **Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

A Companhia disponibiliza a todos os seus colaboradores e terceiros um canal de denúncias ("Canal de Ética") por meio do qual é possível reportar e relatar situações de qualquer natureza relacionadas possíveis infrações ou desconformidades com a legislação, o Código de Ética e Conduta e demais políticas, ou os valores e princípios básicos da Companhia.

- (i) **Se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O Canal de Ética é gerido por empresa independente.

- (ii) **Se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O Canal de Ética está aberto para o recebimento de denúncias internas e externas, de forma gratuita, pelos seguintes meios:

- *Website*: <https://canal.ouvidordigital.com.br/infracommerce/form>
- *Whatsapp*: <https://canal.ouvidordigital.com.br/infracommerce>

5.3 Programa de integridade

(iii) Se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

O Canal de Ética assegura a confidencialidade das informações recebidas e possibilita o anonimato daqueles que preferirem não se identificar.

Nos termos do seu Código de Ética e Conduta, a Companhia não tolera qualquer forma de retaliação contra o denunciante que tenha feito uma comunicação de boa-fé, ainda que ao final seja considerada improcedente. Eventual retaliação é considerada uma violação ao Código de Conduta, sujeitando os infratores às medidas disciplinares cabíveis.

(iv) Órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

Todas as denúncias realizadas por meio do Canal de Ética são recebidas pela empresa independente, categorizadas e direcionadas pelo Grupo de Investigação ao Comitê de Ética e Conduta. Havendo necessidade, o Grupo de Investigação toma depoimentos das partes envolvidas, realiza a colheita e provas, examina a documentação e o que mais for necessário e, com base nos fatos apurados, formaliza o Dossiê da Investigação para que o Comitê de Ética e Conduta delibere se houve ou não a violação do Código de Ética e Conduta e demais políticas, ou os valores e princípios básicos da Companhia.

Caso positivo, o Comitê de Ética e Conduta determina as sanções a serem aplicadas de acordo com a Política de Consequências, com o apoio dos departamentos de Recursos Humanos e Jurídico, observadas eventuais recomendações do Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, se aplicável. As decisões de acatar ou não a denúncia, as conclusões e recomendações do Canal de Ética serão relatadas periodicamente ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração.

(c) Número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Não aplicável, pois não foram confirmados casos de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

(d) Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, tendo em vista que, conforme descrito acima, a Companhia adota regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5.4 Alterações significativas

5.4 – Alterações significativas: informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Em relação ao último exercício social, não houve alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta ou na Política de Gerenciamento de Riscos.

5.5 Outras informações relevantes

5.5 – Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Projeto de Adequação da Companhia à LGPD

A Companhia iniciou a adoção de esforços para se adequar às diretrizes da Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD) antes mesmo da entrada em vigor da referida legislação. No ano de 2018, a Companhia procedeu ao mapeamento de todas as suas atividades de tratamento de dados pessoais, constituindo inventário centralizado de suas operações, além de formalizar políticas e procedimentos que definiram as diretrizes internas para utilização de informações pessoais. Referida estrutura passou por atualizações pontuais para atender necessidades específicas, como posicionamentos emitidos pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

Com a incorporação de novos negócios à sua estrutura, a Companhia, em 2022, deu início ao projeto Privacy 2.0., que tem por objeto a atualização da estrutura de governança implementada para gestão do tema. Nesse sentido, para além da atualização das políticas, procedimentos e avisos relacionados, referido projeto reformulou a composição dos times responsáveis. Assim, atualmente, a Companhia conta com equipe dedicada, Encarregado pelo Tratamento de Dados nomeado e comitê de privacidade, o qual conta com a participação das principais áreas de negócio e BackOffice da Companhia e é responsável por adotar decisões estratégicas relacionadas ao programa de privacidade e proteção de dados. Referido comitê é realizado de forma periódica, sem prejuízo do agendamento de reuniões extraordinárias para endereçamento de assuntos prioritários.

A Companhia também implementou calendário de conscientização voltado a disseminar as regras de seu programa de privacidade e proteção de dados a todos os seus colaboradores, garantindo que as regras internas sejam observadas.

Além do exposto acima, não há outras informações relevantes com relação a este item 5.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
IGNEOUS						
	Estados Unidos	Não	Não	19/03/2024		
Sim	N/A		Juridica		00.000.000/0000-00	
50.390.832	7,905	0	0,000	50.390.832	7,905	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Kai Philipp Schoppen						
	Alemanha	Não	Não	19/03/2024		
Não						
10.948.358	1,717	0	0,000	10.948.358	1,717	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
KUWAIT INVESTMENT AUTHORITY						
	Kuait	Não	Não	19/03/2024		
Sim	N/A		Juridica		00.000.000/0000-00	
35.544.177	5,576	0	0,000	35.544.177	5,576	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
PATRIA INVESTIMENTOS						
12.461.756/0001-17	Brasil	Não	Não	19/03/2024		
Não	Flavio Menezes		Física		152.597.248-01	
38.144.800	5,984	0	0,000	38.144.800	5,984	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Unique Partners LLC						
17.045.706/0001-72	Estados Unidos	Não	Não	19/03/2024		
Não						
4.223.049	0,662	0	0,000	4.223.049	0,662	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
VENTURE IGUATEMI FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIELABORADA INVESTIMENTO NO EXTERIOR						
47.699.783/0001-07	Brasil	Não	Não	19/03/2024		
Não	Wagner Monteiro de Azevedo		Física		009.009.457-37	
30.596.785	4,800	0	0,000	30.596.785	4,800	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
467.635.367	73,356	0	0,000	467.635.367	73,356	
TOTAL						
637.483.368	100,000	0	0,000	637.483.368	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	27/09/2023
Quantidade acionistas pessoa física	14.339
Quantidade acionistas pessoa jurídica	60
Quantidade investidores institucionais	136

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	524.998.667	82,355%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	524.998.667	82,355%

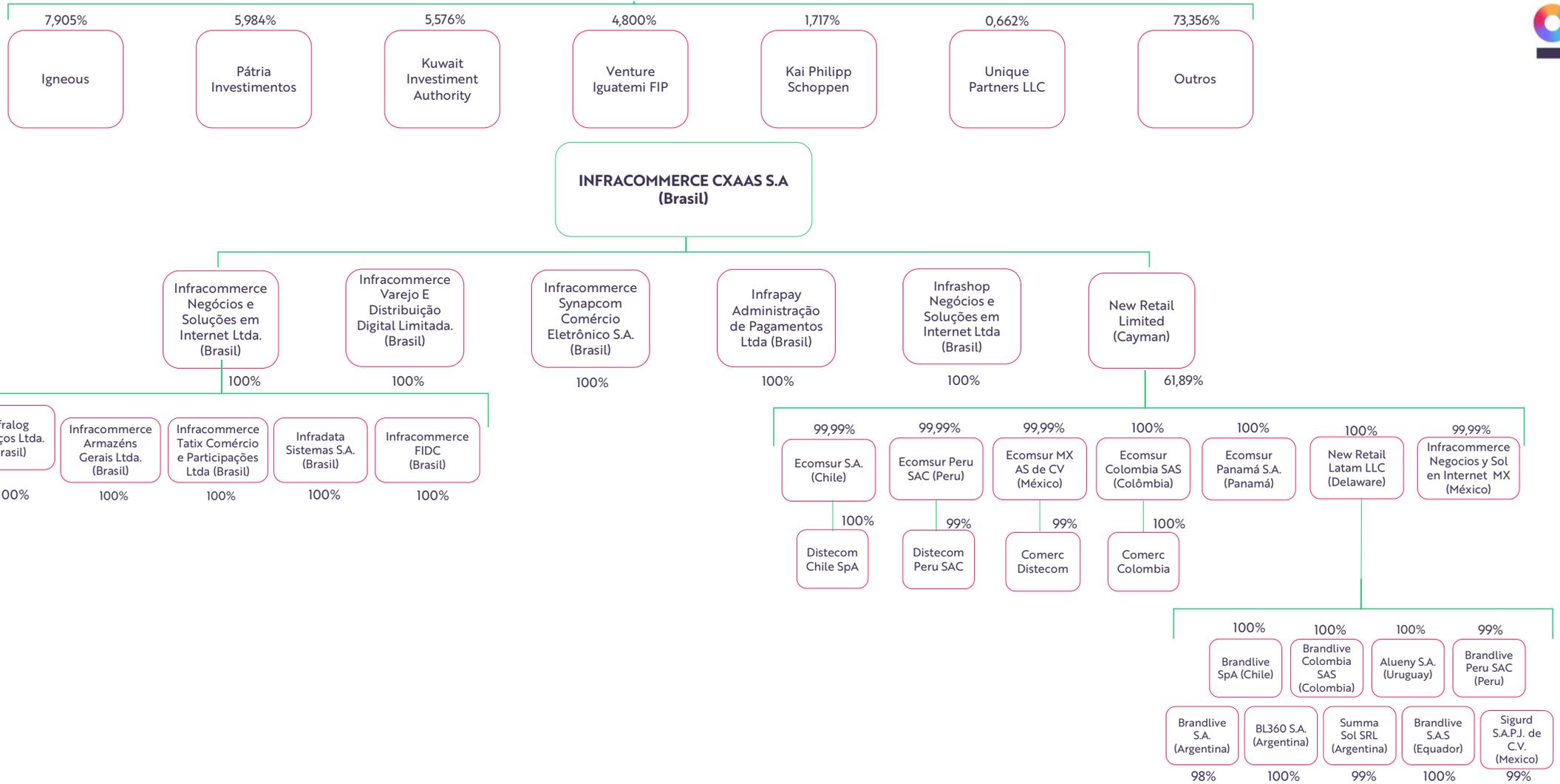
6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
BL 360 S.A.	00.000.000/0000-00	100
BRANDLIVE ARGENTINA S.A.	00.000.000/0000-00	98
BRANDLIVE COLÔMBIA SAS	00.000.000/0000-00	100
BRANDLIVE EQUADOR	00.000.000/0000-00	100
BRANDLIVE PERU	00.000.000/0000-00	99
BRANDLIVE SPA	00.000.000/0000-00	100
BRANDLIVE URUGUAI	00.000.000/0000-00	100
COMERC COLOMBIA	00.000.000/0000-00	100
COMERC DISTECOM (MÉXICO)	00.000.000/0000-00	99
DISTECOM CHILE SPA	00.000.000/0000-00	100
DISTECOM PERU SAC	00.000.000/0000-00	99
ECOMSUR COLOMBIA SAS	00.000.000/0000-00	100
ECOMSUR MX AS DE CV	00.000.000/0000-00	99,99
ECOMSUR PANAMÁ S.A (PANAMÁ)	00.000.000/0000-00	100
ECOMSUR PERU SAC	00.000.000/0000-00	99,99
ECOMSUR S.A. (CHILE)	00.000.000/0000-00	99,99
INFRACOMMERCE ARMAZÊNS GERAIS LTDA	01.085.270/0001-05	100
INFRACOMMERCE FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS	41.649.927/0001-34	100
Infracommerce Negócios e Soluções em Internet Ltda.	15.427.207/0001-14	100

6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
INFRACOMMERCE NEGÓCIOS Y SOLUCIONES EN INTERNET MX	00.000.000/0000-00	99,9
INFRACOMMERCE SYNAPCOM COMERCIO ELETRÔNICO S.A.	27.932.734/0001-65	100
INFRACOMMERCE TATIX COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES LTDA.	19.112.842/0001-63	100
Infracommerce Varejo e Distribuição Digital Ltda.	11.216.478/0001-70	100
INFRADATA SISTEMAS S.A	03.861.492/0001-06	100
INFRALOG SERVIÇOS LTDA.	27.114.359/0001-46	100
Infrapay Administração de Pagamentos Ltda.	35.703.458/0001-91	100
Infrashop Negócios e Soluções em Internet Ltda.	29.797.652/0001-80	100
NEW RETAIL LIMITED	00.000.000/0000-00	62
NEW RETAIL LLC	00.000.000/0000-00	100
SIGURD S.A.P.I. DE C.V.	00.000.000/0000-00	99
SUMMA SOLUTIONS	00.000.000/0000-00	99

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico



6.6 Outras informações relevantes

Esclarecimentos sobre o item 6.1/6.2 deste Formulário de Referência

A Companhia esclarece que a participação acionária detida pela Unique Partners LLC e Venture Iguatemi FIP no capital social da Companhia foi incluída no item 6.1/6.2 deste Formulário de Referência, tendo em vista que tal sociedade é vinculada aos administradores da Companhia.

Com relação a participação acionária do Sr. Kai Phillip Schoppen, foi incluída em razão do referido administrador ser o fundador da Companhia.

Além do exposto acima, não há outras informações relevantes com relação a este item 6.

Informações complementares ao item 6.3 acima

A Companhia esclarece que no cálculo das ações em circulação, as ações da Companhia de propriedade dos fundos detidos pelos administradores da Companhia foram excluídas, considerando que são detidas indiretamente pelos respectivos administradores e, portanto, não estão em circulação.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

7.1 – Órgãos da administração: descrever as principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal do emissor, identificando:

A administração da Companhia é composta por (i) Conselho de Administração, (ii) Diretoria Estatutária, (iii) Conselho Fiscal não permanente, e (iv) Comitê de Auditoria Não Estatutário.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão responsável, dentre outros, pelo estabelecimento das políticas gerais dos negócios da Companhia e pela eleição dos diretores executivos, bem como pela supervisão da gestão dos mesmos. O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 5 (cinco), e, no máximo, 7 (sete) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes, conforme definição do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento do Novo Mercado" e "B3", respectivamente) devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger.

Diretoria

A Diretoria será constituída de, no mínimo, 2 (dois), e, no máximo 9 (nove) membros, eleitos pelo Conselho de Administração e com atribuições fixadas por este órgão, sendo obrigatoriamente designado um Diretor Presidente, um Diretor de Relações com Investidores, um Diretor Vice-Presidente de Finanças e os demais sem designação específica. Todos os diretores serão residentes no país e terão mandato fixado em 2 anos, podendo ser reeleitos.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia é de caráter não permanente e não foi instalado na última Assembleia Geral Ordinária da Companhia ocorrida em 28 de abril de 2023. O Conselho Fiscal é composto de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Para mais informações sobre descrições, competências e atribuições do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal, vide Estatuto Social e respectivos regimentos internos, conforme o caso, disponíveis para consulta no site de relações com investidores da Companhia (ri.infracommerce.com.br).

Para mais informações sobre os comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, vide item 7.2 (a) deste Formulário de Referência.

(a) Principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado:

A Companhia possui uma política formal de indicação de membros do Conselho de Administração, dos comitês e da Diretoria estatutária ("Política de Indicação"), aprovada por deliberação do Conselho de Administração da Companhia, em 24 de fevereiro de 2021. A Política de Indicação pode ser consultada no site de RI da Companhia: ri.infracommerce.com.br.

O Conselho de Administração será formado por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 7 (sete) membros. Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 ou 20%, o que for maior, deverão ser conselheiros independentes conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger. Ademais, a Assembleia Geral poderá eleger e destituir 1 (um) membro suplente comum aos membros eleitos do Conselho de Administração.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Conforme disposto na Política de Indicação, a indicação dos membros do Conselho de Administração deverá obedecer os seguintes critérios, além dos requisitos legais, regulamentares, e daqueles expressos no Estatuto Social da Companhia: (i) alinhamento e comprometimento com os valores e a cultura da Companhia, seu Código de Ética e Conduta e suas políticas internas; (ii) integridade pessoal e reputação ilibada; (iii) visão estratégica; (iv) responsabilidade social e ambiental; (v) formação acadêmica compatível com as atribuições dos membros do Conselho de Administração, conforme descritas no Estatuto Social; (vi) experiência profissional em temas diversificados, tendo exercido previamente funções similares àquelas a serem desempenhadas em seu mandato de Conselheiro ou tendo reunido capacidades e experiências que sejam do interesse da Companhia no momento de sua indicação; (vii) ser familiarizado em gestão financeira e demais áreas da administração de empresas, possuindo habilidades e experiências necessárias para o exercício do cargo; (viii) habilidades para implementar as estratégias, enfrentar os desafios e atingir os objetivos da Companhia; (ix) estar isento de conflito de interesse com a Companhia e não (i) ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia; (x) disponibilidade de tempo para dedicar-se adequadamente à função e responsabilidade assumida, que vai além da presença nas reuniões do conselho e da leitura prévia da documentação.

A Diretoria será constituída de, no mínimo, 2 (dois), e, no máximo 9 (nove) membros, eleitos pelo Conselho de Administração e com atribuições fixadas por este órgão, sendo obrigatoriamente designado um Diretor Presidente, um Diretor de Relações com Investidores, um Diretor Vice-Presidente de Finanças e os demais sem designação específica. Todos os diretores serão residentes no país e terão mandato fixado em 2 anos, podendo ser reeleitos.

Conforme disposto na Política de Indicação, a indicação dos membros da Diretoria deverá obedecer aos seguintes critérios, de acordo com sua função: (i) alinhamento e comprometimento com os valores e a cultura da Companhia, seu Código de Ética e Conduta e suas políticas internas; (ii) reputação ilibada; (iii) visão estratégica; (iv) responsabilidade social e ambiental; (v) formação acadêmica compatível com as atribuições dos membros do Conselho de Administração, conforme descritas no Estatuto Social; (vi) experiência profissional em temas diversificados, tendo exercido previamente funções similares àquelas a serem desempenhadas em seu mandato de Conselheiro ou tendo reunido capacidades e experiências que sejam do interesse da Companhia no momento de sua indicação; (vii) habilidades para implementar as estratégias, enfrentar os desafios e atingir os objetivos da Companhia; (viii) estar isento de conflito de interesse com a Companhia e não (i) ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia; (ix) disponibilidade de tempo para dedicar-se adequadamente à função e responsabilidade assumida, que vai além da presença nas reuniões do conselho e da leitura prévia da documentação.

O Comitê de Auditoria terá composição de, no mínimo, de 3 (três) membros.

Conforme disposto na Política de Indicação e observado o Regulamento do Novo Mercado, a composição do Comitê de Auditoria deverá obedecer aos seguintes critérios: (i) ao menos 1 (um) deve ser conselheiro independente, conforme definição constante no Regulamento do Novo Mercado; (ii) ao menos 1 (um) deles deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação editada pela CVM que dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito de valores mobiliários e defini os deveres e as responsabilidades das entidades auditadas no relacionamento com os auditores independentes; (iii) o mesmo membro do Comitê de Auditoria poderá acumular as duas características previstas nas alíneas (i) e (ii) acima; e (iv) nenhum dos membros poderá ser controlador da Companhia, nem diretor da companhia, de seu acionista controlador, direto ou indireto, ou de sociedades controladas, coligadas ou sob controle comum, tampouco possuir qualquer vínculo de subordinação com as pessoas anteriormente mencionadas.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

A eleição dos membros dos Comitês pelo Conselho de Administração, sejam conselheiros ou não conselheiros, deverão obedecer aos seguintes critérios, além do estabelecido no parágrafo anterior para o Comitê de Auditoria: (i) alinhamento e comprometimento com os valores e a cultura da Companhia, seu Código de Ética e Conduta e suas políticas internas; (ii) reputação ilibada; (iii) visão estratégica; (iv) responsabilidade social e ambiental; (v) formação acadêmica compatível com as atribuições dos membros do Conselho de Administração, conforme descritas no Estatuto Social; (vi) experiência profissional em temas diversificados, tendo exercido previamente funções similares àquelas a serem desempenhadas em seu mandato de Conselheiro ou tendo reunido capacidades e experiências que sejam do interesse da Companhia no momento de sua indicação; (vii) habilidades para implementar as estratégias, enfrentar os desafios e atingir os objetivos da Companhia; (viii) estar isento de conflito de interesse com a Companhia e não (i) ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia; e (ix) disponibilidade de tempo para dedicar-se adequadamente à função e responsabilidade assumida, que vai além da presença nas reuniões do conselho e da leitura prévia da documentação.

(b) Se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

Sim, há mecanismos de avaliação de desempenho do Conselho de Administração, da Diretoria e do Comitê de Auditoria, conforme constante de seus respectivos regimentos internos e/ou indicado abaixo.

(i) A periodicidade da avaliação e sua abrangência

Conselho de Administração: com o objetivo de aprimorar continuamente a sua efetividade, auxiliando os próprios Conselheiros a analisarem suas contribuições, bem como estabelecer planos de ação para o constante aperfeiçoamento do órgão, o Conselho realizará, no mínimo 1 (uma) vez durante a vigência do mandato do Conselheiro, a avaliação formal do desempenho do próprio conselho, como órgão colegiado, de cada um de seus membros, individualmente, e do Presidente do Conselho. Estará elegível para participar do processo de avaliação, como avaliador ou avaliado, o Conselheiro ou Presidente do Conselho, que estiver na função por, pelo menos, 2 (duas) reuniões ordinárias desde a última avaliação. A condução do processo de avaliação é de responsabilidade do Presidente do Conselho. É facultativa a utilização de assessoria externa especializada.

Diretoria: com o objetivo de aprimorar continuamente a sua efetividade, auxiliando os próprios Diretores a analisarem suas contribuições, bem como estabelecer planos de ação para o constante aperfeiçoamento do órgão, a Diretoria realizará, no mínimo 1 (uma) vez durante a vigência do mandato dos Diretores, a avaliação formal do desempenho da própria Diretoria e de cada um dos Diretores, individualmente. A condução do processo de avaliação é de responsabilidade do Diretor Presidente. É facultativa a utilização de assessoria externa especializada.

Comitê de Auditoria: o Comitê de Auditoria deverá realizar, no mínimo a cada 1 (um) ano, a sua autoavaliação, bem como a avaliação de seu processo de funcionamento e a avaliação individual de seus membros. Estará elegível para participar do processo de avaliação, como avaliador ou avaliado, o membro que estiver na função por, pelo menos, 2 (duas) reuniões ordinárias desde a última avaliação. O processo de avaliação é de responsabilidade do Coordenador do Comitê de Auditoria.

(ii) Metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações

Conselho de Administração: o processo de avaliação do Conselho de Administração é estruturado levando em consideração as principais responsabilidades específicas do órgão e temas normalmente tratados, como o monitoramento do desempenho da Companhia, a qualidade das decisões sobre alocação de recursos, o desenvolvimento do capital humano, o monitoramento dos riscos, o direcionamento estratégico, o desenvolvimento de inovação e visão de futuro e o fortalecimento dos valores e conduta ética. Cada Conselheiro responde um questionário sobre estes temas; as respostas são tabuladas e os resultados são discutidos por todos os Conselheiros.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Diretoria: o processo de avaliação da Diretoria é estruturado levando em consideração as principais responsabilidades específicas do órgão e temas normalmente tratados, como o monitoramento do desempenho da Companhia, a qualidade das decisões sobre a operação da Companhia.

Comitê de Auditoria: o processo de avaliação do Comitê de Auditoria é estruturado levando em consideração o seu desempenho, incluindo sua eficácia e o cumprimento do seu respectivo regimento interno. Cada membro responde um questionário sobre estes temas; as respostas são tabuladas e os resultados são discutidos por todos os membros, bem como pelo Conselho de Administração.

(iii) Se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Até o momento, não houve contratação de serviços externos para auxiliar no procedimento de avaliação do Conselho de Administração, da Diretoria e do Comitê de Auditoria.

(c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

O Estatuto Social da Companhia veda ao membro do Conselho de Administração intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião, a natureza e extensão do seu interesse.

Além disso, a Companhia adota um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse no Conselho de Administração, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação brasileira e na Política de Transações com Partes Relacionadas ("Política de Partes Relacionadas") e no Regimento Interno do Conselho de Administração.

Nos termos do Regimento Interno do Conselho de Administração, em caso de potencial conflito de interesse, os Conselheiros envolvidos no processo de aprovação que tenham um potencial conflito de interesse com a recomendação ou decisão a ser tomada, deverão declarar-se impedidos, explicando seu envolvimento na transação. Caso algum Conselheiro em situação potencial de conflito de interesses não manifeste a questão, qualquer outro membro do Conselho de Administração que tenha conhecimento da situação deverá fazê-lo.

Adicionalmente, nos termos da Política de Partes Relacionadas, a Companhia busca assegurar que todas as decisões que possam conferir um benefício privado a qualquer de seus acionistas, administradores, familiares, entidades ou pessoas a eles relacionados sejam tomadas com total lisura, respeitando o interesse da Companhia, sendo que, se tal transação necessitar de aprovação, nos termos da Política de Partes Relacionadas, a pessoa envolvida no processo de aprovação que tenha um potencial conflito de interesse com a recomendação ou decisão a ser tomada, deverá declarar-se impedida, explicando seu envolvimento na transação e, se solicitado, fornecendo detalhes da transação e das partes envolvidas. O impedimento deverá constar da ata da reunião do órgão social que deliberar sobre a transação, e a referida pessoa deverá se afastar, inclusive fisicamente, das discussões e deliberações.

Caso alguma pessoa em situação potencial de conflito de interesses não manifeste a questão, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence que tenha conhecimento da situação poderá fazê-lo.

A ausência de manifestação voluntária de qualquer tomador de decisão será considerada violação aos princípios da boa governança corporativa e à Política de Partes Relacionadas, devendo tal comportamento ser levado ao imediato conhecimento do Conselho de Administração da Companhia para tomada de decisão acerca das medidas cabíveis no caso concreto.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

(d) Por órgão:

(i) Número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero

Identidade autodeclarada de gênero						
	Feminino	Masculino	Não-binário	Outros	Prefere não responder	Número total de membros por órgão
Conselho de Administração	1	5	0	0	0	6
Diretoria	0	4	0	0	0	4
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Total de membros por gênero	1	9	0	0	0	10

(ii) Número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça

Identidade autodeclarada de cor ou raça								
	Branco	Amarelo	Preto	Indígena	Pardo	Outros	Prefere não responder	Número total de membros por órgão
Conselho de Administração	6	0	0	0	0	0	0	6
Diretoria	4	0	0	0	0	0	0	4
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Total de membros por cor ou raça	10	0	0	0	0	0	0	10

(iii) Número total de membros, agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes

Atributos de diversidade relevantes (Faixa Etária)				
	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos	Número total de membros por órgão
Conselho de Administração	0	5	1	6
Diretoria	0	4	0	4
Conselho Fiscal	0	0	0	0
Total de membros por atributo de diversidade relevante	0	9	1	10

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

(e) Se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

A Companhia possui como valor essencial o respeito à diversidade, entendendo que, quanto mais diverso for o seu quadro de colaboradores, haverá maior repertório para atender às necessidades de seus clientes.

Nesse sentido, destaca-se o lançamento do Programa de Diversidade e Inclusão da Infracommerce, que orienta a estratégia no tema e é estruturado em três pilares de atuação (Governança, Talentos, Sensibilização e Engajamento).

Na data deste Formulário de Referência, há 58% de mulheres no quadro funcional e aproximadamente 42% de mulheres em cargos de liderança. Ainda, no Conselho de Administração, das cinco cadeiras atualmente ocupadas, uma é preenchida por mulher. Ainda, são considerados aspectos de gênero na nomeação dos membros do Conselho de Administração, como prática da Companhia.

(f) Papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

A Companhia possui uma governança para os temas climáticos que segue a estrutura hierárquica de gerenciamento de riscos corporativos, trabalhando os temas de maneira integrada.

A Companhia conta com um modelo de gestão de riscos estruturado para identificar, mensurar e, se necessário, mitigar os riscos aos quais está exposta.

Por meio da Política de Gerenciamento de Riscos, detalharam-se as atividades dos órgãos de governança corporativa e de gestão envolvidos no processo de tratamento de riscos.

O processo de definição de riscos está dividido em categorias (Riscos Estratégicos e Riscos Operacionais), que facilitam a identificação, avaliação e gestão. Adicionalmente, os riscos são avaliados em relação aos tipos de impacto: Financeiro, Imagem e Reputação, Operacional, Conformidade e Regulatório e Socioambiental.

A análise de riscos é uma atividade contínua dentro da Companhia, que avalia periodicamente os potenciais riscos e também os impactos climáticos. Em relação aos riscos socioambientais, a Companhia considera perdas decorrentes de efeitos negativos de suas atividades e operações sobre a sociedade, incluindo as mudanças climáticas.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	4	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	1	4	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	0	1	0	0	0
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica				
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica				
TOTAL = 10	1	9	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	4	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	5	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	0	1	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica						
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica						
TOTAL = 10	0	10	0	0	0	0	0

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

7.2 – Conselho de Administração: em relação especificamente ao conselho de administração, indicar:

(a) Órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

A administração da Companhia conta com um Comitê de Auditoria Não Estatutário. Nos termos do Regulamento do Novo Mercado, o Conselho de Administração poderá, ainda, criar outros comitês de assessoramento.

Comitê de Auditoria Não Estatutário

A Companhia tem um Comitê de Auditoria composto por, no mínimo, 3 (três) membros, indicados pelo Conselho de Administração, sendo: (a) ao menos, 1 (um) membro independente, conforme definido pelo Regulamento do Novo Mercado; e (b) ao menos 1 (um) membro com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação editada pela Comissão de Valores Mobiliários que dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários e define os deveres e as responsabilidades dos administradores das entidades auditadas e no relacionamento com os auditores independentes. Os membros do Comitê de Auditoria, eleitos pelo Conselho de Administração, terão mandatos unificados de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos. As eleições dos membros do Comitê de Auditoria serão realizadas na primeira reunião do Conselho de Administração após a assembleia geral ordinária da Companhia que os eleger.

Para mais informações sobre descrições, competências e atribuições do Comitê de Auditoria, vide respectivo regimento interno, disponível para consulta no site de relações com investidores da Companhia (ri.infracommerce.com.br).

(b) De que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

É responsabilidade do Conselho de Administração escolher, avaliar e destituir os auditores independentes que prestam serviços extra auditoria. O Conselho de Administração deve assegurar que as demonstrações financeiras sejam auditadas por auditor independente com qualificação e experiência apropriada, instrumento fundamental para a confiabilidade desses dados.

Para fins de avaliação do trabalho da auditoria independente, compete ao Comitê de Auditoria nos termos de seu regimento interno, supervisionar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e as atividades dos auditores independentes, bem como opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente. A Companhia não possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente.

(c) Se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

A estrutura de governança da Companhia é composta atualmente por Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Comitê de Auditoria Não Estatutário.

Os temas críticos de Sustentabilidade/ESG são levados ao conhecimento do Conselho de Administração para tomada de decisões referentes à estratégia de recursos humanos e sustentabilidade, com foco no desenvolvimento e implementação de práticas de engajamento e de sustentabilidade, incluindo o indicador de mudanças climáticas.

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

Eventuais questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade poderão ser reportadas por meio do Canal de Ética e Conduta, no qual qualquer pessoa que tenha conhecimento sobre condutas ou atividades que ferem os princípios estabelecidos no Código de Ética e Conduta pode comunicar o fato ao seu superior imediato ou encaminhar denúncia pelo site (*link* para acesso: <https://canal.ouvidordigital.com.br/infracommerce/form>).

O canal é gerido por empresa independente, para o recebimento de demandas internas e externas, assegurando a confidencialidade das informações recebidas, havendo a possibilidade de anonimato, conforme mencionado no item 5.3.b deste Formulário de Referência. Ainda, as informações e/ou denúncias recebidas são tratadas como sigilosas, sendo preservada a identidade do informante.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e não instalado

Nome: CARLOS BRITO CLAISSAC **Passaporte:** P18749491 **Nacionalidade:** Chile **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 28/10/1964

Experiência Profissional: Carlos Brito Claissac, graduado em engenharia elétrica com MBA Executivo. Entre os anos de 2002 e 2010, foi CTO do Grupo Security, CTO & COO da Factoring e, também, do Banco Security. Co-fundador da IGneous, Corporate Company Building. A IGneous, liderada pelo Sr. Carlos Brito, adquiriu uma participação majoritária na empresa de Full Commerce chilena Ecomsur em seu estágio inicial e liderou, como Executive Chairman, seu crescimento, construindo um dos maiores players do setor, em especial no Chile e no México, até a fusão com a Infracommerce em 2023. Desde então, o Sr. Carlos Brito vem contribuindo junto à Infracommerce em suas iniciativas de expansão na América Latina e projetos de eficiência. Atualmente, o Sr. Carlos Brito é Membro do Conselho de Administração do Banco Internacional, Factoring Baninter e outras empresas e startups. O Sr. Carlos Brito Claissac declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, o Banco Central do Brasil, a Superintendência de Seguros Privados e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	29/01/2024	Até a AGO 2025	Conselho de Administração (Efetivo)		29/01/2024	Não	29/01/2024

Nome: CARLOS EDUARDO PEREIRA FREGONESI **CPF:** 278.339.348-44 **Profissão:** Administrador de empresas **Data de Nascimento:** 21/09/1978

Experiência Profissional: O Sr. Carlos Eduardo Pereira Fregonesi cofundou a Synapcom e foi seu CEO até a aquisição pela Infracommerce. Participou também da fundação da Shop2gether, onde foi diretor comercial. Trabalhou como Gerente-Diretor na Flor Brand por 7 anos. Começou a empreender em 2001. Em 2012 começou a atuar na Shop2gether como Diretor Comercial. Formado em Administração pela Universidade de São Paulo (USP) e Especialização em Business Administration pela London School of Economics and Political Science (LSE). O Sr. Carlos Eduardo Pereira Fregonesi não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Carlos Eduardo Pereira Fregonesi declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, o Banco Central do Brasil, a Superintendência de Seguros Privados e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	09/05/2023	2 anos	Outros Diretores	Diretor Presidente do Brasil	09/05/2023	Não	03/03/2022

Nome: Estela Vieira **CPF:** 430.340.800-00 **Profissão:** Administradora de empresas **Data de Nascimento:** 20/02/1964

Experiência Profissional: A Sra. Estela Vieira é membro do Conselho de Administração e Coordenadora do Comitê de Auditoria da Companhia. Até 2018, foi sócia da PwC Brasil e líder do setor de Tecnologia, Informação, Comunicação, Entretenimento e Mídia. Atualmente é membro do Conselho de Administração e Coordenadora do Comitê de Auditoria da Vasta Platform Limited, membro do Conselho Fiscal da Lojas Renner e da Fundação OSESP (pro bono), Coordenadora do Comitê de Auditoria da Track & Field Co, da Comerc Participações e da Iguatemi, membro do Comitê de Auditoria da ABGF – Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias, da Localiza Rent a Car e da WEG. Na esfera acadêmica, estudou Administração de Empresas e Ciências Contábeis (PUCRS), MBA em Negócios Digitais (UP), MBA em Marketing e Mestrado em Contabilidade e Controladoria (USP). Adicionalmente, a Sra. Estela Vieira é considerada conselheira independente em observância aos critérios previstos no Regulamento do Novo Mercado. A Sra. Estela Vieira não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. A Sra. Estela Vieira declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, o Banco Central do Brasil, a Superintendência de Seguros Privados e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial qualquer; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	2 anos	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	N/A	28/04/2023	Não	23/02/2021

Nome: Fabio Bortolotti **CPF:** 314.985.558-61 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 20/04/1983

Experiência Profissional: O Sr. Fabio Bortolotti ingressou na Companhia em setembro de 2020 como Diretor de Desenvolvimento de Negócios, combinando as responsabilidades de Relações com Investidores. Iniciou sua carreira na Booz & Company, por onde trabalhou durante 9 anos, e possui, adicionalmente, experiência de 6 anos na Patria Investments, inicialmente na equipe de Criação de Valor, seguida pelo cargo de Diretor de Desenvolvimento de Negócios na Vincula, uma das empresas do portfólio. Academicamente, é formado em Engenharia Industrial pela Escola Politécnica - USP e possui MBA pela Columbia Business School.
O Sr. Fabio Bortolotti não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Fabio Bortolotti declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, o Banco Central do Brasil, a Superintendência de Seguros Privados e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	09/05/2023	2 anos	Diretor de Relações com Investidores		09/05/2023	Não	24/02/2021

Nome: GUIDO ANDRES CARELLI **CPF:** 371.642.978-35 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 03/03/1987

Experiência Profissional: O Sr. Guido Andres Carelli ingressou na Companhia em dezembro de 2019, como Vice-Presidente B2B. Antes disso, foi o Diretor Geral da E-Ub - empresa start-up da Unilever para desenvolver canal de comércio eletrônico, onde exerceu, por 6 anos, posições cada vez mais responsáveis como controlador e reportador, FP&A, parceiro de negócios financeiros para vendas e marketing, precificação e estrategista de canal.
O Sr. Guido Andres Carelli começou sua carreira como consultor em lean manufacturing e six sigma, migrando mais tarde para projetos de estratégia de negócios na Price Waterhouse Cooper's. Academicamente, é bacharel em Engenharia Mecânica pelo Instituto de Tecnologia da Flórida, e possui MBA pela Fundação Dom Cabral.
O Sr. Guido Andres Carelli não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Guido Andres Carelli declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, o Banco Central do Brasil, a Superintendência de Seguros Privados e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	09/05/2023	2 anos	Outros Diretores	Vice-Presidente de Atendimento ao Cliente B2B	09/05/2023	Não	24/02/2021

Nome: Ivan Luiz Murias dos Santos **CPF:** 255.329.928-19 **Profissão:** Administrador de empresas **Data de Nascimento:** 24/09/1975

Experiência Profissional: O Sr. Ivan Luiz Murias dos Santos é formado em Administração de Empresas pela FEA/USP com cursos de especialização em Finanças e Varejo na George Washington University, na Rotman School of Management e na Ashridge Business School. Com passagens pelo Citibank e Deutsche Bank no princípio de sua carreira, o Sr. Ivan Luiz Murias dos Santos iniciou sua trajetória profissional de 21 anos de varejo na C&A em 1999, onde ocupou diversas funções, culminando com sua participação no start-up da C&A China como Diretor de Vendas e Operações em 2006. Após retorno ao Brasil, teve passagens pelos grupos BRMalls (2007), Wal-Mart (2008) e Iguatemi Shopping Centers (2010 a 2012). Atuou como Diretor Geral de Varejo e como Diretor de Franchising e Formatação de Canais no Grupo Boticário (2012 a 2017), tendo coordenado a implantação do canal de Vendas Diretas e das novas marcas Quem Disse, Berenice? e The Beauty Box. De 2018 a 2020, atuou como CEO da Tok&Stok, tendo liderado toda transformação logística e digital da companhia, preparando-a para abertura de capital. De 2020 a 2024, atuou como CEO da Valid, onde comandou uma ampla reestruturação na Companhia em sua gestão. O Sr. Ivan Luiz Murias dos Santos não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Ivan Luiz Murias dos Santos declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, o Banco Central do Brasil, a Superintendência de Seguros Privados e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial qualquer; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	25/03/2024	2 anos	Diretor Presidente / Superintendente		01/04/2024	Não	01/04/2024

Nome: Kai Philipp Schoppen **CPF:** 234.237.938-21 **Profissão:** Administrador de empresas **Data de Nascimento:** 29/10/1979

Experiência Profissional: O Sr. Kai Philipp Schoppen é membro do Conselho de Administração da Companhia, fundou a Companhia em 2012 e tem sido seu CEO desde então. Em 2010, iniciou sua atividade empresarial, tendo fundado e vendido o Brands Club em 2012 para a Naspers' - ao mesmo tempo em que investiu e orientou outras empresas iniciantes. As experiências anteriores do Sr. Kai Philipp Schoppen na consultoria BCG e como Brands4Friends'COO na Alemanha (ebay) o equiparam para implementar soluções inovadoras e práticas em Experiência do Cliente, Tecnologia e Logística. Na esfera acadêmica, é graduado pela Universidade de Bayreuth e possui mestrado em Gestão Internacional, Estudos de Negócios e Finanças Corporativas na ESCP.

O Sr. Kai Philipp Schoppen não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Kai Philipp Schoppen declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, o Banco Central do Brasil, a Superintendência de Seguros Privados e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial qualquer; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	09/05/2023	2 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		09/05/2023	Não	24/02/2021

Nome: Luiz Antonio Miranda Pavão de Farias **CPF:** 290.810.658-23 **Profissão:** Publicitário **Data de Nascimento:** 28/06/1980

Experiência Profissional: O Sr. Luiz Antonio Miranda Pavão de Farias é membro suplente do Conselho de Administração da Companhia, foi co-fundador da Companhia em 2013, tendo, à época, o cargo de COO - responsável por Vendas e Operações. Foi até 2022 o Vice-Presidente da Unidade de Negócios ao Consumidor e responsável pela equipe de marketing da Companhia. De 2011 a 2013, foi diretor da Daslu, responsável pelo comércio eletrônico e logística. Antes de ingressar na Daslu, o Sr. Luiz Antonio Miranda Pavão de Farias possuía experiência B2W e como empreendedor. Academicamente, é formado em Marketing e possui MBA pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O Sr. Luiz Antonio Miranda Pavão de Farias não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Luiz Antonio Miranda Pavão de Farias declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, o Banco Central do Brasil, a Superintendência de Seguros Privados e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial qualquer; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	2 anos	Conselho de Administração (Suplente)		28/04/2023	Não	30/03/2022

Nome: Pedro Jereissati **CPF:** 273.475.308-14 **Profissão:** Administrador de empresas **Data de Nascimento:** 24/05/1978

Experiência Profissional: O Sr. Pedro Jereissati é o presidente do Conselho de Administração da Companhia, CEO do Grupo Jereissati, Board Member da Iguatemi S.A e do Grande Moinho Cearense. Academicamente, é graduado em Administração de Empresas pela FAAP, com MBA pela Northwestern University, Kellogg School of Management. O Sr. Pedro Jereissati não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Pedro Jereissati declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, o Banco Central do Brasil, a Superintendência de Seguros Privados e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial qualquer; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	2 anos	Presidente do Conselho de Administração		28/04/2023	Não	23/02/2021

Nome: Pedro Sirotsky Melzer **CPF:** 804.738.810-04 **Profissão:** Administrador de empresas **Data de Nascimento:** 27/08/1976

Experiência Profissional: O Sr. Pedro Melzer é formado em Administração de Empresas pela Unisinos e possui MBA pela Kellogg School of Management. É o fundador da Igah Ventures e sócio do Patria Group. Trabalhou na Apple como Gerente Global de Receitas da loja on-line e, posteriormente, fundou a Warehouse Investimentos, uma empresa de gestão de capital de risco, liderando o investimento no Ifood, como seu primeiro investidor institucional. Em 2013, o Sr. Melzer deixou a Warehouse Investimentos e fundou a Igah Venture (até 2020 nomeada como eBricks Ventures). O Sr. Pedro Melzer a representou em mais de um Conselho de Administração, ocupando, atualmente, cargos no Conselho de Administração das seguintes empresas: CRM&Bonus, Labi, Arquivei e Axur. O Sr. Pedro Melzer declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, o Banco Central do Brasil, a Superintendência de Seguros Privados e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	29/01/2024	Até a AGO 2025	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		29/01/2024	Não	29/01/2024

7.4 Composição dos comitês

Nome: CARLOS BRITO CLAISSAC **Passaporte:** P18749491 **Nacionalidade:** Chile **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 28/10/1964

Experiência Profissional:

Carlos Brito Claissac, graduado em engenharia elétrica com MBA Executivo. Entre os anos de 2002 e 2010, foi CTO do Grupo Security, CTO & COO da Factoring e, também, do Banco Security. Co-fundador da IGneous, Corporate Company Building. A IGneous, liderada pelo Sr. Carlos Brito, adquiriu uma participação majoritária na empresa de Full Commerce chilena Ecomsur em seu estágio inicial e liderou, como Executive Chairman, seu crescimento, construindo um dos maiores players do setor, em especial no Chile e no México, até a fusão com a Infracommerce em 2023. Desde então, o Sr. Carlos Brito vem contribuindo junto à Infracommerce em suas iniciativas de expansão na América Latina e projetos de eficiência. Atualmente, o Sr. Carlos Brito é Membro do Conselho de Administração do Banco Internacional, Factoring Baninter e outras empresas e startups.

O Sr. Carlos Brito Claissac declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, o Banco Central do Brasil, a Superintendência de Seguros Privados e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	31/01/2024	1a RCA que ocorrer após a AGO em 2025	Comitê de Investimento		31/01/2024	Não	31/01/2024

Nome: Estela Vieira **CPF:** 430.340.800-00 **Profissão:** Administradora de empresas **Data de Nascimento:** 20/02/1964

Experiência Profissional:

A Sra. Estela Vieira é membro do Conselho de Administração e Coordenadora do Comitê de Auditoria da Companhia. Até 2018, foi sócia da PwC Brasil e líder do setor de Tecnologia, Informação, Comunicação, Entretenimento e Mídia. Atualmente é membro do Conselho de Administração e Coordenadora do Comitê de Auditoria da Vasta Platform Limited, membro do Conselho Fiscal da Lojas Renner e da Fundação OSESP (pro bono), Coordenadora do Comitê de Auditoria da Track & Field Co, da Comerc Participações e da Iguatemi, membro do Comitê de Auditoria da ABGF – Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias, da Localiza Rent a Car e da WEG. Na esfera acadêmica, estudou Administração de Empresas e Ciências Contábeis (PUCRS), MBA em Negócios Digitais (UP), MBA em Marketing e Mestrado em Contabilidade e Controladoria (USP). Adicionalmente, a Sra. Estela Vieira é considerada conselheira independente em observância aos critérios previstos no Regulamento do Novo Mercado.

A Sra. Estela Vieira não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. A Sra. Estela Vieira declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, o Banco Central do Brasil, a Superintendência de Seguros Privados e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial qualquer; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria não Estatuário	Outros	09/05/2023	2 anos		Coordenadora do Comitê	09/05/2023	Não	24/02/2021

Nome: Kai Philipp Schoppen **CPF:** 234.237.938-21 **Profissão:** Administrador de empresas **Data de Nascimento:** 29/10/1979

Experiência Profissional:

O Sr. Kai Philipp Schoppen é membro do Conselho de Administração da Companhia, fundou a Companhia em 2012 e tem sido seu CEO desde então. Em 2010, iniciou sua atividade empresarial, tendo fundado e vendido o Brands Club em 2012 para a Naspers' - ao mesmo tempo em que investiu e orientou outras empresas iniciantes. As experiências anteriores do Sr. Kai Philipp Schoppen na consultoria BCG e como Brands4Friends'COO na Alemanha (ebay) o equiparam para implementar soluções inovadoras e práticas em Experiência do Cliente, Tecnologia e Logística. Na esfera acadêmica, é graduado pela Universidade de Bayreuth e possui mestrado em Gestão Internacional, Estudos de Negócios e Finanças Corporativas na ESCP.

O Sr. Kai Philipp Schoppen não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Kai Philipp Schoppen declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, o Banco Central do Brasil, a Superintendência de Seguros Privados e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial qualquer; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	31/01/2024	1a RCA que ocorrer após a AGO em 2025	Comitê de Investimento		31/01/2024	Não	31/01/2024

Nome: Marcio José Soares Lutterbach **CPF:** 668.054.147-68 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 19/03/1960

Experiência Profissional:

O Sr. Marcio Lutterbach é membro do Comitê de Auditoria da Companhia. Ele iniciou sua carreira na IBM, foi consultor na Arthur D.Little, Gerente de M&A no Lloyds Bank, sócio da KPMG e da PWC. É conselheiro e sócio da FINTECH BeOne. Marcio é engenheiro graduado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com MBA em Finanças pelo COPPEAD-RJ, com intercâmbio na Università Luigi Bocconi (Itália) e pós-graduação em Administração pela PUC-RJ. Tem formação para atuar em conselhos pelo IBGC e Gonew.com.

O Sr. Marcio José Soares Lutterbach não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Marcio José Soares Lutterbach declara que: i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, o Banco Central do Brasil, a Superintendência de Seguros Privados e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria não Estatuário	Membro do Comitê (Efetivo)	09/05/2023	2 anos			09/05/2023	Não	24/02/2021

Nome: Nelson Nobrega da Costa **CPF:** 104.331.818-69 **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 29/01/1970

Experiência Profissional:

O Sr. Nelson Nobrega da Costa é integrante do Comitê de Auditoria da Companhia. Profissionalmente, iniciou sua carreira no Grupo Camargo Correa e é, atualmente, Gerente de Controladoria da Vexia, empresa do Grupo Mover, especializada em Business Process Outsourcing, IT Outsourcing e Gestão de Governança, Riscos e Compliance. Academicamente, é contador graduado pela FACESP, com MBA em Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria pela FGV-SP. O Sr. Nelson Nobrega da Costa não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Nelson Nobrega da Costa declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, o Banco Central do Brasil, a Superintendência de Seguros Privados e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria não Estatuário	Membro do Comitê (Efetivo)	09/05/2023	2 anos			09/05/2023	Não	24/02/2022

Nome: Pedro Sirotsky Melzer **CPF:** 804.738.810-04 **Profissão:** Administrador de empresas **Data de Nascimento:** 27/08/1976

Experiência Profissional:

O Sr. Pedro Melzer é formado em Administração de Empresas pela Unisinos e possui MBA pela Kellogg School of Management. É o fundador da Igah Ventures e sócio do Patria Group. Trabalhou na Apple como Gerente Global de Receitas da loja on-line e, posteriormente, fundou a Warehouse Investimentos, uma empresa de gestão de capital de risco, liderando o investimento no Ifood, como seu primeiro investidor institucional. Em 2013, o Sr. Melzer deixou a Warehouse Investimentos e fundou a Igah Venture (até 2020 nomeada como eBricks Ventures). O Sr. Pedro Melzer a representou em mais de um Conselho de Administração, ocupando, atualmente, cargos no Conselho de Administração das seguintes empresas: CRM&Bonus, Labi, Arquivei e Axur. O Sr. Pedro Melzer declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, o Banco Central do Brasil, a Superintendência de Seguros Privados e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Outros	31/01/2024	1a RCA que ocorrer após a AGO em 2025	Comitê de Investimentos	Coordenador do comitê	31/01/2024	Não	31/01/2024

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia não mantêm qualquer relação familiar entre si ou com os membros da administração de suas controladas, diretas ou indiretas, sendo que a Companhia não possui acionistas controladores.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

Exercício Social 31/12/2022**Administrador do Emissor**

Kai Philipp Schoppen	234.237.938-21	Subordinação	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração e do Comitê de Investimentos	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

NEW RETAIL LIMITED	00.000.000/0000-00		
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

N/A

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

Exercício Social 31/12/2021**Administrador do Emissor**

Kai Philipp Schoppen	234.237.938-21	Subordinação	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração e do Comitê de Investimentos	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

NEW RETAIL LIMITED	00.000.000/0000-00		
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

N/A

Administrador do Emissor

Pedro Jereissati	273.475.308-14	Subordinação	Cliente
Membro Efetivo do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A.	51.218.147/0001-93		
Diretor Presidente da Jereissati Participações S.A., controladora do Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

7.7 Acordos/seguros de administradores

7.7 – Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

A Companhia oferece seguro de responsabilidade civil de Administradores e Diretores (D&O) da AIG Seguros Brasil S.A., com vigência de 03/03/2023 a 03/03/2024. O limite máximo de indenização é de R\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais) e o prêmio total, incluindo impostos, é de R\$174.883,22 (cento setenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e três reais e vinte e dois). A cobertura inclui: extradição, danos morais, bens e liberdade, garantias pessoais, novas subsidiárias - até 30% do total de ativos, custos emergenciais, práticas trabalhistas, custos de investigação, proteção da imagem pessoal, responsabilidade tributária, diretor de entidade externa, danos ambientais – demais perdas, danos ambientais - custos de defesa, gastos adicionais com especialistas, inabilitação de uma pessoa segurada, multas e penalidades com tributário, bloqueio e indisponibilidade de bens, eventos extraordinários com reguladores, danos ambientais – reclamação de acionistas, prazo complementar perpétuo para aposentados, opção de utilização de apólice internacional, assessoria em leis estrangeiras de valores mobiliários, gerenciamento de crise, prazo complementar perpétuo para demissões voluntárias, danos ambientais – desconsideração da personalidade jurídica, herdeiros, sucessores, representantes legais, espólio, cônjuges e/ou companheiros dos segurados. Contudo, eventuais reclamações de sinistro relacionadas a atos ou fatos ocorridos após a nova oferta podem não estar cobertas pelo seguro D&O, tendo em vista que a manutenção das coberturas contratadas dependerá de anuência da seguradora, diante da alteração do risco decorrente da emissão de novas ações. A apólice tem prazo de retroatividade ilimitado para fatos desconhecidos pelo segurador, prazo complementar de 3 anos, sem cobrança de prêmio adicional, e prazo suplementar de 1 ano, mediante pagamento de prêmio adicional.

Adicionalmente, conforme previsto em seu Estatuto Social, a Companhia poderá indenizar e/ou manter indenidos seus administradores, conselheiros fiscais e demais funcionários que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia e suas controladas (em conjunto ou isoladamente "Beneficiários"), custeando ou reembolsando diretamente os Beneficiários por quaisquer despesas, danos ou prejuízos eventualmente incorridos a qualquer tempo e que estejam diretamente ou indiretamente relacionados ao exercício de suas funções na Companhia, incluindo mas não limitados a honorários advocatícios, pareceres jurídicos, custas processuais e multas e indenizações nas esferas administrativa, civil ou penal, nos termos e condições de contratos de indenização a serem celebrados entre a Companhia e cada um dos Beneficiários, mediante aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia ("Contrato de Indenidade").

Na data deste Formulário de Referência, o Conselho de Administração não aprovou nenhum Contrato de Indenidade e, conseqüentemente, nenhum Contrato de Indenidade foi celebrado.

Cumprido esclarecer que, caso celebrado qualquer Contrato de Indenidade, a administração da Companhia, em linha com as políticas internas e observado os deveres fiduciários, irá zelar para que as decisões sejam tomadas com independência e sempre no melhor interesse da Companhia, certificando que sejam incluídas nos respectivos contratos regras claras e objetivos, especialmente com relação ao escopo da indenização e hipóteses de excludentes do direito à indenização, valor-limite para a indenização oferecida, período de cobertura abrangido, tipos de despesas que serão pagas, adiantadas ou reembolsadas e os procedimentos relativos às decisões quanto ao pagamento, reembolso ou adiantamento de despesas. Além disso, a Companhia esclarece que observará as orientações do Parecer de Orientação CVM nº 38, de 25.09.2018, ao OFÍCIO-CIRCULAR nº 9/2018/CVM/SEP e ao item 7.13 do OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2023-CVM/SEP, especialmente com relação as divulgações de informações.

7.8 Outras informações relevantes

7.8 – Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Assembleias Gerais da Companhia

Considerando a constituição da Companhia em 15 de setembro de 2020 e sua transformação em sociedade por ações em 7 de outubro de 2020, apresentamos abaixo, com relação às Assembleias Gerais da Companhia realizadas até a data desse Formulário de Referência, (i) data e horário de realização; (ii) quórum de instalação; e (iii) eventuais casos de instalação em segunda convocação:

Evento	Data e Horário	Quórum de instalação	Instalação em segunda convocação
Assembleia Geral Extraordinária	28/12/2020, às 10:00h	100%	Não aplicável
Assembleia Geral Extraordinária	17/02/2021, às 9:00h	100%	Não aplicável
Assembleia Geral Extraordinária	19/02/2021, às 9:00h	100%	Não aplicável
Assembleia Geral Extraordinária	19/02/2021, às 10:00h	100%	Não aplicável
Assembleia Geral Extraordinária	23/02/2021, às 10:30h	100%	Não aplicável
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	02/04/2021, às 11:30h	100%	Não aplicável
Assembleia Geral Extraordinária	22/04/2021, às 11:30h	100%	Não aplicável
Assembleia Geral Extraordinária	29/04/2021, às 18:00h	100%	Não aplicável
Assembleia Geral Extraordinária	26/11/2021, às 9:00h	76,9%	Não aplicável
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2022, às 14:00h	73,9%	Não aplicável
Assembleia Geral Extraordinária	05/04/2023, às 14:00h	69,1%	Não aplicável
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2023, às 14:00h	66,8%	Não aplicável

Informações relevantes sobre os membros da administração da Companhia

Em atendimento ao item 4.5 do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3, para informações relevantes acerca dos membros da administração da Companhia, incluindo eventuais cargos por eles ocupados no conselho de administração, conselho fiscal, comitês e órgãos executivos de outras sociedades e entidades, vide itens 7.3 e 7.4 deste Formulário de Referência.

Esclarecimentos adicionais sobre práticas de governança corporativa

Melhores Práticas de Governança Corporativa Segundo o IBGC

O Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa, editado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, objetiva tornar o ambiente organizacional e institucional brasileiro mais sólido, justo, responsável e transparente, estabelecendo recomendações para a criação de melhores sistemas de governança corporativa nas organizações, visando a otimizar o valor da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para o seu bom desempenho e longevidade.

A Companhia está comprometida com as melhores práticas de governança corporativa, tendo aderido práticas recomendadas pelo IBGC, como: vedação ao uso de informações privilegiadas e existência de política de divulgação de informações relevantes; conselheiros com experiência em questões operacionais, financeiras e outras, além de experiência em participação em outros Conselhos de Administração; manutenção de um canal de denúncias para a apresentação de denúncias ou resolução de dilemas de ordem ética; e instalação de um Conselho Fiscal.

7.8 Outras informações relevantes

Segmento de Listagem do Novo Mercado

A Companhia sujeita-se também às regras do Regulamento do Novo Mercado. Em 2000, a B3 introduziu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguir voluntariamente melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado é o mais rigoroso deles, exigindo maior grau de práticas de governança corporativa dentre os três segmentos.

As companhias que ingressam no Novo Mercado submetem-se, voluntariamente, a determinadas regras mais rígidas do que aquelas presentes na legislação brasileira, obrigando-se, por exemplo, a: emitir apenas ações ordinárias; manter em circulação, no mínimo, (i) 20% do capital social; ou (ii) 15% do capital social, desde que o volume financeiro médio diário de negociação (ADTV) das ações de emissão da Companhia se mantenha igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), considerados os negócios realizados nos últimos 12 (doze) meses, observado o disposto no Regulamento do Novo Mercado; constituir um Comitê de Auditoria; aprovar regimento interno do Conselho de Administração e de seus comitês de assessoramento; instituir área de controles internos na Companhia, entre outros. A adesão ao Novo Mercado se dá por meio da assinatura de contrato entre a Companhia e a B3, além da adaptação do estatuto social da Companhia de acordo com as regras contidas no Regulamento do Novo Mercado.

Ao assinar os contratos, as companhias devem adotar as normas e práticas do Novo Mercado. As regras impostas pelo Novo Mercado visam a conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como maiores poderes para os acionistas minoritários de participação na administração das companhias, entre outros direitos.

8.1 Política ou prática de remuneração

8.1 – Remuneração: descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

(a) Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui política de remuneração formalmente aprovada pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2021 e atualizada em 9 de dezembro de 2022, e poderá ser encontrado na página de relação com investidores da Companhia (ri.infracommerce.com.br) ("Política de Remuneração"). Não obstante, os objetivos e práticas de remuneração da Companhia, estão alinhados às práticas de mercado, com o intuito de atrair e reter talentos e bons profissionais que demonstrem qualificação, competência e perfil alinhado às características e necessidades da Companhia.

A Companhia determina as remunerações de seus profissionais de acordo com: (a) as funções e responsabilidades de cada um; (b) o padrão de outros executivos e profissionais; e (c) o desempenho coletivo das equipes, no que tange as metas operacionais e de lucratividade.

(b) Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Determinada a remuneração global pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração será responsável por deliberar sobre a distribuição individual da remuneração do próprio Conselho de Administração e da Diretoria, bem como do Comitê de Auditoria.

(ii) Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração se baseia em uma tabela salarial feita utilizando metodologia de mercado e comparações fornecidas por consultoria especializada, visando definir o nível adequado dos cargos e das responsabilidades. Anualmente, essa tabela é ajustada de acordo com as variações do mercado, a fim de manter sua competitividade.

(iii) Com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração poderá avaliar periodicamente a adequação da política de remuneração, sendo, no mínimo, uma vez ao ano, a fim de identificar possíveis ajustes necessários, baseados nas práticas de mercado.

8.1 Política ou prática de remuneração

(c) Composição da remuneração, indicando:

(i) Descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração contempla uma remuneração fixa, a qual é alinhada com as práticas de mercado. Além disso, a remuneração do Conselho de Administração poderá contemplar uma remuneração baseada em ações, caso aprovado pelos órgãos competentes.

Diretoria Estatutária e Não-Estatutária

Os membros da Diretoria Estatutária têm sua remuneração dividida em: (i) remuneração fixa alinhada às práticas de mercado para posições de complexidade similar; (ii) remuneração variável de curto prazo atrelada a gatilhos mínimos de desempenho corporativo e ajustadas de acordo com desempenho individual e das áreas sob gestão, paga no ano subsequente à performance (iii) remuneração variável de longo prazo plurianual atrelada a entregas estratégicas, sendo que parte (entre 20 e 40% do potencial) desta é paga depois de dois exercícios subsequentes e parte (entre 80% e 60% do potencial) paga depois de quatro exercícios; e (iv) pacote de benefícios flexíveis composto por seguro de vida, assistência saúde e reembolso de despesas de mobilidade, home office, refeição, alimentação e educação. Além disso, a remuneração da Diretoria poderá contemplar uma remuneração baseada em ações, caso aprovado pelos órgãos competentes.

Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, receberão somente remuneração fixa, a qual é equivalente a, pelo menos, o mínimo legal, conforme deliberado em Assembleia Geral, não podendo ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da remuneração, em média, atribuída a cada diretor, não computados os benefícios, verbas de representação e remuneração variável. Adicionalmente, os membros do Conselho Fiscal são obrigatoriamente reembolsados pelas despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de sua função.

Comitês

Os membros do Comitê de Auditoria são elegíveis, a uma remuneração fixa mensal. Os membros dos demais comitês, caso constituídos, não recebem remuneração específica pela atuação nestes. Adicionalmente, os membros dos Comitês são obrigatoriamente reembolsados pelas despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de sua função.

- **Seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

O formato da remuneração acima descrita procura incentivar os administradores da Companhia a buscarem a melhor rentabilidade dos projetos por ela desenvolvidos, de forma a alinhar os interesses dos colaboradores com os da Companhia.

A remuneração variável plurianual de longo prazo dos Diretores leva em consideração a implementação de metas estratégicas, que se refletem no crescimento do EBITDA da Companhia em 2 e 4 anos. Ela é paga da seguinte forma: 40% em dinheiro pagos dois anos depois de estabelecida a meta, caso o primeiro objetivo de EBITDA seja atingido, e 60% diferida para quatro anos, caso seja atingida a meta final de longo prazo. O não atingimento do primeiro objetivo não impede o pagamento da segunda meta, caso essa seja alcançada.

8.1 Política ou prática de remuneração

- Sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais**

2022	Remuneração fixa	Remuneração variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	100%
Diretoria Estatutária	39,52%	27,62%	32,86%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	100%
Comitê de Auditoria	100%	0%	0%	100%

2021	Remuneração fixa	Remuneração variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	100%
Diretoria Estatutária	62%	30%	8%	100%
Conselho Fiscal*	0%	0%	0%	0%
Comitê de Auditoria	0%	0%	0%	0%

* Em 31 de dezembro de 2021, tal órgão não havia sido instalado.

A Companhia somente foi constituída em 15 de setembro de 2020, quando recebeu da Infracommerce Ltd, empresa das Ilhas Cayman que figurava como holding do grupo, 100% dos investimentos nas empresas Infracommerce Negócios e Soluções em Internet Ltda. ("Infracommerce Ltda."), Inframedia Soluções em Informática Ltda – EPP, Infracommerce Varejo e Distribuição Digital Ltda, Infracommerce Negócios Y Soluciones en Internet MX, Infrashop Negócios e Soluções em Internet Ltda, Finago Administração de Pagamentos Ltda (denominada atualmente como Infrapay Administração de Pagamentos Ltda.) e New Retail. No exercício de 2020, em linha com as demonstrações financeiras da Companhia, a Infracommerce Ltda. concentrava a remuneração das empresas do grupo. Dessa forma, buscando apresentar informações completas ao investidor, apresentamos abaixo a proporção de cada elemento na remuneração total da administração do grupo:

2020	Remuneração fixa	Remuneração variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração*	N/A	N/A	N/A	N/A
Diretoria Estatutária	66%	26%	8%	100%
Conselho Fiscal*	N/A	N/A	N/A	N/A
Comitê de Auditoria*	N/A	N/A	N/A	N/A

* Em 31 de dezembro de 2020, tais órgãos não haviam sido instalados/constituídos.

- Metodologia de cálculo e de reajuste**

O valor global máximo a ser pago aos administradores a título de remuneração é determinado pela Assembleia Geral de Acionistas, estando a remuneração global máxima para tal público atendendo aos limites impostos pelo artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, assim como a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

8.1 Política ou prática de remuneração

A remuneração total alvo individual dos Diretores Estatutários e Não-Estatutários é determinada pelo Conselho de Administração, pautada em referências de mercado para posições de complexidade similar, podendo ser utilizadas na comparação empresas do segmento de tecnologia, varejo e logística. O Conselho de Administração também é responsável por determinar, anualmente, o índice de reajuste de honorários fixos. Regida por política aprovada pelo Conselho de Administração, a remuneração dos Administradores e Diretores Estatutários poderá ser constituída pela (i) remuneração fixa; (ii) remuneração variável de curto prazo, (iii) benefícios, e (iv) incentivos de longo prazo.

A remuneração variável de curto prazo, em dinheiro, é calculada como um múltiplo da remuneração fixa, sendo o critério acima também aplicável para este componente de remuneração. A remuneração variável plurianual de longo prazo, em dinheiro, é estabelecida com base em um valor alvo desvinculado dos múltiplos de remuneração fixa. O cálculo da remuneração variável de curto prazo anual é realizado de acordo com o atingimento de metas corporativas, de metas individuais e da nota individual de avaliação de adesão aos valores da Companhia. Os percentuais de atingimento das três variáveis geram um percentual global que é multiplicado pelo número de salários compatíveis com cada cargo. O pagamento é feito no ano subsequente à performance, proporcionalmente ao número de meses trabalhados. Vale ressaltar que o programa só é ativado a partir do atingimento mínimo da(s) meta(s) corporativa(s). O atingimento das metas corporativas, individuais e de adesão aos valores variam num intervalo entre 80% e 120%.

O programa de opção de compra de ação é dirigido aos membros da administração, que de acordo com deliberação do Conselho de Administração, tenham impacto relevante nos resultados e competitividade da Companhia no longo prazo. O número de opções outorgadas varia de acordo com critérios tais como criticidade da posição, do rol de competências técnicas, de gestão e da senioridade do administrador.

- **Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

A remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria não é impactada por indicadores de desempenho. Para diretores estatutários e não estatutários, a remuneração variável de curto prazo é determinada pelo atingimento de metas de crescimento e EBITDA da Companhia, bem como performance individual. Para longo prazo, atingimento de metas ousadas de EBITDA e performance individual, estabelecidas acima do orçamento.

Atualmente, a Companhia ainda não possui indicadores de desempenho ligados a questões ASG para a remuneração dos administradores.

(ii) Razões que justificam a composição da remuneração

As razões que justificam a composição da remuneração paga aos administradores da Companhia são incentivos para a entrega de resultados a longo prazo, a melhoria de sua gestão a curto prazo e a retenção de executivos, visando ganho pelo compromisso de resultados de curto e longo prazo.

(iii) Existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não aplicável, visto que não havia membros não remunerados na administração da Companhia.

(d) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Infracommerce Ltda., controlada da Companhia, foi responsável pelo pagamento da totalidade da remuneração devida aos administradores da Companhia. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia foi responsável pelo pagamento integral da remuneração devida aos seus administradores.

8.1 Política ou prática de remuneração

(e) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,33	5,00	0,00	11,33
Nº de membros remunerados	6,33	5,00	0,00	11,33
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	900.000,00	4.388.000,00	0,00	5.288.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	1.064.000,00	0,00	1.064.000,00
Participações em comitês	184.904,00	0,00	0,00	184.904,00
Outros	204.000,00	0,00	0,00	204.000,00
Descrição de outras remunerações fixas	Participação em outros comitês que não sejam de assessoramento ao Conselho de Administração			
Remuneração variável				
Bônus	0,00	5.088.000,00	0,00	5.088.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	204.000,00	5.543.344,00	0,00	5.747.344,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2023-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Ressalta-se que o número total de membros considera a quantidade de membros até a presente data, bem como a previsão para o ano após a realização da AGOE.		Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2023-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	1.492.904,00	16.083.344,00	0,00	17.576.248,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	7,75	6,00	21,75
Nº de membros remunerados	5,42	7,75	3,00	16,17
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.480.000,00	6.154.893,00	149.424,00	7.784.317,00
Benefícios direto e indireto	0,00	1.634.000,00	0,00	1.634.000,00
Participações em comitês	252.452,00	0,00	0,00	252.452,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	5.312.416,00	0,00	5.312.416,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	132.166,00	0,00	132.166,00
Descrição de outras remunerações variáveis		Referem-se a verbas indenizatórias no âmbito de distratos		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	6.476.000,00	0,00	6.476.000,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2023-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2023-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração	1.732.452,00	19.709.475,00	149.424,00	21.591.351,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	9,00		16,00
Nº de membros remunerados	6,00	9,00		15,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.760.000,00	5.947.760,00		7.707.760,00
Benefícios direto e indireto	0,00	1.561.164,00		1.561.164,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	150.000,00		150.000,00
Descrição de outras remunerações fixas		Outros: refere-se à remuneração adicional do diretor da Companhia referente à sua atuação como fiador à época em determinados contratos financeiros da Companhia. Para mais informações, vide item 11.2 deste Formulário de Referência.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	3.120.160,00		3.120.160,00
Participação de resultados	0,00	608.000,00		608.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	972.174,00		972.174,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2023-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2023-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração	1.760.000,00	12.359.258,00		14.119.258,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		2,33		2,33
Nº de membros remunerados		2,33		2,33
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		1.679.978,00		1.679.978,00
Benefícios direto e indireto		302.393,00		302.393,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus		0,00		0,00
Participação de resultados		626.515,00		626.515,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		146.250,00		146.250,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego		0,00		0,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)		254.892,00		254.892,00
Observação		Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2023-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração		3.010.028,00		3.010.028,00

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	6,33	5,00		11,33
N° de membros remunerados	0,00	5,00		5,00
Esclarecimento	Não há remuneração variável para os membros do CA da Companhia.			
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	5088000,00		5.088.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	3040000,00		3.040.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	8,00	7,75	6,00	21,75
N° de membros remunerados	0,00	7,75	0,00	7,75
Esclarecimento	Não há remuneração variável para os membros do CA da Companhia.		Não há remuneração variável para os membros do Conselho Fiscal da Companhia.	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	5666400,00	0,00	5.666.400,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	4722000,00	0,00	4.722.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	5312416,00	0,00	5.312.416,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	7,00	9,00		16,00
N° de membros remunerados	0,00	9,00		9,00
Esclarecimento	Não há remuneração variável para os membros do CA da Companhia.			
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	1110000,00		1.110.000,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	3247000,00		3.247.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	2220000,00		2.220.000,00

Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	3120160,00		3.120.160,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	110928,00		110.928,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	608000,00		608.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	232856,00		232.856,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	608000,00		608.000,00

Exercício Social: 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		2,33		2,33
Nº de membros remunerados		2,33		2,33
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		524428,00		524.428,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		1258627,00		1.258.627,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		786642,00		786.642,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		626514,00		626.514,00

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4 – Plano de remuneração baseado em ações: em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

A Companhia esclarece que o Plano 1 (conforme definido abaixo) é reflexo do plano que existia no âmbito da holding que era a sociedade consolidadora do Grupo, constituída sob as leis das Ilhas Cayman. Com a constituição da Companhia em 15 de setembro de 2020 e a conclusão da reorganização societária ocorrida no grupo, a Companhia aprovou então o Plano 1 em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de fevereiro de 2021, conforme descrito abaixo.

Além disso, o Plano 2 (conforme definido abaixo) foi aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada no dia 28 de abril de 2022. As opções de compra de ações do Plano 2 vêm sendo outorgadas aos respectivos participantes nos termos aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia e divulgado por meio de Fato Relevante em 28 de abril de 2022, cujos termos podem ser observados abaixo:

"Novo Plano de Stock Option: Em reunião realizada logo após a aprovação do Novo Plano na forma submetida à Assembleia, o Conselho de Administração ("CA" ou "Conselho"), aprovou, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, que:

i. a outorga de opções de ações, no contexto do Novo Plano, será feita de forma gradual, observado o limite máximo de 1% do capital social atual da Companhia ao ano (correspondentes a no máximo 2.816.364 ações ao ano). Desta forma, e considerando os períodos de vesting de, no mínimo, 4 anos e Cliff de 2 anos, a potencial diluição do Novo Plano na base acionária da Companhia ocorrerá gradualmente até 2030;

ii. as características de cada programa a ser aprovado no contexto do Novo Plano serão objeto de deliberação específica em momento oportuno, recomendada por um Comitê de Remuneração, a ser constituído pelo CA, que contará com a participação de membro independente, com reconhecida experiência em Políticas de Remuneração;

iii. nenhum desconto será aplicado ao preço de strike, que será definido oportunamente pelo CA para os programas do Novo Plano; e

iv. os beneficiários dos programas do Novo Plano serão majoritariamente talentos não contemplados no plano anterior ao IPO, iniciado em 2013 e cujas opções já foram integralmente outorgadas.

O Conselho, em sua deliberação, reiterou ainda o caráter estratégico do Novo Plano, que tem por objetivo principal criar alinhamento de longo prazo, bem como reter os talentos que se juntaram à Companhia ao longo dos últimos meses, muitos deles por consequência das aquisições implementadas, e atrair novos talentos do mercado."

Ressaltamos que os limites e as métricas pré-determinadas, tanto pela Assembleia Geral da Companhia quanto os compromissos feitos pela Companhia, estão sendo rigorosamente cumpridos, não havendo, portanto, qualquer diluição adicional àquelas já informadas e aprovadas no âmbito do Plano 1 e do Plano 2.

(a) Termos e condições gerais

Plano 1

Em 19 de fevereiro de 2021, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia o Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano 1"). Em razão da reorganização societária ocorrida no grupo, as opções vigentes outorgadas aos beneficiários do plano de opção de compra de ações adotado pela Infracommerce Ltd. em 18 de dezembro de 2012, conforme alterado ("2012 Share Plan" e "Participantes", respectivamente) foram canceladas e foram substituídas por Opções (conforme

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

definido abaixo) nos termos do Plano 1, que contém termos e condições similares ao *2012 Share Plan*, sendo que a quantidade de opções outorgada a cada Participante, bem como o preço de exercício e o período de *vesting* originais das opções outorgadas pela Infracommerce Ltd. no âmbito do *2012 Share Plan* serão mantidos com relação às novas Opções outorgadas nos termos do Plano 1. Nesse contexto, para fins da definição do preço de exercício das Opções a ser pago pelos Participantes quando da integralização das ações, o valor original em dólares dos Estados Unidos foi convertido à taxa de câmbio em data definida na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 19 de fevereiro de 2021. A taxa utilizada foi o Câmbio PTAX de 25 de fevereiro de 2021 cotado em R\$ 5,3921 por dólar americano.

O Plano 1 é gerido pelo Conselho de Administração da Companhia, que estabelece os termos e/ou as condições precedentes, bem como as regras específicas, aplicáveis a um ou mais participantes, para o exercício das Opções, período de *vesting*, antecipação do período de *vesting*, antecipação e/ou prorrogação do prazo para exercício das Opções, dentre outros. O Conselho de Administração poderá especificar ou delimitar as condições estabelecidas no Plano 1, conforme acima estabelecido, ou de outra forma desde que não altere os princípios básicos do Plano 1.

Plano 2

A Companhia passou a adotar, em adição ao Plano 1, o Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações ("Plano 2") aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada no dia 28 de abril de 2022.

O Plano 2 e seus programas são administrados, conforme aplicável, pelo Conselho de Administração ou pelo comitê de pessoas, indicado pelo Conselho de Administração da Companhia para auxiliar na administração e implementação do Plano 2, conforme determinado pelo Conselho de Administração ("Comitê"). Obedecidas as condições gerais do Plano 2 e as diretrizes fixadas pela Assembleia Geral da Companhia, o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme aplicável, tem amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano 2 e do programa, incluindo: (i) a criação e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia outorgadas pela Companhia aos Participantes (conforme definido abaixo), nos termos do Plano 2 ("Opções"), observados os termos gerais do Plano 2, bem como a solução de dúvidas de interpretação do Plano 2 e dos programas; (ii) a eleição dos Participantes e a autorização para outorgar Opções em seu favor, estabelecendo todas as condições para aquisição de direitos relacionados às Opções a serem outorgadas; (iii) a emissão de novas ações dentro do limite do capital autorizado ou a autorização para alienação de ações em tesouraria para satisfazer a outorga de ações subjacentes ao exercício das Opções nos termos do Plano 2, programa e da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 17, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 17"); (iv) propor eventuais alterações ao Plano 2 a serem submetidas à aprovação da Assembleia Geral da Companhia; (v) a criação, alteração e/ou cancelamento de programas e a definição da quantidade de Opções objeto de cada programa; e (vi) imposição de restrições às ações subjacentes ao exercício das Opções, tais como períodos de vedação à negociação de ações ("Lock-Up") e opções de compra em favor da Companhia.

Caberá ao Conselho de Administração ou ao Comitê, conforme aplicável, selecionar os Participantes do Plano 2, quais sejam, os diretores ou empregados da Companhia ou de sociedades sob o seu controle ou pessoas naturais que prestem serviços às referidas sociedades, em favor dos quais a Companhia outorgue uma ou mais Opções, nos termos do Plano 2 ("Participantes"). Membros do Conselho de Administração ou do Comitê não são elegíveis ao Plano 2, exceto se referido membro também ocupar uma posição executiva ou tiver recebido as Opções enquanto ocupava o referido cargo, situação em que referido membro não deverá participar da administração e implementação do Plano 2.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

(b) Data de aprovação e órgão responsável

Plano 1

O Plano 1 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 19 de fevereiro de 2021. A Companhia esclarece que o Plano 1 é reflexo do plano que existia no âmbito da holding que era a sociedade consolidadora do Grupo, constituída sob as leis das Ilhas Cayman. Com a constituição da Companhia em 15 de setembro de 2020 e a conclusão da reorganização societária ocorrida no grupo, a Companhia aprovou então o Plano 1 em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de fevereiro de 2021.

Plano 2

O Plano 2 foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada no dia 28 de abril de 2022.

(c) Número máximo de ações abrangidas

Plano 1

O Plano 1 está limitado a um número máximo de 37.576.261 (trinta e sete milhões, quinhentas e setenta e seis mil, duzentas e sessenta e uma) Opções, cujo respectivo número de Ações pode ser exercido pelos beneficiários.

Na data deste Formulário de Referência, 52,7% (cinquenta e dois vírgula sete por cento) ou 19.817.450 (dezenove milhões, oitocentas e dezessete mil, quatrocentas e cinquenta) opções desse montante já foram exercidas e emitidas, restando, portanto, menos da metade para exercício e emissão. Ou seja, a potencial diluição total que o Plano 1 ainda representa na Companhia é de 4,4% (quatro vírgula quatro por cento), conforme os critérios de *vesting* ao longo dos próximos anos, de acordo com o estipulado nos respectivos programas.

Plano 2

Conforme item (g) abaixo, o número máximo de Ações abrangido pelo Plano 2, caso a totalidade das Opções outorgadas fossem exercidas, é de 15.732.677 (quinze milhões, setecentos e trinta e dois mil e seiscentos e setenta e sete). Nos casos de alteração do número, espécie e classe de ações da Companhia como resultado de desdobramentos ou grupamentos, caberá ao Conselho de Administração ou ao Comitê, conforme aplicável, efetuar os ajustes no Plano 2, de modo a evitar distorções e prejuízos à Companhia ou aos Participantes.

Ainda em 2022, houve outorga de 2.530.000 (dois milhões e quinhentas e trinta mil) opções aos funcionários da Companhia, ou seja, montante inferior ao limite estipulado no Fato Relevante de 28 de abril de 2022. As métricas de distribuição e precificação previstas no Fato Relevante também foram respeitadas para a distribuição das referidas outorgas.

Em 31 de dezembro de 2022, havia 6.760 (seis mil, setecentas e sessenta) opções exercíveis, sem que tenha havido nenhuma emissão de ações. A potencial diluição total que o Plano 2 representa na Companhia é de 4,3% (quatro vírgula três por cento), conforme os critérios de *vesting* ao longo dos próximos anos, de acordo com o estipulado nos respectivos programas.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

(d) Número máximo de opções a serem outorgadas

Plano 1

O Plano 1 está limitado a um número máximo de 37.576.261 (trinta e sete milhões, quinhentas e setenta e seis mil, duzentas e sessenta e uma) Opções, cujo respectivo número de Ações pode ser exercido pelos beneficiários.

Plano 2

Nos termos do Plano 2, o número total de ações que poderá ser entregue pela Companhia aos Participantes mediante o exercício das Opções não excederá 14.081.823 (quatorze milhões, oitenta e uma mil e oitocentas e vinte e três) ações. Em adição ao limite acima estabelecido, o Conselho de Administração poderá, ainda, outorgar Opções que representem uma quantidade de até 1.650.854 (um milhão, seiscentas e cinquenta mil e oitocentas e cinquenta e quatro) ações para determinados Participantes, em cumprimento de determinadas obrigações assumidas pela Companhia no âmbito da aquisição da sociedade Synapcom Comércio Eletrônico S.A. (atualmente denominada Infracommerce Synapcom Comercio Eletrônico S.A.). Desta forma, o número máximo de Opções que poderá ser outorgado pela Companhia aos Participantes é 15.732.677 (quinze milhões, setecentos e trinta e dois mil e seiscentos e setenta e sete). Não obstante o disposto acima, a Companhia definiu regras específicas de aplicabilidade deste Plano 2 a serem conduzidas pelo Conselho de Administração, conforme detalhado no Fato Relevante divulgado em 28 de abril de 2022.

Nos casos de alteração do número, espécie e classe de ações da Companhia como resultado de desdobramentos ou grupamentos, caberá ao Conselho de Administração ou ao Comitê, conforme aplicável, efetuar os ajustes no Plano 2, de modo a evitar distorções e prejuízos à Companhia ou aos Participantes.

(e) Condições de aquisição de ações

Plano 1

Sob o Plano 1, a Opção deverá ter um período de carência a ser definido pelo Conselho de Administração em cada Contrato de Outorga de Opções de Compra de Ações e Outras Avenças a ser celebrado entre a Companhia e cada Participante ("Contrato") individual, a contar da data de outorga da opção original pela Infracommerce Ltd. nos termos do Plano 1 ("Início do Período de Vesting"), considerando o período de serviço contínuo prestado pelo Participante à Companhia na função de atual ou antigo diretor, empregado, consultor ou assessor ("Serviço") a partir do Início do Período de Vesting ("Período de Vesting"). Observado o Período de Vesting e o disposto no Plano 1, o Participante pode exercer parte ou a totalidade das Opções a que tiver direito a qualquer tempo durante o período de 10 (dez) anos contados da data do Início do Período de Vesting ("Período de Oportunidade de Exercício"), direito sobre o qual possui ampla e total autonomia. Sem prejuízo do disposto acima, o Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, antecipar o Período de Vesting de parte ou da totalidade das Opções dos Participantes.

Na Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 25 de fevereiro de 2021, foi aprovada a outorga das opções para determinados administradores, executivos, empregados e administradores, nos termos do documento apresentado na referida reunião.

Plano 2

A outorga das Opções aos Participantes selecionados pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, conforme aplicável, será realizada por meio de Programas. Exceto se aprovado de forma diversa pelo Conselho de Administração, haverá dois tipos diferentes de Programas.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

O Conselho de Administração pretende implementar dois tipos de programa, sendo que na data deste Formulário de Referência, apenas o primeiro já foi implementado.

No primeiro programa, já implementado, o Participante receberá Opções, as quais se tornarão exercíveis na medida em que o Participante cumpra um período de carência de 4 (quatro) anos, havendo um vesting escalonado durante o período de carência definido. As Opções exercíveis poderão ser exercidas no prazo de até 12 (doze) meses contados do término do 4º (quarto) ano de vesting, exceto em situações de desligamento em que o prazo de exercício poderá ser reduzido.

No segundo programa, ainda não implementado, o Participante deverá investir recursos distribuídos pela Companhia ao Participante a título de bônus ou participação nos lucros e resultados (PLR) na aquisição de Ações Próprias para poder participar do Programa. Ao investir os recursos mencionados acima na aquisição de Ações Próprias (conforme definido abaixo), a Companhia outorgará uma quantidade de Opções definida no programa para cada 1 (uma) Ação Própria adquirida. As Opções outorgadas em contrapartida ao investimento realizado pelo Participante se tornarão exercíveis na medida em que o Participante (a) permanecer continuamente prestando serviços à Companhia ou sociedades sob o seu controle durante o período de carência de 3 (três) anos definido no programa, com vesting proporcional durante o referido período; e (b) permanecer investido nas Ações Próprias durante o período de carência acima, podendo haver liberação parcial das Ações Próprias na medida em que os períodos de carência forem cumpridos. As Opções exercíveis poderão ser exercidas no prazo de até 12 (doze) meses contados do término do 3º (terceiro) ano de vesting, exceto em situações de desligamento em que o prazo de exercício poderá ser reduzido. As ações decorrentes do exercício das Opções poderão ficar sujeitas a um período de lock-up. Para fins do Plano 2, "Ações Próprias" significam as ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia adquiridas pelos Participantes com recursos distribuídos pela Companhia ao Participante a título de bônus ou participação nos lucros e resultados (PLR) diretamente na B3 ou da Companhia, e integralmente mantidas sob sua plena e legítima titularidade e propriedade pelo período de carência definido no Programa e/ou no Contrato de Opção, sob sua conta e risco. Caso a Companhia pretenda alinear ações em tesouraria ao Participante, o valor de alienação será o valor de mercado da ação, conforme definido pelo Conselho de Administração no programa, que poderá utilizar uma média de cotação das ações na B3 como parâmetro para definição do preço de alienação das ações ao Participante.

O período de carência (vesting) total de cada outorga deverá ser de no mínimo 3 (três) anos, com possibilidade de vesting proporcional ao longo de cada ciclo anual de vesting. O Conselho de Administração poderá prever nos programas e/ou nos instrumentos particulares de outorga de opção de compra de ações celebrados entre a Companhia e cada Participante, por meio do qual a Companhia outorga Opções ao Participante ("Contratos de Opção"), eventos que acarretem a antecipação do período de carência.

A outorga das Opções será realizada mediante a celebração individual de Contratos de Opção entre a Companhia e os Participantes, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração ou o Comitê, conforme aplicável, a quantidade de Opções objeto da outorga e os termos e condições para aquisição dos direitos relacionados às Opções.

Até a data em que a propriedade das ações subjacentes ao exercício das Opções for efetivamente transferida aos Participantes, nos termos do Plano 2, dos Programas e dos Contratos de Opção, os Participantes não terão quaisquer dos direitos e privilégios de acionista da Companhia em relação a tais ações, em especial, o direito de voto, direito ao recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio relativos às ações.

A transferência das ações em razão do exercício das Opções para os Participantes somente se dará com o implemento das condições e prazos previstos no Plano 2, nos programas e nos respectivos Contratos de Opção.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

No exercício de sua competência, o Conselho de Administração estará sujeito apenas aos limites estabelecidos em lei, na regulamentação da CVM e no Plano 2, ficando claro que o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme aplicável, poderá tratar de maneira diferenciada os Participantes que se encontrem em situação similar, não estando obrigado, por qualquer regra de isonomia ou analogia, a estender a todos as condições que entenda ser aplicável apenas a algum ou alguns.

(f) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Plano 1

O preço de exercício das Opções será pago pelo Participante no momento da integralização das Ações e será aquele previsto em seu respectivo Contrato, o qual foi determinado nos termos do Plano 1, o qual foi fixado de acordo com o valor de mercado da Companhia, sujeito a reajustes de acordo com critérios, índices e taxas que foram estabelecidos quando da outorga das opções originais pela Infracommerce Ltd., como, por exemplo, a espécie de ações sujeita às Opções em comparação às demais espécies de ações de emissão da Infracommerce Ltd. existentes à época e os respectivos direitos, preferências e privilégios de cada espécie ("Preço de Exercício").

Em virtude do exercício da Opção e até a data assim informada pela Companhia nos termos do Plano 1, o Participante deverá pagar à Companhia o Preço de Exercício determinado em cada Contrato, conforme disposto acima, a título de integralização das Ações subscritas. O pagamento do Preço de Exercício deverá sempre se dar em dinheiro, mediante depósito em conta corrente de titularidade da Companhia, conforme indicado por esta.

Plano 2

O preço de exercício das Opções outorgadas nos termos do Plano 2 será determinado pelo Conselho de Administração da Companhia, com base na média da cotação das ações da Companhia na B3 em determinado período anterior à data de assinatura dos respectivos Contratos de Opção, conforme parâmetros de cálculo definidos pelo Conselho de Administração, admitindo-se um desconto de até 20% (vinte por cento), a critério do Conselho de Administração da Companhia. Não obstante o disposto acima, o Conselho de Administração da Companhia estabeleceu que no âmbito do Plano 2, nos termos do Fato Relevante divulgado em 28 de abril de 2022, nenhum desconto será aplicado ao preço de *strike* nos termos da regra definida acima.

(g) Critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Plano 1

O prazo de aquisição e exercício são definidos pelo Conselho de Administração em cada Contrato individual.

Plano 2

O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme aplicável, definirá, em cada programa e/ou nos Contratos de Opção o procedimento para aquisição e exercício das Opções que tenham cumprido as condições para o pagamento do preço de exercício, desde que observados os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Conforme indicado acima, para os primeiros dois programas que a Companhia pretende implementar, sendo que o primeiro já foi implementado, o prazo de exercício será de até 12 (doze) meses contados do término do último ano de vesting, exceto em situações de desligamento em que o prazo de exercício poderá ser reduzido.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

(h) Forma de liquidação

Plano 1

O Plano 1 deverá ser liquidado em ações (instrumento de patrimônio). As ações decorrentes do exercício das opções serão adquiridas pelo participante mediante a subscrição por tal participante de novas ações a serem emitidas pela Companhia dentro do limite de seu capital autorizado, conforme aprovado pelo Conselho de Administração.

Plano 2

Com o propósito de satisfazer o exercício de Opções outorgadas nos termos do Plano 2, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração, emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado ou alienar ações mantidas em tesouraria por meio de operação privada, nos termos da Resolução CVM 17 ou ainda uma combinação destas.

(i) Restrições à transferência das ações

Plano 1

O Conselho de Administração, respeitado o Contrato, poderá determinar restrições adicionais à transferência das ações subscritas com o exercício das Opções, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra ou direitos de preferência em caso de alienação de Ações pelo Participante almejando preservar os resultados da Companhia. Nos programas vigentes, havia período de restrição (*lockup*) de 180 dias após o início das negociações das ações da Companhia (IPO).

Plano 2

O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme aplicável, poderá impor restrições às ações subjacentes ao exercício das Opções, tais como períodos de vedação à negociação de ações e opções de compra em favor da Companhia. Para o programa já implementado no Plano 2, não houve indicação de restrição ou período de lock-up.

(j) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Plano 1

O Plano 1 poderá ser extinto, suspenso ou alterado, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral. Sem prejuízo de qualquer disposição em contrário prevista no Plano 1 ou nos Contratos, as Opções outorgadas nos termos do Plano 1 extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos: (i) mediante o seu exercício integral; (ii) após o decurso dos prazos aplicáveis para exercício das Opções (inclusive do prazo para pagamento do Preço de Exercício), conforme aplicável; ou (iii) mediante o distrato do Contrato, por qualquer motivo.

A outorga de Opções nos termos do Plano 1 não impede qualquer operação envolvendo, direta ou indiretamente, a título gratuito ou oneroso, total ou parcialmente, as Ações da Companhia (incluindo, sem limitação, operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão e cisão, ou transferência de participação acionária na Companhia, com ou sem a troca do controle), bem como não dependerá de prévia ou posterior anuência de qualquer Participante a efetivação de referidas operações.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Plano 2

O Plano 2 entrou em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia e permanecerá vigente por um prazo indeterminado, podendo, no entanto, ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral.

Sem prejuízo do disposto, o direito dos Participantes ao recebimento das Opções nos termos do Plano 2 extinguir-se-á automaticamente e sem qualquer direito a indenização, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos: (i) mediante o distrato do Contrato de Opção; (ii) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada; ou (iii) em determinadas hipóteses de desligamento do Participante previstas no Plano 2.

Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas, na legislação trabalhista e/ou aos efeitos fiscais de um plano de outorga de opções, poderá levar à revisão integral do Plano 2.

(k) Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Plano 1

Nas hipóteses de desligamento do Participante por dispensa ou destituição, com ou sem justa causa, ou aposentadoria, os direitos a ele conferidos de acordo com o Contrato poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto a seguir.

Se, a qualquer tempo durante a vigência do Plano 1, o Participante: (i) desligar-se da Companhia voluntariamente, seja pedindo demissão do seu emprego, rescindindo o seu contrato de prestação de serviços ou renunciando ao seu cargo de administrador ou em decorrência de pedido de aposentadoria facultativa ou compulsória: (a) as Opções que ainda não sejam exercíveis na data do desligamento do Participante ("Opções Non-Vested") restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e (b) as Opções que já tenham passado pelo Período de Vesting ("Opções Vested") na data do seu desligamento poderão ser exercidas, no prazo de até 3 (três) meses contados da data de desligamento, após o que restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; (ii) for desligado da Companhia mediante dispensa ou destituição do seu cargo (ou não reeleição), ou rescisão de seu contrato de trabalho ou de prestação de serviços, sem justa causa: (a) as Opções Non-Vested restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e (b) as Opções Vested poderão ser exercidas, no prazo de até 3 (três) meses contados da data de desligamento, após o que restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e (iii) for desligado da Companhia mediante dispensa ou destituição do seu cargo ou rescisão de seu contrato de trabalho ou de prestação de serviços, por justa causa, as Opções Non-Vested e as Opções Vested restarão automaticamente extintas, de pleno direito, na data em que o Participante for notificado pela Companhia a respeito da dispensa ou destituição do seu cargo por justa causa, sem que o Participante faça jus a qualquer tipo de indenização.

Plano 2

Na hipótese de Desligamento (conforme definido abaixo) do Participante da Companhia, o direito de o Participante manter as Opções não exercíveis bem como de exercer as Opções exercíveis será regulado nos respectivos programas e/ou nos Contratos de Opção. Para fins do Plano 2, "Desligamento" significa o término da relação jurídica dos conselheiros ou diretores ou empregados da Companhia por qualquer motivo, incluindo, mas não limitando à renúncia, destituição, substituição ou término do mandato sem reeleição ao cargo de administrador, pedido de demissão voluntária ou dispensa, com ou sem justa causa, aposentadoria, invalidez permanente e falecimento.

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Considerando que, com a nova atualização do Sistema Empresas.Net, este item 8.5 passou a ser estruturado e a Companhia possui 2 planos de remuneração baseados em ações sob a forma de opções de compra de ações (Plano 1 e Plano 2, definidos no item 8.4 acima), com mais de um programa cada plano, optou-se por apresentar o referido item conforme era apresentado nas versões anteriores do Formulário de Referência, ou seja, de forma segregada para cada Plano, de modo a garantir o melhor entendimento do investidor e do mercado em geral. Dessa forma, a Companhia informa que o disclosure completo consta do item 8.20 deste Formulário de Referência.

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8.6 – Outorgas: em relação a cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Outorgas de opções de compra de ações previstas para o exercício social corrente (2023)

	Membros do Conselho de Administração				
	Plano 1 Programa A	Plano 1 Programa B	Plano 1 Programa C	Plano 1 Programa D	Plano 2 Programa 1
Nº total de membros	6,33	6,33	6,33	6,33	6,33
Nº de membros remunerados	0	0	0	0	0
Data de outorga	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Quantidade de opções outorgadas (A)	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Prazo máximo para exercício das opções	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Valor justo das opções na data da outorga (B)	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga (A x B)	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.

	Membros da Diretoria Estatutária				
	Plano 1 Programa A	Plano 1 Programa B	Plano 1 Programa C	Plano 1 Programa D	Plano 2 Programa 1
Nº total de membros	5	5	5	5	5
Nº de membros remunerados	0	0	2	0	3
Data de outorga	N.A.	N.A.	01/01/2023	N.A.	01/01/2023
Quantidade de opções outorgadas (A)	N.A.	N.A.	2.639.330	N.A.	661.232
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N.A.	N.A.	50% em 01/01/2025; 25% em 01/01/2026; 25% em 01/01/2027.	N.A.	50% em 01/01/2025; 25% em 01/01/2026; 25% em 01/01/2027.
Prazo máximo para exercício das opções	N.A.	N.A.	01/01/2028	N.A.	01/01/2028
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Valor justo das opções na data da outorga (B)	N.A.	N.A.	R\$1,27	N.A.	R\$1,27
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga (A x B)	N.A.	N.A.	3.351.949	N.A.	839.765

8.6 Outorga de opções de compra de ações

Outorgas de opções de compra de ações do exercício social encerrado em 31/12/2022

	Membros do Conselho de Administração				
	Plano 1 Programa A	Plano 1 Programa B	Plano 1 Programa C	Plano 1 Programa D	Plano 2 Programa 1
Nº total de membros	8	8	8	8	8
Nº de membros remunerados	0	0	0	0	0
Data de outorga	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Quantidade de opções outorgadas (A)	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Prazo máximo para exercício das opções	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Valor justo das opções na data da outorga (B)	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga (A x B)	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.

	Membros da Diretoria Estatutária				
	Plano 1 Programa A	Plano 1 Programa B	Plano 1 Programa C	Plano 1 Programa D	Plano 2 ¹ Programa 1
Nº total de membros	7,75	7,75	7,75	7,75	7,75
Nº de membros remunerados	0	0	0	0	1
Data de outorga	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	01/12/2022
Quantidade de opções outorgadas (A)	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	723.160
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	50% em 01/12/2024; 25% em 01/12/2025; 25% em 01/12/2026.
Prazo máximo para exercício das opções	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	01/12/2027
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Valor justo das opções na data da outorga (B)	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	R\$4,15
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga (A x B)	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	R\$ 3.001.114,00

¹A outorga referente ao Plano 2 – Programa 1 foi feita a um dos diretores no âmbito do contrato de aquisição da Synapcom, no qual os termos já estavam pré-determinados na transação, conforme aprovado em assembleia geral extraordinária realizada em 26 de novembro de 2021.

8.6 Outorga de opções de compra de ações

Outorgas de opções de compra de ações do exercício social encerrado em 31/12/2021

	Membros do Conselho de Administração			
	Plano 1 Programa A	Plano 1 Programa B	Plano 1 Programa C	Plano 1 Programa D
Nº total de membros	8	8	8	8
Nº de membros remunerados	0	0	0	0
Data de outorga	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Quantidade de opções outorgadas (A)	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Prazo máximo para exercício das opções	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Valor justo das opções na data da outorga (B)	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga (A x B)	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.

	Membros da Diretoria Estatutária			
	Plano 1 Programa A	Plano 1 Programa B	Plano 1 Programa C	Plano 1 Programa D
Nº total de membros	9	9	9	9
Nº de membros remunerados	8	7	9	8
Data de outorga	25/02/2021	25/02/2021	25/02/2021	25/02/2021
Quantidade de opções outorgadas (A)	2.842.314	1.095.392	11.645.090	11.800.443
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	100% em 30/04/2021, considerando a realização do IPO da Companhia	37% - em até um ano da data de outorga 25% - em até dois anos da data de outorga 25% - em até três anos da data de outorga 13% - em até quatro anos da data de outorga	47% - em até um ano da data de outorga 28% - em até dois anos da data de outorga 23% - em até três anos da data de outorga 2% - em até quatro anos da data de outorga	23% - na data de outorga 31% - em até um ano da data de outorga 26% - em até dois anos da data de outorga 19% - em até três anos da data de outorga 2% - em até quatro anos da data de outorga
Prazo máximo para exercício das opções	Dezembro de 2022	Setembro de 2030	Dezembro de 2030	Novembro de 2030

8.6 Outorga de opções de compra de ações

	Membros da Diretoria Estatutária			
	Plano 1 Programa A	Plano 1 Programa B	Plano 1 Programa C	Plano 1 Programa D
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	180 dias após o início das negociações das ações da Companhia (IPO)	180 dias após o início das negociações das ações da Companhia (IPO)	180 dias após o início das negociações das ações da Companhia (IPO)	180 dias após o início das negociações das ações da Companhia (IPO)
Valor justo das opções na data da outorga (B)	R\$0,03	R\$0,15	R\$0,13	R\$0,15
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga (A x B)	R\$85.269,42	R\$164.308,80	R\$1.513.861,70	R\$1.770.066,45

Nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia no exercício social de 2020.

As informações sobre as opções outorgadas apresentadas neste item refletem as aprovações da Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 25 de fevereiro de 2021 e, portanto, já consideram: (i) o desdobramento de ações ocorrido em 17 de fevereiro de 2021, e (ii) a aprovação do Plano com a consequente conversão do plano que existia no âmbito da holding que era a sociedade consolidadora do Grupo, constituída sob as leis das Ilhas Cayman ("tropicalização").

Adicionalmente, apesar de as informações considerarem as opções outorgadas em 25 de fevereiro de 2021, tais programas refletem as outorgas efetuadas desde o ano de 2012, quando da constituição da holding nas Ilhas Cayman que era a sociedade consolidadora do Grupo e, por esta razão, os preços de exercício podem variar entre os beneficiários e serem relativamente inferiores à estimativa de preço das ações de emissão da Companhia.

Por fim, ressalta-se que apresentamos neste item as informações referentes apenas às outorgas dos membros do Conselho da Administração e Diretoria Estatutária da Companhia.

8.7 Opções em aberto

8.7 – Opções em aberto: em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Opções em aberto ao final do exercício social findo em 31/12/2022 relativas à outorga de 2022

	Membros do Conselho de Administração				
	Plano 1 Programa A	Plano 1 Programa B	Plano 1 Programa C	Plano 1 Programa D	Plano 2 Programa 1
Nº total de membros	7	7	7	7	7
Nº de membros remunerados	0	0	0	0	0
Opções ainda não exercíveis					
Quantidade	0	0	0	0	0
Data em que se tornarão exercíveis	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Prazo máximo para exercício das opções	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Prazo de restrição à transferência das ações	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Preço médio ponderado de exercício	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Opções exercíveis					
Quantidade	0	0	0	0	0
Prazo máximo para exercício das opções	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Prazo de restrição à transferência das ações	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Preço médio ponderado de exercício	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.

	Membros da Diretoria Estatutária				
	Plano 1 Programa A	Plano 1 Programa B	Plano 1 Programa C	Plano 1 Programa D	Plano 2 Programa 1
Nº total de membros	7,75	7,75	7,75	7,75	7,75
Nº de membros remunerados	0	0	0	0	1
Opções ainda não exercíveis					
Quantidade	0	0	0	0	723.160
Data em que se tornarão exercíveis	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	50% em 01/12/2024; 25% em 01/12/2025; 25% em 01/12/2026.
Prazo máximo para exercício das opções	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	01/12/2027
Prazo de restrição à transferência das ações	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Preço médio ponderado de exercício	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	R\$ 5,20
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	R\$ 4,15

8.7 Opções em aberto

	Membros da Diretoria Estatutária				
	Plano 1 Programa A	Plano 1 Programa B	Plano 1 Programa C	Plano 1 Programa D	Plano 2 Programa 1
Opções exercíveis					
Quantidade	0	0	0	0	0
Prazo máximo para exercício das opções	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Prazo de restrição à transferência das ações	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Preço médio ponderado de exercício	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.

**Opções em aberto ao final do exercício social findo em
31/12/2022 relativas à outorga de 2021**

	Membros do Conselho de Administração			
	Plano 1 Programa A	Plano 1 Programa B	Plano 1 Programa C	Plano 1 Programa D
Nº total de membros	8	8	8	8
Nº de membros remunerados	0	0	0	0
Opções ainda não exercíveis				
Quantidade	0	0	0	0
Data em que se tornarão exercíveis	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Prazo máximo para exercício das opções	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Prazo de restrição à transferência das ações	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Preço médio ponderado de exercício	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Opções exercíveis				
Quantidade	0	0	0	0
Prazo máximo para exercício das opções	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Prazo de restrição à transferência das ações	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Preço médio ponderado de exercício	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.

8.7 Opções em aberto

	Membros da Diretoria Estatutária			
	Plano 1 Programa A	Plano 1 Programa B	Plano 1 Programa C	Plano 1 Programa D
Nº total de membros	7,75	7,75	7,75	7,75
Nº de membros remunerados	5	5	5	5
Opções ainda não exercíveis				
Quantidade	0	329.431	1.911.809	1.968.326
Data em que se tornarão exercíveis	100% das opções do Programa A se tornaram exercíveis em 30/04/2021, considerando a realização do IPO da Companhia	0% - 25/02/2021 37% - até 25/02/2022 25% - até 25/02/2023 25% - até 25/02/2024 13% - até 25/02/2025	0% - 25/02/2021 47% - até 25/02/2022 28% - até 25/02/2023 23% - até 25/02/2024 2% - até 25/02/2025	0% - 25/02/2021 40% - até 25/02/2022 33% - até 25/02/2023 25% - até 25/02/2024 2% - até 25/02/2025
Prazo máximo para exercício das opções	N.A.	Setembro de 2030	Dezembro de 2030	Novembro de 2030
Prazo de restrição à transferência das ações	N.A.	180 dias após o início das negociações das ações da Companhia (IPO)	180 dias após o início das negociações das ações da Companhia (IPO)	180 dias após o início das negociações das ações da Companhia (IPO)
Preço médio ponderado de exercício	N.A.	1,36	1,50	1,50
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N.A.	R\$ 0,15	R\$ 0,13	R\$ 0,15
Opções exercíveis				
Quantidade	0	413.976	6.667.953	5.453.782
Prazo máximo para exercício das opções	Dezembro de 2022	Setembro de 2030	Dezembro de 2030	Novembro de 2030
Prazo de restrição à transferência das ações	180 dias após o início das negociações das ações da Companhia (IPO)	180 dias após o início das negociações das ações da Companhia (IPO)	180 dias após o início das negociações das ações da Companhia (IPO)	180 dias após o início das negociações das ações da Companhia (IPO)
Preço médio ponderado de exercício	N.A.	1,36	1,50	1,49
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N.A.	R\$ 0,15	R\$0,13	R\$ 0,15
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N.A.	R\$ 62.096,40	866.833,89	R\$ 818.067,30

8.8 Opções exercidas e ações entregues

8.8 – Opções exercidas: em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações - Exercício social encerrado em 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8	7,75
Nº de membros remunerados	0	7,75
Número de ações (A)	N.A.	5.535.385
Preço médio ponderado de exercício (B)	N.A.	R\$1,30
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas (C)	N.A.	R\$8,04
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas (A x (C-B))	N.A.	R\$37.308.494,90

Opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações - Exercício social encerrado em 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8	9
Nº de membros remunerados	0	8
Número de ações (A)	N.A.	7.046.273
Preço médio ponderado de exercício (B)	N.A.	R\$1,40
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas (C)	N.A.	R\$17,12
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas (A x (C-B))	N.A.	R\$110.767.411,56

Nenhuma opção foi exercida pela Companhia aos seus administradores no exercício social de 2020.

As informações sobre as opções outorgadas apresentadas neste item refletem as aprovações da Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 25 de fevereiro de 2021 e, portanto, já consideram: (i) o desdobramento de ações ocorrido em 17 de fevereiro de 2021, e (ii) a aprovação do Plano com a consequente conversão do plano que existia no âmbito da holding que era a sociedade consolidadora do Grupo, constituída sob as leis das Ilhas Cayman ("tropicalização").

Adicionalmente, apesar de as informações considerarem as opções outorgadas em 25 de fevereiro de 2021, tais programas refletem as outorgas efetuadas desde o ano de 2012, quando da constituição da holding nas Ilhas Cayman que era a sociedade consolidadora do Grupo e, por esta razão, os preços de exercício podem variar entre os beneficiários e serem relativamente inferiores à estimativa de preço das ações de emissão da Companhia.

Por fim, ressalta-se que apresentamos neste item as informações referentes apenas às outorgas dos membros do Conselho da Administração e Diretoria Estatutária da Companhia.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8.9 – Entrega de ações: em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não aplicável, tendo em vista que não houve nos três exercícios sociais e não há previsão em relação a este exercício social remuneração baseada em ações sob forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários.

8.10 Outorga de ações

8.10 – Outorga de ações: em relação a cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não aplicável, tendo em vista que não houve nos três exercícios sociais e não há previsão em relação a este exercício social remuneração baseada em ações sob forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários.

8.11 Ações entregues

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que não houve nos três exercícios sociais remuneração baseada em ações sob forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários.

8.12 Precificação das ações/opções

8.12 – Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo

(a) Modelo de precificação

O valor justo para o Plano é calculado, de acordo com o modelo de precificação "Black & Scholes" para o Plano 1 e o Plano 2.

(b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço do exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

As informações apresentadas abaixo para os anos de 2020 e 2021: (i) refletem o plano que existia no âmbito da holding que era a sociedade consolidadora do Grupo, constituída sob as leis das Ilhas Cayman, no qual os programas eram outorgados em dólares americanos, (ii) não refletem o desdobramento de ações ocorrido em 17 de fevereiro de 2021, e (iii) não refletem as opções outorgadas em 25 de fevereiro de 2021 para fins da migração do plano.

Na determinação do valor justo das opções de compra de ações, foram utilizadas as seguintes premissas econômicas, que levam ao valor justo de cada série de opções conforme apresentado abaixo:

Data Emissão	Opções Emitidas	Preço médio ponderado	Valor Justo da Ação	Volatilidade(b)	Taxa livre de Risco (c)
2022	14.256	R\$ 8,24	R\$ 5,54	55%	13,54%
2021	23.028	R\$ 16,22	R\$ 9,61	15%	2,32%
2020	12.586	USD 426	USD 306	30%	2,57%

Para o Plano 1, a conversão das opções originalmente outorgadas para a nova quantidade de ações após desdobramento, e com base em Reais, deve-se considerar a proporção do desdobramento (1 opção convertida em 1.585,23 opções) e o dólar PTAX da data de conversão, cotado em BRL 5,3921.

Vida da opção

O tempo de vida esperado pelo Grupo representa o período durante o qual se acredita que as opções sejam exercidas e foi determinado com base no pressuposto de que os beneficiários exercerão suas opções de 2021 a 2027, respeitando as datas de carência e vencimento das opções.

Taxa livre de Risco

O Grupo adotou como taxa de juros livre de riscos, a taxa equivalente aos títulos do Tesouro dos EUA disponíveis na data de cálculo e com vencimento equivalente ao da opção.

(c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável, já que não foi considerado exercício antecipado.

(d) Forma de determinação da volatilidade esperada

A volatilidade estimada levou em conta a ponderação do histórico de negociação de ações de empresas de capital aberto americanas que operam no varejo através da internet.

8.12 Precificação das ações/opções

(e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável, todas as características já estão descritas acima.

8.13 Participações detidas por órgão

8.13 – Participação em sociedades: informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Sociedade	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Infracommerce CXAAS S.A.	76.140.206	3.494.322		75.095.354

8.14 Planos de previdência

8.14 – Planos de previdências: em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários:

A Companhia não patrocina planos de previdência complementar em benefício de seus funcionários e administradores.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		Conselho Fiscal
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Nº de membros	7,75	9,00	2,33	8,00	7,00	6,00
Nº de membros remunerados	7,75	9,00	2,33	5,42	6,00	3,00
Valor da maior remuneraçãoReal	1.561.000,00	2.355.000,00	2.098.291,00	480.000,00	293.333,00	49.808,00
Valor da menor remuneraçãoReal	808.333,00	360.000,00	352.793,00	240.000,00	293.333,00	49.808,00
Valor médio da remuneraçãoReal	1.184.667,00	1.373.250,00	1.291.858,00	360.000,00	293.333,00	49.808,00

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2022	O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi recebido por membros que exerceram suas funções na Companhia por 12 meses. Para apuração do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, foram desconsiderados os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. Não considera benefícios e encargos.	
31/12/2021	O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi recebido por membros que exerceram suas funções na Companhia por 12 meses. Para apuração do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, foram desconsiderados os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. Não considera benefícios e encargos.	
31/12/2020	O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi recebido por membros que exerceram suas funções na Companhia por 12 meses. Para apuração do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, foram desconsiderados os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. Não considera benefícios e encargos.	

Conselho de Administração		
	Observação	Esclarecimento
31/12/2022	O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi recebido por membros que exerceram suas funções na Companhia por 12 meses. Para apuração do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, foram desconsiderados os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.	
31/12/2021	O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi recebido por membros que exerceram suas funções na Companhia por 12 meses. Para apuração do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, foram desconsiderados os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.	

Conselho Fiscal		
	Observação	Esclarecimento
31/12/2022	O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi recebido por membros que exerceram suas funções na Companhia por 12 meses. Para apuração do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, foram desconsiderados os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.	

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8.16 – Mecanismos de indenização: descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Exceto pelos benefícios descritos no item 8.1 deste Formulário de Referência, e pela apólice de seguro D&O contratada pela Companhia, a qual estende cobertura para segurados aposentados, nas hipóteses de (i) não renovação ou substituição do seguro; ou (ii) renovação ou substituição por outra apólice ou cobertura semelhante, mas que não conceda, para tais segurados, um prazo complementar de, no mínimo, 6 anos, não há qualquer arranjo contratual nem qualquer instrumento que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria em caso de desligamento de suas funções.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

8.17 – Remuneração de partes relacionadas: em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Não aplicável, tendo em vista que, como não há acionistas controladores na Companhia, esta não possui administradores ou membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas a controladores nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente.

8.18 Remuneração - Outras funções

8.18 – Remuneração de funções que não a função que ocupam: em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente, os administradores da Companhia não recebem qualquer remuneração em virtude de qualquer razão que não a função que ocupam.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

8.19 – Valores reconhecidos no resultado de outras sociedades: em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Conforme demonstrado nos quadros abaixo, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2021, a Infracommerce Ltda., controlada da Companhia, foi responsável pelo pagamento da totalidade da remuneração devida à administração do grupo, em linha com as demonstrações financeiras da própria Companhia. Dessa forma, apesar de a Companhia ainda não ter sido constituída até setembro de 2020, apresentamos abaixo o total pago pela Infracommerce Ltda. nos referidos exercícios sociais, buscando apresentar informações mais completas possíveis aos investidores.

Ressalta-se que, em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e ao exercício social corrente, a própria Companhia foi a responsável pelo pagamento da totalidade da remuneração devida à sua administração.

Exercício social 2021 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total ⁽¹⁾
Controladores diretos e indiretos	0	0	N/A	0
Controladas do emissor	1.760.000	11.387.084	N/A	13.147.084
Sociedade sob controle comum	0	0	N/A	0

⁽¹⁾ Não considera a remuneração baseada em ações.

Exercício social 2020 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total ⁽¹⁾
Controladores diretos e indiretos	N/A	0	N/A	0
Controladas do emissor	N/A	2.755.136	N/A	2.755.136
Sociedade sob controle comum	N/A	0	N/A	0

⁽¹⁾ Não considera a remuneração baseada em ações.

Não existiram remunerações recebidas por administradores e membros do conselho fiscal do emissor, que tenham sido reconhecidas no resultado de controladas da Companhia, dos controladores diretos ou indiretos do emissor ou de sociedades sob controle comum, mesmo que não relacionadas ao exercício de cargo na Companhia.

8.20 Outras informações relevantes

8.20 – Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Em 15 de setembro de 2020, a Companhia foi constituída, com o objetivo de ser a holding não-operacional consolidadora do resultado de todo o Grupo. Anteriormente, a Infracommerce Ltd, localizada nas Ilhas Cayman, operava como uma holding não-operacional para as empresas do Grupo. Na mesma data, a subsidiária direta da Infracommerce Ltd, denominada Infracommerce LLC, cedeu para a Companhia 100% dos investimentos nas sociedades: (i) Infracommerce Negócios e Soluções em Internet Ltda.; (ii) Inframedia Soluções em Informática Ltda – EPP; (iii) Infracommerce Varejo e Distribuição Digital Ltda; (iv) Infracommerce Negocios Y Soluciones en Internet MX; (v) Infrashop Negócios e Soluções em Internet Ltda; (vi) Finago Administração de Pagamentos Ltda (denominada atualmente como Infrapay Administração de Pagamentos LTDA); e (vii) New Retail. Em 2020, em linha com as demonstrações financeiras da Companhia, a Infracommerce Ltda. concentrava a remuneração da administração das empresas do grupo. Dessa forma, buscando apresentar informações completas ao investidor, apresentamos nos itens 8.2, 8.3, 8.15 e 8.19 deste Formulário de Referência as informações da Infracommerce Ltda. para o exercício social encerrado em 2020.

Apesar de apresentarmos no item 8.2 deste Formulário de Referência informações referentes à remuneração baseada em ações, nos termos do Plano, ressaltamos que o caráter do Plano é mercantil e não remuneratório, para todos os fins. Destacamos, ainda, que a Receita Federal já se posicionou no sentido de atribuir natureza remuneratória a planos de opções de compra de ações, tal como o Plano, para fins de apuração de Imposto de Renda Retido na Fonte e contribuições previdenciárias e de terceiros, podendo levar à incidência de tributos adicionais, além de eventual aplicação de multas e juros, caso tal entendimento prevaleça nos tribunais em eventual litígio a respeito do tema.

Os valores de remuneração informados no item 8.2 são líquidos de encargos sociais que sejam de ônus do empregador, em observância ao entendimento do Colegiado da CVM proferido em reunião realizada em 08.12.2020, no âmbito do Processo CVM nº 19957.007457/2018-109.

Informações complementares ao item 8.5 deste Formulário de Referência

Conforme destacado no item 8.5 deste Formulário de Referência, apresentamos abaixo, de forma segregada para cada Plano, as informações sobre a remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado da Companhia dos últimos 3 exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

Remuneração baseada em ações, sob forma de opções de compra de ações, prevista para o exercício social corrente (2023)

	Membros do Conselho de Administração				
	Plano 1 Programa A	Plano 1 Programa B	Plano 1 Programa C	Plano 1 Programa D	Plano 2 Programa 1
Nº total de membros	6,33	6,33	6,33	6,33	6,33
Nº de membros remunerados¹	1	1	1	1	0
Preço médio ponderado de exercício:					
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N.A.	R\$1,36	R\$1,36	R\$1,33	N.A.
(b) Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N.A.	R\$1,36	R\$1,36	R\$1,05	N.A.
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções em aberto	N.A.	0,03%	0,62%	0,30%	N.A.

¹ Com relação a composição do Conselho de Administração, esclarece-se que em 30 de março de 2022 um dos membros renunciou ao cargo de membro efetivo. Um Diretor Estatutário era o membro suplente do Conselho de Administração e, portanto, assumiu o posto de membro efetivo do referido órgão. Posteriormente, em 25 de outubro de 2022, tal diretor deixou de fazer parte do quadro da Diretoria Estatutária da Companhia, passando a ocupar apenas o cargo de membro do Conselho de Administração. Este diretor já tinha recebido outorgas de opções aprovadas em 25 de fevereiro de 2021 pelo Conselho de Administração no

8.20 Outras informações relevantes

âmbito do Plano 1 e, por isso, o quadro do Conselho de Administração passa a contar, a partir desse ano de 2023, com um membro remunerado, conforme acima (não mais sendo considerado no quadro da Diretoria, conforme nos anos anteriores). Ressalta-se que não foram outorgadas novas opções ao referido Conselheiro em outorgas posteriores à mencionada, tampouco outorgadas qualquer opção aos membros do Conselho de Administração que não sejam também Diretores Estatutários e, portanto, incluídas no quadro abaixo para evitar duplicidade.

	Membros da Diretoria Estatutária				
	Plano 1 Programa A	Plano 1 Programa B	Plano 1 Programa C	Plano 1 Programa D	Plano 2 Programa 1
Nº total de membros	5	5	5	5	5
Nº de membros remunerados	4	4	2	4	3
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:					
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N.A.	1,36	2,47	1,36	4,39
(b) Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N.A.	1,36	1,36	1,36	N.A.
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções em aberto	N.A.	0,07%	1,76%	0,99%	0,38%

Remuneração baseada em ações, sob forma de opções de compra de ações, referente ao exercício social de 31/12/2022

	Membros do Conselho de Administração				
	Plano 1 Programa A	Plano 1 Programa B	Plano 1 Programa C	Plano 1 Programa D	Plano 2 Programa 1
Nº total de membros	8	8	8	8	8
Nº de membros remunerados	0	0	0	0	0
Preço médio ponderado de exercício:					
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
(b) Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções em aberto	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.

	Membros da Diretoria Estatutária				
	Plano 1 Programa A	Plano 1 Programa B	Plano 1 Programa C	Plano 1 Programa D	Plano 2 Programa 1
Nº total de membros	7,75	7,75	7,75	7,75	7,75
Nº de membros remunerados	6,75	6,75	6,75	6,75	1,00
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:					
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	R\$1,36	R\$1,36	R\$1,62	R\$1,59	N.A.
(b) Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	N.A.	N.A.	R\$1,70	R\$1,81	N.A.
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	R\$1,36	R\$1,36	R\$1,36	R\$1,43	N.A.
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções em aberto	N.A.	0,11%	1,84%	1,49%	0,20%

8.20 Outras informações relevantes

8.20 Outras informações relevantes

Remuneração baseada em ações, sob forma de opções de compra de ações, referente ao exercício social de 31/12/2021

	Membros do Conselho de Administração			
	Plano 1 Programa A	Plano 1 Programa B	Plano 1 Programa C	Plano 1 Programa D
Nº total de membros	8	8	8	8
Nº de membros remunerados	0	0	0	0
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:				
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
(b) Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções em aberto	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.

	Membros da Diretoria Estatutária			
	Plano 1 Programa A	Plano 1 Programa B	Plano 1 Programa C	Plano 1 Programa D
Nº total de membros	9	9	9	9
Nº de membros remunerados	8	7	9	8
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:				
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
(b) Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	R\$1,43	R\$1,36	N.A.	R\$1,38
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções em aberto	1,29%	0,50%	5,27%	5,34%

Nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia no exercício social de 2020.

As informações sobre as opções outorgadas apresentadas neste item refletem as aprovações da Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 25 de fevereiro de 2021 e, portanto, já consideram: (i) o desdobramento de ações ocorrido em 17 de fevereiro de 2021, e (ii) a aprovação do Plano com a consequente conversão do plano que existia no âmbito da holding que era a sociedade consolidadora do Grupo, constituída sob as leis das Ilhas Cayman ("tropicalização").

Além do exposto acima, não há outras informações relevantes com relação a este item 8.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	004189		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	57.755.217/0001-29	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
01/05/2017	01/01/2016		
Descrição dos serviços prestados			
Os serviços contratados compreendem: (i) auditoria independente das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS emitidas pelo IASB); e (ii) revisão das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o CPC 21(R1) e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo IASB, para os períodos findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2022.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
A remuneração total dos auditores independentes relativa ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, para os trabalhos de auditoria e revisão foi de R\$ 2.564.457,49.			
Justificativa da substituição			
Não houve substituição de auditores no período.			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não aplicável.			

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

9.3 – Caso os auditores ou pessoas a eles ligadas, segundo as normas de independência do Conselho Federal de Contabilidade, tenham sido contratados pelo emissor ou pessoas de seu grupo econômico, para prestar outros serviços além da auditoria, descrever a política ou procedimentos adotados pelo emissor para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não contratou os auditores ou pessoas a eles ligados para prestar outros serviços além da auditoria.

9.4 Outras informações relevantes

9.4 – Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Informações complementares ao item 9.1/9.2/9.3 deste Formulário de Referência

A Companhia informa que não há nenhuma outra remuneração a ser paga aos auditores independentes contratados além da remuneração pelos serviços descritos no item 9.1/9.2/9.3 deste Formulário de Referência.

Adicionalmente, a Companhia informa que a “data de contratação dos serviços” mencionada no item 9.1/9.2 deste Formulário de Referência corresponde à data em que foi celebrada a contratação do auditor independente pelo Grupo, uma vez que a constituição da Companhia se deu apenas em 15 de setembro de 2020.

Além do exposto acima, não há outras informações relevantes com relação a este item 9.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Liderança	132	173	0	0	0
Não-liderança	1761	1136	0	0	0
TOTAL = 3.202	1893	1309	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Liderança	5	184	16	37	1	0	62
Não-liderança	31	1001	306	796	9	0	754
TOTAL = 3.202	36	1185	322	833	10	0	816

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	56	238	11
Não-liderança	1753	1085	59
TOTAL = 3.202	1809	1323	70

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	1	0	304	0	0
Não-liderança	0	19	22	2856	0	0
TOTAL = 3.202	0	20	22	3160	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	1	19	0	0	0
Centro-Oeste	0	22	0	0	0
Sudeste	1892	1268	0	0	0
Sul	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
TOTAL = 3.202	1893	1309	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	0	1	5	9	0	0	5
Centro-Oeste	0	7	2	11	0	0	2
Sudeste	36	1177	315	813	10	0	809
Sul	0	0	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL = 3.202	36	1185	322	833	10	0	816

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	10	10	0
Centro-Oeste	10	11	1
Sudeste	1789	1302	69
Sul	0	0	0
Exterior	0	0	0
TOTAL = 3.202	1809	1323	70

10.1 Descrição dos recursos humanos

10.1 – Recursos humanos: descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações

(a) Número de empregados, total e por grupos, com base na atividade desempenhada, na localização geográfica e em indicadores de diversidade, que, dentro de cada nível hierárquico do emissor, abrangem: (i) identidade autodeclarada de gênero; (ii) identidade autodeclarada de cor ou raça; (iii) faixa etária; e (iv) outros indicadores de diversidade que o emissor entenda relevantes

31/12/2022

Hierarquia

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não-binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	132	173	0	0	0
Não-Liderança	1761	1136	0	0	0
Total	1.893	1.309	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	5	184	16	37	1	0	62
Não-Liderança	31	1.001	306	796	9	0	754
Total	36	1.185	322	833	10	0	816

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	56	238	11
Não-Liderança	1.753	1.085	59
Total	1.809	1.323	70

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	1	0	304	0	0
Não-Liderança	0	19	22	2.856	0	0
Total	0	20	22	3.160	0	0

Localização geográfica

Quantidade de empregados por localização geográfica e gênero

	Feminino	Masculino	Não-binário	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	1	19	0	0	0
Centro-Oeste	0	22	0	0	0
Sudeste	1.892	1.268	0	0	0
Sul	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
Total	1893	1309	0	0	0

10.1 Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por localização geográfica e cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	0	1	5	9	0	0	5
Centro-Oeste	0	7	2	11	0	0	2
Sudeste	36	1177	315	813	10	0	809
Sul	0	0	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
Total	36	1.185	322	833	10	0	816

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	10	10	0
Centro-Oeste	10	11	1
Sudeste	1.789	1.302	69
Sul	0	0	0
Exterior	0	0	0
Total	1809	1323	70

(b) Número de terceirizados (total e por grupos, com base na atividade desempenhada e na localização geográfica)

Tendo em vista que a Companhia é uma sociedade *holding* e não possui empregados registrados, as informações reportadas abaixo referem-se aos empregados registrados nos quadros da Infracommerce Negócios e Soluções Ltda. e Infraclog Serviços Ltda., sociedades controladas pela Companhia, para as atividades mencionadas abaixo, os quais exercem as referidas funções para todas as sociedades do grupo, respeitando-se as regras de reporte previstas nas políticas aplicáveis da Companhia.

Atividade	31/12/2022					
	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Tecnologia	0	0	0	143	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	143	0	0

(c) Índice de rotatividade

31/12/2022
53,42%

10.2 Alterações relevantes

10.2 – Alterações relevantes: comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1 acima

Não houve qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1 deste Formulário de Referência.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

10.3 – Remuneração: descrever as políticas e práticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

(a) Política de salários e remuneração variável

A Companhia considera sua política de Recursos Humanos como parte integrante de sua estratégia empresarial, visando assegurar: remuneração em linha com o mercado; condições de atrair e reter os profissionais para a Companhia; definição de uma estrutura de cargos e salários adequada aos processos organizacionais e o fornecimento de uma base de conduta para que o colaborador conheça suas atribuições e responsabilidades.

(b) Política de benefícios

A Companhia não possui uma política unificada de benefícios, adotando políticas regionais ou locais, conforme o caso e sempre em observância à legislação aplicável. Os empregados da Companhia são elegíveis a benefícios diversos de acordo com o cargo, bem como de acordo com a legislação aplicável.

(c) Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando:

A Companhia não possuía plano de outorga de opções de ações de caráter remuneratório nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

(d) Razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social

A razão entre a maior remuneração individual e a mediana da remuneração individual dos empregados é de 22,27.

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

10.4 – Sindicatos: descrever as relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais

A Companhia tem uma relação salutar com seus funcionários e os sindicatos que os representam. Não houve paralisações e greves dos empregados da Companhia nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente.

Na data deste Formulário de Referência, os empregados da Companhia são representados pelos seguintes sindicatos:

- Sindicato dos Empregados e Empresas de Processamento de Dados, Serviços de Computação, de Informática e de Tecnologia da Informação do Estado de São Paulo;
- Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing;
- Sindicato dos Empregados e Trabalhadores em Empresas de Prestação de Serviços à Terceiros, Colocação e Administração de Mão-de-obra, Trabalho Temporário, Leitura e Medidores e Entrega de Avisos do Estado de Espírito Santo;
- Sindicato dos Empregados de Comércio de São Paulo;
- Sindicato dos Empregados no Comércio de Franco da Rocha e Região;
- Sindicato dos Empregados no Comércio de Osasco e Região; e
- Sindicato dos Comissários de Despacho do Estado de São Paulo.

10.5 Outras informações relevantes

10.5 – Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia apresenta abaixo o número de funcionários de auditoria interna, compliance, controles internos e riscos corporativos, em 30 de setembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

	30/09/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Auditoria interna, <i>compliance</i> , controles internos e riscos corporativos	9	9	7	0

Informações complementares ao item 10.1(a) deste Formulário de Referência

Tendo em vista que a Companhia é uma sociedade *holding* e não possui empregados registrados, as informações reportadas abaixo referem-se aos empregados registrados nos quadros da Infracommerce Negócios e Soluções Ltda. Infrashop Negócios e Soluções em Internet Ltda.; Infracommerce Negocios y Soluciones em Internet MX.S. de R.L. de C.V.; Infralog Serviços Ltda., Infracommerce Synapcom Comercio Eletrônico S.A., Infracommerce Tatix Comércio e Participações Ltda. e New Retail., sociedades controladas pela Companhia.

As informações reportadas no item 10.1(a) deste Formulário de Referência, referem-se apenas aos empregados da Companhia no Brasil, não englobando suas operações no exterior. Ainda, as informações deste item foram obtidas por meio da aplicação de um questionário de diversidade enviado aos empregados da Companhia, tendo havido adesão de 98% dos colaboradores.

Além do exposto acima, não há outras informações relevantes com relação a este item 10.

11.1 Regras, políticas e práticas

11.1 – Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A "Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse" ("Política de Partes Relacionadas"), aprovada na reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 24 de fevereiro de 2021, visa assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas relacionadas às transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses envolvendo a Companhia sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas e, ainda, sejam conduzidas dentro de condições de mercado (conforme definição da própria Política de Partes Relacionadas), prezando as melhores práticas de governança corporativa, com a devida transparência.

Ainda, referida política visa assegurar que as transações com partes relacionadas sejam conduzidas dentro de condições de mercado, ou seja, aquelas em que, durante a negociação, observam-se os princípios da: (a) competitividade (preços e condições dos serviços compatíveis com os praticados no mercado); (b) conformidade (aderência dos serviços prestados aos termos e responsabilidades contratuais praticados pela Companhia, bem como aos controles adequados de segurança das informações); (c) transparência (reporte adequado das condições acordadas com a devida aplicação, bem como reflexos destas nas demonstrações financeiras da Companhia); e (d) equidade (estabelecimento de mecanismos que impeçam discriminação ou privilégios e de práticas que assegurem a não utilização de informações privilegiadas ou oportunidades de negócio em benefício individual ou de terceiros).

A Política de Partes Relacionadas da Companhia aplica-se à Companhia e às suas controladas, devendo ser observada: (i) pelos acionistas da Companhia e de suas controladas; (ii) pelas pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento (acionistas e administradores), direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro) dessa entidade; e (iii) membros da família dos quais se pode esperar que exerçam influência ou sejam influenciados pela pessoa nos negócios desses membros com a entidade e incluem: (a) os filhos da pessoa, cônjuge ou companheiro(a); (b) os filhos do cônjuge da pessoa ou de companheiro(a); e (c) dependentes da pessoa, de seu cônjuge ou companheiro(a).

Partes Relacionadas

Para fins da Política de Partes Relacionadas, conforme ilustram a Resolução da CVM nº 94/22 e o Pronunciamento Técnico do CPC nº 05, entende-se como parte relacionada a pessoa ou a entidade (qualquer administrador, empregado, controlada, sociedade coligada ou afiliada, ou acionista que detenha, direta ou indiretamente, mais de 5% do capital social da Companhia) que está relacionada com a Companhia e, conseqüentemente, refletirá certos impactos nas demonstrações contábeis.

Aprovações

Nos termos da Política de Partes Relacionadas, o Departamento Jurídico deverá classificar as Transações com Partes Relacionadas em razão: (i) do montante envolvido; e (ii) de ser ou não operação no curso normal dos negócios, para determinar as instâncias competentes para sua análise e aprovação, na forma abaixo mencionada:

- (i) todas as Transações com Partes Relacionadas de valores até R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), deverão ser previamente aprovadas pela Diretoria;
- (ii) todas as Transações com Partes Relacionadas de valores superiores a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou fora do curso normal dos negócios, independentemente do valor envolvido, deverão ser previamente aprovadas pelo Conselho de Administração;

11.1 Regras, políticas e práticas

(iii) a aprovação referida nos itens acima deverá se dar por meio de voto favorável da maioria dos membros da Diretoria e do Conselho de Administração, conforme o caso, excluídas eventuais Partes Relacionadas envolvidas, observado o Estatuto Social.

Conforme aprovado pelos acionistas da Companhia na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de abril de 2022, o estatuto social da Companhia foi alterado para prever que as operações envolvendo a Companhia e as subsidiárias integralmente por ela detidas (direta ou indiretamente), ou operações envolvendo tais subsidiárias entre si, não dependem de aprovação do Conselho de Administração, independentemente dos valores envolvidos em tais operações.

Na análise de transações com partes relacionadas, serão considerados os seguintes pontos:

- (i) se há motivos claros para que seja realizada a transação com a parte relacionada;
- (ii) se a transação com a parte relacionada é realizada em termos ao menos igualmente favoráveis à Companhia do que aqueles geralmente disponíveis no mercado ou aqueles oferecidos a ou por um terceiro não-relacionado com a Companhia, em circunstâncias equivalentes;
- (iii) os resultados de avaliações realizadas ou de opiniões emitidas por empresa especializada e independente, se houver;
- (iv) se foi realizado ou não um processo competitivo para a referida contratação e o seu resultado;
- (v) a metodologia de precificação utilizada e outras possíveis formas alternativas de precificação da transação com a parte relacionada; e
- (vi) a observância aos princípios e regras da Política de Partes Relacionadas.

Transações com Partes Relacionadas Vedadas

São vedadas as seguintes transações com partes relacionadas:

- (i) realizadas em condições que não sejam as Condições de Mercado; e
- (ii) a concessão direta de empréstimos ou operações de mútuo ou prestação de garantia (aval/fiança):
 - (a) aos administradores e membros do conselho fiscal ou do Conselho de Administração ou comitês estatutários ou não e seus respectivos suplentes, bem como aos respectivos cônjuges, companheiros, descendentes ou descendentes dos respectivos cônjuges ou companheiros;
 - (b) aos parentes, até o 2º (segundo) grau, das pessoas mencionadas acima; e/ou
 - (iii) aos acionistas, pessoas naturais ou jurídica, ou pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 5% (cinco por cento), quaisquer administradores da Companhia e seus respectivos suplentes, bem como seus cônjuges, companheiros(as), descendentes ou descendentes dos respectivos cônjuges ou companheiros(as) e respectivos parentes até o 2º (segundo) grau.

A Política de Partes Relacionadas está disponível para consulta no site da Companhia: ri.infracommerce.com.br.

11.2 Transações com partes relacionadas

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía transações com partes relacionadas que sejam passíveis de inclusão neste item, nos termos da Resolução CVM nº 80/22.

11.3 Outras informações relevantes

11.3 – Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes e que não tenham sido mencionados neste item 11.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital		Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
19/03/2024		2.056.152.084,28	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
637.483.368	0	637.483.368	

Tipo Capital		Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
19/03/2024		2.056.152.084,28	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
637.483.368	0	637.483.368	

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
19/03/2024		2.056.152.084,28	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
637.483.368	0	637.483.368	

Tipo Capital		Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
27/09/2023		0,00	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
750.000.000	0	750.000.000	

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

12.2 – Emissores estrangeiros devem descrever os direitos de cada classe e espécie de ação emitida e as regras de seu país de origem e do país em que as ações estejam custodiadas no tocante a:

Não aplicável, visto que a Companhia não é uma emissora estrangeira.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis, em 2 Séries, Para Distribuição Pública
Data de emissão	28/01/2023
Data de vencimento	28/01/2027
Quantidade Mil	165.000
Valor nominal global R\$	165.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	0,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	<p>As Debêntures serão depositadas para: (a) distribuição no mercado primário, por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3 (“B3”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; (b) negociação no mercado secundário, por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente por meio da B3; e (c) custódia eletrônica na B3. Não obstante o descrito na Cláusula 2.6.1 acima, as Debêntures poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários, entre Investidores Profissionais (conforme definido abaixo). Não obstante, nos termos do artigo 86, inciso II, da Resolução CVM 160, as Debêntures poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários: (i) depois de decorridos 6 (seis) meses contados da data de encerramento da Oferta Pública, entre investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 12 da Resolução CVM nº 30, de 11 de maio de 2021, conforme alterada; e (ii) depois de decorrido 1 (um) ano contado da data de encerramento da Oferta Pública, entre o público investidor em geral, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.</p>
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	<p>A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a partir do 25º (vigésimo quinto) mês contado da Data de Emissão, ou seja, a partir de 28 de fevereiro de 2025 (inclusive), realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total").</p> <p>Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, o valor devido pela Emissora será equivalente ao (a) Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso) a serem resgatadas, acrescido (b) da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total, calculado pro rata temporis desde a Primeira Data de Integralização, ou a data do pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, incidente sobre o Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) e (c) de prêmio equivalente aos percentuais a serem estabelecidos na Escritura de Emissão, incidentes sobre o resultado da soma dos valores previstos nos itens (a) e (b) desta Cláusula.</p>

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida	<p>Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado - 28/01/2027. Para informações decorrentes das condições de vencimento antecipado, vide item 12.9 deste Formulário de Referência.</p> <p>Juros - Taxa DI + 2,70% aa.</p> <p>Garantia e, se real, descrição do bem objeto - Em garantia do pagamento integral de todas das Obrigações Garantidas, a Cedente concorda em ceder fiduciariamente, em favor dos Debenturistas, representados neste ato pelo Agente Fiduciário, a Conta Vinculada (conforme definida abaixo) e a totalidade dos recursos nela depositados, por onde passará o fluxo mínimo mensal de recebíveis provenientes de contratos de prestação de serviços celebrados pela Cedente junto a determinados clientes, em volume financeiro equivalente à, no mínimo, 15% do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido da Remuneração, a partir do 90º dia, inclusive, conforme previsto no contrato de cessão fiduciária.</p> <p>Adicionalmente, a Infracommerce Negócios e Soluções em Internet Ltda. obrigou-se, solidariamente com a Companhia, em caráter irrevogável e irretroatável, perante os debenturistas, como fiadora, principal pagadora e solidariamente responsável por todas as obrigações garantidas.</p> <p>Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado - N/A.</p> <p>Eventuais restrições impostas ao emissor em relação à: distribuição de dividendos, alienação de determinados ativos, contratação de novas dívidas, emissão de novos valores mobiliários, realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas - Vide item 12.9 deste Formulário de Referência.</p> <p>Agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato - O agente fiduciário desta debênture é a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.</p>
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	<p>As debêntures não serão objeto de repactuação programada.</p> <p>A eventual alteração de direitos assegurados por tal valor mobiliário só pode ser realizada mediante aprovação dos titulares de Debêntures por meio de votação em assembleia geral de debenturistas, conforme condições previstas na Escritura de Emissão.</p>
Outras características relevantes	Ver item 12.9 deste Formulário de Referência.

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, Dist. Pública c/ Esforços Restritos
Data de emissão	17/11/2021
Data de vencimento	17/11/2026
Quantidade Mil	250.000
Valor nominal global R\$	250.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	253.042.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As debêntures foram depositadas para: (a) distribuição no mercado primário, por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3 (“B3”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; (b) negociação no mercado secundário, por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente por meio da B3; e (c) custódia eletrônica na B3. Não obstante o descrito acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas depois de decorridos 90 dias contados da data de cada subscrição pelos investidores profissionais, com exceção do exercício de garantia firme pelo coordenador líder, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e do cumprimento, pela Companhia, das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das debêntures deverá.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, realizar o resgate antecipado facultativo total das debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, o valor devido pela Companhia será equivalente ao (a) valor nominal unitário das debêntures (ou saldo do valor nominal unitário das debêntures, conforme o caso) a serem resgatadas, acrescido (b) da remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total, calculado pro rata temporis desde a primeira data de integralização, ou a data do pagamento da remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, incidente sobre o valor nominal unitário (ou saldo do valor nominal unitário, conforme o caso) e (c) de prêmio flat de Resgate Antecipado Facultativo Total equivalente aos percentuais a serem estabelecidos na Escritura de Emissão, incidentes sobre o somatório do valor nominal unitário (ou saldo do valor nominal unitário, conforme o caso) e da remuneração, calculada pro rata temporis desde a primeira data de integralização, ou a data do pagamento da remuneração anterior, conforme o caso.
Características dos valores mobiliários de dívida	Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado - 17/11/2026. Para informações decorrentes das condições de vencimento antecipado, vide item 12.9 deste Formulário de Referência. Juros - Taxa DI + 2,55% aa. Garantia e, se real, descrição do bem objeto - Em garantia das obrigações garantidas, foi celebrada, em favor dos Debenturistas, cessão fiduciária sobre conta vinculada e sobre a totalidade dos recursos nela depositados, por onde passará o fluxo mínimo mensal de recebíveis provenientes de contratos de prestação de serviços celebrados pela fiadora junto a determinados clientes, equivalente a, no mínimo, 15% (quinze por cento) do valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário acrescido da Remuneração, a partir do 45º dia contado da primeira data de integralização, conforme previsto no contrato de cessão fiduciária. Adicionalmente, a Infracommerce Negócios e Soluções em Internet Ltda. obrigou-se, solidariamente com a Companhia, em caráter irrevogável e irretratável, perante os debenturistas, como fiadora, principal pagadora e solidariamente responsável por todas as obrigações garantidas. Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado - N/A. Eventuais restrições impostas ao emissor em relação à: distribuição de dividendos, alienação de determinados ativos, contratação de novas dívidas, emissão de novos valores mobiliários, realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas - Vide item 12.9 deste Formulário de Referência. Agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato - O agente fiduciário desta debênture é a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	As debêntures não serão objeto de repactuação programada. A eventual alteração de direitos assegurados por tal valor mobiliário só pode ser realizada mediante aprovação dos titulares de Debêntures por meio de votação em assembleia geral de debenturistas, conforme condições previstas na Escritura de Emissão.
Outras características relevantes	Ver item 12.9 deste Formulário de Referência.
<hr/>	
Valor mobiliário	Nota Comercial
Identificação do valor mobiliário	1ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais, Série Única, Dist Pública, Esforços Restritos, Gar Firme
Data de emissão	28/06/2022
Data de vencimento	27/06/2024
Quantidade Mil	100.000
Valor nominal global R\$	100.000.000,00

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Saldo Devedor em Aberto	253.042.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Notas Comerciais Escriturais serão depositadas para (i) distribuição primária através do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3 (“B3”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (ii) negociação e custódia eletrônica no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Notas Comerciais Escriturais custodiadas eletronicamente na B3. Não obstante o descrito acima, as Notas Comerciais Escriturais somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da data de cada subscrição por Investidores Profissionais, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, salvo na hipótese de exercício da garantia firme pelo Coordenador no momento da subscrição, nos termos do inciso II, do artigo 13 da Instrução CVM 476, e uma vez verificado o cumprimento pela Emitente de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Notas Comerciais Escriturais deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a partir da Data de Emissão, realizar o resgate antecipado facultativo total das Notas Comerciais Escriturais (“Resgate Antecipado Facultativo”). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo, o valor devido pela Emitente será equivalente ao (a) Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais (ou saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais, conforme o caso) a serem resgatadas, acrescido (b) da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo, calculado pro rata temporis desde a Data de Emissão, ou a data do pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo, incidente sobre o Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) e (c) de prêmio flat, nos termos do Termo de Emissão.
Características dos valores mobiliários de dívida	Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado - 27/06/2024. Para informações decorrentes das condições de vencimento antecipado, vide item 12.9 deste Formulário de Referência. Juros - Taxa DI + 2,44% aa. Garantia e, se real, descrição do bem objeto - Não há garantia. Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado - Crédito é quirografário. Eventuais restrições impostas ao emissor em relação à: distribuição de dividendos, alienação de determinados ativos, contratação de novas dívidas, emissão de novos valores mobiliários, realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas - Vide item 12.9 deste Formulário de Referência. Agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato - O agente fiduciário desta debênture é a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Mediante proposta da Emitente, a Assembleia Geral de Titulares das Notas Comerciais Escriturais poderá, por deliberação favorável de titulares das Notas Comerciais Escriturais titulares de, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Notas Comerciais Escriturais em Circulação, aprovar qualquer modificação relativa às características das Notas Comerciais Escriturais, que impliquem: (i) alteração da Remuneração; (ii) alteração da Data de Pagamento da Remuneração ou de quaisquer valores previstos neste Termo de Emissão; (iii) alteração das Datas de Vencimento das Notas Comerciais Escriturais e da vigência das Notas Comerciais Escriturais; (iv) alteração dos valores, montantes e datas de Amortização do principal das Notas Comerciais Escriturais; (v) alteração da redação de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento, inclusive sua exclusão; (vi) a alteração dos quóruns de deliberação previstos neste Termo de Emissão; (vii) alteração das disposições desta Cláusula; (viii) na criação de evento de repactuação; (ix) alteração das disposições relativas à Aquisição Facultativa, à Oferta de Resgate Antecipado Facultativo e ao Resgate Antecipado Facultativo.
Outras características relevantes	Vide item 12.9 deste Formulário de Referência.
<hr/>	
Valor mobiliário	Bônus de Subscrição
Identificação do valor mobiliário	Bônus de Subscrição nº 01
Data de emissão	14/12/2023
Data de vencimento	19/12/2024
Quantidade Mil	83.333.333
Valor nominal global R\$	0,00
Saldo Devedor em Aberto	0,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Sim
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	Foram atribuídos 1 (um) Bônus de Subscrição para cada 3 (três) novas Ações subscritas, totalizando a emissão de 83.333.333 Bônus de Subscrição. Cada Bônus de Subscrição dá direito indivisível ao investidor de subscrever 1 (uma) nova ação ordinária, nominativa e sem valor nominal, de emissão da Companhia, pelo preço de exercício, qual seja, o valor correspondente ao preço de fechamento médio ponderado por volume (VWAP) das ações de emissão da Companhia nos últimos 60 pregões da B3 anteriores ao exercício e aplicando-se um deságio de 15% ("Preço de Exercício"). Caso a totalidade dos Bônus de Subscrição seja exercida, o aumento de capital resultante será de até 83.333.333 novas ações, cujo valor deverá ser calculado conforme o Preço de Exercício.
Possibilidade resgate	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	n/a

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes

Os Bônus de Subscrição poderão ser exercidos em, no mínimo, 6 meses e, no máximo, 12 meses após a liquidação da Oferta, em janelas a serem fixadas pelo CA.

A integralização da ação ordinária subscrita em razão do exercício do Bônus de Subscrição será à vista, no valor correspondente ao Preço de Exercício.

Caso a relação entre a quantidade de Ações subscritas na Oferta e os respectivos Bônus de Subscrição resulte em fração, a quantidade de Bônus de Subscrição será limitada ao número inteiro apurado, desconsiderando-se eventuais frações.

Na hipótese de grupamento, desdobramento ou bonificação das ações ordinárias de emissão da Companhia, a liquidação será feita com títulos "ex", ajustando-se a quantidade de ações ou o Preço de Exercício proporcionalmente ao percentual do grupamento, desdobramento ou bonificação, na Data de Exercício.

Os Bônus de Subscrição serão registrados para negociação no mercado secundário no segmento especial de negociação de valores mobiliários da B3, disciplinado pelo Regulamento do Novo Mercado.

As Ações do Bônus farão jus, em igualdade de condições com as ações de emissão da Companhia já existentes, a todos os direitos concedidos a estas.

Se a Companhia, a qualquer tempo a partir da data de emissão do Bônus de Subscrição, até o momento em que as Ações do Bônus forem emitidas (i) desdobrar (por desdobramento de ações, emissão de ações bonificadas ou a qualquer outro título) suas ações ordinárias emitidas em um número maior de ações, o número de Ações do Bônus que o titular terá direito a subscrever será proporcionalmente aumentado; e (ii) se as ações ordinárias emitidas pela Companhia forem agrupadas ou consolidadas em um número menor de ações, o número de Ações do Bônus que o titular terá direito a subscrever será proporcionalmente reduzido.

Somente a partir da emissão das Ações do Bônus pela Companhia após o exercício do Bônus de Subscrição pelo titular, é que o titular passará a poder usufruir os direitos de acionista da Companhia decorrentes da titularidade de tais Ações do Bônus.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	0	2
Bônus de Subscrição	285	4	87
Nota Comercial	0	0	1

12.5 Mercados de negociação no Brasil

12.5 – Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação

As ações ordinárias de emissão da Companhia são admitidas à negociação no segmento do Novo Mercado da B3.

As Debêntures e as Notas Comerciais descritas no item 12.3 deste Formulário de Referência são admitidas à negociação no módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários da B3.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários emitidos no exterior.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

Oferta Pública Inicial de Ações

(a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos líquidos captados pela Companhia por meio da oferta pública inicial de ações foram utilizados para: (i) potenciais aquisições estratégicas a fim de expandir sua oferta tecnológica e logística (M&A); (ii) investimentos em capex, pesquisa e desenvolvimento (R&D), e despesas comerciais visando acelerar o seu crescimento orgânico; e (iii) pagamento de dívida.

(b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável, uma vez que os recursos vêm sendo utilizados conforme as propostas de aplicação.

(c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, uma vez que os recursos vêm sendo utilizados conforme as propostas de aplicação.

1ª Emissão de Debêntures

(a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos líquidos captados pela Companhia por meio da emissão foram utilizados para reforço de caixa e usos gerais pela Companhia.

(b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável, uma vez que os recursos vêm sendo utilizados conforme as propostas de aplicação.

(c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, uma vez que os recursos vêm sendo utilizados conforme as propostas de aplicação.

2ª Emissão de Debêntures

(a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos líquidos captados pela Companhia por meio da emissão (i) das Debêntures da 1ª Série foram utilizados para reforço de caixa da Companhia, e (ii) das Debêntures da 2ª Série foram utilizados para a liquidação das operações de Empréstimo Financeiro Direto (4131) mantidas no Banco do Brasil.

(b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável, uma vez que os recursos vêm sendo utilizados conforme as propostas de aplicação.

(c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, uma vez que os recursos vêm sendo utilizados conforme as propostas de aplicação.

1ª Emissão de Notas Comerciais

(a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia serão utilizados para: (i) quitação de obrigações assumidas nos contratos descritos no Termo de Emissão; e (ii) capital de giro e investimentos.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

(b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável, uma vez que os recursos vêm sendo utilizados conforme as propostas de aplicação.

(c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, uma vez que os recursos vêm sendo utilizados conforme as propostas de aplicação.

Oferta Pública Subsequente de Ações

(a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos líquidos captados pela Companhia por meio da oferta pública subsequente de ações serão utilizados para: (i) balanceamento da estrutura de capital da Companhia; e (ii) pagamento de compromissos assumidos pela Companhia no âmbito de operações de aquisições de outras sociedades.

(b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável, uma vez que os recursos vêm sendo utilizados conforme as propostas de aplicação.

(c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, uma vez que os recursos vêm sendo utilizados conforme as propostas de aplicação.

12.9 Outras informações relevantes

Informações complementares ao item 12.1 deste Formulário de Referência

Quantidade	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total
Capital Autorizado remanescente			
342.101.941	342.101.941	0	342.101.941

	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total
Títulos conversíveis em ações			
N/A	N/A	N/A	N/A
Descrição do título e das condições para conversão	N/A		

Informações complementares ao item 12.3 deste Formulário de Referência

1ª Emissão de Debêntures

Hipóteses de Vencimento Antecipado

Com relação à 1ª emissão de debêntures descritas no item 12.3 deste Formulário de Referência, seguem as hipóteses de vencimento antecipado automático e vencimento antecipado não automático:

○ Vencimento automático:

I. inadimplemento, pela Companhia e/ou pela Fiadora, de qualquer obrigação pecuniária devida aos Debenturistas, prevista na Escritura de Emissão, não sanada pela Companhia e/ou pela Fiadora no prazo de 1 (um) Dia Útil a contar da data em que a obrigação era devida;

II. (a) liquidação, dissolução, encerramento de atividades ou extinção da Companhia e/ou da Fiadora, exceto se a liquidação, dissolução e/ou extinção decorrer de uma reorganização societária intragrupo; (b) decretação de falência da Companhia e/ou da Fiadora; (c) pedido de autofalência formulado pela Companhia e/ou pela Fiadora; (d) pedido de falência da Companhia e/ou da Fiadora, formulado por terceiros, não elidido no prazo legal; ou (e) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Companhia e/ou da Fiadora, independentemente do deferimento do respectivo pedido;

III. transformação da forma societária da Companhia de modo que ela deixe de ser uma sociedade por ações, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

IV. não utilização, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão estritamente nos termos da Escritura de Emissão;

V. exceto para a hipótese legal de absorção de prejuízos, redução de capital social da Companhia, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações;

VI. distribuição e/ou pagamento, pela Companhia, de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, aos acionistas da Companhia, caso a Companhia e/ou a Fiadora estejam em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas na Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do estatuto social da Companhia vigente na Data de Emissão;

12.9 Outras informações relevantes

VII. invalidade, nulidade ou inexecuibilidade da Escritura de Emissão, da Fiança e/ou do Contrato de Cessão Fiduciária;

VIII. declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação da Companhia e/ou da Fiadora (ainda que na condição de garantidores) no mercado local ou internacional, nos termos de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais), individual ou agregado, em montante superior R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), atualizado monetariamente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IPCA"), na menor periodicidade permitida por lei, a partir da Data de Emissão, ou seu equivalente em outras moedas, não sanado no prazo de cura previsto no instrumento correspondente ou, na sua ausência, no prazo de 1 (um) Dia Útil;

IX. caso as declarações prestadas pela Companhia e/ou pela Fiadora na Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária e/ou nos demais documentos da Emissão sejam, na data em que prestadas, falsas;

X. não cumprimento, durante o prazo de vigência das Debêntures, das obrigações oriundas da legislação relativa a crimes ambientais, trabalho análogo a escravo, trabalho infantil, discriminação de raça e de gênero e incentivo à prostituição ("Legislação Socioambiental Relevante"); e

XI. se a Escritura de Emissão, o Contrato de Cessão Fiduciária ou os demais documentos da Emissão e/ou quaisquer de suas disposições forem objeto de questionamento de ordem judicial, arbitral ou administrativa instaurados pela Companhia, pela Fiadora ou por sociedades controladoras, controladas, sob controle comum, coligadas, e integrantes de bloco de controle da Companhia e/ou da Fiadora ("Grupo Econômico").

- • Vencimento não automático:

I. inadimplemento, pela Companhia e/ou pela Fiadora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária, não sanado no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data do inadimplemento, sendo que o prazo previsto neste inciso não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;

II. inadimplemento, pela Companhia e/ou pela Fiadora, de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão, exceto aquelas previstas na Cláusula inciso "I" da Escritura de Emissão, não sanado no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis a contar da data em que a obrigação era devida;

III. com relação a qualquer dos direitos e ativos dados em garantia e/ou a qualquer dos direitos a estes inerentes, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, conforme aplicável, rescisão, distrato, cessão, venda, alienação, transferência, permuta, conferência ao capital, comodato, empréstimo, locação, arrendamento, dação em pagamento, instituição de usufruto ou fideicomisso, endosso, desconto ou qualquer outra forma de transferência ou disposição, inclusive por meio de redução de capital, ou constituição de qualquer Ônus (assim definido como hipoteca, penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, gravame ou ônus, arresto, sequestro ou penhora, judicial ou extrajudicial, voluntário ou involuntário, ou outro ato que tenha o efeito prático similar a qualquer das expressões acima ("Ônus")) (exceto pela Cessão Fiduciária), em qualquer dos casos deste inciso, de forma gratuita ou onerosa, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, ainda que para ou em favor de pessoa do mesmo grupo econômico, exceto se for apresentado novo bem para integrar a Cessão Fiduciária, de forma a substituir o bem afetado ou reforçar a Cessão Fiduciária, e tal bem seja aprovado previamente pelos Debenturistas, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária;

12.9 Outras informações relevantes

IV. não atendimento, após decorridos eventuais prazos de cura previstos no Contrato de Cessão Fiduciária, às obrigações ali previstas e/ou aos limites, percentuais e/ou valores da Cessão Fiduciária;

V. cisão ou fusão da Companhia ou da Fiadora, ou sua incorporação por outra sociedade, observado o previsto no parágrafo 1º do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações;

VI. cisão, fusão ou incorporação (inclusive incorporação de ações) ou qualquer forma de reorganização societária, envolvendo a Companhia ou a Fiadora, respectivamente, na qual a Companhia ou a Fiadora, conforme o caso, seja a incorporadora de outra sociedade, do patrimônio cindido de outra sociedade ou das ações de outra sociedade, exceto (1) se tal operação (a) envolver exclusivamente sociedades de seu Grupo Econômico; (b) não resultar em alteração (i) do controle indireto final da Companhia e da Fiadora; e (ii) do controle indireto, pela Companhia, de suas controladas; (c) não resultar em inobservância dos Índices Financeiros (conforme definido abaixo); e (d) não resultar em descumprimento do disposto na Cláusula (XIII) da Escritura de Emissão; ou (2) pela operação envolvendo a Infracommerce Synapcom Comercio Eletrônico S.A., conforme descrita no fato relevante da Companhia datado de 26 de setembro de 2021;

VII. cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Companhia e/ou pela Fiadora, de qualquer de suas obrigações nos termos da Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Cessão Fiduciária;

VIII. não renovação, não obtenção, cancelamento, revogação, suspensão, ou extinção das demais autorizações, concessões, subvenções, licenças ou outorgas, inclusive as ambientais, conforme aplicável, necessárias para as atividades da Companhia, exceto se comprovado o pedido de emissão ou renovação da autorização, concessão, subvenção, licença ou outorga vencida, dentro do respectivo prazo legal;

IX. caso as declarações prestadas pela Companhia e/ou pela Fiadora na Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária e/ou nos demais documentos da Emissão sejam incorretas, em qualquer aspecto relevante, na data em que foram prestadas;

X. cisão de títulos contra a Companhia e/ou a Fiadora (ainda que na condição de garantidores), em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), atualizado monetariamente pelo IPCA, na menor periodicidade permitida por lei, a partir da Data de Emissão, ou seu equivalente em outras moedas, exceto se, em até 10 (dez) dias corridos, tiver sido validamente comprovado ao Agente Fiduciário que o(s) protesto(s) foi(ram) cancelado(s) ou suspenso(s);

XI. existência, de qualquer decisão judicial final e/ou de qualquer decisão arbitral não sujeita a recurso, contra a Companhia, ou contra a Fiadora, condenando ao pagamento de valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), atualizado monetariamente pelo IPCA, na menor periodicidade permitida por lei, a partir da Data de Emissão, descontados os valores eventualmente provisionados;

XII. medida de autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, a totalidade ou parte substancial dos ativos da Companhia e/ou os direitos objeto da Cessão Fiduciária, desde que tal medida envolva valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), atualizado monetariamente pelo IPCA, na menor periodicidade permitida por lei, a partir da Data de Emissão;

XIII. cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência, pela Companhia por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, de ativos da Companhia em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), atualizado monetariamente pelo IPCA, na menor periodicidade permitida por lei, a partir da Data de Emissão, exceto se: (i) pelas vendas de estoque no curso normal de seus negócios; (ii) caso os recursos

12.9 Outras informações relevantes

obtidos com o referido evento sejam imediata e integralmente utilizados para resgate e/ou amortização das Debêntures; ou (iii) por ativos inservíveis, obsoletos ou que tenham sido substituídos por outros ativos de mesma finalidade;

XIV. se a Escritura de Emissão, o Contrato de Cessão Fiduciária ou os demais documentos da Emissão e/ou quaisquer de suas disposições forem objeto de questionamento de ordem judicial, arbitral ou administrativa instaurados por qualquer pessoa e/ou entidade não mencionadas na alínea (XI) da Cláusula 6.1.1.1 da Escritura de Emissão;

XV. ocorrência de um Efeito Adverso Relevante nas condições reputacionais da Companhia que venha a causar a declaração do vencimento antecipado de obrigações financeiras da Companhia e/ou da Fiadora (ainda que na condição de garantidores), no mercado local ou internacional, nos termos de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais);

XVI. celebração de contratos de mútuo pela Companhia e/ou pela Fiadora com seus acionistas, diretos ou indiretos, e/ou com pessoas físicas ou jurídicas componentes dos seus respectivos Grupos Econômicos, exceto se: (i.a) os contratos de mútuo forem celebrados entre a Companhia e/ou Fiadora com outras empresas do mesmo Grupo Econômico cujo capital social seja detido pelo menos 50% (cinquenta por cento) pela Companhia e/ou Fiadora, e (i.b) a Companhia estiver adimplente com as obrigações descritas nos documentos referentes à Oferta Restrita; ou (ii) autorizado previamente pelos Debenturistas, nos termos da Escritura de Emissão;

XVII. a Companhia deixar de ter suas demonstrações financeiras anuais auditadas por auditor independente registrado na CVM;

XVIII. alteração do objeto social da Companhia, conforme disposto em seu estatuto social, vigente na Data de Emissão, exceto se não resultar em alteração da atividade principal da Companhia;

XIX. alteração do objeto social da Fiadora, conforme disposto em seu estatuto social ou contrato social, conforme o caso, vigente na Data de Emissão, exceto se não resultar em alteração da atividade principal da Fiadora;

XX. inadimplemento, pela Companhia e/ou pela Fiadora (ainda que na condição de garantidores), de quaisquer dívidas financeiras em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), atualizado monetariamente pelo IPCA, na menor periodicidade permitida por lei, a partir da Data de Emissão, ou seu equivalente em outras moedas, respeitados eventuais prazos de cura;

XXI. não observância, pela Companhia, dos seguintes índices financeiros, a serem calculados pela Companhia e verificados pelo Agente Fiduciário anualmente, com base nas demonstrações financeiras anuais consolidadas da Companhia, auditadas por empresa de auditoria independente registrada na CVM, a qual irá, inclusive, cancelar a observância dos índices financeiros no âmbito da auditoria, sendo que a primeira apuração do índice financeiro será realizada com base nas demonstrações financeiras anuais consolidadas auditadas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 ("Índices Financeiros"):

- a. Dívida Líquida: manter o montante Dívida Líquida menor ou igual a R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais) para 2021; e
- b. Dívida Líquida / EBITDA: manter a razão entre Dívida Líquida por EBITDA menor ou igual a: 2,5x, em 2022; 2,0x, em 2023; e 1,75x, de 2024 em diante.

XXII. realizar a distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra maneira de envio de recursos aos acionistas em valor superior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício subtraído pelo montante destinado à reserva legal, se necessário, nos termos do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, não considerando eventual imposto

12.9 Outras informações relevantes

de renda retido adicionado, nos termos Deliberação da CVM n.º 683, de 30 de agosto de 2012, conforme alterada, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do estatuto social da Companhia vigente na Data de Emissão; e

XXIII. não manutenção de auditoria realizada por uma dentre as empresas consideradas como as quatro maiores empresas contábeis especializadas em auditoria e consultoria no mundo, consideradas como "Big four", isto é, a Ernst & Young Assessoria Empresarial Ltda., inscrita sob o CNPJ nº 59.527.788/0001-31, a Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes, inscrita sob o CNPJ nº 61.562.112/0001-20, a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, inscrita sob o CNPJ nº 49.928.567/0001-11, e a KPMG Auditores Independentes Ltda., inscrita sob o CNPJ nº 57.755.217/0001-29.

Para os fins da Escritura de Emissão, entende-se por:

I. Dívida: Soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, incluídos (a) os títulos descontados com regresso e antecipação de recebíveis, (b) as fianças e avais prestados em benefício de terceiros, (c) arrendamento mercantil / leasing financeiro, (d) os títulos de renda fixa não conversíveis frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional, (e) os passivos decorrentes de instrumentos financeiros – derivativos, (f) passivos decorrentes de financiamento de aquisições com os vendedores ("Seller's Financing");

II. Caixa: Dinheiro em caixa, depósitos à vista e caixa aplicado em ativo financeiro com a expectativa de geração de valor ao longo do tempo disponíveis no curto prazo (inferior a 360 dias);

III. Dívida Líquida: Dívida subtraído do Caixa; e

IV. EBITDA: Resultado antes do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro, do resultado não operacional, da equivalência patrimonial e da participação de acionistas minoritários, exceto eventos não recorrentes, tanto positivos quanto negativos.

Todos os termos aqui não definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão.

2ª Emissão de Debêntures

Hipóteses de Vencimento Antecipado

Com relação à 2ª emissão de debêntures descrita no item 12.3 deste Formulário de Referência, seguem as hipóteses de vencimento antecipado automático e vencimento antecipado não automático:

- • Vencimento automático:

I. inadimplemento, pela Emissora, pela Fiadora e/ou pela Cedente, de qualquer obrigação pecuniária devida aos Debenturistas prevista na Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária, não sanada pela Emissora, pela Fiadora e/ou pela Cedente no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data do respectivo inadimplemento;

II. (a) liquidação, dissolução, encerramento de atividades ou extinção da Emissora e/ou da Fiadora, exceto se a liquidação, dissolução e/ou extinção decorrer de uma reorganização societária intragrupo; (b) decretação de falência da Emissora e/ou da Fiadora; (c) pedido de autofalência formulado pela Emissora e/ou pela Fiadora; (d) pedido de falência da Emissora e/ou da Fiadora, formulado por terceiros, não elidido no prazo legal; ou (e) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora e/ou da Fiadora, independentemente do deferimento do respectivo pedido;

12.9 Outras informações relevantes

III. transformação da forma societária da Emissora de modo que ela deixe de ser uma sociedade por ações, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

IV. não utilização, pela Emissora, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão estritamente nos termos da Escritura de Emissão;

V. exceto para a hipótese legal de absorção de prejuízos, redução do capital social da Emissora e/ou da Fiadora, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações;

VI. exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do estatuto social da Emissora, vigente na Data de Emissão, caso não esteja em cumprimento com qualquer dos compromissos assumidos com a Emissão, distribuição e/ou pagamento, pela Emissora e/ou pela Fiadora, de dividendos, juros sobre o capital próprio, partes beneficiárias ou qualquer outra forma de envio de recursos aos seus acionistas/sócios, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, exceda 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido de cada período;

VII. declaração judicial de invalidade, nulidade ou inexecutabilidade da Escritura de Emissão, da Fiança e/ou do Contrato de Cessão Fiduciária e/ou de qualquer de suas respectivas disposições, bem como de seus aditamentos;

VIII. declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação da Emissora e/ou da Fiadora (ainda que na condição de garantidores), no mercado local ou internacional, o mercado em geral (inclusive mercado de capitais, quando for o caso), nos termos de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais), em montante, individual ou agregado, superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), atualizado monetariamente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IPCA"), na menor periodicidade permitida por lei, a partir da Data de Emissão, ou seu equivalente em outras moedas, não sanado no prazo de cura previsto no instrumento correspondente ou, na sua ausência, no prazo de 1 (um) Dia Útil;

IX. caso as declarações prestadas pela Emissora e/ou pela Fiadora e/ou pela Cedente na Escritura de Emissão, no Contrato de Cessão Fiduciária e/ou nos demais documentos da Emissão sejam comprovadamente, na data em que prestadas, falsas;

X. não cumprimento comprovado, durante o prazo de vigência das Debêntures, das obrigações oriundas da legislação a crimes ambientais, trabalho análogo a escravo, trabalho infantil, discriminação de raça e de gênero e incentivo à prostituição ("Legislação Socioambiental Reputacional"); e

XI. se a Escritura de Emissão, o Contrato de Cessão Fiduciária ou os demais documentos da Emissão e/ou quaisquer de suas disposições forem objeto de questionamento de ordem judicial, arbitral ou administrativa instaurados pela Emissora, pela Fiadora, pela Cedente ou por suas controladas, por suas coligadas e pelas sociedades sob controle comum ("Grupo Econômico").

○ • Vencimento não automático:

I. inadimplemento, pela Emissora, pela Fiadora e/ou pela Cedente, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária, conforme aplicável, não sanado no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data do inadimplemento, sendo que o prazo previsto neste inciso não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;

II. inadimplemento, pela Emissora, pela Fiadora e/ou pela Cedente, de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão e no Contrato de Cessão Fiduciária, conforme

12.9 Outras informações relevantes

aplicável, exceto aquelas previstas na Cláusula 6.1.1.1, inciso "(i)" da Escritura de Emissão, não sanado no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis a contar da data em que a obrigação era devida;

III. com relação a qualquer dos direitos e ativos dados em garantia e/ou a qualquer dos direitos a estes inerentes, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, conforme aplicável, rescisão, distrato, cessão, venda, alienação, transferência, permuta, conferência ao capital, comodato, empréstimo, locação, arrendamento, dação em pagamento, instituição de usufruto ou fideicomisso, endosso, desconto ou qualquer outra forma de transferência ou disposição, inclusive por meio de redução de capital, ou constituição de qualquer novo Ônus (assim definido como hipoteca, penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, gravame ou ônus, arresto, sequestro ou penhora, judicial ou extrajudicial, voluntário ou involuntário, ou outro ato que tenha o efeito prático similar a qualquer das expressões acima ("Ônus") (exceto pela Cessão Fiduciária prevista na Escritura de Emissão e pela Cessão Fiduciária prevista no âmbito dos "Contratos de Empréstimo Externo Direto em Moeda Estrangeira e Outras Avenças" celebrados entre a Fiadora, a Cedente e as Afiliadas do BB), em qualquer dos casos deste inciso, de forma gratuita ou onerosa, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, ainda que para ou em favor de pessoa do mesmo Grupo Econômico, exceto se for apresentado novo bem para integrar a Cessão Fiduciária, de forma a substituir o bem afetado ou reforçar a Cessão Fiduciária, e tal bem seja aprovado previamente pelos Debenturistas, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária;

IV. não atendimento, após decorridos eventuais prazos de cura previstos no Contrato de Cessão Fiduciária, às obrigações ali previstas e/ou aos limites, percentuais e/ou valores da Cessão Fiduciária;

V. cisão ou fusão da Emissora e/ou da Fiadora, ou suas respectivas incorporações por outra sociedade, observado o previsto no parágrafo 1º do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações;

VI. ocorrência de alterações societárias que impliquem em mudança do controle direto da Emissora, ressalvada a hipótese de aquisição de controle da Emissora em ambiente de bolsa de valores ("Reorganização Societária Permitida");

VII. cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Emissora, pela Fiadora e/ou pela Cedente, de qualquer de suas obrigações nos termos da Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Cessão Fiduciária, conforme aplicável;

VIII. não renovação, não obtenção, cancelamento, revogação, suspensão, ou extinção das demais autorizações, concessões, subvenções, licenças ou outorgas, inclusive as ambientais, conforme aplicável, necessárias para as atividades da Emissora, exceto se

(1) comprovado o pedido de emissão ou renovação da autorização, concessão, subvenção, licença ou outorga vencida, encontra-se dentro do respectivo prazo legal e/ou (2) cuja não obtenção ou não renovação, pela Emissora, não resultem em um Efeito Adverso Relevante;

IX. caso as declarações prestadas pela Emissora, pela Fiadora e/ou Cedente na Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária e/ou nos demais documentos da Emissão, conforme aplicável, sejam comprovadamente incorretas, incompletas, inconsistentes ou insuficientes, na data em que foram prestadas, desde que resultem em Efeito Adverso Relevante;

X. não cumprimento, durante o prazo de vigência das Debêntures, (i) de todas as obrigações impostas pela legislação e pela regulamentação ambientais vigentes, em especial aquelas previstas na Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981), conforme alterada ou substituída, bem como na legislação e na regulamentação a ela relacionadas, em especial nas Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e demais legislações e regulamentações ambientais supletivas aplicáveis; e (ii) a legislação e regulamentação trabalhista e previdenciária, especialmente aquelas relativas a saúde e segurança ocupacional, combate à exploração da prostituição, à discriminação de raça ou gênero, assédio

12.9 Outras informações relevantes

moral ou sexual, prevenção do trabalho infantil e/ou em condição análoga à de escravo, crime ambiental ou relativa a direitos dos silvícolas, em especial, mas não se limitando, ao direito sobre as áreas de ocupação indígena, assim declaradas pela autoridade competente ("Legislação Socioambiental"), exceto, exclusivamente no caso da Legislação Socioambiental que não seja a Legislação Socioambiental Reputacional, caso tal descumprimento não resulte em um Efeito Adverso Relevante;

XI. protesto de títulos contra a Emissora e/ou a Fiadora (ainda que na condição de garantidores), em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), atualizado monetariamente pelo IPCA, na menor periodicidade permitida por lei, a partir da Data de Emissão, ou seu equivalente em outras moedas, exceto se, em até 10 (dez) dias corridos, tiver sido validamente comprovado ao Agente Fiduciário que (1) o(s) protesto(s) foi(ram) cancelado(s) ou suspenso(s) por erro ou má-fé de terceiros e/ou foi(ram) cancelado(s), sustado(s) ou suspenso(s) ou (2) foram prestadas garantias pecuniárias, incluindo fiança bancária e/ou seguro garantia, em juízo no valor mínimo equivalente ao montante protestado;

XII. não cumprimento, de qualquer decisão judicial final e/ou de qualquer decisão arbitral não sujeita a recurso, contra a Emissora, condenando ao pagamento de valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), atualizado monetariamente pelo IPCA, na menor periodicidade permitida por lei, a partir da Data de Emissão, descontados os valores eventualmente provisionados, no prazo fixado na própria decisão;

XIII. medida de autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, a totalidade ou parte substancial dos ativos da Emissora e/ou os direitos objeto da Cessão Fiduciária, desde que tal medida envolva valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), atualizado monetariamente pelo IPCA, na menor periodicidade permitida por lei, a partir da Data de Emissão, e desde que não resulte em um Efeito Adverso Relevante;

XIV. cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência, pela Emissora por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, de ativos da Emissora em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), atualizado monetariamente pelo IPCA, na menor periodicidade permitida por lei, a partir da Data de Emissão, exceto se: (i) pelas vendas de estoque no curso normal de seus negócios; (ii) os recursos obtidos com o referido evento sejam imediata e integralmente utilizados para resgate e/ou amortização das Debêntures; (iii) a Emissora demonstrar a existência de recursos na Conta Vinculada (conforme definida no Contrato de Cessão Fiduciária) de valor igual ou superior aos ativos cedidos, vendidos, alienados e/ou transferidos; ou (iv) por ativos inservíveis, obsoletos ou que tenham sido substituídos por outros ativos de mesma finalidade, desde que tal substituição seja comprovada ao Agente Fiduciário em até 10 (dez) Dias Úteis da referida substituição; sendo certo que, para fins de clareza, as exceções previstas nos itens (i) a (iv) não se aplicam para recebíveis da Emissora;

XV. se a Escritura de Emissão, o Contrato de Cessão Fiduciária e/ou os demais documentos da Emissão e/ou quaisquer de suas disposições forem objeto de questionamento de ordem judicial, arbitral ou administrativa instaurados por qualquer pessoa não mencionada na alínea XI da Cláusula 6.1.1.1 acima e/ou entidade governamental;

XVI. ocorrência de um Efeito Adverso Relevante nas condições reputacionais da Emissora que venha a causar a declaração do vencimento antecipado de obrigações financeiras da Emissora e/ou da Fiadora (ainda que na condição de garantidores), no mercado local ou internacional, nos termos de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais);

XVII. celebração de contratos de mútuo pela Emissora e/ou pela Fiadora com seus acionistas, diretos ou indiretos, e/ou com pessoas físicas ou jurídicas componentes dos seus respectivos Grupos Econômicos, exceto se: (i.a) os contratos de mútuo forem celebrados entre a Emissora

12.9 Outras informações relevantes

e/ou Fiadora com outras empresas do mesmo Grupo Econômico cujo capital social seja, direta ou indiretamente, detido pelo menos 50% (cinquenta por cento) pela Emissora e/ou Fiadora, e (i.b) a Emissora estiver adimplente com as obrigações descritas nos documentos referentes à Oferta Pública; ou (ii) autorizado previamente pelos Debenturistas, nos termos da Escritura de Emissão;

XVIII. a Emissora deixar de ter suas demonstrações financeiras anuais auditadas por auditor independente registrado na CVM;

XIX. alteração do objeto social da Emissora, conforme disposto em seu estatuto social, vigente na Data de Emissão, exceto se não resultar em alteração da atividade principal da Emissora;

XX. alteração do objeto social da Fiadora, conforme disposto em seu estatuto social ou contrato social, conforme o caso, vigente na Data de Emissão, exceto se não resultar em alteração da atividade principal da Fiadora;

XXI. inadimplemento, pela Emissora, pela Fiadora, por eventuais garantidoras e/ou por quaisquer das sociedades pertencentes ao grupo econômico da Emissora, de quaisquer dívidas financeiras com o mercado em geral (inclusive mercado de capitais, quando for o caso), em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), atualizado monetariamente pelo IPCA, na menor periodicidade permitida por lei, a partir da Data de Emissão, ou seu equivalente em outras moedas, respeitados eventuais prazos de cura;

XXII. destinação de recursos levantados por meio de eventual oferta de ações da Emissora (a) na amortização/liquidação de quaisquer outras dívidas que não a presente operação; ou (b) qualquer outra destinação, excetuado o caso de os referidos recursos serem utilizados na manutenção e/ou expansão das atividades operacionais da Emissora ou das empresas pertencentes ao seu Grupo Econômico;

XXIII. não observância, pela Emissora, dos seguintes índices financeiros, a serem calculados pela Emissora e verificados pelo Agente Fiduciário anualmente, com base nas demonstrações financeiras anuais consolidadas da Emissora, auditadas por empresa de auditoria independente registrada na CVM, a qual irá, inclusive, chancelar mediante notas explicativas a observância dos índices financeiros no âmbito da auditoria, sendo que a primeira apuração do índice financeiro será realizada com base nas demonstrações financeiras anuais consolidadas auditadas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, respeitados os conceitos previstos na Cláusula 6.12 abaixo ("Índices Financeiros"), observada a possibilidade de alteração dos Índices Financeiros, mediante aditamento à Escritura de Emissão e desde que aprovada a alteração em Assembleia Geral de Debenturistas, caso sejam alterados os índices financeiros constante na 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora:

Dívida Líquida/EBITDA

(i) 2,0x (duas vezes), a ser verificado com base nas demonstrações financeiras anuais consolidadas e auditadas da Emissora, sendo a apuração com base no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e

(ii) 1,75x (um vírgula setenta e cinco vezes), a ser verificado com base nas demonstrações financeiras anuais consolidadas e auditadas da Emissora, sendo a apuração com base no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 em diante.

XXIV. não manutenção de auditoria realizada por uma dentre as empresas consideradas como as quatro maiores empresas contábeis especializadas em auditoria e consultoria no mundo, consideradas como "Big four", isto é, a Ernst & Young Assessoria Empresarial Ltda., inscrita sob CNPJ/MF nº 59.527.788/0001-31, a Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes, inscrita sob CNPJ/MF nº 61.562.112/0001-20, a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, inscrita sob CNPJ/F nº 49.928.567/0001-11, e a KPMG Auditores Independentes Ltda., inscrita sob CNPJ/F nº 57.755.217/0001-29.

12.9 Outras informações relevantes

Para os fins da Escritura de Emissão, entende-se por:

- a. **Dívida:** soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, incluídos (a) os títulos descontados com regresso e antecipação de recebíveis, (b) as fianças e avais prestados em benefício de terceiros, (c) arrendamento mercantil/leasing financeiro, (d) os títulos de renda fixa não conversíveis frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional, (e) os passivos decorrentes de instrumentos financeiros – derivativos e (f) passivos decorrentes de financiamento de aquisições com os vendedores ("Seller's Financing"). Para cálculo da Dívida, não são consideradas as operações de Risco Sacado. Fica admitida a exclusão dos itens (b) e (f) acima, caso seja aprovada a sua exclusão na metodologia de cálculo do indicador de Dívida Líquida/EBITDA constante na 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora;
- b. **Caixa:** dinheiro em caixa, depósitos à vista e caixa aplicado em ativo financeiro com a expectativa de geração de valor ao longo do tempo disponíveis no curto prazo, inferior a 360 (trezentos e sessenta) dias;
- c. **Dívida Líquida:** Dívida subtraído do Caixa; e
- d. **EBITDA:** Resultado antes do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro, do resultado não operacional, da equivalência patrimonial e da participação de acionistas minoritários, exceto eventos não recorrentes, tanto positivos quanto negativos.

Todos os termos aqui não definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão.

1ª Emissão de Notas Comerciais

Hipóteses de Vencimento Antecipado

Com relação à 1ª emissão de notas comerciais descritas no item 12.3 deste Formulário de Referência, seguem as hipóteses de vencimento antecipado automático e vencimento antecipado não automático:

- • Vencimento automático:

- I. inadimplemento, pela Emitente, de qualquer obrigação pecuniária devida aos Titulares das Notas Comerciais Escriturais prevista no Termo de Emissão, não sanado pela Emitente no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data do respectivo inadimplemento;
- II. (a) liquidação, dissolução, encerramento de atividades ou extinção da Emitente, exceto se a liquidação, dissolução e/ou extinção decorrer de uma reorganização societária intragrupo; (b) decretação de falência da Emitente; (c) pedido de autofalência formulado pela Emitente; (d) pedido de falência da Emitente, formulado por terceiros, não elidido no prazo legal; ou (e) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emitente, independentemente do deferimento do respectivo pedido;
- III. transformação da forma societária da Emitente de modo que ela deixe de ser uma sociedade por ações, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- IV. não utilização, pela Emitente, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão estritamente nos termos do Termo de Emissão;
- V. exceto para a hipótese legal de absorção de prejuízos, redução de capital social da Emitente, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações;
- VI. distribuição e/ou pagamento, pela Emitente, de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, aos acionistas da Emitente, caso a Emitente estejam em mora com qualquer de suas

12.9 Outras informações relevantes

obrigações estabelecidas no Termo de Emissão, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do estatuto social da Emitente vigente na Data de Emissão;

VII. declaração judicial de invalidade, nulidade ou inexecutabilidade do Termo de Emissão e/ou de qualquer de suas respectivas disposições, bem como de seus aditamentos;

VIII. declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação da Emitente (ainda que na condição de garantidora) no mercado local ou internacional, nos termos de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais), individual ou agregado, em montante superior R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), atualizado monetariamente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IPCA"), na menor periodicidade permitida por lei, a partir da Data de Emissão, ou seu equivalente em outras moedas, não sanado no prazo de cura previsto no instrumento correspondente ou, na sua ausência, no prazo de 1 (um) Dia Útil;

IX. caso as declarações prestadas pela Emitente no Termo de Emissão e/ou nos demais documentos da Emissão sejam, na data em que prestadas, falsas e/ou enganosas;

X. existência de condenação judicial final, não sujeita a recurso, durante o prazo de vigência das Notas Comerciais Escriturais, por descumprimento das obrigações oriundas da legislação relativa a crimes ambientais, trabalho análogo a escravo, trabalho infantil, discriminação de raça e de gênero e incentivo à prostituição ("Legislação Socioambiental Reputacional"); e

XI. se o Termo de Emissão ou os demais documentos da Emissão e/ou quaisquer de suas disposições forem objeto de questionamento de ordem judicial, arbitral ou administrativa instaurados pela Emitente ou por sociedades controladoras, controladas, sob controle comum, coligadas, e integrantes de bloco de controle da Emitente, quando aplicável ("Grupo Econômico").

- • Vencimento não automático:

I. inadimplemento pela Emitente de qualquer obrigação não pecuniária prevista no Termo de Emissão, não sanado no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data do inadimplemento, sendo que o prazo previsto neste inciso não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;

II. inadimplemento pela Emitente de qualquer obrigação pecuniária prevista no Termo de Emissão, exceto aquelas previstas na Cláusula 6.2, inciso (i) acima, não sanado no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis a contar da data em que a obrigação era devida;

III. cisão ou fusão da Emitente ou sua incorporação por outra sociedade, observado o previsto no parágrafo 1º do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações;

IV. cisão, fusão ou incorporação (inclusive incorporação de ações) ou qualquer forma de reorganização societária, envolvendo a Emitente, na qual a Emitente seja a incorporadora de outra sociedade, do patrimônio cindido de outra sociedade ou das ações de outra sociedade, exceto se tal operação (a) envolver exclusivamente sociedades de seu Grupo Econômico; (b) não resultar em alteração (i) do controle indireto final da Emitente; e (ii) do controle indireto, pela Emitente, de suas controladas; (c) não resultar em inobservância dos Índices Financeiros (conforme definido abaixo); e (d) não resultar em descumprimento do disposto na Cláusula 6.3 (xx) do Termo de Emissão;

V. cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Emitente, de qualquer de suas obrigações nos termos do Termo de Emissão;

12.9 Outras informações relevantes

VI. não renovação, não obtenção, cancelamento, revogação, suspensão, ou extinção das demais autorizações, concessões, subvenções, licenças ou outorgas, inclusive as ambientais, conforme aplicável, necessárias para as atividades da Emitente, exceto se (1) comprovado o pedido de emissão ou renovação da autorização, concessão, subvenção, licença ou outorga vencida, dentro do respectivo prazo legal e/ou (2) cuja obtenção ou não renovação, pela Emitente, não resultem em um Efeito Adverso Relevante;

VII. caso as declarações prestadas pela Emitente no Termo de Emissão e/ou nos demais documentos da Emissão sejam comprovadamente incorretas, incompletas, inconsistentes ou insuficientes, na data em que foram prestadas, desde que resultem em Efeito Adverso Relevante;

VIII. protesto de títulos contra a Emitente (ainda que na condição de garantidora), em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), atualizado monetariamente pelo IPCA, na menor periodicidade permitida por lei, a partir da Data de Emissão, ou seu equivalente em outras moedas, exceto se, em até 10 (dez) Dias Úteis, tiver sido validamente comprovado ao Agente Fiduciário que (1) o(s) protesto(s) foi(ram) efetuado(s) por erro ou má-fé de terceiros e/ou foi(ram) cancelado(s), sustado(s) ou suspenso(s) ou (2) foram prestadas garantias pecuniárias, incluindo fiança bancária e/ou seguro garantia, em juízo no valor mínimo equivalente ao montante protestado;

IX. não cumprimento, de qualquer decisão judicial final e/ou de qualquer decisão arbitral não sujeita a recurso, contra a Emitente, condenando ao pagamento de valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), atualizado monetariamente pelo IPCA, na menor periodicidade permitida por lei, a partir da Data de Emissão, descontados os valores eventualmente provisionados, no prazo fixado na própria decisão;

X. medida de autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, a totalidade ou parte substancial dos ativos da Emitente, desde que tal medida envolva valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), atualizado monetariamente pelo IPCA, na menor periodicidade permitida por lei, a partir da Data de Emissão;

XI. cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência, pela Emitente, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, de ativos da Emitente em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), atualizado monetariamente pelo IPCA, na menor periodicidade permitida por lei, a partir da Data de Emissão, exceto se: (i) pelas vendas de estoque no curso normal de seus negócios; (ii) caso os recursos obtidos com o referido evento sejam imediata e integralmente utilizados para resgate e/ou amortização das Notas Comerciais Escriturais; ou (iii) por ativos inservíveis, obsoletos ou que tenham sido substituídos por outros ativos de mesma finalidade, desde que tal substituição seja comprovada ao Agente Fiduciário em até 10 (dez) Dias Úteis da referida substituição, desde que não sejam considerados quaisquer recebíveis pela Emitente;

XII. se o Termo de Emissão ou os demais documentos da Emissão e/ou quaisquer de suas disposições forem objeto de questionamento de ordem judicial, arbitral ou administrativa instaurados por qualquer pessoa e/ou entidade governamental;

XIII. ocorrência comprovada de um Efeito Adverso Relevante nas condições reputacionais da Emitente que venha a causar a declaração do vencimento antecipado de obrigações financeiras da Emitente (ainda que na condição de garantidora), no mercado local ou internacional, nos termos de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais);

XIV. celebração de contratos de mútuo pela Emitente com seus acionistas, diretos ou indiretos, e/ou com pessoas físicas ou jurídicas componentes do seu Grupo Econômico, exceto se: (i.a) os contratos de mútuo forem celebrados entre a Emitente com outras empresas do seu Grupo Econômico cujo capital social seja direta ou indiretamente detido pelo menos 50% (cinquenta por cento) pela Emitente; e (i.b) a Emitente estiver adimplente com as obrigações descritas nos

12.9 Outras informações relevantes

documentos referentes à Oferta Restrita; ou (ii) autorizado previamente pelos Titulares de Notas Comerciais Escriturais, nos termos do Termo de Emissão;

XV. a Emitente deixar de ter suas demonstrações financeiras anuais auditadas por auditor independente registrado na CVM;

XVI. alteração do objeto social da Emitente, conforme disposto em seu estatuto social, vigente na Data de Emissão, exceto se não resultar em alteração da atividade principal da Emitente;

XVII. inadimplemento pela Emitente (ainda que na condição de garantidora), de quaisquer dívidas financeiras em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), atualizado monetariamente pelo IPCA, na menor periodicidade permitida por lei, a partir da Data de Emissão, ou seu equivalente em outras moedas, respeitados eventuais prazos de cura;

XVIII. realizar a distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra maneira de envio de recursos aos acionistas em valor superior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício subtraído pelo montante destinado à reserva legal, se necessário, nos termos do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, não considerando eventual imposto de renda retido adicionado, nos termos Deliberação da CVM n.º 683, de 30 de agosto de 2012, conforme alterada, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do estatuto social da Emitente vigente na Data de Emissão;

XIX. não cumprimento, durante o prazo de vigência das Notas Comerciais Escriturais, das obrigações oriundas da Legislação Socioambiental Reputacional, exceto nos casos em que a Emitente esteja discutindo, de boa-fé, a aplicabilidade da legislação nas esferas administrativa ou judicial e que em qualquer caso não cause um Efeito Adverso Relevante; e

XX. não observância pela Emitente dos seguintes índices financeiros, a serem calculados pela Emitente e verificados pelo Agente Fiduciário anualmente, com base nas demonstrações financeiras anuais consolidadas da Emitente, auditadas por empresa de auditoria independente registrada na CVM, a qual irá, inclusive, cancelar a observância dos índices financeiros no âmbito da auditoria, sendo que a primeira apuração do índice financeiro será realizada com base nas demonstrações financeiras anuais consolidadas auditadas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 ("Índices Financeiros"):

c. Dívida Líquida / EBITDA: manter a razão entre Dívida Líquida por EBITDA menor ou igual a: 2,5x, em 2022; 2,0x, em 2023; e 1,75x, de 2024 em diante;

Para os fins do Termo de Emissão, entende-se por:

I. Dívida: Soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, incluídos (a) os títulos descontados com regresso e antecipação de recebíveis, (b) as fianças e avais prestados em benefício de terceiros, (c) arrendamento mercantil / leasing financeiro, (d) os títulos de renda fixa não conversíveis frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional, (e) os passivos decorrentes de instrumentos financeiros – derivativos, (f) passivos decorrentes de financiamento de aquisições com os vendedores ("Seller's Financing");

II. Caixa: Dinheiro em caixa, depósitos à vista e caixa aplicado em ativo financeiro com a expectativa de geração de valor ao longo do tempo disponíveis no curto prazo (inferior a 360 dias);

III. Dívida Líquida: Dívida subtraído do Caixa; e

IV. EBITDA: Resultado antes do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro, do resultado não operacional, da equivalência patrimonial e da participação de acionistas minoritários, exceto eventos não recorrentes, tanto positivos quanto negativos.

12.9 Outras informações relevantes

Todos os termos aqui não definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos nos respectivos documentos das Notas Comerciais.

Além do exposto acima, não há outras informações relevantes com relação a este item 12.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
Ivan Luiz Murias dos Santos	Diretor Presidente	Alterado	Alteracao - Renúncia CEO anterior / Posse de novo CEO
FABIO BORTOLOTTI	Diretor de Relações com Investidores	Registrado	

13.1 Declaração do diretor presidente

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

IVAN LUIZ MURIAS DOS SANTOS, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 12477476-3, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº 255.329.928-19, na qualidade de Diretor Presidente da **INFRACOMMERCE CXAAS S.A.**, sociedade por ações, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 38.456.921/0001-36, com sede e foro na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 12.901, 32º e 33º andares, Torre Norte do Centro Empresarial Nações Unidas (CENU), CEP 04578-910 ("Companhia"), para fins do item 13 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20; e (iii) as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades.

IVAN LUIZ MURIAS DOS SANTOS

Diretor Presidente

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

FABIO BORTOLOTTI, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 29.628.061-6, expedida pela SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº 314.985.558-61, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da **INFRACOMMERCE CXAAS S.A.**, sociedade por ações, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 38.456.921/0001- 36, com sede e foro na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 12.901, 32º e 33º andares, Torre Norte do Centro Empresarial Nações Unidas (CENU), CEP 04578-910 ("Companhia"), para fins do item 13 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20; e (iii) as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades.

DocuSigned by:

Assinado por: FABIO BORTOLOTTI:31498555861
CPF: 31498555861
Data/Hora da Assinatura: 25/05/2023 | 17:42:11 BRT



E11DF4E20CE94531ABB4EBA086D7BC97

FABIO BORTOLOTTI

Diretor de Relações com Investidores